PDS_LITORAL

PDS LITORAL

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná

PRODUTO: 3 PLANO DE TRABALHO FINAL (PTF)

Volume II – Relatório de Atividades 01 (RA-01)

(v3)

DATA: 24/07/2018

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO | THE WORLD BANK IBRD • IDA | WORLD BANK GROUP | BARCELONABRASILGROUP | Mcrit | hidria | Quanta

PDS_LITORAL

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Cida Borghetti - Governadora

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Juraci Barbosa Sobrinho – Secretário

UNIDADE GERENCIADORA DO PROJETO – PROJETO MULTISSETORIAL

Nestor Bragagnolo – Coordenador Geral

Tobias de Freitas Prando – Coordenador Adjunto

GESTOR DO CONTRATO

Fabricio Miyagima

Sonia Maria dos Santos

EQUIPE TÉCNICA INTERSECRETARIAL – ETI

ENTIDADE	NOME
Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL)	Milton de Almeida Barbosa Patrícia Cherobim
Secretaria do Desenvolvimento Urbano (SEDU)	Carlos Augusto Storer Fernando Domingues Caetano
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL)	Fernando Raphael Ferro de Lima Kamille Tombely Gumurski
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA)	Tatiana Nasser Aline Pereira
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)	Julio Takeshi Suzuki Junior Daniel Nojima
Paraná Turismo (PRTUR)	Marilda Keller Zarpelon Evandro Pinheiro
Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG)	Danielle Prim Gislene Lessa

PDS_LITORAL

CONSÓRCIO LITORAL SUSTENTÁVEL

Empresas
Barcelona Brasil Group Consultoria Empresarial Ltda. (Líder)
Quanta Consultoria Ltda.
Mcrit S.L.
Hidria Ciência Ambiente y Desarrollo S.L.
Gerentes do Contrato
Judith Muntal Vásquez
Marina Cabrera Bastos

EQUIPE DE TRABALHO

Coordenação e Responsabilidade Técnica	
Coordenação Geral do Consórcio / Responsável Técnico / Direção / Coordenação Gerencial	Judith Muntal Vásquez Marina Cabrera Bastos
Responsável Técnica / Gerente do Contrato / Coordenação Institucional / Coordenação Administrativa	Marina Cabreira Bastos
Coordenação Adjunta	Paula Lemos Azem
Equipe Chave	
Coordenação e Macrozoneamento Regional	Taco Roorda
Direito Urbanístico e Ambiental	Nereo Cardoso de Matos Jr.
Infraestrutura – Sistema Viário e Transportes	Andreu Esquius
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	Fernando López Mera
Estruturação Social	Verônica Ferreira
Mediação e Tratativas com a Comunidade	Pedro Strozemberg
Equipe Técnica	
Especialista em Turismo Sustentável de Zonas Costeiras	Eduardo Martínez Domínguez
Especialista em Patrimônio Artístico e Cultural	Lorena López Hermida
Especialista em Conservação de Áreas Naturais e Meio Ambiente	Patrícia Casal Rodriguez
Especialista em Socioeconomia, Planejamento e Prospectiva	Andreu Ulied Segui
Especialista em Planejamento do Território e Mobilidade	Oriol Biosca
Especialista em Planejamento do Território e Logística	Frederic Lloveras
Especialista Analista em Mobilidade	Albert Solé
Especialista em Geoprocessamento	Natividad Franco Cherta
Especialista em Sistemas de Informação	Ramón Catala
Especialista em Economia do Setor Público	Manoel Victor Gomes Figueiredo
Especialista em Economia Política	Álvaro Alves de Moura Jr.
Especialista em Economia Regional	Fernando Ribeiro Leite Neto
Especialista Socioeconômico	Rafa Rodrigo

Especialista em Logística	Efrain Larrea
Especialista em Habitação e Equipamentos Sociais / Gestão Pública	Cid Blanco
Especialista em Estruturação Social, Monitoramento e Avaliação	Bárbara Bravo Morais Lemos
Apoio Direito Urbanístico e Ambiental	Thiago Paiva
Assistente de Coordenação e Macrozoneamento Regional	Maria Fernanda Incote Montanha Teixeira
Apoio Mediação e Tratativas com a Comunidade	Maurício Maas
Especialista em Geoprocessamento	Marcelo Zolet
Especialista em Infraestruturas	Emanuel Maciel
Especialista em Comunicação e Mídias Sociais	Márcia Campos
Especialista em Comunicação e Mídias Sociais	Heverson Bayer
Articuladora Local	Adriana Levinski Hamann
Responsável Técnico de Engenharia e Infraestrutura	Gustavo Brasileiro
Responsável Técnico / Coordenação de Planejamento	José Wilton Ferreira Nascimento
Apoio Técnico em Planejamento Urbano e Regional	André Sales Sousa
Apoio Técnico em Planejamento Urbano e Regional	Ivo Freire
Apoio Técnico em Economia	Guilherme Szczerbacki Besserman Vianna
Assessoria Jurídica	Maíra Sales Sousa
Técnica em Editoração de Relatórios e Programação Visual	Jeniffer Costa
Secretária	Renata Alves
Estagiária	Paula Rydygier

PDS_LITORAL

FICHA DE CONTRATO

Nº DO CONTRATO	SEPL Nº 004/2017
Nº DO PROTOCOLO	14.979.690-8
CONTRATANTE	Governo do Estado do Paraná – Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL
CONTRATADO	Consórcio Litoral Sustentável
OBJETO	Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_Litoral
PROGRAMA	Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná
AGENTE FINANCIADOR	Banco Mundial (BIRD)
Nº DO EMPRÉSTIMO	8201-BR
TIPO DE SERVIÇO	Consultoria
MÉTODO DE SELEÇÃO	Concorrência Internacional do tipo SBQC - Seleção Baseada na Qualidade e no Custo, Nº 002/2015
TIPO DE CONTRATAÇÃO	Preço global
VALOR DO CONTRATO	R$ 3.260.177,77 e EUR 485.557,89
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO	19/01/2018

APRESENTAÇÃO

Este documento integra o **Produto 3**, que é o **Plano de Trabalho Final (PTF)**, e que consiste na atividade que encerra a Etapa 1 – Plano de Trabalho do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS Litoral.

De acordo com o Termo de Referência do PDS Litoral, o Plano de Trabalho Final é o documento resultante da compilação: (i) do Plano de Trabalho Inicial (PTI); (ii) do Relatório de Atividade 01 – Oficinas de Engajamento e Plano de Trabalho Consolidado (RA-01); e (iii) das contribuições recebidas durante as Audiências Públicas de Engajamento. Nesse sentido, o Produto 3 é apresentado em 3 (três) volumes, contendo os relatórios e seus respectivos anexos a seguir:

- Volume I – Plano de Trabalho Final (PTF)
- Volume II – Relatório de Atividade 01 (RA-01)
- Volume III – Audiências Públicas de Engajamento

O presente relatório consiste no **Volume II – Relatório de Atividade 01 (RA-01)**

O **Relatório de Atividade 01 – (RA-01)** traz o registro e relata o resultado das Oficinas de Engajamento realizados nos 7 (sete) municípios da região do litoral, que tinham como principais objetivos: (i) a apresentação e discussão Plano de Trabalho Inicial (PTI) e o acolhimento de contribuições; e (ii) a formação da Equipe de Acompanhamento (EA) de cada município, composto por representantes do poder público e da sociedade civil.

No **Capítulo 1. OFICINAS DE ENGAJAMENTO** são apresentados os registros das oficinas realizadas, que consistem nos componentes a seguir:

- Lista de presença
- Ata da reunião
- Relatórios fotográficos

O **Capítulo 2. ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO** apresenta os meios utilizados para a disponibilização dos produtos do PDS_Litoral, para a divulgação das notícias

relacionadas ao Plano, e para a mobilização das comunidades e dos atores envolvidos no Plano para a realização das Oficinas de Engajamento.

O relato de outras atividades relacionadas ao Plano, tais como as reuniões preliminares com as Prefeituras Municipais, reuniões técnicas e outros eventos e atividades relacionados ao Plano, são apresentadas **no Capítulo 3. OUTROS EVENTOS E ATIVIDADES.**

Por fim, no ANEXO I é apresentado o relato dos eventos anteriores.

O arquivo em formato digital do presente Relatório de Atividade 01 está disponibilizado no site do PDS Litoral (www.pdslitoral.com), assim como estão os registros das oficinas em áudio. A solicitação, ao Consórcio, de acesso aos registros das oficinas em vídeo poderá ser realizada pelo site do plano.

Curitiba, julho de 2018

PDS_LITORAL

SUMÁRIO

1. OFICINAS DE ENGAJAMENTO 10
1.1 ANTONINA 10
1.1.1 Lista de Presença de Antonina 10
1.1.2 Ata da reunião de Antonina 13
1.1.3 Relatórios fotográficos de Antonina 24
1.2 GUARAQUEÇABA 26
1.2.1 Lista de Presença de Guaraqueçaba 26
1.2.2 Ata da reunião de Guaraqueçaba 30
1.2.3 Relatórios fotográficos de Guaraqueçaba 37
1.3 GUARATUBA 41
1.3.1 Lista de Presença de Guaratuba 41
1.3.2 Ata da reunião de Guaratuba 47
1.3.3 Relatórios fotográficos de Guaratuba 55
1.4 MATINHOS 62
1.4.1 Lista de Presença de Matinhos 62
1.4.2 Ata da reunião de Matinhos 66
1.4.3 Relatórios fotográficos de Matinhos 73
1.5 MORRETES 80
1.5.1 Lista de Presença de Morretes 80
1.5.2 Ata da reunião de Morretes 83
1.5.3 Relatórios fotográficos de Morretes 94
1.6 PARANAGUÁ 98
1.6.1 Lista de Presença de Paranaguá 98
1.6.2 Ata da reunião de Paranaguá 104
1.6.3 Relatórios fotográficos de Paranaguá 118
1.7 PONTAL DO PARANÁ 124
1.7.1 Lista de Presença de Pontal do Paraná 124
1.7.2 Ata da reunião de Pontal do Paraná 129
1.7.3 Relatórios fotográficos de Pontal do Paraná 141
2. ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO 148
2.1 MATERIAIS INSTITUCIONAIS 148
2.1.1 Cartazes 149
2.1.2 Convites 150

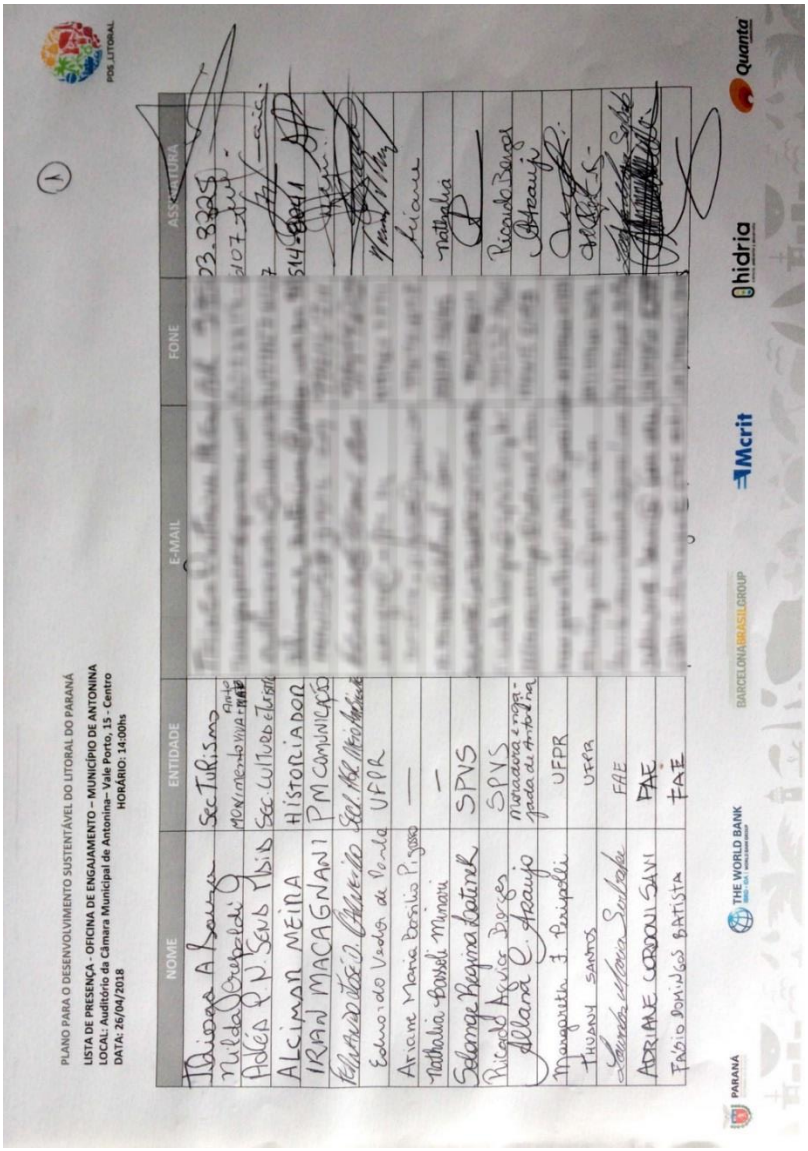
2.1.4 Banners Digitais 151
2.1.5 Material Institucional para Impressão: Reuniões Públicas 152
2.1.6 Divulgação 153
2.1.7 Registro Fotográfico 155
2.1.8 Vídeos 156
2.1.9 Redes Sociais 156
2.1.10 Clipping 160
2.1.11 Outros Eventos 163
ANEXO I – EVENTOS ANTERIORES 235

1. OFICINAS DE ENGAJAMENTO

As listas de presença, atas e relatórios fotográficos das oficinas de engajamento, realizadas em abril de 2018, são apresentadas a seguir. Nas listas de presença as informações pessoais foram propositalmente apagadas, visando preservar a privacidade dos participantes. Os registros em áudio e vídeo estão disponíveis ou podem ser solicitados no site do PDS Litoral.

1.1 ANTONINA

1.1.1 Lista de Presença de Antonina



PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE ANTONINA
LOCAL: Auditório da Câmara Municipal de Antonina– Vale Porto, 15 - Centro
DATA: 26/04/2018
HORÁRIO: 14:00hs

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
[illegible]	Sec Turismo	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Nilda [illegible]	Movimento Viva Porto	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Adéia P. P. Santos	Sec Cultura e Turismo	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Alciman Meira	Historiador	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Irani Macagnani	PM Comunicação	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Sec. Mun. Meio Ambiente	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Edmundo do Valle de Paula	UFPR	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ariane Maria Bonilha Pissoto	—	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Nathalia Bossel Minani	—	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Solange Regina Batista	SPVS	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ricardo Aguiar Borges	SPVS	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Allan C. Araujo	Prefeitura Antonina	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Margarita J. Pinapolli	UFPR	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Thiago Santos	UEPA	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	FAE	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Adriane Cordoni Savi	FAE	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Fábio Bonifácio Batista	FAE	[illegible]	[illegible]	[illegible]

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE ANTONINA
LOCAL: Auditório da Câmara Municipal de Antonina– Vale Porto, 15 - Centro
DATA: 26/04/2018 **HORÁRIO: 14:00hs**

(2)

PDS_LITORAL

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
Renatha Galiotto de Andrade	FAE			Renatha Galiotto
Felipe [illegible]	FAE			[illegible]
Sofia Bamilades Solci	FAE			Sofia Bamilades Solci
MARCOS CRUZ ALVES	IAMUQUÊ		76	
JORGE ALBERTO SONDA	PREF. MUNICIPAL		1	
João de Castro Junior	Privado		8	
ANDRÉ LUÍS P. FORLANETO	CASA VERDE			
Jaime A. Oliveira	CIDADÃO			
Aline Schmidt	Cidadã			Aline Schmidt
Orlando B. Machado	CIDADÃO			
CESAR A. BONTORIN	ADEMADAN			
Wagner Candido F. Bontorin	ABEPIBA		8	
David Pinheiro Lima Lobo	Cidadão		5	
Gustavo Daher	SEED-PR		764	
Magno Tonzo Schlosch	UFPR		254	
Sonia [illegible]	[illegible]			
PAULO M. RIBEIRO	PREFEITURA		4	

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

(3)

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE ANTONINA
LOCAL: Auditório da Câmara Municipal de Antonina– Vale Porto, 15 - Centro
DATA: 26/04/2018 **HORÁRIO: 14:00hs**

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
MARCUS RIO APA	FUTEBOL & ARTE			
Italua N. T. d'Alem				
PAULO ROBERTO BIOSVE	VEREADOR			
JOSÉ ALVES de SOUZA	VEREADOR			
RENATO LÉO FARY JR	CIDADÃO			
MARCO A. S. CARLIM	"			
Marcelo V. Gomes	Cidadão		27169	
Sandra Maria Machado	FUNCIONÁRIA PÚBLICA			
Karen Cristina de P.O.	Comissionada			
ANTONIEN CONCEIÇÃO SEVERINO	CÂMARA DE ANTONINA		540 -	

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

PDS_LITORAL

1.1.2 Ata da reunião de Antonina

ATA DA OFICINA DE ENGAJAMENTO DO PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO DO LITORAL DO PARANÁ NO MUNICÍPIO DE ANTONINA

Às 14 horas e trinta minutos do dia 26 de abril de 2018 no Auditório do Palácio do Ypiranga, situado à Rua Vale Porto, 15 - Centro Histórico, Antonina/PR, teve início a Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS Litoral). Representando o Consórcio Litoral Sustentável estavam presentes Taco Roorda, arquiteto, coordenador do plano, Mauricio Alexandre Maas, arquiteto e psicólogo, articulador regional do Plano, Barbara Bravo, antropóloga, especialista em estruturação social do Plano, Heverson Bayer, jornalista, responsável pelo plano de comunicação do Plano, Adriana Levinski Hamann, assistente social, articuladora local do Plano. Além destes estavam presentes servidores e representantes municipais e estaduais, representantes da academia, do comercio, moradores do município e outras pessoas interessadas que estão indicadas na lista de presença anexada a esta ata.

O Moderador iniciou explicando brevemente o Plano e o processo de contratação do Consórcio Litoral Sustentável, através de um edital de concorrência, projeto financiado pelo Banco Mundial. Apresenta a equipe e explica que, nesse desenho, essa primeira oficina de engajamento é aberta a toda a população e está acontecendo em todos os municípios; nas próximas etapas as oficinas passarão a ser regionais. Nessa oficina será apresentado o Plano de Trabalho e será constituída uma Equipe de Acompanhamento, formada por representantes do poder público municipal e da sociedade civil.

Taco inicia sua fala apresentando o plano de trabalho na seguinte sequência: os objetivos; os agentes – Entidade Contratante que é a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a Gestão do Contrato que é realizada pela Equipe Técnica Intersecretarial – ETI, o Acompanhamento do Contrato está a cargo da Equipe de Acompanhamento – EA, o Executor que é o Consórcio (Consultoria) e a Entidade Financiadora que é o Banco Mundial (BIRD); explica a composição da EA envolvendo representantes locais: representante do setor produtivo empresarial, representante da

academia, representante do Conselho Municipal de Planejamento ou da Cidade, representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente, representante de organização não governamental, representante à livre escolha do plenário da oficina de engajamento. Outros atores que acompanharão o plano são os representantes regionais da academia, de organizações não governamentais atuantes na região, de observatórios, do Programa de Cidades do Pacto Global da ONU, conselhos de classe, Ministério Público, de federações, agências de desenvolvimento, entre outros. Apresenta o executor do Plano comentando que este é formado por 2 empresas espanholas - MCRIT S. L. e HIDRIA CIÊNCIA AMBIENTE Y DESSAROLLO S.L. e duas brasileiras BARCELONA BRASIL GROUP CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. (Líder) e QUANTA CONSULTORIA LTDA. Explica a metodologia, etapas e produtos do Plano. Taco destaca a diferença entre as Oficinas e as Audiências, que somados chegam a 29 eventos participativos, comentando que as Oficinas têm como objetivo qualificar o trabalho que está sendo realizado e que as Audiências Públicas buscam levantar sugestões e opiniões além de ter função de validação. Taco apresenta o *site* do plano: http://pdslitoral.com. Apresentado o conteúdo do Plano de Trabalho, Taco passa a palavra ao Maurício que, nesse momento, pergunta à plateia se há alguma dúvida sobre a apresentação do Plano de Trabalho.

Perguntado quanto ao surgimento das entidades do consorcio, Mauricio responde que o processo teve início há mais ou menos 4 anos, quando uma equipe intersetorial composta por representantes de várias secretarias percebeu que o litoral demandava um planejamento integrado estratégico regional. Explica que de início as secretarias tentaram fazer isso dentro da estrutura do governo, mas pelo grande volume de demandas cotidianas isso se tornou inviável. A partir dessa tentativa inicial foi tomada a decisão de contratar uma empresa ou consórcio como parte do financiamento multisetorial do BIRD. A partir da anuência do BIRD foi aberta então uma concorrência internacional nos moldes internacionais, que teve como retorno aproximadamente 40 propostas apresentadas por empresas e consórcios. Ao fim do processo seletivo, o

Consórcio Litoral Sustentável foi vencedor da concorrência com base nos melhores critérios técnicos e financeiros.

Questionado se o SEBRAE está envolvido com o plano. Maurício responde que apesar do SEBRAE ser muito importante, ele não tem papel institucional direto na elaboração do Plano. No entanto, aponta para o fato de que a instituição será um participante fundamental na fase de elaboração de propostas e de implementação do Plano. Ao ser indagado se a apresentação em power point estará disponível no site ou no facebook do Plano, Taco responde que é possível disponibilizar o material no site, e informa a todos que o Plano de Trabalho já está online.

Pergunta-se qual será o custo inicial do processo; e se há estimativa de quanto as organizações estão recebendo para elaboração do Plano. Taco responde que é um contrato do Governo do Estado com o Consórcio, e que o pagamento é feito em duas moedas, uma parte em reais e a outra em euros, sendo a parte em real em torno de 3 milhões, e o restante em torno de 750 mil euros. O economista ainda pergunta se esse valor inclui o custo das obras ou se é relativo apenas ao valor da consultoria. Taco responde que diz respeito apenas à consultoria.

Uma professora universitária pondera que desde 1988 as manifestações populares têm mobilizado as pessoas para participação nas decisões políticas, mas que em alguma medida isso não tem surtido muito efeito na qualidade dos projetos que são levados para as comunidades. A professora coloca que há mais de dez anos são feitas ações junto às comunidades embasadas em estudos. De acordo com a sua percepção, o litoral é muito vulnerável, e esta vulnerabilidade é um atrativo para que o BIRD e as empresas estrangeiras queiram investir na região. Aponta sua preocupação com a leitura do litoral como uma área pobre, afirmando que os moradores do litoral paranaense não são pobres, e sim ricos, que podem até ser pobres economicamente, mas que têm uma riqueza ambiental enorme. Argumenta ainda que sua preocupação é com a ausência de projetos de emancipação política das pessoas, e questiona a forma como a participação é usada para legitimação de projetos. Na sua percepção, as propostas apresentadas à

sociedade já vêm definidas, apenas esperando validação, e o poder público e as empresas sempre têm grande interferência nas decisões acerca das propostas que irão interferir na vida das pessoas. Questiona o dinheiro que está sendo gasto com o Plano, argumentando que ela gasta dinheiro próprio para realizar ações em Antonina. Por fim, aponta para necessidade de inserção social e de um significado do desenvolvimento baseado na dimensão social. O litoral deve ser caracterizado não pela pobreza humana, mas sim pela riqueza humana, que não deve ser destruída por conta do crescimento econômico. Maurício responde que o PDS é um instrumento que está sendo elaborado com um espaço aberto para participação, e que, por mais que não seja um espaço que atenda à todas as demandas da população, é parte de um contexto maior, resultante de várias disputas de poder. O mediador relembra que o próprio TDR de contratação da consultoria é diferente de outros planos por se preocupar com a questão das escutas das comunidades tradicionais, não só para escutá-los, mas para inserir seus pontos de vista na construção do plano, diferentemente do que era praxe nos planos feitos há 20 anos atrás que não levavam a pluralidade de pontos de vista em consideração.

Um dos presentes inicia sua fala dizendo que a fome de Antonina é resolvida com cestas básicas, sendo assim muito menor do que a fome do predador que precisa de muito dinheiro. Argumenta que o poder público não responde em Antonina, na sua percepção, faltam ações de planejamento e equipe qualificada, e usa o fato da não existência de uma secretaria de esporte como exemplo. Vai além e explica como o esporte é uma ferramenta autossustentável que auxilia o desenvolvimento de diversas áreas, uma vez que ensina aos jovens o respeito ao patrimônio e à segurança, ajuda na saúde preventiva, e muda a relação com a escola. No entanto o esporte, assim como a cesta básica, não acontece porque não há orçamento, nem sensibilidade de perceber soluções alternativas.

Para uma médica presente, um plano de desenvolvimento precisa ouvir toda a população para entender quais são as reais demandas. Ela relembra que o litoral passou por uma fase em que nascer e morrer era igual, se tinha 10 filhos, morriam 5 e viviam 5

e as pessoas se contentavam com isso. A situação melhorou um pouco, com o SAMU litoral que ajudou a atender a população, em especial as famílias que moravam nas ilhas distantes, e com a realização de um treinamento intensivo dos profissionais de saúde para atender as comunidades distantes. A médica argumenta que com um plano de desenvolvimento é preciso conhecer a fundo as populações, entender as questões para conseguir elaborar um plano que de fato corresponda às demandas, mudando a forma de política arcaica em que cada município do litoral só se preocupa com a sua própria população e não com a região como um todo. A médica coloca que tem boas expectativas com o plano, e com a possibilidade de a comunidade participar de forma ativa, demonstrando suas reais necessidades. Ela encerra sua fala ressaltando que a população do litoral não é de pobres nem miseráveis, mas que a situação está precária, uma vez que as secretarias não conseguem fornecer nada para a população, e que quem está gerindo o poder público não conhece as suas próprias comunidades. Para a médica é fundamental que o plano aponte as diretrizes do desenvolvimento.

Para um empreendedor, não deve haver uma resistência ao Plano por antecipação, ao contrário, deve ser reconhecido o fato de que ao menos há um movimento de conservação e de desenvolvimento, do contrário, sem que alguma coisa seja feita, a próxima geração será de jovens que nem trabalham nem estudam. O empreendedor coloca que já foi considerado o terceiro maior empregador da cidade tendo apenas 80 funcionários, e que o Plano é importante para que essa situação mude e traga resultados para Antonina, uma vez que vai apresentar caminhos para o investimento local com respeito ao meio ambiente e às pessoas. O empreendedor relembra que Antonina é campeã no uso de crack, e que esta é uma das questões graves que só poderão ser resolvidas com recursos, e que só tem recurso se houver investimento na região.

Questiona-se se a equipe do PDS já tem propostas prontas ou se é apenas o início do processo, e aponta para a importância da BR-340 para o desenvolvimento em infraestrutura e economia do município, e que já foram feitos estudos sem

continuidade, e que o Ministério Público até o momento não aprovou a expansão de 11,5km da rodovia.

Uma microempresária se propõe a resumir o que seus colegas ponderaram até então dizendo que se a equipe do PDS não apresentar um projeto sistêmico, não haverá solução; se não houver a sistematização de todos os problemas e demandas a cidade não sairá do mesmo lugar, principalmente no que diz respeito ao saneamento básico. Maria Cândida aponta para necessidade de o plano focar nas necessidades reais das populações mais necessitadas, e na capacitação da população para todo tipo de atividade. A microempresária argumenta que os secretários só se preocupam com a realização de eventos, e que para mudar a situação é necessário usar as oficinas para construir um projeto sistêmico, que discuta o que é desenvolvimento. Ainda, ela questiona o propósito da equipe, ponderando que se o PDS for apenas mais um projeto, mais um plano, mais uma apresentação, mais uma ação política que não terá continuidade, os moradores de Antonina estarão acompanhando de perto e prontos para deixar de contribuir com a participação caso não vejam diferença nesta proposta. Maria Cândida encerra sua fala pontuando que apesar de não perceber a população como pobre, existem casos de mães que não tem comida para servir para os filhos, e que, portanto, se a base da população não for ouvida nenhum plano irá funcionar.

Um professor universitário se apresenta dizendo que desde 2005 trabalha em Antonina, atuando como testemunha do processo da usina, buscando uma compensação ambiental para o uso e os impactos da usina, tendo estabelecido um vínculo muito forte com o município. O professor trabalha com ordenamento territorial na Universidade e argumenta a partir de sua experiência que existe uma cultura de planejamento muito forte, em que projetos e planos são elaborados e posteriormente engavetados, levando a uma nova rodada de planejamento. Para o professor não há preocupação em construir indicadores de monitoramento no momento do planejamento, e que isso é um problema, uma vez que quando há indicadores não é preciso planejar de novo, apenas acompanhar a implementação. Por estarmos em um novo momento de planejamento,

acredita que devemos ter o cuidado com a elaboração de mecanismos para monitorar a implementação do plano, e já pensarmos em como faremos as revisões do plano ao longo do tempo. Sugere que o plano regional deve ser visto como uma oportunidade de pela primeira vez falarmos em ordenamento territorial e não em desordenamento territorial, uma vez que existem mais de 15 planos para o litoral e quando estes são sobrepostos no mapa é possível identificar diversos conflitos entre as propostas. Apesar de todos os planos terem passado por validação pública, as audiências eram compostas por públicos diferentes. Pondera que o Plano deve ser visto como uma oportunidade singular para Antonina, que historicamente é tida como uma cidade de tradição portuária. Para o professor, chegou a oportunidade de pensarmos quais são as alternativas ao porto, uma vez que para ele o porto em Antonina significará lutar contra natureza para o resto da vida, e que o negócio não será economicamente viável. O custo com dragagem de Paranaguá e Antonina para operar o porto privado será maior do que o volume de cargas de um porto não privado. O momento é então de coletivamente pensarmos para além do porto. Será que Morretes, Guaraqueçaba podem vir juntos? Será que podemos pensar em uma reserva? Argumenta que Corrientes era uma província tão abandonada quanto o litoral paranaense, mas foi criada uma identidade cultural e natural tão forte que mudou completamente a identidade e a realidade, se tornando uma das províncias argentinas que mais desponta na economia. O professor encerra sua fala reiterando que tem expectativas muito grandes em relação ao trabalho do PDS, sendo este um momento único na história do município para pensar em alternativas ao porto. No contexto da campanha Salve a Ilha do Mel, que deixou claro que não haverá porto em Pontal, e se houver será daqui a muito tempo, faz sentido pararmos tudo em termos de mudança no litoral e focarmos no PDS, e voltar a fazer mudanças a partir do que o plano sugerir. O PDS deve ser diferente das ZEEs que não levaram em conta o que as populações queriam, o PDS pressupõe legitimidade o que faz dele diferente.

Mauricio responde que não há respostas para as colocações da professora porque a ideia é ouvir as demandas e projetos que já dão certo para gerar propostas. Aponta

ainda que o projeto está e não está no início, uma vez que a ideia é trazer experiências que já acontecem no litoral para o plano, trazendo pessoas e pontos de vista inviabilizados para a agenda política do estado. A intenção é de que a equipe de consultores do PDS venha a apresentar propostas e ideias que serão discutidas coletivamente a partir das escutas.

Ao pedido de exemplos de propostas para Antonina, Maurício fala que não tem propostas agora, e retoma o raciocínio de que a ideia deve ser sistêmica, e não um projeto que olha para as áreas e territórios em caixinhas. A filosofia é de olhar para o litoral e suas questões de forma sistêmica. Maurício concorda com a fala acerca da cultura de planejamento, mas aponta mudança neste padrão a partir do Estatuto das Cidades. De acordo com ele, há vinte anos atrás chegaríamos aqui, olharíamos o território, produziríamos um documento com as nossas ideias e entregaríamos para o cliente, não teria nem apropriação nem aderência das populações. A ideia de fazer um plano participativo é fazer um plano que as pessoas se apropriem para garantir a sua implementação. As pessoas pensam no planejamento e não na sua implementação, e isso precisa mudar. O PDS não pode ser pensado só até fevereiro de 2019, ele deve ser pensado para os próximos vinte anos de implementação. Temos que pensar no M&A (Monitoramento & Avaliação) dele ao longo do tempo, com um sistema que permita o replanejamento do que não estiver dando certo.

A representante de uma ONG endossa a fala do professor, apontando preocupações relacionadas à descontinuidade das ações por conta das mudanças políticas, e questiona como é possível garantir que a próxima gestão dê continuidade ao PDS; o que está sendo pensado em termos de governança? Solange pontua que não é correto ouvir as pessoas se de fato não há intensão de fazer algo a respeito do que foi ouvido; a escuta descompromissada só geraria mais frustração e expectativa. Solange justifica a necessidade de sua fala afirmando que há anos as pessoas vão a Antonina, perguntam o que a população quer, e depois engaveta os planos só gerando frustração.

Questiona-se como será feito o financiamento das ações propostas pelo PDS, e que pegar mais dinheiro com o BIRD quer dizer aumentar o déficit do estado. Com base neste raciocínio a professora questiona como é possível planejar para os próximos 20 anos se nos últimos 20 não houve orçamento. Pergunta se, quanto ao escopo de atuação do PDS, se o Plano vai se propor a elaborar propostas para todas as áreas, saúde, saneamento, etc.

É comentado que ano passado foi feita uma pesquisa com a população de Antonina para entender o perfil socioeconômico e para entender os maiores problemas por bairro. Nesse público tinha uma grande quantidade de jovens, e percebeu-se uma autoestima muito baixa. Os jovens foram questionados sobre possíveis melhorias e sugestões do que poderia ser feito para Antonina e aproximadamente 30% não achava que havia nada de positivo no seu bairro, ou seja, uma parte considerável das pessoas não enxergam nada de bom. Isso tem muito a ver com a quantidade de projetos que vem de fora e que não valorizam o que tem no próprio município, como os trabalhos feitos pelas associações de moradores. Os moradores conhecem as suas questões, e sabem falar do que precisam, identificam saneamento e segurança como problemas, mas pedem projetos relacionados ao empreendedorismo, economia criativa, educação, projetos que surgem debaixo. Para o professor é muito importante de fato que as comunidades participem, mas para isso a linguagem da apresentação do PDS precisa ser alterada, uma vez que é muito voltada para economia, como se crescimento econômico fosse sinônimo de desenvolvimento econômico e sustentável, não há enfoque nas questões sociais. O professor ainda critica a comunicação do PDS, argumentando que até chegar na oficina não sabia o que esperar do evento, e que não o considera como uma oficina de engajamento por não haver base de comunicação popular, o que reflete o fato do desenvolvimento no Plano estar muito atrelado a ideia de produto, e não do envolvimento das pessoas nos projetos.

É relembrado que o PDS enquanto plano precisa ter diretrizes e engajamento com a comunidade para que ela mostre o que deve ser incluído nesse plano.

Um vereador pontua que o Consórcio está vindo em boa hora, e que ele espera que o PDS traga projetos sobre assoreamento. Para o vereador, o maior problema atual é o desemprego e subemprego, e que não há como preservar tudo de barriga vazia, é preciso trazer emprego para o povo. O Consórcio precisa pensar em projetos sobre como viabilizar isso. É necessário também ver com urgência a questão do saneamento básico, unindo forças com a sociedade civil, política, igrejas, para um bom trabalho voltado para o litoral. Para o vereador Antonina está caindo no esquecimento, tendo o IDH acima apenas de Guaraqueçaba. Para reverter a situação o vereador aponta para o potencial das muitas pessoas inteligentes e capacitadas residentes no município. Outro problema levantado é a questão da Baía e dos pescadores artesanais, e como lidar com a realidade dos mais de 8000 pescadores de Antonina que estão passando fome. Para o vereador a COPEL tinha que fazer a dragagem. Maurício responde que a questão do saneamento está aparecendo em muitos municípios, mas que não podemos pensar no plano como resolvendo todas as questões em vinte anos, dentro do Monitoramento & Avaliação é necessário pensar num movimento cíclico de revisões. Ainda, o mediador reforça a importância de se priorizar ações, haja vista a impossibilidade do PDS dar conta de tudo. É preciso pensar em quais são as ações prioritárias, como elas serão financiadas, e isso tudo será feito na quarta fase. Sobre a mudança de governo, Maurício reitera que não é possível garantir nada, mas que o mecanismo participativo ajuda na pressão da opinião pública, assim como o financiamento do BIRD, já que o os projetos que serão financiados posteriormente tem que ser congruentes com o que foi financiado antes, por fim, tem a vantagem de ter a participação de muitos servidores do estado nas secretarias que estão envolvidos há quatro anos no processo que levou à contratação do Consórcio, e que vão querer dar continuidade ao Plano.

O mediador introduz a necessidade de se constituir a Equipe de Acompanhamento, e pergunta se há diversidade de grupos de interesses presente para que essa equipe seja representativa. A plateia sinaliza que sim, mas salienta a ausência das lideranças comunitárias que não puderam participar da oficina por incompatibilidade de horário, uma vez que trabalham durante a tarde. Maurício informa que as próximas reuniões

serão realizadas à noite e propõe que alguns nomes sejam indicados a seguir para que a equipe possa ser definida na próxima reunião noturna. Para o setor produtivo são indicados os empresários João de Castro e Marcos Maranhão, e é levantada a necessidade de que sejam contatados os pescadores artesanais, o Vale do Gigante, e a Associação Comercial, com o objetivo de que enviem representantes para compor a EA. Para representar a academia são indicados os professores Eduardo da UFPR Geografia e Mayra da UFPR Litoral. Para o Conselho Municipal de Meio Ambiente foi acordado que o representante será definido na próxima reunião, uma vez que no dia 27/04/2018 haverá indicação de novos membros. Para representar as Organizações Não Governamentais foram indicados César da Ademadan e Nilda Crepaldi da Viva Mais Antonina. Como parte da livre escolha foram indicados Renato Leo Fary Jr. representando o setor de esporte e Davi representando a participação cidadã. Como Antonina não possui um Conselho Municipal de Urbanismo, foi definido que esta representação será substituída pelo setor do Turismo, tendo sido indicados como representantes Marcos Cruz Alves, Alana Araújo, Maria Cândida Felisbino e Orlando Bittencourt.

Maurício encerra a reunião, ressaltando que a composição das Equipes de Acompanhamento deve ser equilibrada para que um município não tenha mais representantes do que o outro, e reitera que a definição da EA de Antonina será feita na próxima reunião noturna.

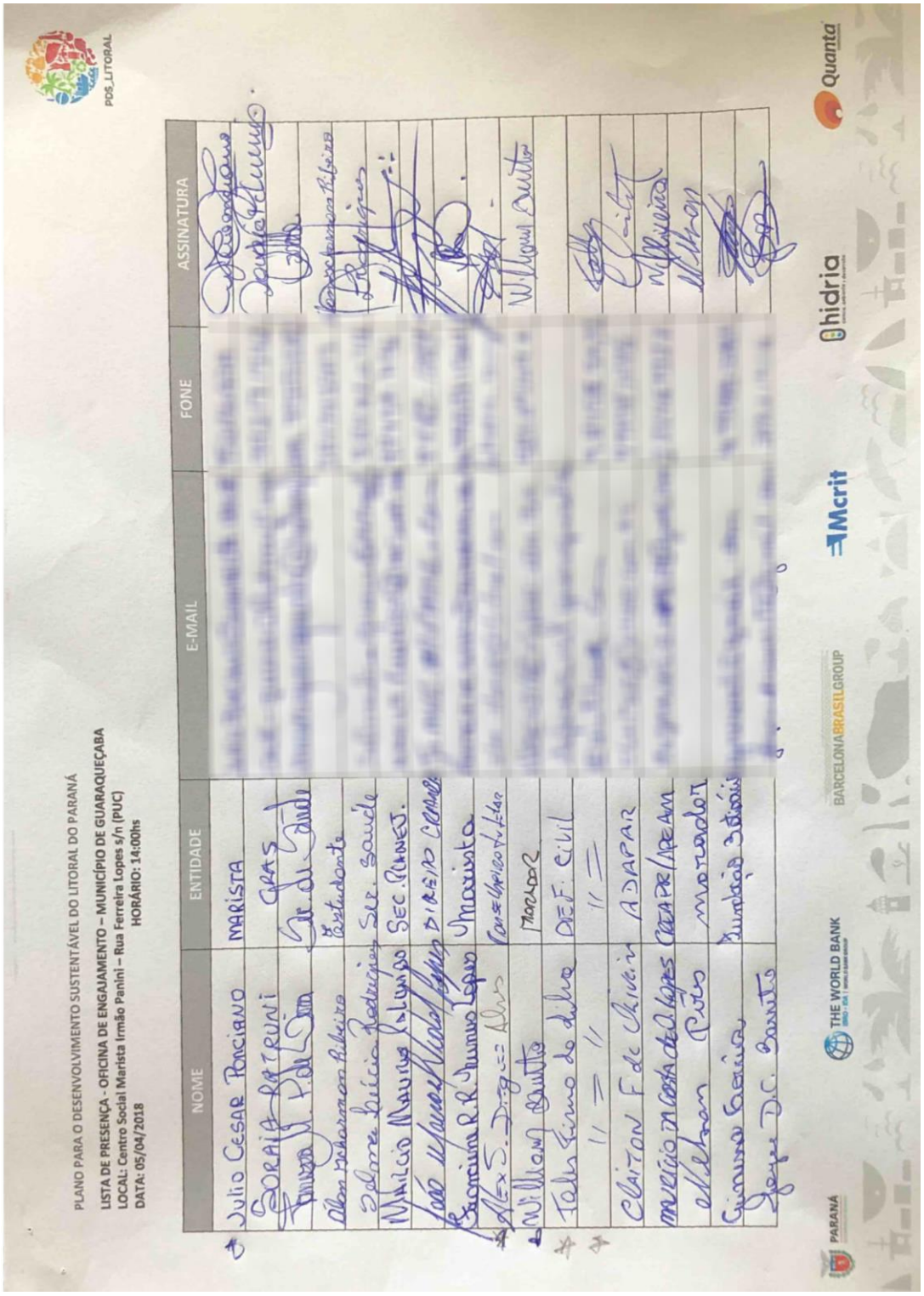
A oficina é dada por encerrada, sendo lavrada a presente ata.

1.1.3 Relatórios fotográficos de Antonina

CAFÉ

1.2 GUARAQUEÇABA

1.2.1 Lista de Presença de Guaraqueçaba



PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA
LOCAL: Centro Social Marista Irmão Panini – Rua Ferreira Lopes s/n (PUC)
DATA: 05/04/2018
HORÁRIO: 14:00hs

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
Julio Cesar Rociano	MARISTA			
Sorai Ratruni	GPAS			
Tania J. Pol Sim	Sr. do Sando			
Alan Richarson Ribeiro	Estudante			
Salma Lucia Rodrigues	Sec. Saúde			
Maurício Maurício Schumpo	SEC. Meio			
João Wilson Nascimento Lopes	DIRETOR CEMADE			
Geovana R.R. Thomaz Lopes	Marista			
Alex S. Diogo Alves	Cons. Aprisco Pt. Itac			
Willian Bautista	MARISTA			
Talis Ferreira do Rosário	DEF. Civil			
" "	" "			
CLAITON F. de Oliveira	ADAPAR			
Maurício M. Costa de O. Lopes	CATAPRE/IPEAM			
Adelson Pinto	Morretes			
Giovana Garcia	Prefeitura Antonina			
Jorge D.C. Barreto				

PARANÁ · THE WORLD BANK · BARCELONABRASILGROUP · Mcrit · hidria · Quanta

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA
LOCAL: Centro Social Marista Irmão Panini – Rua Ferreira Lopes s/n (PUC)
DATA: 05/04/2018 **HORÁRIO: 14:00hs**

PDS_LITORAL

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
Wilson J. G. Araujo	ENABLE			
Dauriana M Adão	Conselho Tutelar			
Selma A. M. Dos Le	Assistencia Social			
Marinda Vidal R. Santos	CRAS			
Eliane dos S. E. Alves	Educação			
Inês dos S. da Costa	CMEI			
Mário Pandi	Emater			
Julio Cesar Santos Batista	Monitor Esporte			
Iracildo Carlos Cavalcante	CRAS			
Heverson Bayer	Consórcio			
Felipe Polo	Fundação G Boticário			
Bruno Alves	Fundação Boticário			
Haroldo F. Carvalho	Emater			
Antonio Rosa Sobrinho	APROPTA			
Kelly Ferreira Cotias	ICMBio/APA Guaraqueçaba			

PARANÁ · THE WORLD BANK · BARCELONABRASILGROUP · Mcrit · hidria · Quanta

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA
LOCAL: Centro Social Marista Irmão Panini – Rua Ferreira Lopes s/n (PUC)
DATA: 05/04/2018 **HORÁRIO: 14:00hs**

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
Julio Dos Santos	[illegible]			
Talmise M. do Nascimento	Centro Social Marist			
Luciane g. do Rosário Terzi	C. Social Marist			
Raphael R. Neto	C. Social Marist			
LEANDRO DIÉGUEZ	C. Social MARISTA			
Mauro Lorato	Marista			
Regina S. D. Santos	C. Social Marista			
José Tofi Edv. Lopes	Vice Prefeito			
Sérgio Maria de Freitas	PREFEITURA			
Tatiane de Lima	C. Social Marist			
Raquel Machado	CRAS			
Ivair B. Colombes	SEMADS-PMG			
Ayema R. Klein	CRAS			
Valdiona Roberto Prado	CRAS			

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA
LOCAL: Centro Social Marista Irmão Panini – Rua Ferreira Lopes s/n (PUC)
DATA: 05/04/2018 **HORÁRIO: 14:00hs**

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
Giovanne Barbosa Mendes	Grupo Marista			
Patrícia Costa Alves	Conselho tutelar			
Sueley Pelo Lenz	Conselho "			
Nivea Borgert	Secretaria Saúde			Nivea Borgert
Arabel M. G. de Aroni	MARISTA			
Vilmar Borgert	Diretor Agricola			

1.2.2 Ata da reunião de Guaraqueçaba

ATA DA OFICINA DE ENGAJAMENTO DO PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO DO LITORAL DO PARANÁ NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA

Às 14 horas e trinta minutos do dia 05 de abril de 2018 no Centro Social Marista Irmão Panini, situado à Rua Ferreira Lopes, S/N, Guaraqueçaba/PR teve início a Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS Litoral). Representando o Consórcio Litoral Sustentável estavam presentes Pedro Strozenberg bacharel em direito, moderador da oficina, Taco Roorda, arquiteto, coordenador do Plano, Mauricio Alexandre Maas, arquiteto e psicólogo, articulador regional do Plano, Heverson Bayer, jornalista, responsável pela comunicação do Plano, Fabricio Miyagima, arquiteto, representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, responsável pelo Plano. Além destes estavam presentes servidores e representantes municipais e estaduais, representantes da academia, do setor produtivo, moradores do município e outras pessoas interessadas que estão indicadas na lista de presença anexada a esta ata.

O Moderador iniciou explicando brevemente o Plano e o processo de contratação do Consórcio Litoral Sustentável através de um edital de concorrência, projeto financiado pelo Banco Mundial. Apresenta a equipe e o representante da SEPL, Fabricio Miyagima, e agradece a participação dos integrantes do curso de políticas públicas que está acontecendo na cidade. Pedro comenta que o PDS Litoral deve ter fortes bases técnicas, mas que deve integrar os saberes da comunidade, e por isso deve ser um plano participativo. Explica que, nesse desenho, essa primeira oficina de engajamento é aberta a toda a população e está acontecendo em todos os municípios; nas próximas etapas as oficinas passarão a ser regionais. Nessa oficina será apresentado o Plano de Trabalho e será constituída uma Equipe de Acompanhamento, formada por representantes do poder público municipal e da sociedade civil. Pedro salienta a importância dos conselhos municipais e sua participação na Equipe de Acompanhamento. O secretário de Agricultura e Meio Ambiente manifesta a importância da apresentação das entidades presentes, inclusive para saber quais são do município de Guaraqueçaba. Pedro propõe

que se faça a apresentação do Plano de Trabalho e depois a apresentação dos participantes da oficina. Em seguida, Pedro passa a palavra ao Fabricio.

Fabricio se apresenta e explica que, quando se começou a pensar o Plano, havia vários projetos para o litoral que influenciariam drasticamente a vida de população da região: a nova descida ferroviária da serra, a expansão do porto de Paranaguá, o projeto de engorda da praia de Matinhos, a Ponte de Guaratuba, a Estrada para Guaraqueçaba. Qual era o impacto? E quanto isso vai custar? Então se viu a necessidade de se priorizar e de se avaliar o impacto dos projetos na região. O Plano tem como objetivo ver a região como um todo, ter uma visão regional, pensando que existem muitas questões que são compartilhadas por vários municípios. Devem ser pensadas as questões sociais, econômicas ambientais etc. O PDS surgiu em 2011, quando o Governo do Estado, com base nessas questões, entendeu ser importante o planejamento integrado do litoral. Em 2013 surgiu a oportunidade desse projeto ser financiado pelo Banco Mundial e, a partir daí foi realizada uma concorrência pública, que finalizou no ano passado. Fabricio aponta que o PDS Litoral tem duração aproximada de um ano, e ressalta que é uma oportunidade para os municípios se unirem e ganharem mais força em suas reivindicações. Ressalta ainda que o PDS Litoral vai resultar em um Plano de Ação que define prioridades e possibilidades de financiamento para as ações elencadas. Em alguns casos, pelo custo e viabilidade das ações, terá que se pensar em um “plano B” para se resolver alguns problemas do litoral. Na sequência, Fabricio passa a palavra para o coordenador do PDS Litoral, Taco Roorda.

Taco inicia sua fala apresentando Mauricio Maas, articulador do PDS Litoral e Heverson Bayer, jornalista responsável pela comunicação do projeto. Em seguida apresenta o plano de trabalho na seguinte sequência: os objetivos; os agentes – Entidade Contratante que é a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a Gestão do Contrato que é realizada por Equipe Técnica Intersecretarial – ETI, o Acompanhamento do Contrato está a cargo da Equipe de Acompanhamento – EA, o Executor que é o Consórcio (Consultoria) e a Entidade Financiadora que é o Banco

Mundial (BIRD); explica a composição da EA envolvendo representantes locais: representante do setor produtivo empresarial, representante da academia, representante do Conselho Municipal de Planejamento ou da Cidade, representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente, representante de organização não governamental, representante à livre escolha do plenário da oficina de engajamento. Também acompanharão o desenvolvimento do PDS Litoral os representantes regionais da academia, de organizações não governamentais atuantes na região, de observatórios, do Programa de Cidades do Pacto Global da ONU, conselhos de classe, Ministério Público, de federações, agências de desenvolvimento, entre outros. Apresenta o executor do Plano comentando que este é formado por 2 empresas espanholas - MCRIT S. L. e HIDRIA CIÊNCIA AMBIENTE Y DESSAROLLO S.L. e duas brasileiras BARCELONA BRASIL GROUP CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. (Líder) e QUANTA CONSULTORIA LTDA. Explica a metodologia, etapas e produtos do Plano. Taco destaca a diferença entre as Oficinas e as Audiências, que somados chegam a 29 eventos participativos, comentando que as Oficinas têm como objetivo qualificar o trabalho que está sendo realizado e que as Audiências Públicas buscam levantar sugestões e opiniões além de ter função de validação. Taco apresenta o site do plano: http://pdslitoral.com/ .Apresentado o conteúdo do Plano de Trabalho, Taco passa a palavra ao Pedro que, nesse momento, abre a palavra para a plateia perguntando se há alguma dúvida sobre a apresentação do Plano de Trabalho.

A coordenadora do CRAS da cidade ressalta a importância da participação para melhorar as condições de vida da população e agradece a oportunidade oferecida pelo PDS Litoral. O Vice-prefeito comenta que, em conversa com o Prefeito, foi destacada a importância desse projeto para o município, mas estão na expectativa de que o plano realmente seja concretizado. Diz que participou de um programa semelhante – Nós Podemos Paraná – há uns doze anos; no começo o programa foi bem, mas chegou um momento que o plano desandou. Pedro pergunta à plateia sobre as suas expectativas e sobre as dificuldades enfrentadas, os desafios, como a estrada. Quais os temas importantes para a região? Comenta que ouviu no curso que ninguém nasce guaraqueçabano, e pergunta

se há maternidade na cidade. Uma enfermeira da cidade responde ao questionamento de Pedro, dizendo que Guaraqueçaba tem um ótimo hospital regional, maternidade, mas o problema é a estrada. Não nascem guaraqueçabanos porque faltam profissionais que façam o parto; eles não vêm para a cidade pelo risco de vida que a estrada oferece, além dos problemas que causam ao veículo. Um morador complementa dizendo que o problema é um acesso digno à cidade, tudo gira em torno disso. Não se leva em consideração o clima da região, chove em média 208 dias por ano em Guaraqueçaba. Quando o clima não está favorável não tem como sair da cidade para acessar serviços de saúde, nem chegar ao hospital regional; nem por estrada, nem por barco, nem por helicóptero. Ele recupera a ideia de "plano B" mencionada por Fabricio, dizendo que um plano B para Guaraqueçaba é a implantação de acesso náutico; afirma que o transporte náutico existente já é suficiente; termina sua fala reforçando que tudo gira em torno de um acesso digno à cidade. O educador social do Centro Social Marista faz uma complementação dizendo que Guaraqueçaba é um dos maiores municípios do estado, fazendo divisa com São Paulo e abarcando cerca de 25 ilhas; nesse território há inúmeras pequenas comunidades, e questiona o acesso à educação e saúde nessas localidades. Menciona também problemas de trabalho infantil, pois é mais fácil trabalhar do que ter acesso à escola. Há violação de direitos nessa situação. Por todas essas questões, o educador diz que quer acreditar que esse plano dê resultados. Em seguida, um agricultor aponta que agricultura gera muitos empregos, mas o "plano B" mencionado por Fabricio geralmente se refere à área urbana; A mobilidade dos agricultores é muito precária. Uma enfermeira diz que o que movimenta uma cidade é o dinheiro, e nesse sentido o turismo é uma atividade econômica de grande importância para Guaraqueçaba, mas a estrada ruim é um obstáculo para seu desenvolvimento; fala-se muito em proteção dos animais, mas em detrimento do povo de Guaraqueçaba; espera que esse plano tenha um bom retorno e reforça sua vontade de participar. O técnico do Centro Social Marista aponta a necessidade de se esclarecer quais são os impedimentos para melhorar as condições da estrada; diz que já ouviu que as pessoas que detém as frentes mais lucrativas, os técnicos ambientais são desfavoráveis à melhoria da estrada, mas é

importante apresentar argumentos objetivos, se não cria desgaste e desinteresse nas discussões. O Secretário de Agricultura e Meio Ambiente fala que a questão da estrada está sempre aliada à conservação do meio ambiente nas discussões; mas não fica claro qual o problema, qual o conflito; há também uma questão política, pois Guaraqueçaba tem pouca representatividade política. Fala do bom transporte náutico, mas pode se estruturar mais, melhorar a estrada; há falta de conhecimento técnico dos agricultores para melhorar a produção e evitar o assoreamento dos rios, e esse assoreamento está prejudicando os manguezais. Termina sua fala reivindicando uma estrada digna, que poderia favorecer o turismo – não turismo de massa – mas turismo de base comunitária, citando o exemplo de boa prática de Superagüi. O técnico da Emater diz que, para melhorar a estrada, há a necessidade de elaborar EIA/Rima, e que isso poderia ser incluído como ação do Plano. O Secretário de Planejamento aponta que tem conhecimento de 5 EIA/Rimas feitos para a estrada de Guaraqueçaba; esteve em reuniões sobre a discussão da estrada e percebe que ninguém é contra, todos os órgãos ambientais e Ongs foram a favor da melhoria da estrada, o problema é que são 5 mil votos em Guaraqueçaba, e por isso a estrada não sai. O assessor do gabinete da prefeitura propõe que, considerando o custo alto da pavimentação da estrada, que a implantação seja feita em partes, em sub-regiões da estrada, começando pela região da comunidade de Tagaçaba, que já está como área urbana no Plano Diretor.

Pedro ressalta que o tema da estrada é absolutamente central, e a vantagem agora é que, como o plano é apoiado pelo Banco Mundial, isso pode facilitar a captação de recursos externos para projetos de Guaraqueçaba. Para que os projetos entrem na agenda do plano, é importante a participação da comunidade. Pedro também questiona sobre outros desafios além da estrada. O técnico da Fundação Boticário concorda com a fala do Secretário de Planejamento, sendo que a Fundação trabalha com turismo e conservação ambiental e nunca foi contra a pavimentação da estrada, ressaltando que isso deve acontecer com responsabilidade e planejamento. Aponta a necessidade de aproveitar o potencial turístico do município. Taco ressalta a importância que a estrada ganha na fala dos participantes, e que o plano pode dar corpo para essa ideia. Fabricio

cita o caso de Chavantes, município de São Paulo, onde havia uma situação parecida, com várias comunidades, beleza cênica e potencial para o turismo; uma empresa implantou um resort na região, utilizando mão de obra local; a estrada de acesso era de péssimas condições e, quando o turismo começou a se desenvolver, um grupo local se reuniu e conseguiu a melhoria da estrada. Aponta esse caso para se pensar o que pode ser feito para desenvolver o turismo enquanto a estrada não for pavimentada.

Pedro introduz a necessidade de se constituir a Equipe de Acompanhamento, perguntando se há diversidade de grupos de interesses presente para que essa equipe seja representativa. A plateia sinaliza que sim. A composição proposta pelo TR é questionada, e Pedro afirma que isso pode ser adaptado à realidade do município. Alguns nomes são indicados: William Barreto, Tales da Silva, Antonio Rosa Sobrinho. A bióloga do ICMBio toma a palavra e explica que a área gerida pelo ICMBio no litoral é muito grande, e cita as unidades de conservação, bem como o ZEE. Aponta que tem muita disparidade na área, e que as comunidades devem ser ouvidas, e por isso, talvez tenha que se adaptar o modelo como o plano vai trabalhar, pois a equipe terá que ir para o interior. Ressalta que apenas dois municípios no estado do Paraná não têm acesso por estrada pavimentada, Guaraqueçaba é uma delas. Diz que pode compor a Equipe de Acompanhamento, mas sugere que ela não seja fechada nessa oficina. O agricultor menciona que as comunidades participaram de várias audiências para não se criar o Parque Bom Jesus, mas apesar disso, ele foi criado. Um morador aponta que concorda com a fala da técnica do ICMBio sobre a estrada, pois achava que o Instituto era contra. Também diz que a participação na região é difícil, pois as pessoas não têm interesse em participar. Pedro concorda com a proposta da técnica do ICMBio, dizendo que as pessoas podem ser indicadas para a EA na oficina, mas sem fechar a composição. A EA pode ser fechada na Audiência Pública que deve acontecer em breve. O assessor do gabinete sugere que a composição da EA seja regional, e que deveriam ser feitas reuniões em outras localidades de Guaraqueçaba, como Tagaçaba e Superagui. Uma moradora aponta a dificuldade dos pescadores e das pessoas que vivem nas comunidades de participar, pois há um custo para chegar até a sede, propõe uma

“parceria” para viabilizar o transporte dessas pessoas até a reunião. Taco concorda com a proposta do Pedro de fechar a EA na Audiência Pública e ressalta que há um programa de escuta das comunidades que ainda não se iniciou, e que isso pode ajudar na constituição de EA. Fabricio destaca a importância dos componentes da EA serem representativos da comunidade, e propõe que os presentes indiquem nomes de lideranças representativas. Um participante ressalta que as reuniões não podem ser no período da noite, pela dificuldade de acesso, devem ser à tarde. Um morador indica o nome de Rachel Sivieiro para compor a EA. O representante do CREA/Associação de Engenheiros Ambientais fala da dificuldade do processo de licenciamento ambiental, principalmente das cascalheiras, que são importantes para a manutenção das estradas de Guaraqueçaba; propõe uma integração dos órgãos ambientais para desburocratizar o licenciamento. Julio Ponciano se propõe a compor a EA representando o Centro Social Marista. O Secretário de Meio Ambiente cita que o Conselho de Meio Ambiente está sendo montado. Pedro ressalta que a prefeitura tem que indicar os representantes do poder público.

Pedro encerra a reunião, apontando que já tem seis nomes indicados para a EA, e que haverá uma conversa para ver como a equipe poderá ser montada. Mauricio repete os nomes indicados: William Barreto, Tales da Silva, Antonio Rosa Sobrinho, Rachel Sivieiro, Kelly Ferreira Cottens, Julio Cesar Ponciano e Alex Sandro Alves.

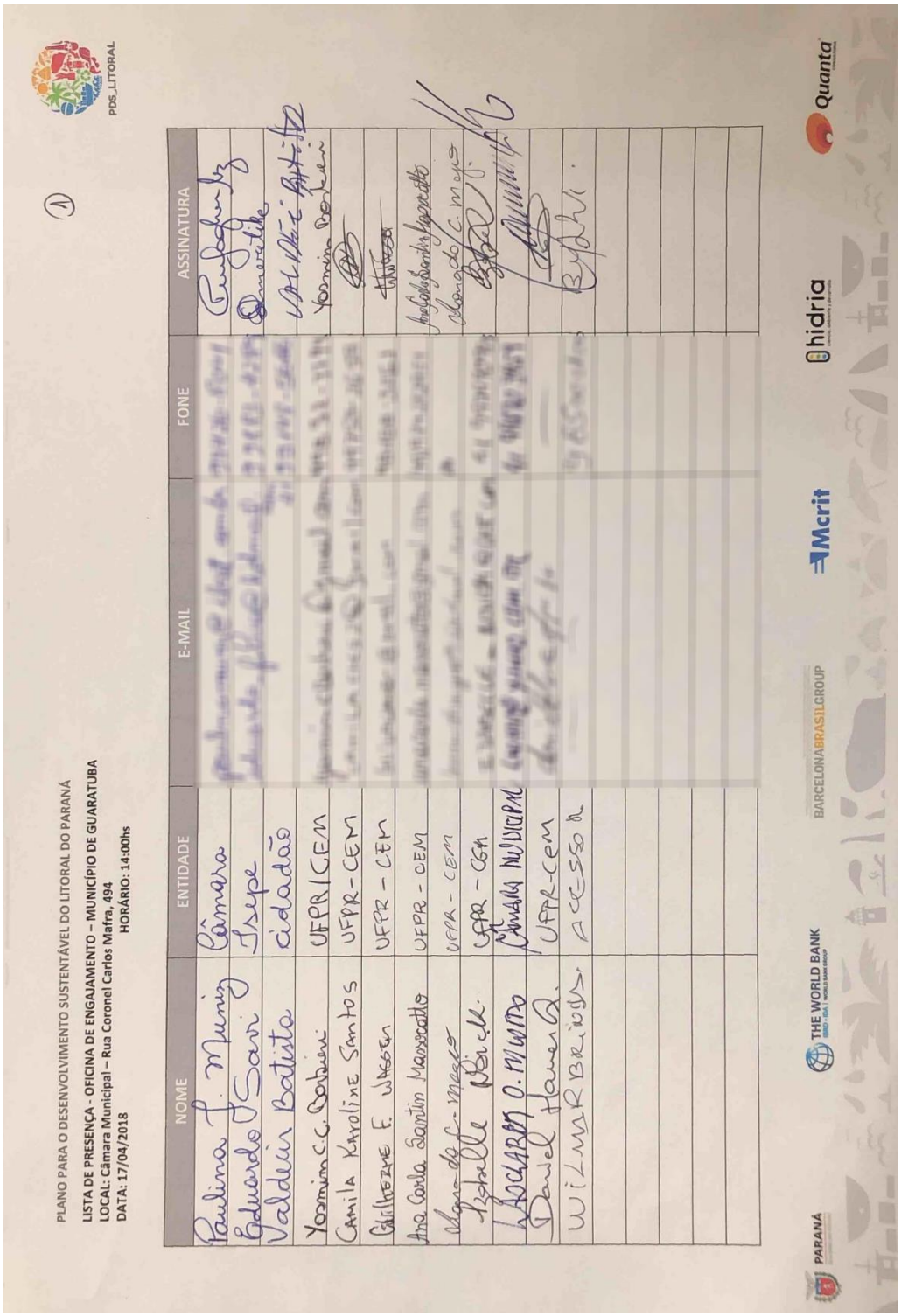
A oficina é dada por encerrada, sendo lavrada a presente ata.

1.2.3 Relatórios fotográficos de Guaraqueçaba

OBJETIVO GERAL

1.3 GUARATUBA

1.3.1 Lista de Presença de Guaratuba



PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE GUARATUBA
LOCAL: Câmara Municipal – Rua Coronel Carlos Mafra, 494
DATA: 17/04/2018
HORÁRIO: 14:00hs

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
Paulina J. Muniz	Câmara	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Eduardo J Sari	Iterpa	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Valdeir Batista	cidadão	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Yasmim C.C. Corbari	UFPR/CEM	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Camila Karoline Santos	UFPR-CEM	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Gabriele F. Wagner	UFPR-CEM	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ana Carla Santin Mazzetto	UFPR-CEM	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Maria de J. Moraes	UFPR-CEM	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Izabelle Abreu	UFPR-CGN	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ingarem O. Muniz	Câmara Municipal	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Daniel Hanen A.	UFPR-CEM	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Wilmar Brioso	Acesso	[illegible]	[illegible]	[illegible]

PARANÁ · THE WORLD BANK · BARCELONABRASILGROUP · Mcrit · hidria · Quanta

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

(2)

PDS_LITORAL

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE GUARATUBA
LOCAL: Câmara Municipal – Rua Coronel Carlos Mafra, 494
DATA: 17/04/2018 **HORÁRIO: 14:00hs**

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
YAN WOBER MESQUITA	CEM/UFPR			Yan Wober Mesquita
Veridiana S.H.C. Reichert	UFPR/CEM			Veridiana Reichert
Dayane de França Morais	UFPR / CEM			
Glymmedes Santos Soldanha	UFPR/CEM			
MATHEUS H. LUCHESE	UFPR/CEM			Matheus H. Luchese
Henrique O. Batista	UFPR/CEM			
Eduarda Helena O. Furmiga	UFPR/CEM			
Claudia Eloiso Cunha	Fiscalização			
Germana D. Guelhans	PRESIDENTE CODEMA			
ELIANE BORBA GRIMM	Pessoa Física.			
MONICA DO ROCIO MATHOSO	Pessoa Física.			
Denise Lopes Silva Gouveia	Procuradoria			
Edilson Garcia Kabat	GUARAPECUV			
AUSENTES CESAR TAVARES DE OLIVEIRA	SOS MATA BRASIL			

PARANÁ · THE WORLD BANK · BARCELONABRASILGROUP · Mcrit · hidria · Quanta

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

(3)

PDS_LITORAL

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE GUARATUBA
LOCAL: Câmara Municipal – Rua Coronel Carlos Mafra, 494
DATA: 17/04/2018 **HORÁRIO: 14:00hs**

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
Mariane Bizella	Cons. Parque Nacional			
Thais Paola Quins Malon	Dept. Fiscaliz. Mun			
Fabiano Tatt Ribas	Cam. Munic.			
Elaine M. Fagaça Dias	Secret. Cultura			
(*) Vicente C. Variani	Secret. Meio Ambi			
Lorena Ruiz Collares	Oceanógrafa			
Silvanir Cunha	Colônia Pescadores			
Cidemir P. Cunha	" "			
Fausto Ferentz	Amigos do Mar			
Mauro F. Maia	Inst. Aquamar			
Rodrigo Aguiar da Silva	Emater Guaratuba			
Gustavo Aquino	Corpo do Litoral			
Almir K. Ito Troyner	Vendedor			
Claudio Nazario	"			
Elaine Marli S. da Silva	Professora Educ.			
Marcio Sakajiri Tarran	Fiscalização			
(*) Sandra Maria de Andrade Bueno	Colégio Estadual Zilda Arns			

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

(4)

PDS_LITORAL

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE GUARATUBA
LOCAL: Câmara Municipal – Rua Coronel Carlos Mafra, 494
DATA: 17/04/2018 **HORÁRIO: 14:00hs**

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
Jailson Travassos	Prefeitura Centro de In			
Gustavo Erich Bernert	Inst. Guaju			Gustavo Erich Bernert
Angelita Maciel da Silva	Pref. Sec. Adm.			399
Luiz da Silva Neto	Diretor Fiscaliz. Mun. Obras			
Elizabelle Luiza R. Simarino	Fiscaliz. Dep. de Urbanismo			
Gabriel Miranda Fernandes	Fiscalização Dep. Urbanismo			05 Gabriel M Fernandes
Mario Jose Natalino	Sec. de Turismo			(41) 3472-8643
Mario Edson Fichur	Sec. de Obras			
Anderson Marlon Gazel	Sec. de Meio Amb			2784
Sérgio Paulo Lonetti	Sec. "			9491
Amy J.G. Moss Williams	Sec. "			
Camila Cunha	Colônia de Pesca			Camila Cunha
Valnei Wasilewski	UFPR - Litoral			
Luziê Massonek	Fiscaliz. Urb.			
Anderson Guilherme Seer	Urbanismo Fiscal.			
Nicelle Stephani Cordeiro	de Sims Santos			22-8391
Jaelcio Andrade	FM 91.5 Litoral			

Guaratuba.com.br

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

PDS_LITORAL

(5)

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE GUARATUBA
LOCAL: Câmara Municipal – Rua Coronel Carlos Mafra, 494
DATA: 17/04/2018 **HORÁRIO: 14:00hs**

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
Rodrigo Ruis	UFPR - Litoral			
Paulo Luciano da Silva	CERBIO-07			
Cidomar S. R. Barcellos	Sec. de Educação			
Daniele Correa da Silva	"			
Olga Margarida	Sec. da Educação			
Marcos Vasilewski	Inst. Guaju			
Eduardo Pereira da Silva Flho	"			
Elvis Lei Elinslei José Rocha Ferreira	Assoc. Manguetal			
Juliana Aparecida Pacheco	Procuradoria			
Fátima Eloy	Assessora			
Paulo Lima	Sec. de Agr. e Pesca			
DAYANE NOLIM DE MOURA	SEMMA / PGUÁ			
ALIREN SOARES KOSZOSKI	CRAS / SMBES			
Silvana Bailate	Conselho Mun			
(*) Fabiano Cecilio da Silva	Assoc. AMAC.			
(*) Sallo Karvat	ISEPE			
Jaqueline Heimann	ISEPE			

(*) Conselho

PDS_LITORAL

(6)

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE GUARATUBA
LOCAL: Câmara Municipal – Rua Coronel Carlos Mafra, 494
DATA: 17/04/2018 **HORÁRIO: 14:00hs**

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
IAGO LLANTADA	CEM / UFPR	[illegible]	[illegible]	Iago Llantada
Italo Martins Sabolinia	CEM/UFPR	[illegible]	[illegible]	Italo M. Sabolinia
Larissa Otto	CEM/UFPR	[illegible]	[illegible]	Larissa Otto

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

1.3.2 Ata da reunião de Guaratuba

ATA DA OFICINA DE ENGAJAMENTO DO PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO DO LITORAL DO PARANÁ NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA-PR

Às 14 horas e trinta minutos do dia 16 de abril de 2018, na Câmara Municipal de Vereadores de Guaratuba, situado à Rua Coronel Carlos Mafra, 494, na cidade de Guaratuba, estado do Paraná, teve início a 1ª Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS Litoral) nesta cidade. Representando o Consórcio Litoral Sustentável estavam presentes: Pedro Strozenberg, bacharel em direito, moderador da oficina; Taco Roorda, arquiteto, coordenador do Plano; Heverson Bayer, jornalista, responsável pela comunicação do Plano; Adriana Levinski Hamann, assistente social, articuladora local do Plano; Fabricio Miyagima, arquiteto, representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, responsável pelo Plano. Além destes, estavam presentes servidores e representantes municipais, representantes de academias, do comércio, moradores do município e outras pessoas interessadas que estão indicadas na lista de presença anexada a esta ata.

O Moderador agradeceu a acolhida realizada pela Prefeitura Municipal e pela Câmara de Vereadores de Guaratuba e a presença de todos. Esclareceu aos ouvintes que neste primeiro momento haverá uma breve apresentação da Equipe que faz parte do consórcio das empresas que prestam o serviço de consultoria. Apresentou brevemente os objetivos e funcionamento da oficina, sugerindo que cada participante se apresente ao fazer uso da palavra, para se ter uma ideia da diversidade da composição da plenária. Pedro salientou o desafio de compor a Equipe de Acompanhamento do plano. Dito isso, o moderador fez uma breve apresentação e discussão do Plano de Trabalho, bem como do formato da Equipe de Acompanhamento. Explicou que as próximas oficinas serão mais técnicas, voltadas para a produção de conteúdo a ser incorporado no Plano. Por isso, essa oficina tem uma chamada mais ampla, e as próximas envolvem atores mais específicos. No entanto, em cada etapa do Plano haverá Audiências Públicas voltadas para o público em geral, onde esse conteúdo poderá ser apresentado e discutido, mantendo a população a par do andamento do plano. Aponta ainda que, para que o

Plano possa contemplar dificuldades específicas de cada município e da região como um todo, será necessário se debruçar sobre questões que o município percebe como prioridade. Na sequência, Pedro passa a palavra para o Coordenador do Plano, Taco Roorda.

Taco apresentou os objetivos, etapas e processo participativo, na seguinte sequência: os agentes – Entidade Contratante que é a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a Gestão do Contrato que é realizada por Equipe Técnica Intersecretarial – ETI, o Acompanhamento do Contrato está a cargo da Equipe de Acompanhamento – EA, o Executor que é o Consórcio (Consultoria) e a Entidade Financiadora que é o Banco Mundial (BIRD); explica a composição da EA envolvendo representantes locais: representante do setor produtivo empresarial, representante da academia, representante do Conselho Municipal de Planejamento ou da Cidade, representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente, representante de organização não governamental, representante à livre escolha do plenário da oficina de engajamento. A elaboração do PDS Litoral também será acompanhada por representantes regionais da academia, de organizações não governamentais atuantes na região, de observatórios, do Programa de Cidades do Pacto Global da ONU, conselhos de classe, Ministério Público, de federações, agências de desenvolvimento, entre outros. Apresenta o executor do Plano comentando que este é formado por 2 empresas espanholas - MCRIT S. L. e HIDRIA CIÊNCIA AMBIENTE Y DESSAROLLO S.L. e duas brasileiras BARCELONA BRASIL GROUP CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. (Líder) e QUANTA CONSULTORIA LTDA; a metodologia, etapas e produtos do Plano. Taco destaca a diferença entre as Oficinas e as Audiências, que somados chegam a 29 eventos participativos, comentando que as Oficinas têm como objetivo qualificar o trabalho que está sendo realizado, e que as Audiências Públicas buscam levantar sugestões e opiniões além de ter função de validação. Taco apresenta o site do plano: http://pdslitoral.com/. Ao finalizar a apresentação, Taco colocou-se à disposição para esclarecimentos.

Em seguida, Pedro passa a palavra para o Prefeito de Guaratuba, o qual agradece a presença de todos, e faz observações sobre algumas questões que percebe sobre a organização do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral. Explica à plenária seu receio, num primeiro momento, pela notícia ter vindo de surpresa e por Guaratuba não ter sido consultada sobre o processo, mas passada esta primeira impressão, percebe que há um investimento muito alto por parte do governo do Estado do Paraná, e querendo ou não o plano irá nortear nossas ações. Desta forma, entende que todos precisam participar, pois este plano irá nortear decisões futuras para Guaratuba e região do litoral. Pontuou ainda que marcar a oficina em horário da tarde dificulta a participação da comunidade, no entanto, ficou surpreso com o auditório da câmara municipal cheio, dizendo que isso reflete a importância que a comunidade deu ao evento e para participar das decisões que terão como perspectiva para a região. Enfatizou que muitas vezes, costuma ouvir reclamações por parte de muitas pessoas, mas há também a pouca participação da comunidade em reuniões e audiências públicas desse porte, como também dos demais órgãos. Ao final da sua fala, sugeriu que as próximas oficinas sejam realizadas à noite.

Na sequência, o prefeito devolve a palavra ao moderador Pedro que, nesse momento, abre o diálogo para a constituição da Equipe de Acompanhamento, e verifica a participação de representantes dos setores da sociedade civil preconizados pelo Termo de Referência do PDS Litoral. Também ressalta a importância de os presentes manifestarem sua intenção de participar da EA. Nessa lógica, um professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR litoral pede a palavra, informando que mora há 10 anos no litoral paranaense e que está residindo há 5 anos em Guaratuba. Observa que há um cenário posto para definição do futuro do litoral paranaense, disse que a estruturação do Plano vem num momento essencial, onde há uma série de conflitos e que os atores se colocam numa arena de debates. Diz que há esperança e uma grande expectativa com o Plano de Desenvolvimento Sustentável no litoral e se coloca à disposição para contribuir na construção desse plano. E enfatiza que este processo seja um suporte para a construção de políticas públicas que

atendam às necessidades da população. Pedro agradece a disponibilidade do professor, e aproveita o momento para lembrar a todos e todas que as oficinas de engajamento estão sendo realizadas em todo litoral paranaense, informa que temos pela frente as oficinas de Morretes, Pontal do Paraná, Matinhos, Antonina. Em seguida, o moderador continuou o processo de diálogos e passa a palavra para uma moradora de Guaratuba, professora de sociologia de uma escola pública, cientista social, pesquisadora da Cultura Caiçara desde 1992, que estudou bastante a cultura de Guaraqueçaba. Relata que gosta da cultura caiçara e trabalha com os alunos sobre o que eles conhecem ou sabem sobre a cidade de Guaratuba. Diz que, a população de Guaratuba é composta por moradores de segunda residência, turistas. Destaca que há muito material produzido nestes últimos 15 anos sobre Guaratuba e proteção ambiental, de pesquisas realizadas por instituições de ensino superior, por empresas privadas e pelo próprio Estado do Paraná, que encaminha seus técnicos para a realização de estudos. Estudando os caiçaras, a moradora organizou e classificou 29 textos (teses e dissertações) sobre proteção ambiental, ressaltando a queixa das comunidades tradicionais de não serem chamados para discutir suas necessidades; as Unidades de Conservação são implantadas, com normas que não permitem que eles pratiquem suas atividades como sempre fizeram. Isso significa dizer que, eles têm dificuldade de compreender porque agora há tantas proibições impostas pelas leis, e que não sabe que moram numa Área de Proteção Ambiental (APA) e o que isso significa na vida deles. Sugere que eles sejam convidados e ouvidos. Enfatizou que, para essas pessoas o futuro é hoje. E fez a seguinte pergunta: Quais são as ações que serão propostas, políticas públicas, para hoje? Por exemplo, a proteção dos sítios arqueológicos, tem sambaquis que foram identificados e que estão virando estradas. Pedro explica que o plano é uma proposta participativa, contemplando atividades de escuta qualificada das comunidades tradicionais que terão suas necessidades ouvidas e contempladas nas discussões. Passou-se a palavra para um professor, representante da ISEPE – Engenheiro de Produção, que pontuou a importância da participação da academia e da participação dos estudantes num momento como este. Corrobora com a proposta do Prefeito para que as reuniões sejam

realizadas à noite. Coloca-se à disposição do Plano para construir juntos propostas, além de disponibilizar o espaço do auditório da ISEPE para as próximas reuniões. De imediato, passou-se a palavra o Secretário do Meio Ambiente, funcionário público, que pediu o uso da palavra, enfatiza a necessidade de levar em conta o que cada setor, órgão entende sobre desenvolvimento sustentável. Esclarece à plenária que cada classe profissional, grupo ou organização possui definições diferentes deste termo de acordo com seus conhecimentos e/ou vivências. Pontua à plenária que o governo vem implantando vários trabalhos, dentre eles destacou o Plano da Mata Atlântica, e sugere que a empresa que está elaborando deva ser convidada para participar da construção deste plano. Outra questão levantada por ele foi que, ao se falar em desenvolvimento sustentável, precisamos ficar atentos sobre a Lei da Mata Atlântica (proteção) e Constituição do Estado do Paraná, que veda qualquer construção na mata atlântica – e pergunta: Como desenvolver o município considerando a necessidade de preservação da mata atlântica? Em seguida, passa-se a palavra para um filho de pescador, caiçara, parte da Associação de Moradores de Caieiras – AMC. Em sua fala, abordou a questão das transições dos governos, declarou que um dos desafios que a empresa consultora terá pela frente é o engajamento dos prefeitos para a efetivação do plano, uma vez que o plano é de longo prazo. Enfatiza o ônus relativamente alto que o litoral paranaense assume em preservar a mata atlântica para o mundo, e não nega que deva ser preservada. Mas destaca que a discussão da conservação ambiental vem desde a década de 90. Desta forma, o litoral paranaense deveria ter financiamento diferenciado para a implantação de políticas públicas para atender as necessidades específicas da região em nível de Estado. Exemplifica a situação do desemprego dos jovens que se formam em cursos superiores no litoral, no entanto, não permanecem na cidade, pois não há trabalho. Outra questão apontada é o descrédito da comunidade litorânea em relação à empresa consultora que está à frente do plano, devido aos vários planos e projetos que já foram apresentados, inclusive pelo próprio Governo do Estado do Paraná. Cita o Projeto Orla, Plano de Gerenciamento Costeiro e agora o Mata Atlântica, entre outras propostas. Frisa a necessidade de que o nativo não seja esquecido, que não seja mais

um plano sem trazer benefícios efetivos para as comunidades. Destaca que a reunião de hoje tem ponto positivo de reunir as entidades de várias instâncias da sociedade civil, e isso foi um grande diferencial. Em seguida, o Prefeito pede a palavra, e ratifica essa fala. Expõe a diferença que faz quando todos estão engajados para um objetivo. Destaca a importância da presença dos secretários e vereadores, do poder público nesta reunião. Destaca ainda a importância da articulação para fazer diálogos com a comunidade. No entanto, traz a questão da resistência da comunidade em acolher o novo, e da necessidade de enfatizar um trabalho coletivo. E traz a seguinte reflexão: Pensar nas medidas que precisam ser tomadas, e entender o que a população precisa. E ainda frisa a necessidade da participação do Ministério Público nas discussões, para que possa contribuir com as decisões a serem tomadas nesse processo. Pedro agradece as contribuições realizadas pelo prefeito, e passa a palavra para outro morador de Guaratuba, estudante do Curso de Gestão ambiental da UFPR Litoral. O estudante esclarece que a sua preocupação está em torno da palavra desenvolvimento, questionando que tipo de desenvolvimento está sendo posto, citando o projeto da faixa de infraestrutura e questionando se isso é progresso. Destaca ainda, que a implantação de indústrias, portos, por exemplo, não são as únicas alternativas viáveis para gerar trabalho e renda para a região. Acredita que há outras possibilidades, não as que já estão postas. Traz para a discussão a questão do planejamento da cidade, sobre o crescimento urbano desordenado. Questiona onde está o planejamento da cidade? O que é uma cidade sustentável? O que é mobilidade urbana? E ainda, traz a questão da especulação imobiliária nos balneários. Em seguida passa-se a palavra para a procuradora do município, que aponta suas grandes expectativas em relação ao plano. Relata que não sabem o que fazer, não encontraram saídas viáveis para as moradias de interesse social, enfatiza a questão de se trabalhar melhor a legislação existente. E faz a pergunta: Será que não podemos trabalhar de forma mais efetiva com as leis? E não nos acovardar e trazer outras formas de interpretação da lei e não somente a interpretação literal? Será que estamos pesquisando suficientemente para desconstruir saberes que acreditamos ser as únicas formas de conhecimento para a questão das moradias? Destaca a

importância de se ter mais acesso às pesquisas acadêmicas, fazendo a seguinte reflexão: Como as pesquisas podem ajudar no processo de desvelar situações que são postas sob análises unicamente das leis vigentes? Será que só a normatização é a solução para todos os conflitos? Desabafa que precisam de ajuda, como comunidade, como município que está revisando seu Plano Diretor, precisamos unir esforços, escutar a população e encontrar as comunidades tradicionais para encontrar respostas. Em seguida, passa-se a palavra para um professor da CEM UFPR Pontal do Sul, que relata à plateia que tem acompanhado todo o processo do Plano de Desenvolvimento Sustentável, tem expectativas com relação ao plano, mas ao mesmo tempo, percebe que há interesses divergentes. Entende que há necessidade de criar consensos, e articular as instituições municipais, estadual e federal para fortalecer necessidades. Destaca que seria muito interessante integrar ao atual plano, os planos já existentes no município e fortalecer os conselhos municipais existentes, para que sejam mais envolvidos no processo e construam juntos este plano independente dos partidos a que pertençam. Destacou a importância da APA - Área de Preservação Ambiental, mas que contemple e fortaleça o saber tradicional. Em seguida, Marcos – Instituto Guaju, falando das normas de proteção da Mata Atlântica, destaca que Guaratuba e Guaraqueçaba mantem 80% de sua mata original. E que Antonina mantém 78% de mata. Aponta que os municípios que não preservaram podem fazer tudo, e quem preserva deveria ter prioridades, por exemplo, na liberação de verbas para pesquisa. A lei atual inviabiliza tudo e qualquer proposta de desenvolvimento na região. Refletir quais são as prioridades para Guaratuba e Guaraqueçaba.

Passa-se a palavra para Fabricio, representante da Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná, que expõe que ao se conceber o Plano, havia vários projetos para o litoral e que influenciariam drasticamente a vida de população da região: a nova descida ferroviária da serra, a expansão do porto de Paranaguá, o projeto de engorda da praia de Matinhos, a ponte de Guaratuba, a estrada para Guaraqueçaba. Qual era o impacto? E quanto isso vai custar? Então se viu a necessidade de se priorizar e de se avaliar o impacto dos projetos na região. O Plano tem como objetivo ver a região como um todo,

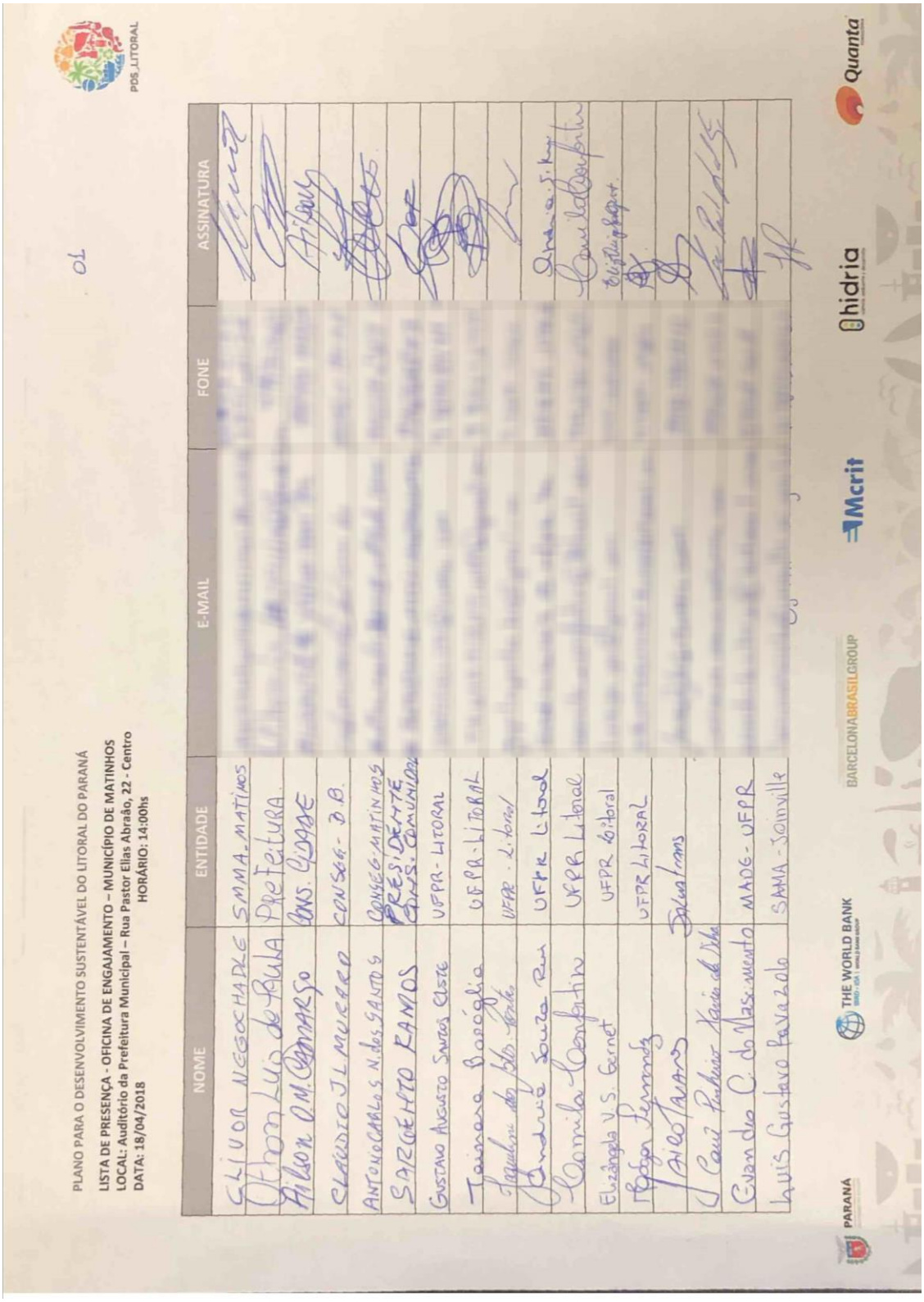
ter uma visão regional, pensando que existem muitas questões que são compartilhadas por vários municípios. Devem ser pensadas as questões sociais, econômicas ambientais etc. O PDS surgiu em 2011, quando o Governo do Estado, com base nessas questões, entendeu ser importante o planejamento integrado do litoral. Em 2013 surgiu a oportunidade desse projeto ser financiado pelo Banco Mundial e, a partir daí foi realizada uma concorrência pública, que finalizou no ano passado. Fabricio aponta que o PDS Litoral tem duração aproximada de um ano, e ressalta que é uma oportunidade para os municípios se unirem e ganharem mais força em suas reivindicações. Ressalta ainda que o PDS Litoral vai resultar em um Plano de Ação que define prioridades e possibilidades de financiamento para as ações elencadas. Em alguns casos, pelo custo e viabilidade das ações, terá que se pensar em um "plano B" para se resolver alguns problemas do litoral.

Em seguida passou-se aos procedimentos de constituição da Equipe de Acompanhamento. Nesta oficina ficaram 12 representantes: do setor produtivo indicou-se Saulo Gomes Karvat, Rodrigo Arantes Reis; da Academia: Paulina Jagher Muniz, Sandra Mara de Andrade Bueno; Conselho de Urbanismo e Meio Ambiente: Marcos Wasilewski; Organizações não Governamentais: Dariane Brizolla, Fabiano Cecilio da Silva; Livre escolha da plenária da oficina: Valner Wasilewski. Adotando a perspectiva de pluralidade, de acordo com a plenária, faltou a representação da agricultura familiar, da pesca e do turismo. Desta forma, de acordo com o desejo da plenária, ficou acordado que agendaremos nova data para uma reunião, em horário noturno para que sejam complementadas as representatividades da sociedade civil. Dando por encerrada a oficina de engajamento às 16h30minuntos, Pedro agradece o apoio e a participação de todos nesse primeiro momento, sendo lavrada a presente ata.

1.3.3 Relatórios fotográficos de Guaratuba

1.4 MATINHOS

1.4.1 Lista de Presença de Matinhos



PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE MATINHOS
LOCAL: Auditório da Prefeitura Municipal – Rua Pastor Elias Abraão, 22 - Centro
DATA: 18/04/2018
HORÁRIO: 14:00hs

01

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
GILVOR NEGOCHADZE	SMMA_MATINHOS			
Ednon Luiz de Paula	Prefeitura			
Ailton O.M. Camargo	ONG. CDASE			
CLAUDIO J. MUCERO	CONSEG - B.B.			
ANTONIO CARLOS N. dos SANTOS	CONSEG MATINHOS			
SARGENTO RAMOS	PRESIDENTE ASSOC. COMUNIDADE			
Gustavo Augusto Santos Costa	UFPR - LITORAL			
Tainara Bonoglia	UFPR-LITORAL			
Raquel [illegible]	UFPR - Litoral			
Gabriel Souza Rui	UFPR Litoral			
Camila Lenfatto	UFPR Litoral			
Elizângela V.S. Garnet	UFPR Litoral			
Rogo Fernandes	UFPR LITORAL			
Paulo Tavares	Salvatrans			
Paul Rodrigo Xavier da Silva				
Evandro C. do Nascimento	MADE - UFPR			
Luis Gustavo Pavazolo	SAMA - Joinville			

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

02

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE MATINHOS
LOCAL: Auditório da Prefeitura Municipal – Rua Pastor Elias Abraão, 22 - Centro
DATA: 18/04/2018 **HORÁRIO: 14:00hs**

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
Emilia Graziele Nicolodi	UFPR Litoral			Emilia G. Nicolodi
LUCAS ARAUJO COSTA	UFPR LITORAL			
Hugo Pires.	UFPR LITORAL			Hugo Pires.
LEONEL CANDIDO HENRIQUE				
DAMIÃO DOS SANTOS DOCE	TULOCA			
UBIRAJARA NASCIMENTO	AS.Com V. NOVA RA			
Heverson Bayer	Consórcio			
Giovana Cristina da Silva Menezes	UFPR - Litoral			Giovana Menezes
GERALDO A. FIRMINO	TRIBUTAÇÃO PMM			
[illegible]	[illegible]			
LUCA CRUZ	UFPR Litoral			
Giovanna A. Zanlorenci	UFPR LITORAL			G. Zanlorenci
SILVANA MARTA TUMELERO	UFPR Setor Litoral			Silvana Tumelero
JILBERTO SAROBA	MOV. POPULAR			
Ivo Haver Malechitzky	Sec. Turismo			
Graziela Franco	Sec. Turismo			

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE MATINHOS
LOCAL: Auditório da Prefeitura Municipal – Rua Pastor Elias Abraão, 22 - Centro
DATA: 18/04/2018 HORÁRIO: 14:00hs

PDS_LITORAL

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
Erica Vicente Onofre	Sociedade			
Maryoni C. Ramos	SOCIEDADE			Maryoni C Ramos
Ananda Graf Maurão	Sociedade			Ananda Graf Maurão
Daniele Christine Lopes	UFPR-Litoral			Daniele Christine Lopes
Marili Miretki	Sociedade			Marili
VIVIAN ALESSANDRA DE Andrade	UFPR-LITORA			Vivian A de Andrade
Suzane de Oliveira	UFPR.			
David P. Milani	UFPR			
Elária P. Milani	Sociedade			Elária P. Milani
Juliana Quadros	UFPR			
Vagna O. S. Munhão	UFPR Litoral			
Juliano Dobis	ASSOCIAÇÃO MANGBRASIL			
SERGIO MACHADO	EMATER			17.8007
Vilma Butel	SOLIEDADE			
Carolina R. Dias	Sociedade			
PAULO RICARDO SILVA JUNIOR	PMM TURISMO			

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

PDS_LITORAL

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE MATINHOS
LOCAL: Auditório da Prefeitura Municipal – Rua Pastor Elias Abraão, 22 - Centro
DATA: 18/04/2018 **HORÁRIO: 14:00hs**

05

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
TALITHA P.B. LEITE	OC_2			
DAILEY FISCHER	OC_2			
Alan Ripoll	UFPR Litoral			
LUIZ E. BRAMBATTI	UFPR LITORAL			

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

1.4.2 Ata da reunião de Matinhos

ATA DA 1ª OFICINA DE ENGAJAMENTO DO PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO DO LITORAL DO PARANÁ, NO MUNICÍPIO DE MATINHOS- PR

Às 14 horas 30 min. do dia 18 de abril de 2018 no Auditório da Prefeitura Municipal de Matinhos, situado à Rua Pastor Elias Abraão, nº 22, Centro, no Município de Matinhos-PR, teve início a 1ª Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (PDS Litoral).

Representando o Consórcio Litoral Sustentável estavam presentes: Pedro Strozenberg, bacharel em direito, mediador de conflitos; Taco Roorda, arquiteto, coordenador do Plano; Mauricio Alexandre Maas, arquiteto e psicólogo, articulador regional do Plano; Adriana Levinski Hamann, assistente social, articuladora local do Plano; Heverson Bayer, jornalista, responsável pela comunicação do Plano e Fabrício Miyagima, arquiteto, representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, responsável pelo Plano. Além destes, estavam presentes servidores e representantes do município e do estado do Paraná, representantes de academias, do comércio, moradores do município e outras pessoas interessadas que estão indicadas na lista de presença anexada a esta ata.

De início, o mediador Pedro Strozenberg dá as boas-vindas aos participantes da 1ª oficina em Matinhos-PR, e agradece a presença do Prefeito do município. Pedro informa que este processo de diálogo ora proposto na cidade Matinhos, será o único, destaca que a ideia desse momento é conhecer um pouco das demandas, as políticas e necessidades do município, no entanto, a partir disso, espera-se construir um desenho mais regional, onde Matinhos dialoga com os demais municípios vizinhos, construindo assim um debate subregional e regional, fortalecendo uma identidade regional. Esclarece à plenária que neste primeiro momento haverá a apresentação do Plano de Trabalho do PDS. Além disso, explica que a principal a missão da oficina é realizar a composição da Equipe de Acompanhamento, que fará a interlocução com os demais municípios. Aborda também que as questões do Plano Diretor da cidade, como outros planos existentes, serão consideradas e incluídas no processo de construção do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná. A ideia é agregar todas as informações existentes do litoral com o know-how das empresas do consórcio internacional, promovendo diálogos e apresentação dos conhecimentos técnicos. Pedro salienta que teremos pela frente imensos desafios, devido as diversidades e os interesses divergentes que o litoral paranaense apresenta.

Pedro faz a apresentação da equipe, e na sequência, passa a palavra para o Coordenador do Plano, Taco Roorda. Taco, conduz a sua fala e reforça que sua apresentação vai na direção dos desafios que temos no Litoral, como a questão da preservação ambiental, que é uma especificidade aqui na região do litoral paranaense. Apresentou os objetivos,

etapas e processo participativo: os agentes – Entidade Contratante que é a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a Gestão do Contrato que é realizada por Equipe Técnica Intersecretarial – ETI, o Acompanhamento do Contrato está a cargo da Equipe de Acompanhamento – EA, o Executor que é o Consórcio (Consultoria) e a Entidade Financiadora que é o Banco Mundial (BIRD); a composição da EA, envolvendo os atores para as representações locais: representante do setor produtivo empresarial, representante da academia, representante do Conselho Municipal de Planejamento ou da Cidade, representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente, representante de organização não governamental, representante à livre escolha da plenária. O desenvolvimento do PDS Litoral também será acompanhado por representantes regionais da academia, de organizações não governamentais atuantes na região, de observatórios, do Programa de Cidades do Pacto Global da ONU, conselhos de classe, Ministério Público, de federações, agências de desenvolvimento, entre outros. Apresenta o executor do Plano comentando que este é formado por 2 empresas espanholas - MCRIT S. L. e HIDRIA CIÊNCIA AMBIENTE Y DESSAROLLO S.L. e duas brasileiras BARCELONA BRASIL GROUP CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. (Líder) e QUANTA CONSULTORIA LTDA; a metodologia, etapas e produtos do Plano. Taco destaca a diferença entre as Oficinas e as Audiências, que somadas chegam a 29 eventos participativos, comentando que as Oficinas têm como objetivo qualificar o trabalho que está sendo realizado, e que as Audiências Públicas buscam levantar sugestões e opiniões, além de ter função de validação do trabalho. Taco apresenta o site do plano: http://pdslitoral.com/. Informa que o site possui uma série de informações que são alimentadas constantemente, como a lista de planos e instrumentos concebidos para o litoral, e traz a composição do consórcio, dentre outras informações. Ao finalizar a apresentação, Taco colocou-se à disposição para esclarecimentos.

Pedro retoma a palavra e faz o processo para a conduzir a primeira rodada de diálogos entre os participantes da oficina. Desta forma, passa-se a palavra para a Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná – Litoral, que pergunta se essa é a primeira reunião. Pedro responde que é o primeiro encontro, e que já realizamos outros encontros nos municípios vizinhos, no entanto, esclarece que a reunião marcada para o dia 29/03/2018 precisou ser adiada devido ao feriado facultativo decretado pelo Governo do Estado. A coordenadora retoma a palavra e solicita o esclarecimento sobre os precedentes do PDS e como serão realizadas as reuniões participativas regionais de forma a possibilitar a participação dos municípios que estão distantes, usando como exemplo o deslocamento das pessoas de Matinhos e Pontal do Paraná para Guaratuba. Destaca que de acordo com a experiência, basta ser um pouco mais distante se perder o cunho de participação. Ainda questiona sobre o papel do interlocutor da UFPR com o PDS, solicitado em ofício enviado anteriormente. Fabrício responde sobre os precedentes do PDS, informando que o processo se inicia em 2011, quando o litoral já era alvo de vários projetos, citando

a ponte de Guaratuba, o prolongamento da BR 101, a Estrada de Pontal, o desvio de Morretes, Projeto Orla em Matinhos, a pavimentação da estrada para Guaraqueçaba. Destaca que são todos de custo elevado e que eram vistos de forma pontual. Desta forma, na época a Secretaria de Planejamento se questionou se todos esses projetos acontecessem ao mesmo tempo, quais seriam os impactos para litoral paranaense como um todo, destacando que não haviam sido analisados em seu conjunto ou interagindo entre si. Desta forma, criou-se um grupo de trabalho dentro do governo do estado, envolvendo várias secretarias, para estudar todas as obras e programas que acontecem no litoral paranaense, nos aspectos ambientais, sociais, de infraestrutura, etc. Observa que o litoral paranaense tem grande importância ambiental, com cerca de 80% da área protegida. Na área social, destaca uma questão social importantíssima a ser resolvida, pois o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da região é muito baixo. Entre as questões econômicas, cita a sazonalidade do turismo de sol e praia, que não oferece sustentabilidade econômica para região. Ainda fala das especificidades dos agricultores, pescadores, das comunidades tradicionais e patrimônio histórico. Assim, percebeu-se que era um trabalho extenso e com várias necessidades, envolvendo uma série de informações que precisariam ser sistematizas e, nesse sentido, entendeu-se por bem contratar uma empresa de consultoria. Desta forma, conta que foi elaborado um Termo de Referência que foi apresentado para o Banco Mundial em 2013 e, no mesmo ano foi assinado o contrato de financiamento. Fabricio destaca que o Banco Mundial é uma instituição ligada a ONU – Organização das Nações Unidas, e que um dos temas que a ONU trabalha é o Desenvolvimento Sustentável, que tem 17 objetivos para atingir esta meta. Frisa que o PDS tentará desenhar um equilibro entre as três dimensões do Desenvolvimento Sustentável, ou seja, o econômico, social e ambiental. Continua a explanação dizendo que a licitação internacional foi realizada em 2015, na qual houveram cerca de 40 empresas (nacionais e internacionais) habilitadas e as 6 melhores classificadas apresentaram propostas técnicas e financeiras. Informa que na primeira análise, foi priorizada a questão técnica, ou seja, quais eram as melhores tecnicamente e as mais rápidas. E por fim, a análise financeira, culminando na contratação do consórcio das quatro empresas, duas espanholas e duas brasileiras.

A professora da UFPR destaca que esta fala foi extremamente importante e esclarecedora, pois dá uma noção de todo processo já realizado para se chegar até aqui. Mas enfatiza que o PDS chegou ao litoral tarde demais, esclarece que os licenciamentos das obras previstas para o litoral já foram liberados pelo o IAP – Instituto Ambiental do Paraná. Ou seja, está liberando o licenciamento para o Porto de Pontal do Paraná, Cais, Faixa de Infraestrutura para 5 obras (gasoduto, rodovia, ferrovia, canal de drenagem, entre outros). Esclarece ainda que ainda existem questões de impacto ambiental e de análise sinérgica que não foram respondidas. Questiona sobre o poder do PDS no que se refere às licenças autorizadas pelo IAP para início das obras, se o projeto pode exigir uma análise sinérgica, dos impactos considerando a instalação de um complexo

industrial portuário na região. Destaca, que Matinhos por exemplo, já está sentido os impactos da implantação do Porto de Itapoá, ou seja, atualmente já aumentou o número de atropelamentos na Avenida Juscelino Kubitschek, devido ao aumento do fluxo de caminhões com carga pesada circulando. Passa-se a palavra para Mauricio, articulador regional do PDS, para responder à questão do papel do interlocutor da UFPR Litoral. Mauricio informa que é o responsável para interlocução com as entidades que atuam no litoral, e a UFPR campus litoral tem um papel fundamental no processo de construção do plano. Por isso foi feito o convite, para que academia indicasse um interlocutor que teria o papel de, junto com o consórcio, organizar e propor as formas de interação e diálogos, possibilitando contribuições da academia na elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral. Passa-se a palavra para o representante do Banco do Brasil da cidade de Matinhos que discorre sobre ações pertinentes ao assunto da oficina, realizadas pelo Banco do Brasil, destacando um plano de desenvolvimento sustentável para Matinhos realizado em 2009, no qual foram realizadas reuniões com a sociedade civil. Informa que esse plano tinha 60 ações, com uma equipe técnica de Brasília-DF, além da participação da UFPR Litoral, Conselho de Litoral, EMATER e a Prefeitura. Na pauta do desenvolvimento discutiram duas linhas de investimentos, a do turismo e da pesca, esclarecendo que produtor rural em Matinhos é pescador. Avalia que o projeto não deu certo pela questão cultural e educacional – a noção de que financiamentos com dinheiro público não precisam ser pagos, gerando um alto índice de inadimplência – e pela questão política, pois o grupo que estava na prefeitura não teve interesse. Outro obstáculo foi a necessidade de adequação do Plano Diretor, que não foi realizada. Depois desse rápido histórico, esclarece à plenária que este processo de investimento durou aproximadamente 2 anos, fomentando empreendimentos de confecção de roupas à base de couro de peixe, a produção húmus, entre outros. Questiona sobre a autoridade do PDS para cobrar do setor público o engajamento nesse processo. Em seguida, passa-se a palavra para a professora do Curso de Bacharelado em Gestão ambiental da UFPR, que informa sobre o grande número de materiais já produzidos pela UFPR, e que podem contribuir com o processo de diagnóstico que o PDS está realizando, propondo um diálogo mais de perto com a universidade. A professora também questiona sobre a participação sociedade civil nas audiências públicas como forma de validação de algo que já foi produzido, sem a possibilidade uma construção conjunta com a sociedade civil. Fala da expectativa de que se produza um documento que integre todas as políticas públicas que estão inseridas no mesmo território, evitando contradições e sobreposições. Também pergunta sobre como o PDS se relaciona com o ZEE. Em seguida, um morador pergunta sobre o impacto do PDS no Plano Diretor, qual é o documento com maior “valor”; pergunta também se há um representante do COLIT na plenária, e se existe PDS no litoral do estado de Santa Catarina. Na sequência, o Professor indicado como interlocutor da UFPR Litoral destaca que deve se um diálogo construtivo e questiona sobre a metodologia do PDS, observando que a apresentação

realizada foi muito simples. Sobre o processo participativo questiona se o papel dos atores é de validar uma metodologia ou participar do processo do PDS, entendendo que a participação deve acontecer também no processo metodológico. E destaca que o grupo espanhol tem belas experiências sobre desenvolvimento e que acha importante que os técnicos venham dialogar com a UFPR. Informa ainda que a academia também já produziu um vasto material sobre o litoral paranaense, que deve ser considerado no processo da elaboração do diagnóstico. Coloca o auditório da UFPR à disposição para receber a equipe e dialogar. Outro aspecto importante observado é que deve ser mais explorada a descrição das três etapas metodológicas apresentadas, principalmente as etapas de diagnóstico, composição dos cenários e das estratégias de ação, que exigem a articulação das instituições e organizações da sociedade civil. E concorda com as demais colegas sobre o PDS ter chegado tarde demais. Por fim, questiona sobre como compatibilizar objetivos diferentes dentro da mesma região, como o porto, a ponte e o turismo de sol e praia, caso desta sub-região. Parece-nos que os objetivos são divergentes e que muitas vezes as visões de desenvolvimento também são diversas e que se contrapõe. Relata que é morador de Matinhos há 12 anos, e percebe uma ausência de articulação e de diálogos entre os municípios.

Pedro retoma a palavra, e relembra os pontos levantados: a questão dos licenciamentos do IAP, a metodologia em relação às fases do plano (Diagnóstico, Cenários e Estratégias), a articulação e diálogo entre os municípios, PDS Santa Catarina e, por fim, a representação do COLIT nesta oficina. Passa a palavra ao Taco, que faz esclarecimento sobre as etapas do Diagnóstico, Cenários e Estratégias. Informa que tem um conjunto de atividades previstas para cada uma das etapas mencionadas, e que está detalhada no documento do Plano de Trabalho disponível no site do PDS, sugerindo que seja consultado e havendo dúvidas, entrem em contato com o Maurício, que é o principal interlocutor com as instituições. Com relação à reunião da UFPR Litoral, o PDS se coloca à disposição, acrescentando que os materiais disponibilizados pela academia serão muito bem-vindos para a composição do diagnóstico. Esclarece que a fase de diagnóstico se iniciou em paralelo à atual devido ao cronograma apertado. No que se refere ao processo participativo da construção metodológica do PDS, Fabrício lembra que o Ministério Público e ONGs colaboraram na elaboração do TR, mas que o objetivo da oficina é acolher novas contribuições. Fabricio diz que, até onde tem notícias, não há um PDS Litoral em Santa Catarina. O que se tem conhecimento é um em São Paulo, na região de Cananeia e no Nordeste. Esclarece que não é uma obrigação do governo, mas no caso do Estado do Paraná há a compreensão de que traçar diretrizes estratégicas para a região seria mais eficaz. Destaca que o objetivo do PDS não é tratar de problemas pontuais de cada município, mas do que pode ser abordado regionalmente, citando como exemplo o Pro Rural, programa voltado para pequenos produtores rurais que propicia, dentre outras coisas, o escoamento da produção, algo que é um problema enfrentado em quase todos os municípios. Pergunta sobre os problemas que os

municípios do litoral paranaense têm em comum e as possíveis alternativas viáveis para sanar estas questões. O diretor da UFPR Litoral informa que a UFPR está disponível para colaborar com o diagnóstico e destaca que a academia está sempre aberta ao diálogo com os outros municípios do litoral paranaense. Observa que um dos maiores desafios do PDS é superar a desconfiança da comunidade do litoral, além de informá-la de forma transparente, pois a comunidade já está cansada de ser "enganada". Esclarece que não há divergência quanto a importância do PDS no litoral, mas que deve se firmar um compromisso entre a UFPR/ PDS litoral para um trabalho quase que cotidiano, no qual a UFPR Litoral pode contribuir com as informações já existente de dados primários e secundários dos sete municípios. Pede para seja esclarecido se o método está ou não está em jogo neste processo. Com relação ao COLIT, o Diretor da UFPR Litoral é membro. Um aluno da UFPR Litoral faz uma relação entre o PDS Litoral e o Modelo Barcelona e pede que todos pesquisem sobre esse modelo, além de questionar o processo participativo. A professora do Curso de Bacharelado de Serviço Social relata que integra o conselho da cidade de Matinhos, na condição de suplente, e informa que estão realizando a revisão do Plano Diretor da Cidade, e o conselho se posiciona firmemente frente a questão metodológica, inclusive tem uma minuta que discute as estratégias para a participação da sociedade civil, antes de iniciar o processo de elaboração do Plano Diretor. Questiona sobre a relação do PDS com o Plano Diretor e com o Estatuto da Cidade, e sobre as estratégias de diálogo com os agentes institucionais. Entende que há desconfiança da população devido a uma série de projetos que propõe a participação, mas que de fato não existe. Esclarece que isso também tem relação com a conduta das gestões estatais. Pergunta em que medida o PDS é uma contrapartida do Banco Mundial para a liberação de financiamento para os grandes empreendimentos para o litoral paranaense. Um representante do Conselho de Segurança diz que a questão de drogas é muito grave e pergunta se não deveria ter um cronograma para os prefeitos e para os cidadãos, em que expresse o engajamento dos prefeitos para dar continuidade ao trabalho que está sendo proposto. Diz ter percebido que não há continuidade dos planos. Um integrante do curso de Turismo da UFPR observa que um problema a ser tratado é a questão da prática de segunda residência que caracteriza a região e que está sendo expandido cada vez mais. Percebe que ninguém propõe o contrário, é necessário pensar em uma nova proposta de Lazer e não apenas de pensar Matinhos como segunda residência. Entende que a vocação natural do litoral está para o turismo, e não na implantação de indústrias.

Pedro inicia a rodada de respostas informando que o formato de participação está sendo desenhado, e que se percebe um ambiente tensionado. Com relação ao horário e dia da semana, estão sendo reconhecidas e acolhidas as demandas do litoral paranaense. É um esforço que tenta avançar, com os diálogos com a sociedade civil e a academia, e das diferentes formas de participação, destacando a importância de formatos apropriados para cada necessidade, como a questão das comunidades tradicionais, indígenas,

pescadores. Informa ainda que é um plano que traz contribuições internacionais, mas que prevê as contribuições dos saberes locais. Em relação ao desafio da mobilidade/deslocamento para possibilitar o acesso para a participação das comunidades nos locais, informa que isso deverá ser pensado em relação ao planejamento financeiro e logístico do PDS, para poder garantir o apoio para a participação de toda a comunidade, bem como o deslocamento da Equipe de Acompanhamento. Este é um ponto que já foi inserido como demanda para o PDS Litoral. Passa-se a palavra para Taco, para fazer os esclarecimentos sobre os planos diretores. Taco destaca que os planos diretores estão sendo revisados na maior parte dos municípios e que PDS se preocupa sobretudo em compreender como Matinhos se relaciona com seus vizinhos. Diz que o PDS é desenvolvido considerando o Estatuto da Cidade e também o Estatuto da Metrópole. Fabrício informa que pesquisou no site da Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná, mais especificamente no financiamento do Programa Multissetorial, e não consta nada que indique o PDS como contrapartida para financiamento dos empreendimentos, pois nenhum desses é financiado pelo Banco Mundial.

Em seguida, passa-se para a organização e indicação dos representantes que farão parte da Equipe de Acompanhamento do PDS litoral. Pedro apresenta os segmentos que devem compor a EA, e a plenária indica os representantes. No caso da livre escolha houveram quatro candidatos, que expuseram ao grupo sua história e perspectivas de participação na EA. A plenária realizou uma votação e os escolhidos compuseram a EA, com a seguinte composição: setor produtivo - Cláudio J. L. Muraro e Jairo Tavares; Academia - Juliana Quadros, Elizângela V. S. Gernet, Suzane de Oliveira, todas da UFPR Litoral; Conselho Municipal da Cidade / Meio Ambiente – Ailson O. M. Camargo, José Otavio C. Consoni; ONGs – Marili Miretski, Jilberto Saroba; livre escolha do plenário da oficina de engajamento – Paulo R. Goes e Erica Vicente Onofre. A plenária entende a necessidade de representante dos pescadores e, por isso, ficou acertado a realização do contato com esse grupo e de uma reunião em período noturno para completar a composição da EA de Matinhos. A plenária sugeriu o nome do pescador Mario Hanek, que pode ser levado ao evento complementar.

Após a composição da equipe de acompanhamento, Pedro encerra o evento.

1.4.3 Relatórios fotográficos de Matinhos

PDS
LITORAL

PDS
LITORAL

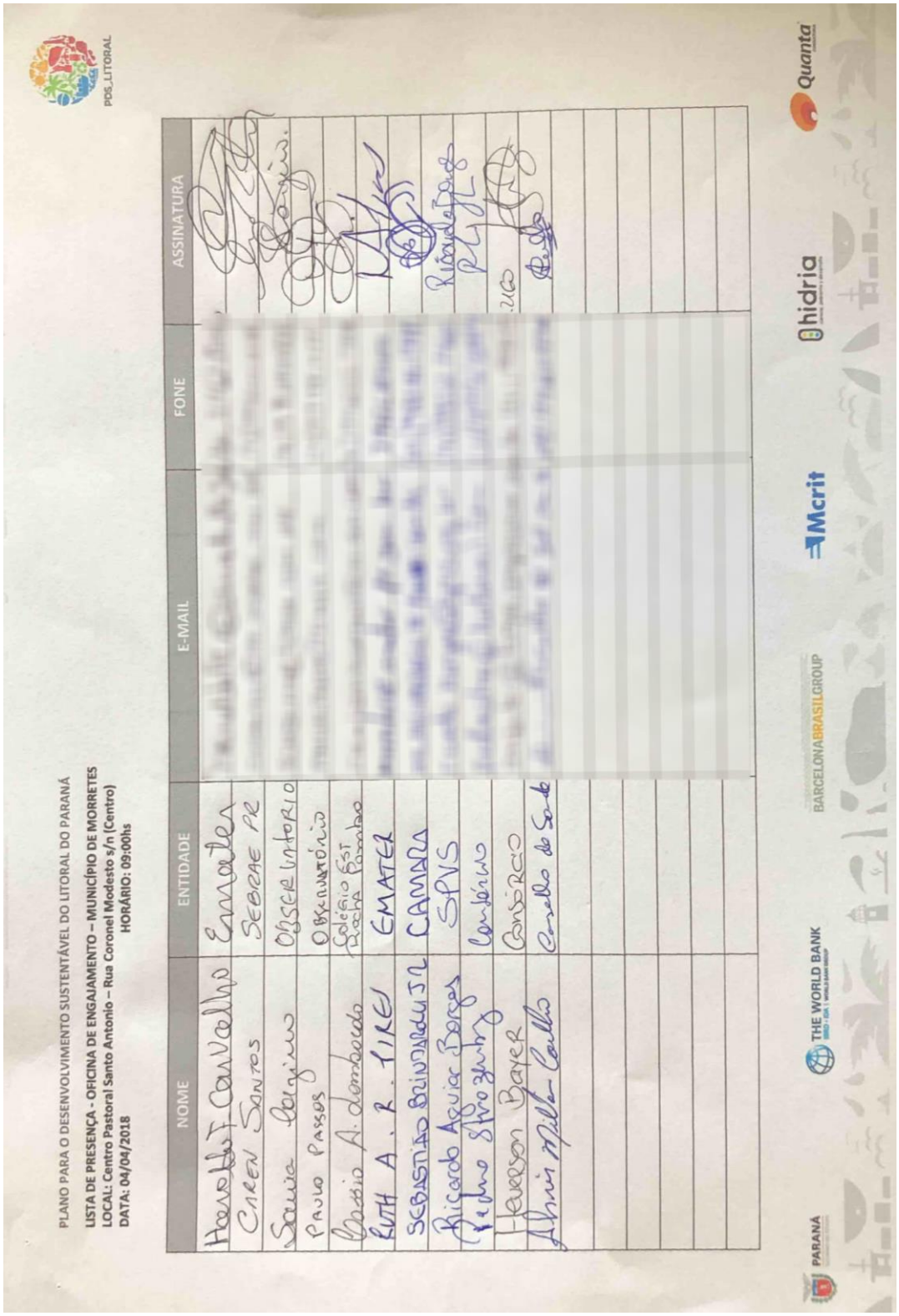
PDS
LITORAL

EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO - E

NHAMENTO - E

1.5 MORRETES

1.5.1 Lista de Presença de Morretes



PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE MORRETES
LOCAL: Centro Pastoral Santo Antonio – Rua Coronel Modesto s/n (Centro)
DATA: 04/04/2018
HORÁRIO: 09:00hs

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
Hesrhlt Carvalho	Emater			
Karen Santos	SEBRAE PR			
Sonia Borgino	OSCER LITORIO			
Paulo Passos	O Beneficiário			
Cassio A. Lombardo	Colégio Est Rocha Pombo			
RUTH A. R. TIRE	EMATER			
SEBASTIÃO BRIVADELLO JR	CAMARA			
Ricardo Aguiar Borges	SPVS			
Pedro Stroz Junior	Lombárino			
Hueson Bayer	Consórcio			
Alvin Millan Coelho	Conselho de Saúde			

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE MORRETES
LOCAL: Centro Pastoral Santo Antonio – Rua Coronel Modesto s/n (Centro)
DATA: 04/04/2018 **HORÁRIO: 09:00hs**

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
Tara Nogueira	Feira Rio Nun			Tara Nogueira
Paulino Intaore Kotatka	AMAMTANAL			
Yari Kotatka	"			
Denilson P. Nogueira				Nogueira
Cabri El. Rotti	PRESIDENTE ASSOCIAÇÃO FEIRANTES RIO NUN			Cabri El. Rotti
LUIS MARTINEZ ARPA	POUSADA CABANAS CURUPIRA			
Lucca Meinerts	Pousada Cabanas do Curupira			Lucca Meinerts
Clairval Luiz Breda	AMAMP			
Katia Guelldini	Artem			5664
Ailton Tomozi	Prefeitura			21266
Fausto A Simão	Prefeitura			
OSMAIR C. Coelho	Prefeito			

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

PDS_LITORAL

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA – 2ª OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE MORRETES
LOCAL: Centro Pastoral Santo Antonio – Rua Coronel Modesto s/n (Centro)
DATA: 17/04/2018 HORÁRIO: 19:00hs

PDS_LITORAL

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
RUTH A R PIRES	EMATER			
Paulo Luciano Silva	Cordio-07			
Fausto Simão	Prefeitura			
Paulo Medeiros	MPPR			
Elói Chiari	CMDA/ESA/CADS			
Anton Tomozi	Prefeitura			
Cybele Ed. Rott	AFM			
Tania Nogueira	AFM			
Ricardo Aguiar Borges	SPVS			Ricardo Borges
Bucula	MP-Morretes			

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

1.5.2 Ata da reunião de Morretes

ATA DA PRIMEIRA OFICINA DE ENGAJAMENTO DO PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO DO LITORAL DO PARANÁ NO MUNICÍPIO DE MORRETES

Às nove horas e trinta minutos do dia 04 de abril de 2018 no Centro Pastoral Santo Antônio, situado à Rua Coronel Modesto, S/N, Morretes/PR teve início a Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS Litoral).

Representando o Consórcio Litoral Sustentável estavam presentes Pedro Strozenberg, bacharel em direito, moderador da oficina, Taco Roorda, arquiteto, coordenador do Plano, Mauricio Alexandre Maas, arquiteto e psicólogo, articulador regional do Plano, Heverson Bayer, jornalista, responsável pelo plano de comunicação do Plano, Adriana Levinski Hamann, assistente social, articuladora local do Plano, Fabricio Miyagima arquiteto, representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, responsável pelo Plano. Além destes estavam presentes servidores e representantes municipais e estaduais, representantes da academia, do comercio, moradores do município e outras pessoas interessadas que estão indicadas na lista de presença anexada a esta ata.

O Moderador iniciou explicando brevemente o Plano, apresentando a equipe e salientando que a oficina tem dois desafios, ou objetivos: apresentação e discussão do Plano de Trabalho e formação da Equipe de Acompanhamento do Plano. Explica que as próximas oficinas serão mais técnicas, voltadas para a produção de conteúdo a ser incorporado no Plano. Por isso essa oficina tem uma chamada mais ampla, e as próximas envolvem atores mais específicos. No entanto, em cada etapa do Plano haverá Audiências Públicas voltadas para o público em geral, onde esse conteúdo poderá ser apresentado e discutido, mantendo a população a par do andamento do plano. Em seguida, Pedro pede para que os presentes à oficina se apresentem. Os presentes se apresentaram indicando nome e entidade que representavam. Após a apresentação dos participantes, Pedro aponta como ponto positivo o grupo diverso e plural que compareceu à oficina, pois uma representatividade plural é um dos desafios do Plano. Aponta que há muitos desafios que deverão ser abordados, como o porto, a estrada, a

questão do trem, que parece ser muito importante para Morretes; são temas delicados, mas importantes para o desenvolvimento da região.

Na sequência, Pedro passa a palavra para o Fabricio, representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, que comentou que a história do PDS se inicia em 2011, quando surgem desafios envolvendo questões como o licenciamento ambiental no litoral, a estrada de ligação do Porto de Antonina, o projeto de engorda da praia de Matinhos, a Ponte de Guaratuba, e mais recentemente a estrada de Pontal e os grandes empreendimentos naquele município. Fabricio conta que naquela época se perguntava: qual o impacto de todos esses projetos juntos? Por isso foi criado um grupo de trabalho para se estudar o impacto desses projetos para os municípios e região. Ao se perceber a complexidade desse trabalho, resolveu-se contratar uma empresa de consultoria. O Banco Mundial teve interesse no projeto e resolveu apoiar. Feita a concorrência, cerca de 40 empresas participaram e foi selecionado o consórcio Litoral Sustentável. Fabricio aponta que, para que o Plano possa acontecer, precisa haver equilíbrio e possibilidade de diálogo, pois muitas vezes as discussões são acirradas. Apesar disso, deve se encontrar um rumo para o futuro do litoral. Fabricio salienta que, independente do que será feito, será pelo bem-estar da sociedade. Em seguida, Fabricio passa a palavra para o coordenador do Plano, Taco Roorda.

Taco apresenta os objetivos, etapas e processo participativo, na seguinte sequência: os agentes – Entidade Contratante que é a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a Gestão do Contrato que é realizada por uma Equipe Técnica Intersecretarial – ETI, o acompanhamento do contrato estará a cargo da Equipe de Acompanhamento – EA, o Executor que é o Consórcio (Consultoria) e a Entidade Financiadora que é o Banco Mundial (BIRD); explica a composição da EA envolvendo representantes locais: representante do setor produtivo empresarial, representante da academia, representante do Conselho Municipal de Planejamento ou da Cidade, representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente, representante de organização

não governamental, representante à livre escolha do plenário da oficina de engajamento. A elaboração do Plano será ainda acompanhada por representantes regionais da academia, de organizações não governamentais atuantes na região, de observatórios, do Programa de Cidades do Pacto Global da ONU, conselhos de classe, Ministério Público, de federações, agências de desenvolvimento, entre outros. Apresenta o executor do Plano comentando que este é formado por 2 empresas espanholas - MCRIT S. L. e HIDRIA CIÊNCIA AMBIENTE Y DESSAROLLO S.L. e duas brasileiras BARCELONA BRASIL GROUP CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. (Líder) e QUANTA CONSULTORIA LTDA; a metodologia, etapas e produtos do Plano. Taco destaca a diferença entre as Oficinas e as Audiências, que somados chegam a 29 eventos participativos, comentando que as Oficinas têm como objetivo qualificar o trabalho que está sendo realizado e que as Audiências Públicas buscam levantar sugestões e opiniões além de ter função de validação. Taco apresenta o site do plano: http://pdslitoral.com/. Ao finalizar a apresentação, Taco passa a palavra ao Pedro que, nesse momento, agradece a presença do prefeito de Morretes.

Pedro questiona a plateia se há outras pessoas que deveriam participar do processo de elaboração do PDS, os participantes sinalizam afirmativamente. Pedro pede a colaboração de todos para a divulgação do Plano e dos eventos participativos. Em seguida, Pedro expõe a necessidade de constituir a Equipe de Acompanhamento, e verifica a participação de representantes dos setores da sociedade civil preconizados pelo Termo de Referência do PDS Litoral. Também ressalta a importância de as pessoas presentes manifestarem sua intenção de participar da EA. Um dos atores pergunta se a EA tem que sair fechada desta oficina, Pedro responde que não necessariamente. O mesmo ator sugere que todos os conselhos da cidade se reúnam em outro momento para indicarem representantes para a EA. Taco se manifesta positivamente sobre a proposta e solicita a presença do consórcio nessa reunião. Uma técnica da EMATER assinala que não há conselho de Meio Ambiente em Morretes e sugere que este seja substituído pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR. Aponta ainda que a agricultura é importante para Morretes, movimenta a economia local. A técnica

sugere o nome do Professor Ezequiel, que é da UTFPR e mora em Morretes, para compor a EA pela Academia. O Secretário de Agricultura e Meio Ambiente diz que o Conselho de Meio Ambiente já está montado, mas ainda falta a constituição legal. A representante do Observatório Social pergunta sobre o que vai ser planejado para o litoral, pois é uma região com grande diversidade, e cada município tem sua peculiaridade; também pergunta sobre o financiamento das ações. Fabrício responde que o Estado do Paraná está contratando o Plano, e que vê a questão pelo viés regional, com foco nos sete municípios do litoral, pela importância ambiental, pela importância econômica (Porto de Paranaguá, turismo) e outras peculiaridades de cada município. Busca-se potencializar o que cada município tem de melhor. Diz que o plano tem o intuito de unir os municípios, para que, em conjunto, sejam definidas as prioridades de investimentos para a região, e que isso fortalece a ação de captação de recursos. Ressalta que o Banco Mundial vê com bons olhos o que se pretende com o Plano, aliar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico. A representante do Observatório Social pergunta ainda como isso será operacionalizado, usando como exemplo a preservação do patrimônio histórico: de onde virá a verba? Como será realizado de forma que não seja uma ingerência do estado sobre o município? Fabricio aponta que é justamente por isso que o Plano é construído com a participação da esfera do estado, do município, de instituições federais e da sociedade civil. O que muitas vezes acontece é que o projeto é discutido num nível institucional, mas depois não é aceito pela população; é isso que se tenta evitar nesse caso. Um morador pergunta como será a participação de todos os municípios juntos, questionando se haverá uma paridade. Taco responde que cada município terá sua equipe de acompanhamento, e que há a intenção de regionalizar, juntando três EA (Morretes, Antonina e Guaraqueçaba) em uma oficina, para que se pense regionalmente, que o vizinho seja considerado ao se pensar o desenvolvimento. Ao final do Planos todos os grupos serão reunidos. Taco aponta que isso é uma proposta, e se houver algum problema no decorrer do processo, o formato poderá ser modificado. Na sequência, Fabricio explica a importância e quem poderia representar o setor produtivo do município. O Técnico da Secretaria Municipal da Agricultura diz que há

uma experiência de se discutir a região no CORDRAP, e percebe que há uma tendência a se "puxar" a discussão para os interesses do município; reconhece que isso é normal, mas deve-se buscar pensar na região como um todo. Pedro complementa, apontando que não deve ser uma disputa, mas uma ação de cooperação, e um olhar externo pode contribuir para esse processo. Pedro sugere que se indique alguns nomes para compor a EA na própria oficina: o representante do setor produtivo, de ONG, e da escolha livre da plenária. A representante do Observatório Social indica a associação Acorda Morretes, explicando as atividades atuais da entidade. A pessoa indicada pela associação é a Sra. Iara. Fabricio aponta que é importante uma pessoa de cada área, social, produtiva, etc. O Técnico da EMATER indica um grupo de agricultores associados em uma cooperativa – Coativa; destaca que o grupo presente poderia indicar apenas as entidades, e cada entidade decide a pessoa que a representará. Pedro recolhe mais indicações: representante das ONGs – Acorda Morretes; representante do setor produtivo – Associação dos Feirantes; escolha livre da plenária – Associação de Artesãos; além dos já indicados (UTFPR, CMDR e Coativa). Um morador aponta que houve pouca divulgação. Pedro ressalta a necessidade de ajuda dos participantes para divulgação e propõe uma nova reunião pública para concluir a formação da Equipe de Acompanhamento. O vereador sugere que se faça um aviso sobre a reunião na Audiência Pública da Rumo que ocorrerá no próximo sábado, além de se divulgar pelas redes sociais. Um comerciante presente destaca que as pessoas receberam o aviso da oficina, mas que as pessoas só se mobilizam pelo contato pessoal "boca a boca". É colocado que o horário pela manhã dificultou a participação de pessoas que não conseguem sair do seu trabalho. O grupo acorda uma data para a Reunião Pública: dia 17/04, as 19:00hs.

Pedro reforça o convite para a reunião pública e agradece a presença de todos dando por encerrada a Oficina, sendo lavrada a presente ata.

ATA DA OFICINA COMPLEMENTAR DE ENGAJAMENTO DO PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO DO LITORAL DO PARANÁ NO MUNICÍPIO DE MORRETES-PR

Às 19 horas e trinta minutos do dia 17 de abril de 2018 no Centro Pastoral Santo Antônio, situado à Rua Coronel Modesto, S/N, Morretes/PR teve início a Reunião Pública para o Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (PDS Litoral).

Representando o Consórcio Litoral Sustentável estavam presentes: Pedro Strozenberg, bacharel em direito, mediador da oficina; Taco Roorda, arquiteto, coordenador do Plano; Maurício Alexandre Maas, arquiteto e psicólogo, articulador regional do Plano; Adriana Levinski Hamann, assistente social, articuladora local do Plano; Heverson Bayer, jornalista, responsável pelo plano de comunicação do PDS litoral; Fabrício Miyagima, arquiteto, representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, responsável pelo Plano. Além destes estavam presentes servidores e representantes municipais e estaduais, representantes do comércio, associações, ONGs, moradores do município e outras pessoas interessadas que estão indicadas na lista de presença anexada a esta ata.

O mediador da oficina iniciou o processo de acolhida da reunião pública do Plano para o Desenvolvimento do Litoral do Paraná explicando que este é o segundo encontro com este município. Esclarece que esta reunião foi necessária por que na oficina anterior foi percebido pela plenária a ausência de algumas representações locais, dessa forma, achou conveniente a realização de reunião em período noturno para que se pudesse contemplar as demandas não representadas. Pedro esclarece à plenária como será a dinâmica para a composição da equipe de acompanhamento que acompanhará todo o processo de elaboração do PDS Litoral. Informou ainda que, na oficina anterior já foram indicados alguns representantes da sociedade civil: Sra. Iara do Movimento Acorda Morretes, André Ratti da Associação dos Feirantes, Cátia da Associação dos Artesãos. Explica que o encontro tem como objetivo complementar as representações, incluindo grupos que não puderam estar presentes na oficina do dia 04/04. Sobre o processo de participação, explica que a ideia é formar uma rede de contatos no sentido de ampliar

progressivamente a participação. Pedro menciona que será retomado brevemente a explicação sobre o Plano de Trabalho do PDS Litoral e, em seguida será feita a complementação dos representantes da sociedade civil. Enfatizou que no desenho do Plano, este encontro será o único momento municipal, onde os agentes expõem algumas de suas percepções sobre as necessidades municipais. Na segunda etapa do PDS, deixa de ser municipal e passa para um momento sub-regional, no qual as discussões abrangerão os municípios vizinhos, Guaraqueçaba e Antonina. Pedro lembra que Morretes tem vários desafios, mas um tema que chama atenção é a questão do trem de turismo, que também pode ser percebido como tema regional.

O mediador passa a palavra para Taco, que apresenta de maneira resumida o Plano de Trabalho. Informando para plenária que esta é a primeira etapa que a equipe desenvolve nos municípios, mostrando um roteiro com os prazos, etapas e atividades a serem desenvolvidas, mas expõe à plenária que, para se ter um panorama mais detalhado sobre todo processo, sugere a consulta ao site do PDS litoral. Dando continuidade a explanação, elucida que a ideia para elaboração do PDS iniciou quando o governo, por meio da sua secretaria de planejamento, percebeu que tinha uma série de ações, propostas de planejamentos, planos pontuais, elaborados nos municípios e na região, e que apresentavam conflitos, divergências, sobreposição de ideias, etc. Desta forma, para que se pudesse compreender melhor qual era a dimensão da situação do litoral paranaense, decidiu-se contratar uma empresa de consultoria que pudesse auxiliar nos desafios para a elaboração de um plano regional, pensando nas contribuições técnicas e numa perspectiva de integração das proposições existentes, como também refletir sobre as especificidades locais e o protagonismo dos atores locais. Em seguida, Taco apresenta os objetivos, etapas e processo participativo: os agentes, a composição da Equipe de Acompanhamento, os eventos participativos, destacando a diferença entre as Oficinas de Engajamento e as Audiências Públicas - as Oficinas com o objetivo qualificar o trabalho que está sendo realizado e as Audiências Públicas buscando levantar sugestões e opiniões além de ter uma função de validação de todo o processo realizado. Taco apresenta o *site* do plano: http://pdslitoral.com, destacando

que este site possui muitas informações importantes para compreender melhor o PDS Litoral, além de um repositório que contém um grande número de planos que contribuirão com o processo. Sugere a todos que explorem o site e caso tenham alguma dúvida ou sugestão, que entrem em contato.

Ao finalizar a apresentação, Taco passa a palavra ao Pedro que questiona a plateia se há alguma dúvida, apontamentos, sugestões. Um aluno da UFPR e integrante do CMDRS pergunta se este Plano foi encomendado Governo, e qual a possibilidade de não haver continuidade no processo por causa da transição do governo estadual. Também questiona se os representantes terão alguma remuneração pela participação na equipe de acompanhamento, ou uma ajuda de custo. Por fim pergunta sobre o processo de fechamento de escolas nas ilhas. Taco, responde que não foi previsto remuneração ou ajuda de custo para as pessoas envolvidas nas equipes de acompanhamento. Sobre a transição de governo, Pedro explica que o PDS não é um plano de governo, mas fruto de interesses diversos, do esforço da sociedade, para que toda a sociedade tenha voz no processo de planejamento. Menciona que o horizonte do plano é de 20 anos, assim sendo, deve servir para os governos que virão, potencializando perspectivas futuras para região litorânea. Pedro faz um adendo quanto à remuneração dos participantes/representantes do processo de acompanhamento técnico, dizendo que é um processo participativo da sociedade civil, de livre aderência, autônomo, e caso este processo seja vinculado a uma remuneração, perde sua essência, de exercício da cidadania e de reflexão crítica. Por outro lado, entende que a ajuda de custo pode ser vista como forma de facilitar o deslocamento, impedir a desigualdade de participação, e propiciar a equidade de participação de seus representantes. Dessa forma, esta demanda será levada em consideração, que dependerá de uma deliberação do Consórcio considerando o orçamento. Passa-se a palavra para o representante da EMATER-PR, que pergunta sobre a real participação da sociedade civil neste processo de elaboração do Plano, expondo sua impressão de haver “cartas marcadas” para o pretenso desenvolvimento. O representante da Secretaria de Planejamento responde que se deve buscar um equilíbrio entre as dimensões social, ambiental e econômico em

ações como, por exemplo, o Programa PRÓ-RURAL, integrante do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná. Explica que este programa incentiva e financia a regularização fundiária, a questão do problema de água, escoamento de produção, e que vem sendo implantado em vários municípios. A técnica da EMATER destaca que o Pro Rural veio de uma construção coletiva, onde o CORDRAP – Conselho de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e do Artesanato do Litoral Paranaense e o CEDRAF Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura familiar, construíram este processo, diferentemente do PDS Litoral, que parece estar tudo pronto, e que é só para validar, que vem de cima para baixo. Pedro explica que a proposta está sendo construída junto com as instituições e com a comunidade para definir ações que tem como objetivo o desenvolvimento do litoral paranaense. Enfatiza que é a sociedade que vai dizer quais são os problemas. Entende que os municípios poderão contar com a contribuição de profissionais, de empresas que tem know-how e que contribuirão com o processo para encontrar soluções viáveis e positivas para as demandas levantadas do litoral paranaense, mas contemplando a diversidade do litoral paranaense pela escuta, por exemplo, de pescadores e comunidades tradicionais. Passa-se a palavra para representante da SPVS, que destaca que a população litorânea paranaense, mais especificamente o litoral norte, tem muitas restrições frente aos projetos de grande porte, principalmente vindo do Governo do Estado, que dá pouca atenção para esta região. E que de fato existe sim uma grande desconfiança, e que acredita que a equipe já deva ter passado por alguma situação semelhante, em outros municípios do litoral. No entanto, espera que o grupo que representará o município de Morretes seja um grupo diverso, e que possa superar as dificuldades de entendimento ideológicas, que construam de fato um espaço de diálogos e de ações conjuntas, que possam buscar alternativas viáveis e interessantes para a região. Esclarece ainda que a construção da estrada e do porto privado de Pontal de Paraná são investimentos financeiros muito altos, realizados pelo Governo do Estado do Paraná. Por outro lado, deve se pensar que há outras formas de investimentos para o desenvolvimento sustentável da região. Entende que o PDS Litoral seja uma possibilidade para refletir quais as necessidades da

região, quais são as estratégias viáveis para um desenvolvimento sustentável. Fabrício destaca que há uma discussão polarizada em ser contra ou a favor do porto, mas que há a oportunidade de se pensar em alternativa viável para atender as necessidades desta região. Cabe ao PDS Litoral recolher e apontar cenários, para que se faça reflexões sobre que tipo de desenvolvimento se pretende para a região, pensando nas consequências das ações. A Promotora de Justiça de Morretes pede a palavra, e destaca que a participação da comunidade num processo dessa magnitude é fundamental, e que o processo de comunicação e a mobilização da comunidade é muito importante. Mas também cabe aos moradores de Morretes contribuir para a divulgação e trazer a comunidade para defender o que deseja, postular seus interesses. Diz que entende que não é fácil abrir mão de do tempo que temos com questões pessoais, que são importantes, para defender interesses da comunidade, mas que a ampliação da participação pode ajudar nisso. Dando continuidade à reunião, Pedro fala sobre a descrença sobre o PDS pela comunidade, que é um desafio, pois esse é um processo necessário para a construção de políticas públicas, e é assim que se constrói publicamente e coletivamente. No caso de Morretes deverão ter discussões sobre a agricultura, a pesca, os feirantes, e o turismo. Destaca que o consórcio está aberto para todas as contribuições e para agregar pessoas a esse processo coletivo. Por isso, nesse momento, há a necessidade de se definir o grupo de acompanhamento, e convida os participantes a pensar quais são as pessoas estratégicas que podem contribuir e facilitar a dinâmica do processo e construir novos diálogos. Um técnico da prefeitura destaca que o grande problema social na região é da água potável, que deve ser uma das bandeiras dos municípios da região. Uma estudante pede a palavra e aponta a importância de se fazer uma explanação sobre o que é desenvolvimento sustentável, pois muitos não compreendem o conceito. Outro participante aponta a ausência dos produtores rurais na reunião, pois eles também estão ingressando na área de turismo. Reforça a ideia da ajuda de custo para os produtores rurais para tentar ampliar as possibilidades de participação. O integrante do CMRDS pergunta sobre o processo de licitação do projeto, e qual foi o aporte financeiro. Fabrício informa que a história do

PDS se inicia em 2011. Relata que desde daquela época, o litoral possuía uma série de projetos que são discutidos e geralmente construídos de forma a atender uma necessidade pontual. Foram identificados vários projetos, entre eles: a ponte de Guaratuba, o da BR 101, da Entrada de Pontal, do desvio de Morretes, Projeto Orla em Matinhos, da pavimentação da estrada para Guaraqueçaba, muitos deles com custo elevado. Pensando no impacto do conjunto desses projetos para o litoral, a equipe formada por várias secretarias concluiu sobre a necessidade de se contratar uma consultoria para desenvolver um Plano, envolvendo as múltiplas facetas sociais, econômicas e ambientas. Desta forma, realizou-se um Termo de Referência que foi apresentado para o Banco Mundial em 2013, foi assinado o contrato de financiamento e, na sequência, foi realizada uma licitação internacional em 2015, na qual houveram cerca de 40 empresas (nacionais e internacionais) habilitadas, destas, foram escolhidas 6 que foram as melhores classificadas. Analisando-se a técnica e preços das propostas, o consórcio das 4 empresas que hoje foi apresentado foi classificado. Quanto ao valor do financiamento diz que não tem certeza dos valores.

Na sequência, Pedro destaca quais foram os nomes indicados na Oficina de Engajamento do dia 04/04/2018: Associação do Feirante, Sr. André Ratti; Movimento Acorda Morretes, Sra. Iara; Associação de Artesão de Morretes, Sra. Cátia. Dando a sequência da proposta inicial, destaca que a necessidade de se referendar os nomes acima mencionados e realizar uma complementação dos representantes da sociedade civil que farão o acompanhamento do PDS Litoral. Na sequência, foram referendados os três nomes já indicados na oficina de engajamento, complementando-se com os seguintes representantes da Sociedade Civil: CMDR Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Morretes, COATIVA, Gentil Castanha (a confirmar), SPVS Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental, Ricardo Borges, IFPR Instituto Federal de Paranaguá – Professor Ezequiel (indicação). Pedro agradece a presença de todos e dá por encerrada esta reunião pública complementar.

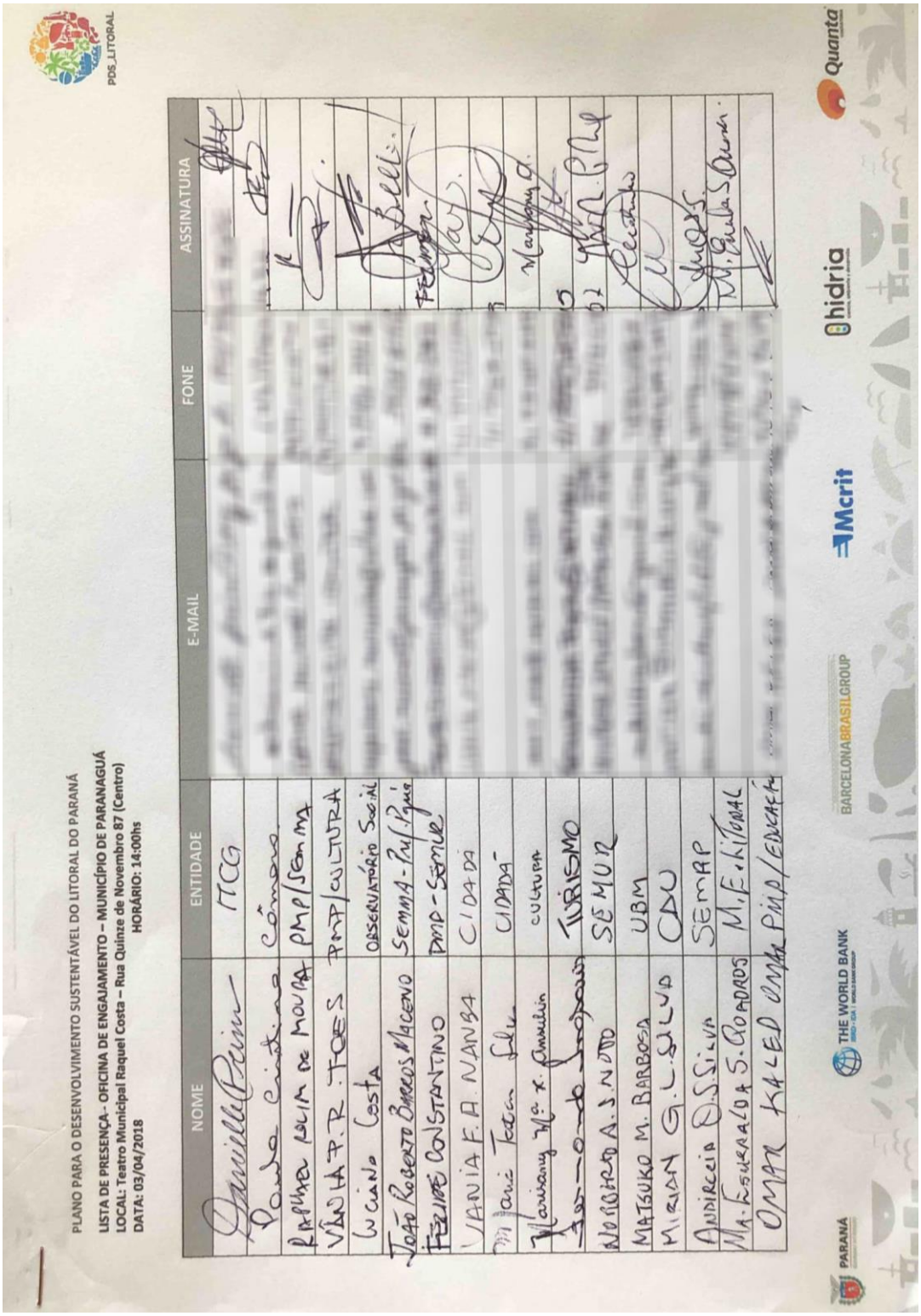
1.5.3 Relatórios fotográficos de Morretes

PDS
LITORAL

PDS
LITORAL

1.6 PARANAGUÁ

1.6.1 Lista de Presença de Paranaguá



PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
LOCAL: Teatro Municipal Raquel Costa – Rua Quinze de Novembro 87 (Centro)
DATA: 03/04/2018
HORÁRIO: 14:00hs

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
[illegible]	ITCG	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Paula Cristina	Câmara	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Raphael Silva de Moura	PMP/SEMA	[illegible]	[illegible]	[illegible]
VÂNIA F.R. TORES	PMP/CULTURA	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Luciano Costa	OBSERVATÓRIO Social	[illegible]	[illegible]	[illegible]
João Roberto Barros Macedo	SEMMA - Pref/Pgua	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Felipe CONSTANTINO	PMP - SEMUR	[illegible]	[illegible]	[illegible]
VANIA F. A. NANBA	CIDADA	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Jari Teixeira Silva	CIDADA	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Mariany Mª X. Amulin	CULTURA	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	TURISMO	[illegible]	[illegible]	[illegible]
ALBERTO A. JUNIOR	SEMUR	[illegible]	[illegible]	[illegible]
MATSUKO M. BARBOSA	UBM	[illegible]	[illegible]	[illegible]
MARA G.L. SILVA	CDU	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Andrécia D.S. Silva	SEMAP	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Mª Esperaldo S. Quadros	M.E. Litoral	[illegible]	[illegible]	[illegible]
OMAR KALED [illegible]	PMP/EDUCAÇÃO	[illegible]	[illegible]	[illegible]

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
LOCAL: Teatro Municipal Raquel Costa – Rua Quinze de Novembro 87 (Centro)
DATA: 03/04/2018 **HORÁRIO: 14:00hs**

PDS_LITORAL

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
João Carneiro Rocha	Consorcio	[illegible]	[illegible]	[illegible]

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
LOCAL: Teatro Municipal Raquel Costa – Rua Quinze de Novembro 87 (Centro)
DATA: 03/04/2018 **HORÁRIO: 14:00hs**

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
FABRICIO MIYAGIMA	SEPL / CDG			
RODRIGO JORGE PEREIRA	CAMARA MUN.			
RENATO MUZZOLON JR	CREA PR			
REILLY AGARI ALGODOAL	EMPRESÁRIO			
PAULO A. GODINHO	PREFEITURA			
Rodrigo Delonge	SEMMA - Prefeitura Pg			Delonge
MARCIA M. ROCHA LOURES JANNIK	PREFEITURA / SEMTUR			
Paulo Roberto Chrusch	SEAB		6	
Adriano André da Silva	SEMAPA			
Eloir Martins	ACIAP			
JUCELMA ESSER	CORDRAP			
Margareth Cancelli	cidadã		065	
Fabiche Costa Cardoni	Cidadã			
TSCO RODRIDA	CONSORCIO			
Harrison Bayer	CONSÓRCIO			
PEDRO STROZENBERG	Cen Jerno			

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

PDS_LITORAL

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
LOCAL: Teatro Municipal Raquel Costa – Rua Quinze de Novembro 87 (Centro)
DATA: 25/04/2018 **HORÁRIO: 15:30hs**

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
VANIA F. A. NANBA	UFPR-LITORAL			
~~Cynthia Bresser~~	~~Paranaguá Alexandra~~			
CYNTHIA BRESSER	* Paranaguá Guaraqueçaba * Distrito de ALEXANDRA			
LUCIANO COSTA	OBSERVATÓRIO SOCIAL CONSEG			
MUNIR ZAHRA				
Andreia Bennett				
Marcela Cristina Bettega				
Mariany Mª x. Anselin				
RITA DE KASSIA N. ABE	PREF. PGOK			
VÂNIA FOES	PREF. PGUÁ			
MARGARETH S. CANCELLA				
MIRIAM GOMES LEITE DA SILVA	CAU			
LUIZ MARCELO BERTOLI DE MATOS	ARQUITETO			
Eurenice Candido				
JUCELMA ESSER	CORDRAP			
Paulo Roberto Chrulé Jr	SEDAM			
Leocldes Lazzarotto	FERSTER			

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO · THE WORLD BANK IBRD • IDA | WORLD BANK GROUP · BARCELONABRASILGROUP · Mcrit · hidria · Quanta CONSULTORIA

PDS_LITORAL

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
LOCAL: Teatro Municipal Raquel Costa – Rua Quinze de Novembro 87 (Centro)
DATA: 25/04/2018 HORÁRIO: 15:30hs

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
Miriam Mathias	Associação Voluntários			M. Mathias
SERGIO MACHADO	EMATER		908	
José R. Cardoso Rocha	UNESPAR			
Maria Odete Martins Santos	NRE			
RAPHAEL R. MOURA	SEMMA/PMP			
PAULO A. GODINHO	SEMUR / PMP		34	
NORBERTO A. LAMNIK NETO	SEMUR/PMP			
João Roberto Barros Macedo Silva	SEMMA - Pguá			
Luiz Afonso Ribeiro da Silveira	SEMMA - Pguá			
MATOMI YASUDA	ADV			
Joyce Cristina R. Teixeira	Secultur - Pgua			Joyce Teixeira
Harrison Moreira de Carvalho	SECULTUR			
RAFAEL METRI	UNESPAR			
Rodrigo Lazzuri	UFPR			
TARCISIO BRANDÃO SILVA	PMT		40	
Fumino Juliana Furuki	PMP			
Jackson Barcelos Gomes	Advogado			Jackson

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

PDS_LITORAL

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
LOCAL: Teatro Municipal Raquel Costa – Rua Quinze de Novembro 87 (Centro)
DATA: 25/04/2018 **HORÁRIO: 15:30hs**

(3)

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
ADRIANA ALVES	PARANAGUÁ/estudante			Adriana Alves da Silva
Sabione Lavalcanti	Paranaguá/fundadora			
Antonio Carlos Gomes	Sesc			
Martha Pereira	Sesc			
EDSON XAVIER TAK	CÂMARA M. PGUÁ			
Carlos A. FANGUEIRO	CAMARA M. PGUÁ			
Francisco L. Nóbrega dos Santos	Câmara M. Pguá			
SIMONE TANUS	APPA			99972 2898
TAYANA GALVÃO	SEMAG			
Marcelo Pinheiro Gomes				
Reilly Agari Algodoal	EMPRESÁRIO			
Jefferson André L	ACIAP // OSP			
Sandyne Dias Ferreira	Estudante / Paranaguá			Sandyne
TEARI ANGELO DE SOUZA	CÂMARA VEREADORES			
Ana Cristina Nogoseki	PMPGUÁ			Ana Cristina Nogoseki
Sergio José Moura	SUAPAQUETARA			

PARANÁ · THE WORLD BANK · BARCELONABRASILGROUP · Mcrit · hidria · Quanta

PDS_LITORAL

1.6.2 Ata da reunião de Paranaguá

ATA DA PRIMEIRA OFICINA DE ENGAJAMENTO DO PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO DO LITORAL DO PARANÁ NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Às 14 horas e trinta minutos do dia 04 de abril de 2018 no Auditório do Teatro Rachel Costa, situado à Rua Quinze de novembro, 87 - Centro Histórico, Paranaguá/PR teve início a 1ª Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (PDS Litoral). Representando o Consórcio Litoral Sustentável estavam presentes Pedro Strozenberg, bacharel em direito, moderador da oficina, Taco Roorda, arquiteto, Coordenador do Plano, Heverson Bayer, jornalista, responsável pela comunicação do Plano, Adriana Levinski Hamann, assistente social, articuladora local do Plano, Fabricio Miyagima arquiteto, representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, responsável pelo Plano. Além destes estavam presentes servidores e representantes municipais e estaduais, representantes da academia, do comercio, moradores do município e outras pessoas interessadas que estão indicadas na lista de presença anexada a esta ata.

O moderador iniciou explicando brevemente o Plano, apresentando os principais atores envolvidos presentes ao evento. Na sequência explica que os objetivos da oficina são a apresentação e discussão do Plano de Trabalho e formação da Equipe de Acompanhamento do Plano. Pede então para que os presentes à oficina se apresentem para que seja possível avaliar a composição do grupo e quais entidades estão representadas. Indica que devido à ausência de representantes da sociedade civil organizada, do Ministério Público, além do pequeno número de representantes da academia e de cidadãos presentes à oficina deveria ser realizada nova convocação, contando com a capilaridade da rede de contatos dos presentes no evento para convocar mais pessoas, entidades, academias e partes interessadas para uma segunda Oficina de Engajamento e com este aumento na representatividade poder criar a Equipe de Acompanhamento do Município para o Plano. Na sequência todos os presentes se apresentaram indicando nome e entidade que representavam, o que confirmou a percepção inicial de que não estavam presentes atores imprescindíveis à discussão.

Houve breve dialogo sobre melhor data, horário e local para realização desta segunda oficina para que facilitasse a presença de todos os convocados. Ficou definido que será no dia 25 de abril de 2018 às 15 horas e trinta minutos no auditório do Teatro Rachel Costa situado à Rua Quinze de novembro, 87 - Centro Histórico, Paranaguá/PR. Ficou também combinado que o consorcio contará com o apoio dos presentes para mapear quais atores devem ser convocados para que haja ampla representatividade de partes interessadas na próxima oficina.

Pedro passa então a palavra a Fabricio, representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPL que comentou que a partir de 2011 começaram a ser discutidos diversos projetos para o litoral, como o projeto da nova descida ferroviária da Serra, o novo porto de Pontal do Paraná, a ampliação dos cais do Porto de Paranaguá, a engorda da praia de Matinhos e a ponte de Guaratuba, e que a partir deste prognostico passou-se a avaliar quais seriam os impactos positivos e negativos desses projetos combinados em toda a região do litoral. Na mesma época, reforça Fabricio, passam a ocorrer investimentos privados, principalmente em Paranaguá e Pontal do Paraná. Para essa avaliação a Secretaria optou por contratar uma consultoria. Em 2012/2013 foi assinado um contrato com o Banco Mundial que está financiando o projeto e foi realizada uma licitação à qual compareceram cerca de quarenta empresas, na qual o Consórcio Litoral Sustentável foi o vencedor e, portanto, é quem conduz o referido Plano. Indica que o Plano busca auxiliar a responder qual é o futuro do litoral do Paraná, alinhado à revisão dos Planos Diretores dos municípios envolvidos.

Comenta que o litoral do Paraná abriga biodiversidade das mais importantes do sul do Brasil, com área de conservação de mata atlântica que tem mais de 80% de sua área destinada à conservação e que também é uma área de grande movimentação econômica, em especial devido ao Porto de Paranaguá, e além disso a região tem índices sociais um tanto quanto preocupantes com alguns municípios tendo baixo IDH – Índice

de Desenvolvimento Humano. Comenta que apesar das diferenças entre os municípios o trabalho conjunto certamente auxiliará a busca de um futuro melhor para a região.

Comentou que em uma primeira etapa foram realizadas em janeiro de 2018 reuniões com os servidores do Estado o que permitiu um alinhamento inicial sobre o que o governo estadual tem, em suas diferentes secretarias, planejado para o futuro do litoral, a segunda etapa consiste nas oficinas que estão sendo realizadas e que a terceira etapa serão as audiências públicas, e continuou pedindo que seja dado foco em convocar para esta etapa de oficinas pessoas que possam ser replicadoras do que será conversado a partir deste momento.

Fabricio passa a palavra a Taco Roorda, Coordenador do Plano que utilizando projeção iniciou a apresentação do Plano de Trabalho comentando e destacando o enfoque regional do Plano em harmonia com os Planos Diretores municipais e sempre assegurando a participação e a representatividade da sociedade civil organizada. Apresentou os agentes: Entidade Contratante que é a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a Gestão do Contrato que é realizada pela Equipe Técnica Intersecretarial – ETI, o Acompanhamento do Contrato está a cargo da Equipe de Acompanhamento – EA, o Executor que é o Consórcio (Consultoria) e a Entidade Financiadora que é o Banco Mundial (BIRD). Explicou que a ETI tem como incumbência principal analisar se os relatórios que estão sendo produzidos estão em acordo com o Termo de Referência e fazer a validação de cada uma das etapas. Comentou sobre a composição da Equipe de Acompanhamento e sobre os demais atores com os quais o Consorcio já tem feito conversas e trabalhos de alinhamento e que são compostas por representantes da academia, de organizações não governamentais atuantes na região, de observatórios, do Programa de Cidades do Pacto Global da ONU, conselhos de classe, Ministério Público, de federações, agências de desenvolvimento, associações, dentre outros. Taco apresentou o Consorcio Litoral Sustentável, executor do Plano comentando que este é formado por 2 empresas espanholas - MCRIT S. L. e HIDRIA CIÊNCIA AMBIENTE Y DESSAROLLO S.L. e duas brasileiras BARCELONA BRASIL GROUP

CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. (Líder) e QUANTA CONSULTORIA LTDA. Ao comentar sobre a metodologia reforçou a diferença entre as Oficinas e as Audiências, comentando que as Oficinas tem como objetivo qualificar o trabalho que está sendo realizado e que as Audiências Públicas buscam levantar sugestões e opiniões além de ter função de validação. Sobre o desenvolvimento do trabalho comenta que são cinco etapas: Plano de Trabalho, Contextualização da Região, Cenários e Visão de Futuro, Estratégias de Ação e a quinta etapa, a realização de uma conferência regional. Cada uma destas cinco etapas, comenta Taco, tem 3 sub etapas: elaboração de um relatório preliminar, após a realização das oficinas é feito um relatório consolidado com as contribuições delas advindas e por fim um relatório final, indicando que cada uma das etapas deverá ser validada pelo Governo. Apresentou então as etapas dos eventos de participação publica comentando que num primeiro momento estas oficinas devem ser feitas em cada um dos municípios, para a formação das equipes de acompanhamento e que em um segundo momento os eventos devem passar a ser feitos regionalmente para fomentar a cultura regional de discussão: os três grupos propostos são Antonina, Guaraqueçaba e Morretes em um grupo, Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná em um segundo, e Paranaguá, por ser uma cidade polo com dinâmica especifica, comporia sozinha o terceiro grupo. Citou que serão 29 eventos no total. Passou então a comentar sucintamente sobre as cinco etapas e sobre o cronograma que prevê inicialmente 1 ano de trabalho e que provavelmente este prazo será pouco maior do que o inicialmente previsto. Convidou os participantes a conhecer o website http://pdslitoral.com/ e que lá estão todas as informações, relatórios, planos, projetos e dados sobre o projeto.

Taco passa a palavra a Pedro que pede aos presentes que indiquem se há representantes dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Conselho Municipal de Planejamentos ou das Cidades ou ainda do Plano Diretor, Conselho de Saneamento Básico, Conselho Municipal de Turismo, Associação de Comercio, Academia e demais atores que comporão a Equipe de Acompanhamento. Havia apenas um representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente dentre os presentes e nenhum representante de outro Conselho.

O Secretário Municipal de Urbanismo Felipe Constantino comentou a título de informação dos presentes que o Município está se organizando para a revisão de seu Plano Diretor.

Moradora pergunta se o grupo que discute o Plano terá poder de veto a projetos que serão implementados no litoral. Pedro responde que a contribuição deste grupo é discutir as alternativas viáveis aos conjuntos dos interesses da região e que não tem poder de veto à implementação de qualquer projeto.

Pedro convidou os participantes a visitar e compartilhar a página do Plano no Facebook e agradeceu a presença de todos dando por encerrada a Oficina, sendo lavrada a presente ata.

ATA DA OFICINA COMPLEMENTAR DE ENGAJAMENTO DO PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO DO LITORAL DO PARANÁ NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Às 15 horas e trinta minutos do dia 25 de abril de 2018 no Auditório do Teatro Rachel Costa, situado à Rua Quinze de Novembro, 87 - Centro Histórico, Paranaguá/PR teve início a 2ª Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (PDS Litoral) em Paranaguá. Representando o Consórcio Litoral Sustentável estavam presentes Taco Roorda, arquiteto, coordenador do Plano, Mauricio Alexandre Maas, arquiteto e psicólogo, articulador regional do Plano, Barbara Bravo, antropóloga, especialista em estruturação social do Plano, Heverson Bayer, jornalista, responsável pelo plano de comunicação do Plano, Adriana Levinski Hamann, assistente social, articuladora local do Plano. Além destes estavam presentes servidores e representantes municipais e estaduais, representantes da academia, do comercio, moradores do município e outras pessoas interessadas que estão indicadas na lista de presença anexada a esta ata.

O Moderador iniciou relembrando da reunião realizada no dia 3 de abril de 2018, em que a composição de participantes não era suficientemente representativa dos vários

segmentos de Paranaguá, o que levou à decisão de convocar uma nova oficina. Maurício explicitou os objetivos da reunião que eram apresentar o PDS e formar a equipe de acompanhamento de Paranaguá. Ressaltou ainda a possibilidade de começar a montar equipe na reunião e complementar na audiência pública que acontecerá no próximo mês no período da noite para facilitar a presença das pessoas que trabalham de dia. Dando sequência, o moderador explica brevemente o Plano, e o processo de contratação do Consórcio Litoral Sustentável através de um edital de concorrência, projeto financiado pelo Banco Mundial. Apresenta equipe e explica que, nesse desenho, essa primeira oficina de engajamento é aberta a toda a população e está acontecendo em todos os municípios; nas próximas etapas as oficinas passarão a ser regionais

Taco inicia sua fala apresentando o Plano de Trabalho na seguinte sequência: os objetivos; os agentes – Entidade Contratante que é a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a Gestão do Contrato que é realizada por Equipe Técnica Intersecretarial – ETI, o Acompanhamento do Contrato está a cargo da Equipe de Acompanhamento – EA, o Executor que é o Consórcio (Consultoria) e a Entidade Financiadora que é o Banco Mundial (BIRD); explica a composição da EA envolvendo representantes locais da sociedade civil: representante do setor produtivo empresarial, representante da academia, representante do Conselho Municipal de Planejamento ou da Cidade, representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente, representante de organização não governamental, representante à livre escolha do plenário da oficina de engajamento. Acompanharão também a execução do Plano representantes regionais da academia, de organizações não governamentais atuantes na região, de observatórios, do Programa de Cidades do Pacto Global da ONU, conselhos de classe, Ministério Público, de federações, agências de desenvolvimento, entre outros. Apresenta o executor do Plano comentando que este é formado por 2 empresas espanholas - MCRIT S. L. e HIDRIA CIÊNCIA AMBIENTE Y DESSAROLLO S.L. e duas brasileiras BARCELONA BRASIL GROUP CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. (Líder) e QUANTA CONSULTORIA LTDA. Explica a metodologia, etapas e produtos do Plano. Taco destaca a diferença entre as Oficinas e as Audiências, que somados chegam a 29 eventos participativos,

comentando que as Oficinas têm como objetivo qualificar o trabalho que está sendo realizado e que as Audiências Públicas buscam levantar sugestões e opiniões além de ter função de validação. Taco apresenta o *site* do plano: http://pdslitoral.com/. Apresentado o conteúdo do Plano de Trabalho, Taco passa a palavra ao Maurício que, nesse momento, pergunta à plateia se há alguma dúvida sobre a apresentação do Plano de Trabalho.

Questionado por que o escritório foi montado em Curitiba em vez do litoral, se o processo é no litoral, Taco responde que seria de fato mais fácil se o escritório fosse no litoral, mas que o Consórcio determinou que era preciso também estar próximo do cliente, das secretarias, e demais entidades estaduais. Mauricio aponta para a necessidade de um escritório no litoral, atendendo justamente a essa demanda de proximidade com as populações, e necessidade de aproximação e representatividade para articulação de forma mais eficiente. O autor da pergunta se candidata a compor a EA por trabalhar com pesquisa na área de monitoramento das áreas litorâneas e com as causas dos maiores processos ambientais em curso. Maurício aponta para a necessidade de, independentemente da EA, manter canais de diálogo abertos com qualquer pessoa que possa contribuir com o Plano.

Perguntado a respeito do valor do empréstimo do banco mundial e quais foram as exigências para o empréstimo, Taco responde que o financiamento do PDS é parte de um financiamento mais amplo e multisetorial de recursos voltados para o fortalecimento de equipamentos sociais no estado como um todo e que o BIRD concordou em incluir o PDS neste guarda-chuva por ter uma visão integrada, abarcar todo o litoral e por ter abordagem de sustentabilidade em uma região muito sensível no que diz respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Sobre o montante do empréstimo, Taco informa que o investimento é de aproximadamente 3 milhões e que há ainda uma parte complementar em euros, mas que não possui os valores detalhados. No que diz respeito às exigências, estas foram colocadas no termo de referência e diziam

respeito ao foco no equilíbrio entre as diversas forças e componentes do litoral, principalmente na questão entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico.

Uma arquiteta presente coloca que por ser um plano do governo do estado seria importante que representantes do porto participassem das audiências, uma vez que, para ela, um dos maiores problemas é a falta de integração entre o porto e a cidade. Para a arquiteta outro órgão muito importante é o IAP por ter uma interface muito grande, maior do que o ITCG, em especial no caso da Ilha do Mel. No que diz respeito à composição da EA é fundamental ter em Paranaguá um representante do patrimônio, pela importância que tem para o Paraná. Para a arquiteta o advogado Rhenne é um bom representante pela experiência e conhecimento. Passa a palavra para outro arquiteto presente, que considera ser a pessoa mais capacitada para falar sobre a importância do patrimônio em Paranaguá.

O arquiteto coloca que Paranaguá tem o conjunto mais completo de patrimônio, além de ser a cidade onde o estado começou. Para o arquiteto, é preciso fazer uma integração sustentável para o município do patrimônio como um todo: patrimônio material, imaterial e natural. Há necessidade de integração entre os patrimônios das cidades litorâneas que tem a mesma característica por serem as pioneiras, as mais antigas. Morretes e Antonina tem conjuntos incríveis, mas que estão sendo substituídos por construções novas. É fundamental ter um plano de ação direcionado para preservação e utilização do patrimônio.

A arquiteta pontua que o maior patrimônio não é o material, imaterial e sim as pessoas, e que a qualidade de vida das pessoas é medida pelo crescimento, com o porto crescendo, com a expansão da economia, ou seja, só se vê o porto e não a cidade, a riqueza passa por Paranaguá, mas não fica. Para a arquiteta o porto pode se tornar um potencial para o turismo, mas quando olhamos para a BR 277 existe um problema, as pessoas vão acabar desistindo de vir para o litoral por conta de tanto caminhão para escoar a produção. A qualidade do ar é péssima, gera questões respiratórias, afeta a saúde. É importante pensar na qualidade de vida dos cidadãos também. A vegetação

está sendo substituída para criar pátio de contêiner de carga. Tem que trazer empresas, turismo, cuidar da cultura, gerar emprego, mas qual é o preço que vamos pagar por isso? Que tipos de trabalhos, que tipo de empregos, que tipo de forças de trabalho? Não podemos trazer subempregos.

Perguntado sobre quais são os resultados esperados pelo Plano, se serão novas leis, novos investimentos, Taco responde que as ações e os produtos vão ser resultado de um cenário que será construído, mas que deverá ter um pouco de tudo, e que vai depender muito das escutas das oficinas. São muitos os exemplos de ações que podem compor o PDS, um exemplo são as ações institucionais que são importantes para resolver conflitos de legislações que paralisam o desenvolvimento da região e das cidades. Será um conjunto diversificado de propostas que vai resultar no PDS.

Um funcionário da Secretaria de Agricultura, a partir da sua experiência com público específico dos agricultores, empreendedores e pescadores, afirma que o pescador é uma categoria a parte que está à margem dos conselhos. Pontua a existência de sete colônias de pescadores que não são envolvidos, mas afirma que as demandas são conhecidas pela secretaria e pela EMATER. Há preocupação com o resultado do Plano e com a baixa representatividade de várias categorias. Apesar da diversidade de representantes estar melhor do que na primeira reunião, ainda não é suficiente para dar conta de todas as questões envolvidas na elaboração do Plano. As oficinas devem ser realizadas em outro lugar, como Paranaguá Previdência, que é um lugar melhor para trabalhar, uma vez que o teatro é ruim para uma oficina e prejudica o trabalho. Aponta para o fato de que em Paranaguá existem técnicos dispostos a ajudar na elaboração do Plano, e que, é preciso esforço para inverter a percepção do litoral como uma região na qual nada pode, tudo trava, nada acontece, diferentemente de Santa Catarina, onde tudo pode e tudo acontece. Diz que o COLIT é um problema e, apesar de ter tido seu papel no passado, hoje não ajuda, só atrapalha, é bastante complicado, e não tem importância hoje. Acabar ou não com o COLIT não é dar uma carta em branco para destruir tudo, tem diversas instituições atuando na área que dão conta das demandas

existentes. Como o COLIT demora a se reunir, quando se reúne fica por meses indo e voltando sem definir nada. Por fim, pontua a questão do porto de Santa Catarina, que recebeu investimento da China, e que será concorrente com o de Paranaguá. Aqui o que não acontece nunca lá acontece muito rápido. Não sou a favor da destruição do meio ambiente, mas aqui tudo trava, tudo para.

Um representante da Federação das Indústrias do Paraná tem interesse em participar da EA. Argumenta que o Litoral está em estado de letargia há mais de 2 décadas, se comparado com Itajaí, que em 15 anos cresceu muito mais. Se tivesse realizado os projetos que foram planejados existiriam duas Dubais no litoral. Coloca-se como defensor da natureza, mas pontua que o bicho de que mais gosta é o homo sapiens. As pessoas têm vergonha de chegar em casa sem emprego e sem dinheiro. Não tem emprego, nada pode, pagamos esse preço. O representante da FIEP coloca a necessidade de interligar a BR 101, e acredita que deva haver razoabilidade entre a preservação do meio ambiente e a liberação das obras necessárias. Ele discorda de que Paranaguá não tenha mão de obra qualificada, e aponta para o Sistema S, como sendo capaz de formar pessoas qualificadas se for informado da demanda. As oportunidades precisam ser valorizadas, e os defensores do meio ambiente em detrimento da atração das empresas precisam ser neutralizados. Para ele, se o objetivo é o de atrair as empresas, não é possível não oferecer nada em troca, as instituições não podem representar apenas problemas e esperar que as empresas resolvam. Não é possível acabar com a empresa já na instalação. Precisamos de progresso, que não traz só barulho, traz qualidade de vida. Ganhamos só lixo, invasão e mato, Valadares podia ser Fort Lauderdale. Diz que rico não gera lixo, e se só tivesse mansão Valadares seria limpo, arrumado e bonito.

Um dos presentes aponta-se que uma das características que mais chama atenção é a falta de acesso aos municípios e o desconhecimento das realidades dos demais, quem mora em Paranaguá não conhece a realidade de Guaraqueçaba, nem Antonina. Coloca que gostaria que o plano se debruçasse sobre a viabilidade do modal hidroviário para

criação de estações náuticas com uso de *hoovercraft,* que não precisa de calado, nem estações de grande porte, fazendo transporte de forma muito segura. Já existe um estudo sobre isso, mas nada foi concretizado, podendo ser reavivado. Ainda na questão de transporte argumenta que o ideal seria aproveitar o modal ferroviário para turismo regional, aproveitando as linhas existentes para ligar Paranaguá a Morretes, com menor impacto ambiental; e no caso da ligação entre Matinhos a Pontal do Paraná pode aproveitar a estrutura já existente.

Pontua-se que o foco principal deve estar na garantia de que o plano será cumprido. Questiona o que acontece depois da entrega do Plano, quais são as garantias de que o governo irá implementá-lo. Existe a percepção de que o litoral é totalmente abandonado pelo Governo do Estado, e em época de campanha a população fica ressabiada com as intenções por traz das ações. Pergunta quais são as provas de comprometimento do Governo do Estado com o plano; e se existe algum tipo de legislação ou mecanismo que garanta seu cumprimento. Taco responde que são as duas coisas, uma vez que quando a população se apropria do plano isso exerce pressão, e o BIRD já demonstrou interesse em apoiar a implementação das ações do plano. Para o Coordenador, política é imprevisível e não há como saber o que vai acontecer na implementação. Espera-se que o PDS se torne parte de um plano de governo, mas não existem garantias formais. O cenário é favorável por envolver órgãos influentes como o BIRD.

É perguntado como foi pensada a comunicação com a comunidade sobre o protagonismo, já que muitos segmentos sociais estão invisibilizados, e aponta-se para necessidade de maior esforço de comunicação com as associações de moradores e com os moradores em si. Paranaguá é bem grande e diverso e precisa estar representado de fato. O plano precisa pensar também na cidade pobre. O horário dificulta muito, as pessoas trabalham e não conseguem vir. É fundamental pensar a cidade com a cidade.

Um professor contesta uma fala anterior, colocando que se sentiu desrespeitado quanto residente de Paranaguá. Para o professor não é a riqueza das pessoas que determina a não poluição, mas sim a presença do estado em locais mais ricos que garante melhor

qualidade de vida. O porto tem problemas de gestão, mas se isso fosse arrumado seria importante ter o porto na região porque gera emprego, e as pessoas precisam de emprego. As propostas devem ser sustentáveis para que os processos melhorem. A cultura de Paranaguá é de não pensar no bem coletivo, de jogar o lixo no terreno do vizinho. Para mudar só através da educação e cultura para conscientizar. Tem que haver retorno para a população, e caso haja necessidade de intervir no meio ambiente, tem que ser feito de forma sustentável.

Uma engenheira que trabalha no porto pontua que atualmente os empreendimentos portuários e todos que estão em volta passam por um processo muito sério para cumprimento das exigências do IBAMA. A partir de sua experiência de trabalho com as comunidades afetadas pelo porto ela afirma que a população deveria reivindicar junto aos novos empreendimentos, (estrada, novo porto, etc) as condicionalidades para instalação. Já que todos os empreendimentos passam pelo crivo do IBAMA e do IAP, que são as entidades que determinam o que o empreendedor terá que fazer. O público precisa reivindicar em cada um desses órgãos quais são as condicionalidades que devem ser impostas. O IBAMA questionou se o IAP afeta a Ilha do Mel, o porto respondeu que não, mas é claro que afeta. Já tem licença de instalação, agora o pessoal da ilha tem que reivindicar que sejam feitas coisas em troca. Quem manda é o IBAMA, o IAP e o MP, que exigem do empreendedor o que ele tem que fazer. No aumento do porto para o leste ele se comprometeu a fazer um parque limiar no Rio do Fundo. O IBAMA dizia que para compensar a pesca que diminui com a dragagem, tinha que saber com os pescadores o que eles queriam em troca. Os pescadores pediram a reforma de todos os trapiches e construção de outros, e o porto está sendo obrigado a atender à solicitação. Quando levamos para Antonina que o porto ia construir trapiche a população adorou, assim como o programa de alternativa de renda por conta da redução da pesca. O litoral precisa investir no turismo, é a salvação para emprego, para tudo. A ideia é criar uma linha de barco que vai em cada um dos trapiches novos para conhecer cada uma das comunidades. Paranaguá pode crescer muito no turismo, o ponto mais forte deveria ser o turismo no litoral que tem muito para crescer. Os empreendimentos podem, por lei,

financiar isso nas medidas compensatórias. A engenheira encerra sua fala se candidatando a participar da EA como representante do porto

Uma representante da Mar Brasil fala que a organização já participou de algumas reuniões nesses moldes. Relembra que houve o grupo das ZEEs, das bacias hidrográficas, e que por conta disso já temos bastante informação, além do conjunto de leis que são muito boas, inclusive municipais. A representante compreende e apoia a validade do PDS que pretende reunir essas informações, mas acredita que o desenvolvimento sustentável seja utópico, uma vez que a sustentabilidade tem uma premissa política, e a política hoje é predominantemente voltada para os interesses econômicos. Lamenta ausência de órgãos ambientais importantes, e da baixa representatividade. Pontua preocupação com a falta de garantias de que o plano será implementado. Aponta para necessidade de reunir as pessoas todas envolvidas, e para o papel da coordenação na convocação dos órgãos centrais aos temas fundamentais, como a crise ambiental de fundo político econômico.

A presidente da associação de moradores de Valadares agradece a equipe do PDS pela proposta do plano, considerando o mesmo como um projeto de sustentabilidade para todo o litoral incluindo a ilha do Valadares. Coloca que Valadares está passando por uma situação bem difícil por conta da regularização fundiária, o que comprometerá a reforma de trapiche por não terem a regularização das áreas. A presidente relembra que a dragagem já teve impacto, houve crime ambiental, e nada houve de mitigação ou compensação por conta da falta de regularização. Percebe assim que o Plano é muito importante porque será desenvolvido um projeto, e todos são responsáveis pelo projeto e por cobrar a sua implementação. Estamos aqui para somar e fazer o melhor por Paranaguá. As coisas precisam acontecer de forma sustentável, da forma certa. O projeto vai revolucionar Paranaguá, que está há muito tempo esquecida pelo governo, pelo poder público, principalmente em Valadares. A presidente se candidata a compor a EA.

Pontua-se que a linha de Alexandra está afetando a vida das pessoas, com longos quilômetros de engarrafamento por conta dos caminhões, o que em última instância gera impacto até na empregabilidade, uma vez que as pessoas são recusadas de emprego por conta de onde moram.

Maurício introduz a necessidade de se constituir a Equipe de Acompanhamento, e pergunta se há diversidade de grupos de interesses presente para que essa equipe seja representativa. A plateia sinaliza que sim. Maurício informa que as próximas reuniões serão realizadas à noite e propõe que alguns nomes sejam indicados a seguir para que a equipe possa ser definida na próxima reunião noturna. Para o setor produtivo são indicados Jefferson da ACIAP, Simone da APA, Jucelma do setor agrícola e Rely da FIEP. Para representar a academia são indicados o professor José Roberto da UNESPAR, e é sugerido que o IFPR e a INSULPAR indiquem representantes. Para o Conselho Municipal de Meio Ambiente é indicado Eloir Martins. Para o Conselho Municipal de Urbanismo foi sugerido o nome de Miriam Gomes Leite Silva. Para representar as Organizações não Governamentais foi solicitado que as instituições Mar Brasil, Paranaguá Criativa e Observatório Social indicassem representantes para a próxima reunião. Pela sua relevância para o município foi requisitado que o Conselho de Patrimônio Histórico tivesse um representante na Equipe de Acompanhamento, e o indicado foi Rhenne. Como parte da livre escolha foram apontados a professora Vania da UFPR do Litoral e a presidente da Associação dos Moradores da Ilha dos Valadares Miriam.

Maurício encerra a reunião agradecendo pelo envolvimento de todos.

A oficina é dada por encerrada, sendo lavrada a presente ata.

1.6.3 Relatórios fotográficos de Paranaguá

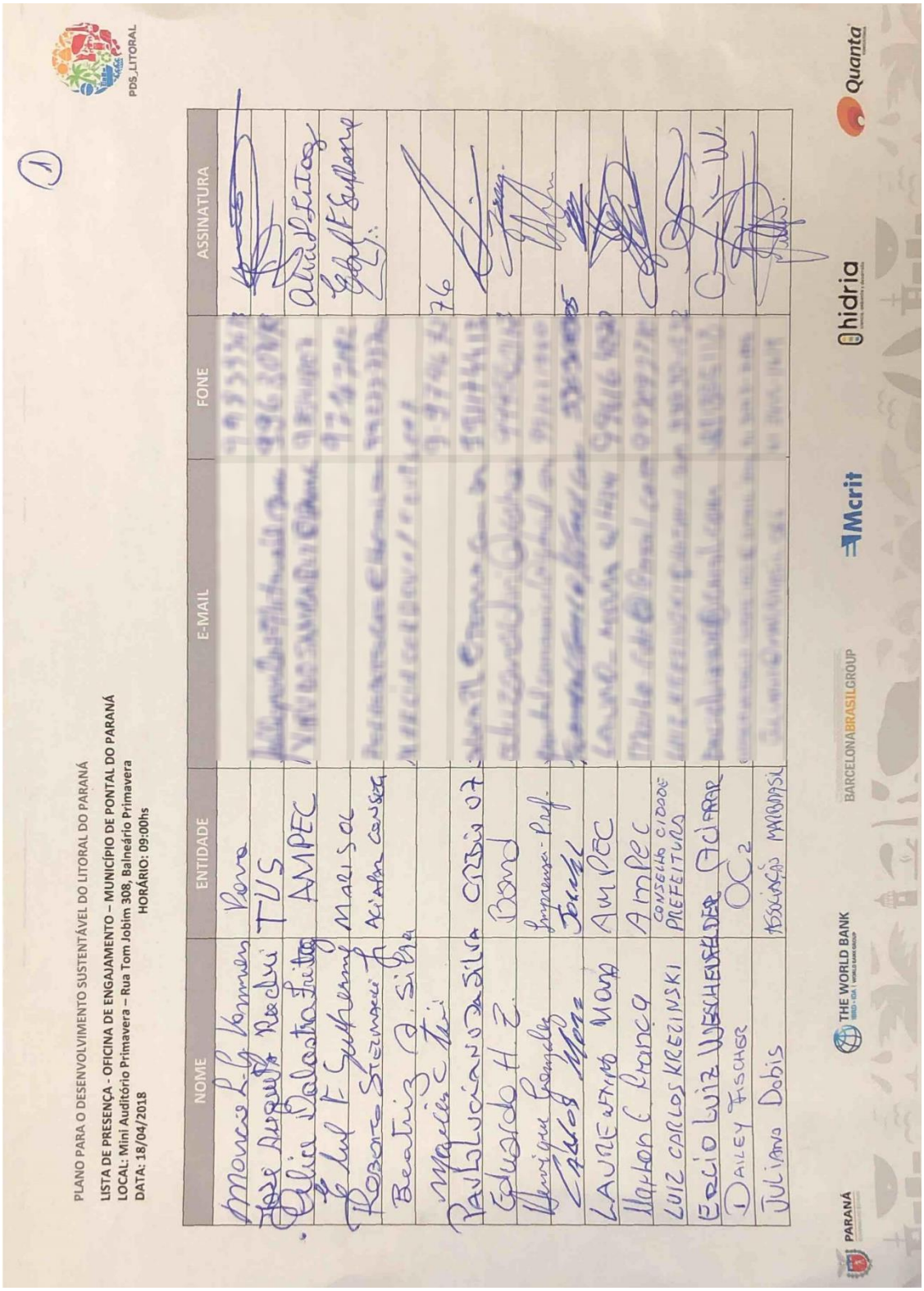
Oficina em Paranaguá em 03/04/18

PDS
LITORAL

Oficina complementar em Paranaguá em 25/04/18

1.7 PONTAL DO PARANÁ

1.7.1 Lista de Presença de Pontal do Paraná



PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
LOCAL: Mini Auditório Primavera – Rua Tom Jobim 308, Balneário Primavera
DATA: 18/04/2018 HORÁRIO: 09:00hs

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
Moreno L. Karmen	Nova	[illegible]	[illegible]	[illegible]
José Augusto Rocha	TUS	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Celio Dalastra Filho	AMPEC	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Edel F. Guthemberg	Marisa	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Roberto Steinmacher	Acianor consórcio	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Beatriz A. Silva		[illegible]	[illegible]	[illegible]
Maria C. Tei		[illegible]	[illegible]	[illegible]
Paulo Luciano Da Silva	CREA 07	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Eduardo H. Z.	Bond	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Henrique Gonçalves	Imprensa - Prof.	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Carlos Mora	Jornal	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Laurentino Mora	Ampec	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Marlon C. Branco	Ampec	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Luiz Carlos Krezinski	Conselho Cidade Prefeitura	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ercio Luiz Weschenfelder	Acianor	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Dailey Fischer	OC2	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Juliana Dobis	Associação Mariscadores	[illegible]	[illegible]	[illegible]

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

PDS_LITORAL

(2)

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
LOCAL: Mini Auditório Primavera – Rua Tom Jobim 308, Balneário Primavera
DATA: 18/04/2018 **HORÁRIO: 09:00hs**

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
CARLA A. R. LIMA	EISES			
DENIS CORONIL	EMPRESA BIONEÁRIA			
TALITHA LEITE	OBSERVATÓRIO CORTEIRA OC2			
ELIAS BELCO	ADA			
Sandro Martins	Bond			
VINICIUS CARLI	PREFEITURA			
ANTONIO MACHADO NETO	SIN Pontal.			
JOÃO REMPEL	AMPP			
Giselle S. Bachstein	CANOA Socioambi			

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO THE WORLD BANK IBRD • IDA | WORLD BANK GROUP BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

PDS_LITORAL

③

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
LOCAL: Mini Auditório Primavera – Rua Tom Jobim 308, Balneário Primavera
DATA: 18/04/2018 **HORÁRIO: 09:00hs**

PDS_LITORAL

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
Patricia Cardoso de Oliveira	~~AGÊNCIA DE DES. AMBIE~~ ADA			
Luciane Novisk	Colentologia Luciane Novisk			
RICARDO SALCEDO	SP. Porto Pontal		3406	
EZEQUIEL TAVARES	SEC. DES			
Antaninho L. S. Mello	Advogado			
JONY HARRI BORMANN	NAGUAR			
Gilberto Kessler	Morador			
Gilberto Espinosa	ACIAPAR			
FABIO ORTIGARA	ITCG			
GIL F. PIEKARZ	ITCG			
Marcia Benatto	CELAV/Comum			Regina
Danielle Reim	ITCG-ZEE			
Silvana de O. Borges	UFPR/CEM			
Marcelino A. Kobak	ABRAME			
Gisele BG Kobak	Cidadã			
ANDRÉ ROMEIRO	CIDADÃO			
CYNTHIA C. AGUIAR	CIDADÃO/URBANISTA			

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO · THE WORLD BANK IBRD • IDA | WORLD BANK GROUP · BARCELONABRASILGROUP · Mcrit · hidria · Quanta

PDS_LITORAL

(4)

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
LOCAL: Mini Auditório Primavera – Rua Tom Jobim 308, Balneário Primavera
DATA: 18/04/2018 **HORÁRIO: 09:00hs**

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
ANTONIO CARLOS CRUZ	ROTARY			
Emmanuel H. C. Santos	Rotary			
Maria Fernanda Cheram	CANOA socioamb.			
RUBERLI GAYÃO	CANOA socioambiental			
WAGNER PERIM	GUARDA MIRIM			
Eduardo Felga Gobbi	UEPR			
Rosalina Rodrigues	Prefeitura			
Daiana G. Costa	SMDES/PREFEITURA			

PDS_LITORAL

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA DE ENGAJAMENTO – MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
LOCAL: Mini Auditório Primavera – Rua Tom Jobim 308, Balneário Primavera
DATA: 18/04/2018 HORÁRIO: 09:00hs

5

PDS_LITORAL

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	FONE	ASSINATURA
WAGNER PERIN	GUARDA MIRIM	[illegible]	[illegible]	[illegible]
ERLON EDSON MARTINS	AAPDR	[illegible]	[illegible]	[illegible]
SERGIO MACHADO	E. MATER	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Luiz Fernando Ferreira Santos	SP - Porto Pontal	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Charles F.M. Peixoto	EMATER	[illegible]	[illegible]	[illegible]

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

1.7.2 Ata da reunião de Pontal do Paraná

ATA DA OFICINA DE ENGAJAMENTO DO PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO DO LITORAL DO PARANÁ NO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ

Às 9 horas do dia 18 de abril de 2018 no Miniauditório Primavera da Secretaria de Desenvolvimento, Departamento de Cultura, situado à Rua Tom Jobim, 308, no Balneário de Primavera, na cidade de Pontal do Paraná-PR, teve início a 1ª Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (PDS Litoral) nesta cidade. Representando o Consórcio Litoral Sustentável estavam presentes: Pedro Strozenberg, bacharel em direito, mediador de conflitos; Taco Roorda, arquiteto, coordenador do Plano; Mauricio Alexandre Maas, arquiteto e psicólogo, articulador regional do Plano; Adriana Levinski Hamann, assistente social, articuladora local do Plano; Heverson Bayer, jornalista, responsável pela comunicação do Plano e Fabricio Miyagima, arquiteto, Representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, responsável pelo Plano. Além destes, estavam presentes servidores e representantes do município e do estado do Paraná, representantes da academia, do comércio, moradores do município e outras pessoas interessadas que estão indicadas na lista de presença anexada a esta ata.

Pedro, no papel de mediador, dá início à reunião, dando as boas-vindas aos participantes da 1ª oficina em Pontal do Paraná, e informa quais foram as oficinas já realizadas no litoral do paranaense. Esclarece à plenária que este é o primeiro encontro com o grupo de Pontal do Paraná, uma vez que no dia 29 de abril a oficina de engajamento foi adiada devido ao feriado facultativo declarado no Estado do Paraná. Ainda expõe ao grupo que foi alertado sobre os desafios que terá pela frente na condução desta oficina, debates delicados que envolvem vários atores. Destaca que plano vem para somar esforços no processo de planejamento do desenvolvimento sustentável do litoral, trazendo técnicos nacionais e internacionais para contribuir com os estudos de viabilidade técnica, além disso, conta com as contribuições dos atores da sociedade civil, reconhecendo os saberes da região, e do governo municipal e estadual que participam dos eventos. Esclarece ainda que este plano vem com um viés de aglutinar as diversidades locais, por

isso da necessidade desse primeiro diálogo. Mas adverte a plenária que este será o único momento municipal, em que serão ouvidos os atores do município, pois no segundo momento deste plano será um diálogo mais regional. Nesse sentido, Pedro explica que esta oficina terá como missão apresentar o processo metodológico do plano que será desenvolvido nos próximos doze meses – o Plano de Trabalho – além de apresentar a equipe que está envolvida. Esclarece que o Plano de Desenvolvimento Sustentável não tem a intenção de interferir no plano diretor dos municípios, mais que dialoga com os interesses municipais. Discorre sobe a segunda parte da oficina, que tem como proposta instituir a Equipe de Acompanhamento, que tem formato paritário entre sociedade civil e governo, mas que não são deliberativas e sim qualificadoras, consultivas, conforme preconizado pelo termo de referência. Após esta explanação, o mediador pede à plenária que realize uma breve apresentação, dizendo o nome e a instituição que ora representa nesta oficina. Ao finalizar estas apresentações, um ouvinte questiona se esta oficina é de âmbito apenas do Município de Pontal do Paraná, um diagnóstico. O mediador esclarece que essa oficina é um primeiro momento em que se considera as necessidades do município, e posteriormente serão realizados recortes sub-regionais, finalizando com a região litorânea. Desta forma, há a expectativa de ter contemplado as necessidades de cada município.

Em seguida, passa-se a palavra para o Coordenador do Plano, que acrescenta que o Plano tem uma abrangência regional, mas que leva em consideração as especificidades e particularidades de cada município. Em seguida, Taco apresentou os objetivos, etapas e processo participativo, na seguinte sequência: os agentes – Entidade Contratante que é a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a Gestão do Contrato que é realizada por Equipe Técnica Intersecretarial – ETI, o Acompanhamento do Contrato está a cargo da Equipe de Acompanhamento – EA, o Executor que é o Consórcio (Consultoria) e a Entidade Financiadora que é o Banco Mundial (BIRD); explica a composição da EA envolvendo representantes locais: representante do setor produtivo empresarial, representante da academia, representante do Conselho Municipal de Planejamento ou da Cidade, representante do Conselho Municipal de Meio

Ambiente, representante de organização não governamental, representante à livre escolha do plenário da oficina de engajamento. Outros atores que acompanharão o desenvolvimento do Plano são os representantes regionais da academia, de organizações não governamentais atuantes na região, de observatórios, do Programa de Cidades do Pacto Global da ONU, conselhos de classe, Ministério Público, de federações, agências de desenvolvimento, entre outros. Apresenta o executor do Plano comentando que este é formado por 2 empresas espanholas - MCRIT S. L. e HIDRIA CIÊNCIA AMBIENTE Y DESSAROLLO S.L. e duas brasileiras BARCELONA BRASIL GROUP CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. (Líder) e QUANTA CONSULTORIA LTDA; a metodologia, etapas e produtos do Plano. Taco destaca a diferença entre as oficinas e as audiências, que somados chegam a 29 eventos participativos, comentando que as oficinas têm como objetivo qualificar o trabalho que está sendo realizado e que as audiências públicas buscam levantar sugestões e opiniões além de ter função de validação. Taco apresenta o site do plano: http://pdslitoral.com/. Ao finalizar a apresentação, Taco colocou-se à disposição para esclarecimentos.

Na sequência, passa-se a palavra para Pedro, que abre o espaço para diálogo com a plenária. O primeiro a se manifestar é morador da cidade e membro da Federação do Fórum ambientalista do Paraná, e traz as seguintes questões: Fez críticas quanto ao princípio da publicidade, esclarece que não houve de fato uma publicização abrangente sobre esta oficina. Percebe que neste fórum são os mesmos rostos, as mesmas formas de fazer comunicação, como todo plano que vem para o litoral. Informa ainda que, entende que o convite ficou para os atores previamente definido, como sempre “uma caixa fechada” só para “inglês ver”. Desta forma, conclui que é uma forma de legitimar alguns atos, como é o caso deste plano, que já foi definido por alguém, em suma já está tudo definido. Como foi o caso Zoneamento Econômico Ecológico, que não houve transparência do processo com a sociedade. Percebe que a associação de classe e associação comercial não fizeram a divulgação mais ampliada, percebe também que não houve transparência sobre do que se trata esta oficina. Diz que não vê neste fórum representantes dos indígenas, dos negros, de mulheres, movimentos legítimos que não

estão contemplados neste momento, e destaca que é uma cidade machista. Destaca que não concorda com o adiamento da oficina de 29/04/2018, e que deveria ter sido mantida naquele feriado, para que as pessoas pudessem participar. E não percebeu esse movimento com bons olhos. Faz ainda os seguintes questionamentos: O Plano de Desenvolvimento Sustentável nasceu por quê? Para quem? Que linha vamos definir? Mas diz que a comunidade não é boba. E afirma que tem consciência que a linha é para definir um porto, uma estrada e uma ponte em Guaratuba. E que deseja que esta sua fala seja registrada em ata. O mediador informa que a divulgação das oficinas é tratada como elemento chave do PDS, e que entende que estamos no processo de construção de mecanismos que possam viabilizar e melhorar a divulgação. Passa-se a palavra para o Presidente da Associação Comercial, que diz ser morador de Pontal do Paraná, e que não escolheu esta cidade para viver quando se aposentar. Diz que há grandes conflitos entre o desenvolvimento do litoral do Paraná, o desenvolvimento de Pontal do Paraná e as questões ambientalistas. Também enfatiza que este tipo de conflito possibilitou uma forma de trabalho rentável. Isto é, onde pessoas descobriram que podem viver disso, ganhar dinheiro, desta forma conclui que isso se tornou um trabalho formal. Informa que há sempre uma disputa pelo mesmo fim, o mesmo resultado. As pessoas conseguem, por meio de projetos, financiamentos para seus objetivos e sobrevivem disso. Disse que isso se tornou quase que uma estrutura econômica no litoral paranaense. Diz que representa o setor produtivo de Pontal do Paraná, que gera impostos para o município, que oferece condições efetivas para que o município tenha uma expectativa de recursos financeiros. E destaca que é uma parte desses recursos públicos que mantém a estrutura que financia os projetos e estudos ambientais na região. Destaca a questão do Plano Diretor da cidade, que deveria ser uma das bandeiras de todos os ambientalistas, e pergunta: Como uma cidade pode se desenvolver sem um Plano Diretor? Informa ainda que infelizmente existiam demandas que eram sobrepostas e, sem uma revisão poligonal da cidade, não poderiam desenvolver suas potencialidades. Cita o “calado natural” que é o segundo maior do mundo, diz que tem um potencial econômico fantástico, já identificado e mapeado pelos militares na época

da ditadura. Significa dizer que tem a capacidade de desenvolvimento na área portuária, mas ao mesmo tempo, este potencial torna-se o “calcanhar de Aquiles” do litoral. Relata que para impedir o desenvolvimento portuário, na Revisão Poligonal, tiveram que enfrentar os estivadores, os interesses econômicos já estabelecidos em Paranaguá – PCP e outros mais. Esclarecendo que algumas pessoas entendiam que o Porto de Pontal transformaria Paranaguá numa Antonina. Comenta que o Plano Diretor foi retido por 17 anos, e enfrentaram vários desafios e agora já fazem mais de 12 meses que plano diretor foi implantado e estão percebendo algumas mudanças. A questão da faixa de infraestrutura, com destaque ao escoamento de água, por exemplo, no último final de semana houve alagamentos de algumas regiões desta cidade, causando transtornos e prejuízos para a população, torna-se um caos urbano. Diz que não tem mais a macro drenagem. Relata ainda que há falta de planejamento, no quesito das ocupações irregulares, não há controle da área de preservação, antes tinham o limite do canal, no entanto, diz que o canal já foi aterrado para a ocupação. Sobre a saúde fala de problemas com a PR 412, onde o tráfego dificulta a chegada ao Hospital Regional de Paranaguá em caso de emergência. Na questão de segurança, a cadeia tem a capacidade para 5 pessoas, no entanto há 20 pessoas encarceradas. Um morador de Pontal do Sul, mais especificamente de Guaraguaçu, diz que nasceu em Pontal do Paraná quando pertencia ainda a cidade de Paranaguá. Informa que não vê ONG atrapalhando o desenvolvimento de Pontal do Paraná, e que a democracia é uma forma de aceitar o diferente. Concorda com a pessoa que pontuou a fragilidade da comunicação na divulgação desta oficina, e questiona se esta informação chegou até a comunidade Maciel, comunidades Pereira, Guaraguaçu e o Quinze que fica no km 1. Enfatiza a importância da participação delas. Pontua ainda que os agentes públicos sempre têm maior participação nestes eventos. No quesito invasão de áreas públicas, diz que há problemas de fiscalização. Questiona sobre quem será o maior beneficiário, no caso da proposta da estrada seja aprovada? Na opinião dele, diz que é o empresário Marcelo Oderbrecht. E que por mais que tenhamos consciência da necessidade da estrada, não é a população de Pontal do Paraná, mas o empresário que investiu e utiliza de recursos

públicos para proveito próprio. Uma residente da Ilha de Mel toma a palavra, e diz concordar sobre as “caixas fechadas” e que escolheu morar em Pontal do Paraná. Que pergunta: Como o Plano de Desenvolvimento Sustentável irá continuar caso a oposição seja vencedora nas eleições deste ano? Sobre a comunicação, Pedro responde que é um desafio permanente chegar à população, e que se realizam esforços contínuos para ampliar a participação, e destaca que há pela frente mais de trinta atividades. Destaca que as próximas oficinas terão um teor mais técnico, seguido de fórum e espaço para públicos específicos, além da escuta qualificada para aglutinar os saberes específicos da região. No caso das audiências públicas, serão espaços abertos à população, reuniões em período noturno. Pede ajuda da comunidade para fazer chegar as informações à população, por isso a importância dos presentes para ampliação da rede de contatos. Destaca que estamos num momento de aproximação, e trazer formas de inclusão, formas de escuta, processo de intercâmbio, enfatizando a importância do envolvimento todos com esse projeto. Esclarece que, o plano tem a intenção de não parecer um discurso academicista, e tem como missão fazer a combinação das várias formas de saberes. Diz que os impasses e divergências existentes neste processo são importantes e devem ser acolhidos, no entanto, deve se criar condições legitimas, possíveis, viáveis, sustentáveis, para os desafios a serem enfrentados. Em seguida passa-se a palavra para uma moradora que diz não ver problema em colaborar com a divulgação da oficina, ajudar comunicação, diz que tem uma visão desenvolvimentista, e que é importante pensar o que desejamos para daqui a 20 anos. Destaca que além da praia, da costa e da mata, existem seres humanos. Na sequência o representante da AMPEC Litoral diz não estamos aqui para debater as estradas, pontes, portos. Com relação à comunicação, reforça que é inviável trazer a comunidade às 9 horas da manhã num dia de semana, sugere a realização destes encontros num sábado ou feriados. No que diz respeito à construção da PR/estrada especificamente, diz que não dá mais para ficar 30 minutos parado para entrar nessa PR, que é necessária a construção da PR 412, lembrando que, se o porto for instalado, como ficará? Diz que é a favor do desenvolvimento e construção do porto, e a construção da estrada é para ontem. Outra integrante da AMPEC fala da

importância da sustentabilidade e de pensar a preservação da nossa existência e do nosso futuro, e que isso deve ser feito de forma integrada entre os 7 municípios. A representante da ONG Instituto Canoa Socioambiental pergunta sobre a possibilidade de mudança de horário e dia de semana, sugerindo que as reuniões sejam realizadas dentro das comunidades. Pedro responde que a ideia é que se faça um processo intercalado, contemplando as necessidades dos públicos diversos. A moradora e dona de uma pousada em Pontal do Paraná traz a sua preocupação sobre a estrada, relatando que, durante a temporada, ficou 2 horas parada na estrada com o marido passando mal e pensou que iria perdê-lo. Pergunta então se, de fato, a estrada vai trazer benefício para a população, ou é para o empresário? Por que ninguém explicou de forma clara como se dará a instalação da estrada. O representante da Prefeitura Municipal no Conselho Municipal da Cidade, diz que deseja esclarecer que este plano tem os mesmos moldes do Projeto Orla, o qual teve a oportunidade de trabalhar. Destaca que o PDS Litoral, tem como ideia formar a Equipe de Acompanhamento do município para discutir as potencialidades e dificuldades, partir de um diagnóstico para apontar possíveis soluções. Outro ponto a ser destacado é que o PDS pensa a região como um todo, não questões ou necessidades pontuais de cada município do litoral. Acrescenta a necessidade de se observar algumas condicionantes – legislações, dentre eles, destacou o Decreto 2722 de 14 de março de 1984 que aprova o regulamento que especifica e define as condições para o aproveitamento de áreas e locais consideradas de interesse turístico, de que trata o artigo 1º da Lei Estadual nr. 7389 de 12 de novembro de 1980, e o **Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense – COLIT**. Informa a plenária que entende que este plano pode ajudar a mudar a legislação referente ao decreto 2722 de 1984, uma vez que trará diagnostico que poderá subsidiar a questão de turismo versus área de proteção. No que se refere ao Plano Diretor de 2004, esclareceu que devido a algumas fragilidades do plano foi contra a sua aprovação, e destaca que uma delas era para a construção – acesso para a PR 412 – com seis faixas de rolagem, ou seja, alguns pontos comerciais deveriam ser demolidos, mas não dizia de onde sairiam os recursos financeiros para bancar as indenizações, e isso significa dizer

que o Plano estava fadado a questionamento de improbidade administrativa. Outro ponto é a questão do ônibus que sai de Pontal do Paraná para levar as pessoas debilitadas por conta da situação da saúde até o Hospital de Curitiba ou Campo Largo, questionando se é um tratamento correto para pessoas que já estão debilitadas. Sugere a ampliação dos atendimentos pelo Hospital Regional de Paranaguá como alternativa. Faz uma breve explicação sobre o ZEE – Zoneamento Econômico Ecológico, e que foi aprovado por um decreto estadual, e não tem como negá-lo. Um morador pede a palavra para esclarecer algumas questões sobre sua fala inicial: diz que não é contra a estrada, porto ou ponte, mas critica a forma como foi realizada a divulgação do evento. Outro ponto que deseja submeter à plenária é que o grupo que irá representar o município precisa discutir quais são as necessidades de Pontal do Paraná, como por exemplo o acesso ao saneamento básico, o acesso à estrada com mais rapidez. A técnica do ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geografia do Paraná, atualmente coordenadora do ZEE, esclarece que não havia financiamento para a elaboração do ZEE, ao contrário do PDS, por isso foi feito pelos técnicos do próprio Estado do Paraná, também frisa há momentos que precisamos nos adaptar às necessidades postas e aprender a valorizar o que é possível naquele momento. A representante do Observatório de Conservação Costeira relata que percebe na fala da plenária que há uma confusão enorme entre os deveres de cada um dos poderes. Questiona a forma como o processo de elaboração do ZEE foi conduzido, especialmente pela falta de participação da sociedade civil, as pessoas não foram ouvidas de fato. E que o desenvolvimento do ZEE pelos técnicos do estado e com poucos recursos não o desqualifica. No entanto, destaca que houve uma alteração no desenho preliminar do Zoneamento elaborado pelos técnicos, que inclusive alguns foram desfavoráveis, ou seja, houve uma “canetada” para beneficiar uma empresa especificamente aqui da região, e que houve desrespeito à legislação. Quanto ao Plano Diretor de Pontal do Paraná, este plano está judicializado, foi aprovado dentro do COLIT num processo extremamente tumultuado, com vários pareceres apontando irregularidades. Esclarece que o COLIT não é um órgão paritário, a maioria dos membros do conselho são do

governo. Destaca que o diagnóstico foi muito mal elaborado, o processo de planejamento foi questionado. Sobre a Faixa de Infraestrutura, diz que não fica claro para a comunidade que não é apenas um Porto, mas um Complexo Industrial Portuário. E diz que o questionamento está nesta direção da fala, de que tem sido colocado para a população de que é apenas um porto, e "um porto limpo", mas que de fato, trata-se de um complexo industrial portuário, precisa estar mais claro quais são as mazelas que teremos pela frente. Pensar que estamos falando de empresas como Techint, que já atua em Pontal do Paraná e que está ampliando, a Construtora Odebrecht, Milport Terminais Marítimos (Controlada pela Catalini) e a Subsea 7, além de uma termoelétrica que está prevista de acordo com os "murmurinhos" que estão acontecendo. Pede para imaginar Paranaguá e outras cidades portuárias, é isso que Pontal do Paraná irá se tornar, e com todas as mazelas que vem com este tipo de projeto de desenvolvimento. E esclarece que são quatro pistas até o Balneário de Ipanema, de acordo com o projeto de impacto ambiental, e de Ipanema para frente, virão duas pistas. Pede para a moradora que narrou o problema de saúde do marido no trânsito para que imagine o cenário com muitos caminhões para atender este complexo industrial portuário e o seu automóvel no meio deste fluxo de caminhões circulando pela região. Fala da necessidade de um estudo sobre impactos sinérgico, considerando o que este conjunto de empreendimentos impactará na região onde será implantada. Destaca que é isso que não tem ficado claro nas reuniões que participaram, e é isso que estão cobrando do Governo do Estado e dos empreendedores. Destaca que os estudos de impacto ambiental de forma isolada não trazem essa resposta. E diz que isso deveria ter sido feito no momento da elaboração do planejamento. A avaliação de impacto ambiental estratégica, um estudo de impacto sinérgico. E os processos de licenciamento não estão sendo feitos de forma adequada, não cumprem como ouvir os indígenas, comunidades tradicionais. A legislação não é cumprida, por isso os processos estão sendo questionados juridicamente. Passa-se a palavra para outro representante da Associação Comercial do Município, Consultor de Projetos e de Programas, que diz que no aspecto legal, vive-se num Estado Democrático de Direito, e isso significa dizer que todos têm o

direito de se manifestar, independente de seus posicionamentos e visões de mundo. No que se refere ao aspecto técnico, faz a seguinte pergunta: O que é desenvolver de forma sustentável? Destaca que este conceito acaba se perdendo pela sua abstração. Pontua que desenvolver com sustentabilidade significa dizer que por um lado se trata da construção de uma estrada, de um porto e de um distrito de caráter industrial. Por outro lado, considera-se a qualidade de vida e a proteção ambiental. Assim, o desenvolvimento sustentável precisa colocar tudo isso numa balança e ponderar, mas não se pode "abortar" o desenvolvimento. Diz que há necessidade de construção da estrada, de um complexo agroindustrial. Relata ainda que foi realizado um plebiscito há alguns anos atrás. Recentemente um advogado da cidade de Pontal do Paraná fez uma pesquisa informal no Facebook, e os internautas de Pontal do Paraná se posicionaram a favor dos empreendimentos. Acredita que a construção da estrada seja um limite físico para a expansão urbana, e consequentemente uma área limítrofe de preservação de área ambiental. Destaca que há também outras necessidades dos comerciantes e a necessidade de uma locomoção mais rápida dentro do município. Entende que a questão da proteção ambiental versus o desenvolvimento de cunho econômico, é uma luta de interesses, mas que todos os interesses podem ser alinhados nos fóruns de debate. Cita ainda os Planos Nacional de Logística, Estadual de Logística e o Regional de Logística, sendo estes se enquadram aos interesses do município. Neste sentido, os planos apontam algumas situações que devem ser levadas em consideração quando das discussões sobre as PR 407 e PR 412. Destaca que não se pode afirmar que o Porto de Paranaguá e o Porto de Containers são equivalentes, pois o Porto de Paranaguá faz importação e exportação de produtos à granel, o maior da América Latina; já o porto de containers é mais ecológico, apesar de não ser perfeito. Assim, não haverá resíduos de grãos, que causam a sujeira no porto. Por isso, se diz "porto limpo". A representante do Departamento de Turismo da prefeitura municipal diz que sentiu falta do envolvimento do Conselho de Turismo do município e do conselho de meio ambiente, já que essa é uma região tipicamente turística. Pergunta sobre o que faz permanecer em Pontal Paraná, mesmo sabendo das dificuldades? Cita planos participativos no setor de turismo

como o PDITS Litoral e Paraná Turístico, com uma série de diretrizes que devem ser levados em consideração. O presidente da Associação Comercial diz que o “terrorismo e judicialização” tem sido os grandes argumentos das pessoas que se posicionam contra o desenvolvimento de Pontal do Paraná, divulgando informações de que a estrada é para o Porto. Destaca que a estrada é de Pontal do Paraná, e serve para atender as necessidades dos cidadãos. Diz que agora estão combatendo a construção da estrada utilizando a Ilha do Mel, com um vídeo onde expõem que a estrada irá destruir a Ilha do Mel. Levanta questões que são vivenciadas pelos moradores da Ilha do mel, que não tem coleta de esgoto, há falta de água, a coleta de lixo deficitária, entre outras dificuldades. Questiona se, com todos esses problemas, se é a estrada que irá acabar com a Ilha do mel?

Pedro encerra a fase de manifestação livre da plenária, dizendo que as questões levantadas serão consideradas pela equipe do consórcio e do Governo do Estado. Assim passa-se para esclarecimentos gerais sobre a composição da equipe de acompanhamento. Destaca que os representantes do município serão indicados pelo prefeito. Os representantes da sociedade civil deverão compor uma equipe plural, com representantes do setor produtivo, ambiental, acadêmico, turismo, ONGs, e de livre escolha da plenária.

Ao ser questionado sobre a participação dos conselhos, Pedro informa que a preocupação deste espaço de diálogos e de planejamento segue uma metodologia diferente dos conselhos, o foco é a participação qualificadora e que seja contemplada pela diversidade de posicionamentos, enriquecendo as discussões e debates técnicos. Explica que não haverá processos de votação na Equipe de Acompanhamento. Pedro pergunta à plenária se alguns dos segmentos ora citados não estão presentes e devam ser convidados para participar do planejamento. Durante a discussão sobre os membros da EA, destaca-se a necessidade de participação de representantes da Ilha do Mel, dos pescadores, do turismo e das comunidades tradicionais. Pedro esclarece que as comunidades tradicionais terão um formato diferenciado para uma escuta

qualificadora, desta forma será providenciada o deslocamento às comunidades. Após o processo decisório, foram indicados os seguintes membros: SETOR PRODUTIVO – Ricardo Salcedo – Porto Pontal; Gilberto Espinoza – Associação Comercial de Pontal do Paraná; Erlon Edson Martins – Artesão; Alice Dalastra Freitag, Artesã. CONSELHO DO MEIO AMBIENTE \ CIDADE: Laércio Mello e Juliano Dobbis. TURISMO: Gilberto Keserle – Adetur. ONG: Gisele – Canoa Socioambiental e Jony Harri Bormann, Naguar – Desenvolvimento Socioambiental. ACADEMIA: Daniel Telles - CEM UFPR e UNESPAR (a definir). REPRESENTANTES DE LIVRE ESCOLHA: Elias Belco e Luciana Novisk. A representação da Ilha do Mel será definida em reunião específica, com a sugestão de Márcia Regina Benatto. Ficou decidida a realização de reunião complementar no período noturno, em Pontal do Sul para a complementação das EA por representantes de PESCADORES. Pedro agradece a participação de todos nesse primeiro processo do Plano de Desenvolvimento Sustentável, e encerra as atividades às 12h30min.

1.7.3 Relatórios fotográficos de Pontal do Paraná

AGENTES

2. ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO

As atividades de comunicação seguem o Plano de Comunicação já preconizado e abrangem: Participação em audiências, oficinas de engajamento, encontros e reuniões públicas; produção de textos para divulgação na mídia, incluindo registro fotográfico, e redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram).

As primeiras oficinas de engajamento do PDS_Litoral contaram com um profissional da comunicação – jornalista – que participou das mesmas com o intuito de cobrir, fazer matérias jornalísticas para divulgação e, desta forma, manter o site institucional em permanente atualização. Foram feitos também registros fotográficos das mesmas e eles se encontram no link Imprensa.

2.1 MATERIAIS INSTITUCIONAIS

Foram desenvolvidos para as oficinas de engajamento cartazes que conclamam a participação da população das cidades de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. Dentro desta linha, foram feitos cartazes para as reuniões públicas.

Para divulgação digital, foram criados para os sete municípios banners digitais com o mesmo conteúdo dos cartazes, mas com um formato e tamanho compatíveis ao envio por celular.

Os convites para as oficinas de engajamento também foram desenvolvidos pela equipe de comunicação do Plano. Coube ainda à comunicação o envio dos mesmos para o mailing list. Este mailing é constantemente atualizado com o acréscimo de novos nomes para, assim, atingir um número cada vez maior de pessoas para que possam participar das oficinas, encontros e reuniões públicas realizadas pelo Plano e desta forma ajudar na construção do mesmo.

Ao todo, temos computados até agora mais de 1.500 envios de e-mail, para divulgação de cartaz, banner digital e, principalmente, convites para as oficinas de engajamento, encontros e reuniões públicas.

Com o objetivo de atingir a população de um modo geral, foram criados materiais para impressão e os mesmos serão distribuídos e/ou colocados em locais de maior tráfego ou concentração de pessoas. Desse modo, os interessados podem ter em mãos o panfleto com todos os dados sobre a oficina de seu município.

Ao todo, foram criados: 14 cartazes de oficina de engajamento e 01 para reunião pública; 12 banners digitais, 11 convites, sendo um para a reunião pública, 04 filipetas de material para impressão (Guaratuba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná).

A seguir são apresentadas algumas imagens que ilustram os diferentes tipos de material elaborado para a mobilização e divulgação dos eventos.

2.1.1 Cartazes

PDS_LITORAL

2.1.2 Convites

PDS_LITORAL

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná

Convite

Prezado(a) senhor(a),

O Consórcio Litoral Sustentável, responsável pelo Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná - PDS_Litoral, e o Estado do Paraná convidam para participar da 1ª Oficina de Engajamento que acontecerá em Antonina-PR.
As Oficinas de Engajamento são encontros abertos à comunidade e têm por objetivo traçar diretrizes para o desenvolvimento sustentável do Litoral do Paraná, por isso a participação da comunidade é fundamental. O material a ser tratado na Oficina pode ser acessado pelo site www.pdslitoral.com.

Data: 26 de abril (quinta-feira)
Hora: das 14h às 17h
Local: Câmara Municipal de Antonina. Rua Vale Porto, 15, Centro, Antonina - PR

Taco Roorda
Coordenador do PDS_Litoral

BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta PARANÁ THE WORLD BANK

PDS_LITORAL

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná

Convite

Prezado(a) senhor(a),

O Consórcio Litoral Sustentável, responsável pelo Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná - PDS_Litoral, e o Estado do Paraná convidam para participar da 1ª Oficina de Engajamento que acontecerá em Guaraqueçaba-PR.
As Oficinas de Engajamento são encontros abertos à comunidade e têm por objetivo traçar diretrizes para o desenvolvimento sustentável do Litoral do Paraná, por isso a participação da comunidade é fundamental. O material a ser tratado na Oficina pode ser acessado pelo site www.pdslitoral.com.

Data: 05 de abril (quinta-feira)
Hora: das 14 às 17h
Local: Centro Social Marista Irmão Panini - Rua Ferreira Lopes, s/n (PUC), Guaraqueçaba

Taco Roorda
Coordenador do PDS_Litoral

BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta PARANÁ THE WORLD BANK

2.1.4 Banners Digitais

2.1.5 Material Institucional para Impressão: Reuniões Públicas

2.1.6 Divulgação

Para efetivamente divulgar as oficinas de engajamento na mídia foi necessário criar um mailing com os veículos de comunicação do litoral, contendo nomes de jornalistas, endereços, e-mails e locais de trabalho (rádio, jornal, TV, revista, sites e blogs). Foram feitos contatos telefônicos (relacionamento com a mídia) para a criação deste mailing. No momento, estamos no aguardo do mailing oficial a ser fornecido pelo Governo do Estado via Secretaria de Comunicação para incrementar o mailing que o Plano possui.

A partir do mailing da Comunicação do Plano, foram enviados à imprensa releases de divulgação das oficinas de engajamento e reuniões públicas de todas as cidades que fazem parte do litoral. Também foram enviadas matérias pós-evento com fotos para ilustrar as matérias.

A cobertura jornalística das primeiras oficinas de engajamento deu-se pela divulgação do release e também pela cobertura da imprensa exclusivamente na Oficial de Paranaguá.

Foram feitas 22 matérias (releases e notas) sobre as ações do PDS_Litoral, oficinas de engajamento e reuniões públicas.

A matéria abaixo foi postada no site do jornal Correio do Litoral. Foram compiladas as matérias enviadas (releases das oficinas de engajamento) pela comunicação do PDS_Litoral e a redação do veículo de comunicação editou o texto em conformidade à sua linha editorial.

PDS_LITORAL

22 C Guaratuba segunda-feira, Abril 16, 2018

CorreiodoLitoral.com

1ª PÁGINA ÚLTIMAS NOTÍCIAS COLUNISTAS EXPEDIENTE

vivo EMPRESAS
A solução ideal para a sua empresa ter mais velocidade e espaço.
50 MEGA de Banda Larga Vivo Fibra + 1 TB Cloud Backup
Assine já

Oficinas do PDS Litoral acontecem nesta semana em 4 cidades

Por **Redação** - 15 de Abril de 2018

vivo EMPRESAS
A solução ideal para a sua empresa ter mais velocidade e espaço.
50 MEGA de Banda Larga Vivo Fibra + 1 TB Cloud Backup

O Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS Litoral) terá, nesta semana, oficinas de engajamento em Guaratuba, Morretes, Matinhos e Pontal do Paraná.

Em Morretes já houve a primeira oficina no dia 4 de abril. Nesta semana acontece uma reunião para concluir as discussões e definir a para consolidar a Equipe de Acompanhamento do Plano. Na próxima semana, serão realizadas em Paranaguá e Antonina.

2.1.7 Registro Fotográfico

Foram feitos registros fotográficos de 12 reuniões e 09 oficinas de engajamento, incluindo o encontro realizado Paranaguá. Mais fotografias são apresentadas previamente nos itens 1.1.3, 1.2.3, 1.3.3, 1.4.3, 1.5.3, 1.6.3 e 1.7.3.

O coordenador do PDS_Litoral, Taco Roorda, e o mediador, Pedro Strozenberg, durante a reunião pública de Paranaguá.

O coordenador do PDS_Litoral, Taco Roorda, explica como será o desenvolvimento do Plano.

O mediador do PDS_Litoral, Pedro Strozenberg, durante a apresentação do Plano em Guaraqueçaba.

O Chefe de Gabinete do município, Luiz Cezar Antunes Gruber, recepciona o coordenador do projeto, Taco Roorda, e o mediador de conflitos, Mauricio Maas.

O prefeito de Matinhos, Ruy Hauer Reichert, e técnicos de diversas Secretarias participaram da reunião.

O prefeito Ariad Junior, José Teofilo Vidal Lopes (vice-prefeito), Ivair B. Colombes (Meio Ambiente) e Haroldo S. de Arruda (Obras e Transportes) durante a reunião com os representantes do PDS Litoral.

Os representantes do PDS Litoral com o prefeito de Pontal do Paraná, Marcos Casquinha.

O Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Morretes, Fausto Ariel Simão, recebeu os representantes do PDS Litoral.

O Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Antonina, Fernando José Dias Carneiro, com Taco Roorda, Mauricio Maas e Pedro Strozenberg.

Os representantes do PDS Litoral com o Scretário de Urbanismo, Felipe Constantino, e os técnicos da Secretaria de Urbanismo, Ana Cristina Negoseki, Marcia M. Rocha Loures Jamnik e Paulo Armanini Godinho.

Taco Roorda, coordenador do PDS Litoral, e Mauricio Maas, mediador de conflitos, detalharam o Plano para os presentes na reunião Cordrap.

2.1.8 Vídeos

A Oficina de Engajamento de Paranaguá contou com cobertura feita por vídeo, que será posteriormente divulgado no canal do YouTube do pdslitoral.com. Foram filmadas as oficinas de engajamento de Morretes e Guaraqueçaba e também o encontro de Paranaguá.

SITE: A atualização do site do link Imprensa é constante é lá constam notícias (divulgação de oficinas, encontros, pós-eventos), banco de fotos, clipping das matérias divulgadas até o momento.

Atualização das oficinas de engajamento na abertura do site do PDS_Litoral é também uma atribuição da comunicação.

Programação das Oficinas Públicas

- Guaratuba: dia 17/04, às 14h, na Câmara Municipal de Guaratuba – Rua Cel. Carlos Mafra, 494
- Morretes: dia 17/04, às 19h – Reunião Pública – Centro Pastoral Santo Antônio – Rua Cel. Modesto, s/n
- Pontal do Paraná: dia 18/04, às 9h, no Miniauditório Primavera – Rua Tom Jobim, 308 – Balneário Primavera
- Matinhos: dia 18/04, às 14h, no Auditório da Prefeitura Municipal – Rua Pastor Elias Abraão, 22 – Centro
- Paranaguá: dia 25/04, às 15h30, no Teatro Municipal Rachel Costa – Rua XV de Novembro, 87 – Centro Histórico
- Antonina: dia 26/04, às 14h, na Câmara Municipal de Antonina – Rua Vale Porto, 15 – Centro

2.1.9 Redes Sociais

São usadas três mídias sociais e redes virtuais para divulgar as ações do PDS_Litoral, quais sejam: Facebook, Twitter e Instagram. Manter atualização constante é fundamental para mostrar a transparência das ações e também para interagir com os stakeholders externos.

Facebook: foram feitos 59 posts e também desenvolvidas páginas de eventos para cada oficina de engajamento. A comunicação responde aos comentários desde que sejam de

caráter informativo e não envolvam questões de ordem técnica. Neste caso, os comentários são enviados à Equipe Técnica da Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná para que sejam devidamente respondidos.

Facebook: https://www.facebook.com/pdslitoral/

Twitter: realizados 49 tweets;

Twitter: https://twitter.com/pdslitoral

Instagram: 47 publicações. Esta mídia tem se mostrado uma forte ferramenta de divulgação do Plano, tendo em vista a repercussão nas redes dos cartazes e banners digitais divulgados pelo público em redes próprias.

Instagram: https://www.instagram.com/pdslitoral/

PDS_LITORAL

Busca

pdslitoral Seguindo ...

29 publicações **74** seguidores seguindo **126**

PDS_Litoral O Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (PDS_Litoral) visa sintonizar ações que permitam o desenvolvimento da região.
www.pdslitoral.com

Seguido por claytonwes, paraisodastrutas, bayercamposcom e outras 3 pessoas

YouTube: Em breve será divulgado o endereço eletrônico do canal do PDS_Litoral no YouTube para que sejam postados os vídeos produzidos nas oficinas de engajamento, reuniões públicas e demais reuniões ou atividades que se façam necessárias a divulgação por este meio digital.

2.1.10 Clipping

A Comunicação do Plano já está compilando o clipping (matérias divulgadas na mídia) das oficinas de engajamento e deverá apresentar seu primeiro relatório ao término da primeira fase das Oficinas.

Instagram

- https://www.instapopim.com/tag/pdslitoral
- http://www.instabut.net/photo/pdslitoral/1739406744789851895_7274949952
- https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:mDXvoi1iL6QJ:https://feedram.club/hashtag/guaraque%25C3%25A7aba+&cd=18&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br
- https://gramrix.com/p/1739406744789851895_7274949952
- https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Ikwa5QDf1uMJ:https://instarix.com/explore/tags/Guaratuba+&cd=21&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br
- http://findpeopleon.com/media/BghMUURHSe_
- http://findpeopleon.com/media/BghMM6ln9wn
- http://findpeopleon.com/media/BghMD6WnAec
- https://instapicta.com/media/BghMUURHSe_
- http://imgaram.com/media/Bglm9gWH0tE

- http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:szogO95D0jMJ:instasw.com/location/guaraque%25C3%25A7aba/7673373+&cd=27&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

Sites E Blogs

- https://portal.tribunadolitoral.com/2018/03/19/as-primeiras-oficinas-de-engajamento-do-plano-para-o-desenvolvimento-sustentavel-do-litoral-aconteceraõ-em-matinhos-e-pontal-do-parana/
- http://www.blogdaluciane.com.br/2018/03/as-primeiras-oficinas-de-engajamento-do-plano-para-o-desenvolvimento-sustentavel-do-litoral-aconteceraõ-em-matinhos-e-pontal-do-parana/
- https://www.correiodolitoral.com/25937/comecam-as-oficinas-do-plano-para-o-desenvolvimento-sustentavel-do-litoral
- http://alicevarajao.blogspot.com.br/2018/03/paranagua-recebe-oficina-de-engajamento.html
- http://eventocentral.com/event/oficina-de-engajamento-de-pontal-do-paran-pdslitoral,790908977773091
- http://paranashop.com.br/2018/03/paranagua-recebe-oficina-de-engajamento-do-plano-para-o-desenvolvimento-sustentavel-do-litoral/
- http://www.bemparana.com.br/metropole/index.php/2018/03/26/matinhos-organiza-oficinas-de-engajamento-com-a-comunidade/
- http://www.casadenoticias.com.br/dino/157888
- http://www.blogdaluciane.com.br/2018/04/oficinas-de-engajamento-do-plano-para-o-desenvolvimento-sustentavel-do-litoral-de-matinhos-e-pontal-do-parana-sao-remarcadas/

- https://www.borasair.com.br/pontal-do-paran%C3%A1/oficina-de-engajamento-de-pontal-do-paran%C3%A1-pds_litoral/
- http://www.jornow.com.br/jornow/noticia.php?idempresa=3763&num_release=206298&ori=P
- http://paranashop.com.br/2018/04/oficinas-de-engajamento-do-plano-para-o-desenvolvimento-sustentavel-do-litoral-de-matinhos-e-pontal-do-parana-sao-remarcadas/
- http://www.infomoney.com.br/negocios/noticias-corporativas/noticia/7338871/primeiras-oficinas-engajamento-plano-para-desenvolvimento-sustentavel-litoral-aconteceram-matinhos
- http://www.blogdaluciane.com.br/2018/04/oficinas-de-engajamento-do-plano-para-o-desenvolvimento-sustentavel-do-litoral-de-matinhos-e-pontal-do-parana-sao-remarcadas/

- https://www.borasair.com.br/pontal-do-paran%C3%A1/oficina-de-engajamento-de-pontal-do-paran%C3%A1-pds_litoral/
- http://www.jornow.com.br/jornow/noticia.php?idempresa=3763&num_release=206298&ori=P
- http://paranashop.com.br/2018/04/oficinas-de-engajamento-do-plano-para-o-desenvolvimento-sustentavel-do-litoral-de-matinhos-e-pontal-do-parana-sao-remarcadas/
- http://www.infomoney.com.br/negocios/noticias-corporativas/noticia/7338871/primeiras-oficinas-engajamento-plano-para-desenvolvimento-sustentavel-litoral-aconteceram-matinhos

Twitter

https://twitter.com/mos_marta

- https://twitter.com/i/web/status/977246769741361153

Newsletter – O layout da newsletter foi desenvolvido e está sendo ajustado para servir de acordo com a demanda. Ao término das oficinas de engajamento será produzida editorialmente e enviada aos stakeholders internos e externos.

2.1.11 Outros Eventos

O responsável pela divulgação do Plano esteve em viagem para participar de reuniões preliminares com as prefeituras bem como reuniões com o Ministério Público em Paranaguá. As viagens aconteceram entre os meses de março e abril para as cidades de Antonina, Morretes, Guaratuba, Guaraqueçaba, Pontal do Paraná, Paranaguá e Matinhos. Além das participações nas reuniões supracitadas, houve também participação na reunião no CORDRAP (Conselho de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e do Artesanato do Litoral).

2.1.11 Relatório da Cobertura da Equipe de Comunicação

Memória

19.12.17 – Assinatura do contrato.

30 e 31.01.18 – Reunião Plenária e Reuniões nas Secretarias.

28.02.18 – Reunião Prefeitura de Guaratuba.

28.02.18 – Reunião Prefeitura de Matinhos.

1º.03.18 – Reunião Prefeitura de Guaraqueçaba.

1º.03.18 – Reunião Prefeitura de Pontal do Paraná.

02.03.18 – Reunião Prefeitura de Morretes.

02.03.18 – Reunião Prefeitura de Antonina.

08.03.18 – Reunião Prefeitura de Paranaguá.

08.03.18 – Reunião CORDRAP.

08.03.18 – Reunião Ministério Público Paranaguá.

03.04.18 – Reunião Pública de Paranaguá.

04.04.18 – Oficina de Morretes.

05.04.18 – Oficina de Guaraqueçaba.

17.04.18 – Oficina de Guaratuba.

17.04.18 – Reunião Complementar de Morretes.

18.04.18 – Oficina de Pontal do Paraná.

18.04.18 – Oficina de Matinhos.

25.04.18 – Oficina de Paranaguá.

26.04.18 – Reunião com alunos e professores da UFPR Litoral.

26.04.18 – Oficina de Antonina.

Publicações

SITE – 29 matérias.

FACEBOOK – 59 posts.

TWITTER – 49 tweets.

INSTAGRAM – 47 publicações.

Matérias publicadas no site www.pdslitoral.com e divulgadas na imprensa

PUBLICAÇÃO EM 21/02/18: PRIMEIRAS REUNIÕES PARA LANÇAR O PDS LITORAL COMEÇARAM

Nos dias 30 e 31 de janeiro começaram as primeiras etapas do Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do Litoral do Paraná com reuniões com todos os

protagonistas e secretarias do Governo do Estado junto com a equipe de consultoria do Consórcio Internacional para que todos conhecessem e iniciassem as discussões sobre as melhores informações de infraestrutura, econômica e social da região.

Apoiado financeiramente pelo Banco Mundial (BIRD), o PDS Litoral conta com um Consórcio que reúne empresas internacionais e nacionais para realizar todo o Plano. Dentre elas estão Barcelona Brasil Group, Mcrit, Hidria Ciência Ambiente y Dessarrollo S.L e Quanta Consultoria Ltda. Representantes de todas as empresas participaram das reuniões com as Secretarias estaduais que acompanharão todo o processo que se estenderá até o final de 2018 com o gerenciamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPL).

A primeira das reuniões aconteceu na manhã do dia 30 de janeiro e reuniu técnicos de cada área envolvida que apresentaram a situação atual do litoral paranaense, abordando os sete municípios da região: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes, Matinhos, Paranaguá e Pontal do Paraná. Os temas discutidos na Plenária do dia 30 e nas reuniões que aconteceram na sequência abordaram as dimensões do PDS Litoral que busca melhorar as questões ambientais, econômicas, institucionais, socioterritoriais e de infraestrutura.

PUBLICAÇÃO EM 07/03/18: CHEFE DE GABINETE DA PREFEITURA DE GUARATUBA RECEBE EQUIPE DO PDS LITORAL

No dia 28 de fevereiro aconteceu a primeira reunião com representantes da Prefeitura de Guaratuba. Na ocasião, o Chefe de Gabinete do município, Luiz Cezar Antunes Gruber, recepcionou a equipe do PDS Litoral representada pelo coordenador do projeto, Taco Roorda, e o mediador de conflitos, Mauricio Maas. O objetivo do encontro foi para um contato inicial com a prefeitura e explicar os objetivos do PDS Litoral.

Durante a reunião, o Chefe de Gabinete falou sobre a particularidades do município e o que poderá ser feito para ajudar no desenvolvimento da cidade, principalmente nas questões urbanas e habitacionais. “A Prefeitura de Guaratuba é estruturada, mas agora precisamos dar o próximo passo, pensando no crescimento da cidade a longo prazo.”

PUBLICAÇÃO EM 07/03/18: AUMENTO DA POPULAÇÃO FIXA FOI UM DOS PRINCIPAIS TEMAS EM MATINHOS

A segunda apresentação do PDS Litoral aconteceu na cidade de Matinhos, no dia 28 de fevereiro. Diversos pontos foram abordados, desde informações ambientais sobre as delimitações entre área urbana e rural, planejamento e urbanismo. No entanto, as questões populacionais tiveram destaque. A Secretaria de Meio Ambiente é responsável por gerenciar a coleta de lixo da cidade, e pela forma que é feita consegue deduzir que a população deve estar próxima dos 50 mil habitantes. De acordo com o prefeito Ruy Hauer Reichert, "A realidade da cidade mudou. Em 2009 existiam 2 mil veículos emplacados no município, agora são 20 mil, o que mostra o crescimento da população." Além dos moradores, durante a temporada de férias circulam mais de um milhão de pessoas em Matinhos, por esse motivo toda a estrutura da cidade tem que estar preparada para atender a demanda.

Além do prefeito do município Ruy Hauer Reichert, participaram da reunião técnicos das seguintes Secretarias: Cristiane Ferreira da Maia Cruz (Procuradoria), Clecio Vidal (Urbanismo), Kelly Cristina Silva (Planejamento), Ivo Hauer Malschitzky (Turismo), Graziela Franca (Turismo), Paulo Ricardo Silva Junior (Turismo), Deyves de Souza (Meio Ambiente) e Clivor Negochadle (Meio Ambiente).

PUBLICAÇÃO EM 07/03/18: O CAMINHO PARA GUARAQUEÇABA

Com aproximadamente oito mil habitantes, Guaraqueçaba é o município que apresenta mais dificuldades rodoviárias. Mesmo possuindo uma estrada que dá acesso para a cidade pela PR-405, o transporte fluvial é a opção que os moradores e turistas mais utilizam, já que o acesso por terra é precário. Na reunião realizada no dia 1º de março, estavam presentes o prefeito Ariad Junior, José Teofilo Vidal Lopes (vice-prefeito), Ivair B. Colombes (Meio Ambiente) e Haroldo S. de Arruda (Obras e Transportes), que explicaram as necessidades e prioridades da cidade.

Durante a reunião foi exposto pela Prefeitura que a reforma da PR-405 é uma das principais demandas de Guaraqueçaba, pois com isso todos os moradores serão beneficiados. Além das benfeitorias para a comunidade, a estrada também poderá ajudar no crescimento do ecoturismo.

PUBLICAÇÃO EM 07/03/18: O MUNICÍPIO MAIS NOVO DO LITORAL

No dia 1º de março aconteceu a reunião com representantes da Prefeitura de Pontal do Paraná, o município mais novo do litoral paranaense e que foi desmembrado de Paranaguá em dezembro de 1995. O prefeito Marcos Casquinha mostrou as demandas do município que possui 28 km de extensão e, segundo dados do IBGE, possui 45 mil habitantes. Sobre o PDS Litoral o prefeito acredita que "tudo o que é bom para o município e região é válido."

Além do prefeito do município Marcos Casquinha, também participaram da reunião o assessor, Marcos André, e a Chefe de Gabinete, Cintia Fioravante. A equipe do PDS Litoral foi composta pelo coordenador do Plano, Taco Roorda, e os mediadores de conflito Mauricio Maas e Pedro Strozenberg.

PUBLICAÇÃO EM 07/03/18: CRESCIMENTO POPULACIONAL DE MORRETES

A equipe do PDS Litoral, Taco Roorda, coordenador do Plano, e os mediadores de conflito Mauricio Maas e Pedro Strozenberg, foram recebidos no dia 02 de março na Prefeitura de Morretes pelo Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Fausto Ariel Simão, que mostrou que uma das principais demandas da Secretaria é a questão de limpeza pública. “Morretes cresceu muito. O número de pessoas na cidade também aumenta durante as temporadas de férias e finais de semana. A população dobra e isso gera muita diferença da realidade cotidiana. É necessária uma reestruturação. ”

Após a reunião com o Secretário, a equipe do PDS Litoral explicou como será o trabalho para o prefeito Osmair Costa Coelho.

PUBLICAÇÃO EM 07/03/18: AGRICULTURA ORGÂNICA EM ANTONINA

Para fechar a primeira rodada de reuniões com as prefeituras do litoral paranaense, foi realizado no dia 02 de março o encontro da equipe do PDS Litoral, Taco Roorda, coordenador do Plano, e os mediadores de conflito Mauricio Maas e Pedro Strozenberg, com o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Antonina, Fernando José Dias Carneiro. Na ocasião, o representante da prefeitura falou sobre as questões turísticas, urbanas e rurais, destacando a preocupação de parte dos produtores locais com o plantio orgânico. “Possuímos diversas certificações orgânicas. Agora é o momento, principalmente nas escolas e agricultura familiar.”

PUBLICAÇÃO EM 13/03/18: REPRESENTANTES DO PDS LITORAL APRESENTAM O PLANO NO PREFEITURA DE PARANAGUÁ

No dia 08 de março foi realizada a reunião da equipe do PDS Litoral com representantes da Prefeitura de Paranaguá. Na ocasião, o coordenador do Plano, Taco Roorda, e o mediador de conflitos, Maurício Maas, explicaram como será o trabalho realizado nos próximos meses. O secretário de Urbanismo de Paranaguá, Felipe Constantino, falou sobre peculiaridades da cidade e explicou que o Plano Diretor está em época de revisão. “Poderemos fazer um intercâmbio de informações durante o processo de revisão e o PDS Litoral.”

Além do secretário de Urbanismo, Felipe Constantino, também participaram da reunião os técnicos da Secretaria de Urbanismo, Ana Cristina Negoseki, Marcia M. Rocha Loures Jamnik e Paulo Armanini Godinho.

PUBLICAÇÃO EM 13/03/18: APRESENTAÇÃO NO CORDRAP

A apresentação do projeto PDS Litoral para o Conselho do Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e do Artesanato do Litoral Paranaense (Cordrap) aconteceu no dia 08 de março no Núcleo Regional de Educação, em Paranaguá, durante a reunião com os membros do Conselho que é formado por agricultores, pescadores e artesões dos municípios litorâneos.

Taco Roorda, coordenador do PDS Litoral, e Mauricio Maas, mediador de conflitos, detalharam o Plano para os presentes na reunião e ressaltaram que se trata de um trabalho integrado. A representante da agricultura familiar de Paranaguá e presidente do Cordrap, Jocelma Esser, acredita que o PDS Litoral irá definir muitas linhas de atuação para o futuro e que todos devem ajudar com sugestões e participação. “Temos representantes de todos os municípios e buscaremos sempre estar informados sobre cada passo para ajudar na construção.”

PUBLICAÇÃO EM 13/03/18: PRIMEIRAS REUNIÕES DO PDS LITORAL COM AS PREFEITURAS FORAM ESCLARECEDORAS

Desde o dia 28 de fevereiro representantes da equipe responsável pelo PDS Litoral tiveram reuniões com técnicos, secretários e prefeitos dos sete municípios litorâneos. O coordenador do Plano, Taco Roorda, e os mediadores de conflitos, Mauricio Maas e Pedro Strozenberg, explicaram como serão realizados os trabalhos durante o ano de 2018. O primeiro encontro aconteceu com o chefe de Gabinete da Prefeitura de Guaratuba, Luiz Cezar Antunes Gruber, que explicou as particularidades do município e o que poderá ser feito para ajudar no desenvolvimento da cidade, principalmente nas questões urbanas e habitacionais.

No mesmo dia aconteceu a segunda apresentação do PDS Litoral na cidade de Matinhos. Diversos pontos foram abordados, desde informações ambientais sobre as delimitações entre área urbana e rural, até planejamento e urbanismo. Além do prefeito do município, Ruy Hauer Reichert, participaram também da reunião técnicos das secretarias municipais: Cristiane Ferreira da Maia Cruz (Procuradoria), Clecio Vidal (Urbanismo), Kelly Cristina Silva (Planejamento), Ivo Hauer Malschitzky (Turismo), Graziela Franca (Turismo), Paulo Ricardo Silva Junior (Turismo), Deyves de Souza (Meio Ambiente) e Clivor Negochadle (Meio Ambiente).

O segundo dia de reuniões (29) foi no município de Guaraqueçaba, que possui aproximadamente oito mil habitantes, e apresenta dificuldades com infraestrutura rodoviária. Mesmo com uma estrada que dá acesso para a cidade pela PR-405, o transporte fluvial é a opção que os moradores e turistas mais utilizam, já que o acesso por terra é precário. Na reunião realizada no dia 1º de março, estavam presentes o prefeito Ariad Junior, José Teofilo Vidal Lopes (vice-prefeito), Ivair B. Colombes (Meio Ambiente) e Haroldo S. de Arruda (Obras e Transportes), que ressaltaram que a reforma da PR-405 é uma das principais demandas de Guaraqueçaba, pois com isso todos os

moradores serão beneficiados. Além das benfeitorias para a comunidade, a estrada também poderá ajudar no crescimento do ecoturismo.

A última reunião do dia 1º de março aconteceu com representantes da Prefeitura de Pontal do Paraná, o município mais novo do litoral paranaense e que foi desmembrado de Paranaguá em dezembro de 1995. O prefeito Marcos Casquinha mostrou as demandas do município que possui 28 km de extensão e, segundo dados do IBGE, tem 45 mil habitantes. Além do prefeito, também participaram da reunião o assessor, Marcos André, e a chefe de Gabinete, Cintia Fioravante.

No dia 2 de março a equipe do PDS Litoral foi recebida na Prefeitura de Morretes pelo secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Fausto Ariel Simão, que mostrou que uma das principais demandas da Secretaria se refere à questão de limpeza pública. Após a reunião com o secretário, a equipe do PDS Litoral explicou como será o trabalho para o prefeito Osmair Costa Coelho. Na sequência, a equipe foi para Antonina, onde encontrou com o secretário de Agricultura e Meio Ambiente da cidade, Fernando José Dias Carneiro. Na ocasião, o representante da prefeitura falou sobre as questões turísticas, urbanas e rurais, destacando a preocupação de parte dos produtores locais com o plantio orgânico.

A última prefeitura visitada, no dia 08 de março, foi Paranaguá. O secretário de Urbanismo de Paranaguá, Felipe Constantino, abordou as peculiaridades da cidade e explicou que o Plano Diretor municipal está em época de revisão e como poderá ser feito um intercâmbio de informações. Também participaram da reunião os técnicos da Secretaria de Urbanismo, Ana Cristina Negoseki, Marcia M. Rocha Loures Jamnik e Paulo Armanini Godinho.

PUBLICAÇÃO EM 14/03/18: AS PRIMEIRAS OFICINAS DE ENGAJAMENTO DO PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL ACONTECERÃO EM MATINHOS E PONTAL DO PARANÁ

No próximo dia 29 de março, das 9h às 12h, acontecerá a 1ª Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS Litoral) em Matinhos. Já no período da tarde, das 14h às 17h, a Oficina será realizada em Pontal do Paraná. O evento é aberto ao público e visa traçar as diretrizes para as ações que serão realizadas durante o desenvolvimento do PDS Litoral que irá sintonizar ações dos três níveis de governo e da sociedade local para a definição de ações que permitam o desenvolvimento da região. A pauta das Oficinas consiste na apresentação e discussão do Plano de Trabalho e formação da Equipe de Acompanhamento do Plano, a ser composto por servidores municipais e representantes da sociedade civil.

Apoiado financeiramente pelo Banco Mundial (BIRD), o PDS Litoral é composto pelo Consórcio Litoral Sustentável que reúne empresas internacionais e nacionais para realizar todo o Plano. São elas: Barcelona Brasil Group, Mcrit, Hidria Ciência Ambiente y Dessarrollo S.L e Quanta Consultoria Ltda. Representantes de todas as empresas participaram das reuniões com as Secretarias Estaduais que acompanharão todo o processo que se estenderá até o início de 2019 com o gerenciamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPL).

Para mais informações sobre os assuntos que serão abordados nas Oficinas de Engajamento acesse: pdslitoral.com

Serviço | Oficina de Engajamento do PDS Litoral

Data: 29 de março (quinta-feira)

Matinhos

Horário: 9h às 12h

Local: Auditório da Junta Comercial do Paraná – Jucepar

Rua Pastor Elias Abraão, 22 – Centro – Matinhos

Pontal do Paraná

Horário: 14h às 17h

Local: Secretaria de Desenvolvimento – Departamento de Cultura

Rua Tom Jobim, 308 – Balneário Primavera – Pontal do Paraná

PUBLICAÇÃO EM 20/03/18: PARANAGUÁ RECEBE OFICINA DE ENGAJAMENTO DO PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL

No próximo dia 03 de abril, das 14h às 17h, acontecerá a 1ª Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS_Litoral) em Paranaguá no Teatro Municipal Rachel Costa. O evento é aberto ao público e visa traçar as diretrizes para as atividades que serão realizadas durante o desenvolvimento do PDS_Litoral que irá sintonizar ações dos três níveis de governo e da sociedade local para a definição de ações que permitam o desenvolvimento da região. A pauta das Oficinas consiste na apresentação e discussão do Plano de Trabalho e formação da Equipe de Acompanhamento do Plano, a ser composto por servidores municipais e representantes da sociedade civil. O município de Paranaguá, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conta com uma população estimada de 152.975 habitantes.

Apoiado financeiramente pelo Banco Mundial (BIRD), o PDS_Litoral é composto pelo Consórcio Litoral Sustentável que reúne empresas internacionais e nacionais para realizar todo o Plano. São elas: Barcelona Brasil Group, Mcrit, Hidria Ciência Ambiente y Dessarrollo S.L e Quanta Consultoria Ltda. Representantes de todas as empresas participaram das reuniões com as Secretarias Estaduais que acompanharão todo o

processo que se estenderá até o início de 2019 com o gerenciamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPL).

Para mais informações sobre os assuntos que serão abordados nas Oficinas de Engajamento acesse: www.pdslitoral.com

Serviço | Oficina de Engajamento do PDS_Litoral

Data: 03 de abril (terça-feira)
Horário: 14h às 17h
Local: Teatro Municipal Rachel Costa
Rua Quinze de Novembro, 87 – Centro Histórico – Paranaguá

PUBLICAÇÃO EM 20/03/18: MORRETES RECEBE OFICINA DE ENGAJAMENTO DO PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL EM ABRIL

No próximo dia 04 de abril, das 9h às 12h, acontecerá a 1ª Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS_Litoral) em Morretes no Centro Pastoral Santo Antonio. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município conta com uma população estimada de 16.540 habitantes. O evento é aberto ao público e visa traçar as diretrizes para as atividades que serão realizadas durante a elaboração do PDS_Litoral, no sentido de sintonizar ações dos três níveis de governo e da sociedade local para a definição de ações que permitam o desenvolvimento da região. A pauta das Oficinas consiste na apresentação e discussão do Plano de Trabalho e formação da Equipe de Acompanhamento do Plano, a ser composta por servidores municipais e representantes da sociedade civil.

Apoiado financeiramente pelo Banco Mundial (BIRD), o PDS_Litoral é composto pelo Consórcio Litoral Sustentável que reúne empresas internacionais e nacionais para realizar todo o Plano. São elas: Barcelona Brasil Group, Mcrit, Hidria Ciência Ambiente y

Dessarrollo S.L e Quanta Consultoria Ltda. Representantes de todas as empresas participaram das reuniões com as Secretarias Estaduais que acompanharão todo o processo que se estenderá até o início de 2019 com o gerenciamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN).

Para mais informações sobre os assuntos que serão abordados nas Oficinas de Engajamento acesse: www.pdslitoral.com

Serviço | Oficina de Engajamento do PDS_Litoral

Data: 04 de abril (quarta-feira)
Horário: 9h às 12h
Local: Centro Pastoral Santo Antônio
Rua Coronel Modesto s/n – Centro – Morretes

PUBLICAÇÃO EM 21/03/18: GUARAQUEÇABA RECEBE OFICINA DE ENGAJAMENTO DO PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO DO LITORAL EM ABRIL

No próximo dia 05 de abril, das 14h às 17h, acontecerá a 1ª Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS_Litoral) em Guaraqueçaba no Centro Social Marista Irmão Panini. O evento é aberto ao público e visa traçar as diretrizes para as atividades que serão realizadas durante a elaboração do PDS_Litoral, no sentido de sintonizar ações dos três níveis de governo e da sociedade local para a definição de ações que permitam o desenvolvimento da região. A pauta das Oficinas consiste na apresentação e discussão do Plano de Trabalho e formação da Equipe de Acompanhamento do Plano, a ser composta por servidores municipais e representantes da sociedade civil.

Apoiado financeiramente pelo Banco Mundial (BIRD), o PDS_Litoral é composto pelo Consórcio Litoral Sustentável que reúne empresas internacionais e nacionais para

realizar todo o Plano. São elas: Barcelona Brasil Group, Mcrit, Hidria Ciência Ambiente y Dessarrollo S.L e Quanta Consultoria Ltda. Representantes de todas as empresas participaram das reuniões com as Secretarias Estaduais que acompanharão todo o processo que se estenderá até o início de 2019 com o gerenciamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN).

Para mais informações sobre os assuntos que serão abordados nas Oficinas de Engajamento acesse: www.pdslitoral.com

Serviço | Oficina de Engajamento do PDS_Litoral

Dia: 05 de abril (quinta-feira)
Horário: das 14h às 17h
Local: Centro Social Marista Irmão Panini. Rua Ferreira Lopes s/n (PUC) – Guaraqueçaba

PUBLICAÇÃO EM 02/04/18: NO DIA 17 DE ABRIL GUARATUBA RECEBE OFICINA DE ENGAJAMENTO DO PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL

No próximo dia 17 de abril, das 14h às 17h, acontecerá a 1ª Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS_Litoral) em Guaratuba. O evento é aberto ao público e visa traçar as diretrizes para as atividades que serão realizadas durante a elaboração do PDS_Litoral, no sentido de sintonizar ações dos três níveis de governo e da sociedade local para a definição de ações que permitam o desenvolvimento da região. A pauta das Oficinas consiste na apresentação e discussão do Plano de Trabalho e formação da Equipe de Acompanhamento do Plano, a ser composta por servidores municipais e representantes da sociedade civil.

Apoiado financeiramente pelo Banco Mundial (BIRD), o PDS_Litoral é composto pelo Consórcio Litoral Sustentável que reúne empresas internacionais e nacionais para realizar todo o Plano. São elas: Barcelona Brasil Group, Mcrit, Hidria Ciência Ambiente y

Dessarrollo S.L e Quanta Consultoria Ltda. Representantes de todas as empresas participaram das reuniões com as Secretarias Estaduais que acompanharão todo o processo que se estenderá até o início de 2019 com o gerenciamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN).

Para mais informações sobre os assuntos que serão abordados nas Oficinas de Engajamento acesse: www.pdslitoral.com

Serviço | Oficina de Engajamento do PDS_Litoral

Data: 17 de abril (terça-feira)
Horário: 14h às 17h
Local: Câmara Municipal de Guaratuba
R. Cel. Carlos Mafra, 494, Guaratuba – PR

PUBLICAÇÃO EM 03/04/18: OFICINAS DE ENGAJAMENTO DO PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DE MATINHOS E PONTAL DO PARANÁ SÃO REMARCADAS

No próximo dia 18 de abril serão realizadas as Oficinas de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS_Litoral) em Pontal do Paraná, das 9h às 12h, e Matinhos, das 14h às 17h. As primeiras oficinas estavam marcadas para o último dia 29 de março, mas na ocasião o Governo do Estado do Paraná decretou ponto facultativo na data prevista anteriormente.

O evento é aberto ao público e visa traçar as diretrizes para as atividades que serão realizadas no processo de elaboração do PDS_Litoral, sintonizando ações dos três níveis de governo e da comunidade local e regional, para a definição de ações que promovam o desenvolvimento da região. A pauta das Oficinas consiste na apresentação e discussão

do Plano de Trabalho e formação da Equipe de Acompanhamento do Plano, a ser composta por servidores municipais e representantes da sociedade civil.

Apoiado financeiramente pelo Banco Mundial (BIRD), o PDS_Litoral é composto pelo Consórcio Litoral Sustentável que reúne empresas internacionais e nacionais para realizar todo o Plano. São elas: Barcelona Brasil Group, Mcrit, Hidria Ciência Ambiente y Dessarrollo S.L e Quanta Consultoria Ltda. Representantes de todas as empresas participaram das reuniões com as Secretarias Estaduais, que acompanharão todo o processo até o início de 2019, data prevista para a finalização do Plano.

Para mais informações sobre os assuntos que serão abordados nas Oficinas de Engajamento acesse: www.pdslitoral.com

Serviço | Oficina de Engajamento do PDS_Litoral

Data: 18 de abril (quarta-feira)

Pontal do Paraná

Horário: 9h às 12h
Local: Miniauditório Primavera
Rua Tom Jobim, 308 – Balneário Primavera – Pontal do Paraná

Matinhos
Horário: 14h às 17h
Local: Auditório da Prefeitura Municipal
Rua Pastor Elias Abraão, 22 – Centro – Matinhos

PUBLICAÇÃO EM 09/04/18: "É IMPORTANTE O APOIO DE TODA A POPULAÇÃO", AFIRMA O PREFEITO DE MORRETES

A Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS_Litoral) de Morretes, promovida pelo Consórcio Litoral Sustentável e Governo do Estado do Paraná, aconteceu no último dia 04 de abril e foi fundamental para detalhar como será o Plano de Trabalho que se estenderá até o início de 2019. O mediador do Plano, Pedro Strozenberg, o representante da Secretaria de Estado e Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, Fabrício Miyagima, e o coordenador do Plano, Taco Roorda, explicaram todo o procedimento e sanaram as dúvidas dos presentes.

O prefeito de Morretes, Osmair C. Coelho, participou da primeira Oficina bem como outros representantes do município e acredita que o PDS_Litoral será de muita importância para a região. "Tudo o que for benéfico para Morretes, auxiliando no desenvolvimento da agricultura e outras áreas, é ótimo. Iremos acompanhar as ações e também é importante o apoio de toda a população."

Ao término dos trabalhos houve uma rodada de perguntas dos participantes e já informado ao público que será realizada uma reunião complementar no dia 17 de abril, às 19h, para consolidar a Equipe de Acompanhamento do Plano.

Serviço:

Reunião Complementar PDS_Litoral

Data: 17 de março de 2018

Horário: 19h

Local: Centro Pastoral Santo Antônio

Rua Coronel Modesto s/n – Centro – Morretes

PUBLICAÇÃO EM 09/04/18: REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL FALAM SOBRE AS NECESSIDADES DE GUARAQUEÇABA

O município mais antigo do Paraná, fundado em 11 de março de 1545, e com cerca de 8 mil habitantes, Guaraqueçaba é o município mais isolado do litoral paranaense. Mesmo possuindo uma estrada que dá acesso à cidade, a PR-405, o transporte fluvial é a opção que os moradores e turistas mais utilizam, já que o acesso por terra é precário. Esse foi um dos temas abordados durante a primeira Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (PDS_Litoral), promovida pelo Consórcio Litoral Sustentável e Governo do Estado do Paraná, que aconteceu na cidade no dia 05 de abril (quinta-feira).

Representantes da equipe do PDS_Litoral, Taco Roorda (coordenador), Pedro Strozenberg (mediador) e o representante da Secretaria de Estado e Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, Fabrício Miyagima, ressaltaram a importância do Plano para a região. Com boa participação da sociedade, o encontro também contou com representantes de ONGs e outras instituições. O vice-prefeito de Guaraqueçaba, José Teofilo Vidal Lopes, ressaltou que é de grande valia um projeto como esse no município. "Desejamos que seja um Plano que seja concretizado e que resulte para o povo de Guaraqueçaba o que eles estão precisando."

Ao término da Oficina foi formada a Equipe de Acompanhamento do Plano, que foi composta pelas seguintes pessoas: Alex Sandro Alves (Conselho Tutelar), Antônio Rosa (ASPRORTA), Júlio Cesar Ponciano (Grupo Marista), Kelly Ferreira Cottens (ICMBIO/APAguará), Rachel Sivieiro, Tales da Silva (Defesa Civil) e William Barreto (Comerciante).

PUBLICAÇÃO EM 09/04/18: REPRESENTANTES DO PDS_LITORAL EXPLICARAM COMO SERÃO AS AÇÕES DO PROCESSO EM PARANAGUÁ

Aconteceu na tarde do dia 3 de abril uma reunião pública referente ao Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (PDS_Litoral) em Paranaguá. Inicialmente programado para ser uma Oficina de Engajamento, optou-se, dada a ausência de importantes setores da sociedade civil, e com a anuência do público presente, pela realização de uma reunião de mobilização e pelo agendamento da Oficina de Engajamento em data futura.

O evento, aberto ao público, reuniu representantes do Governo do Paraná, da Prefeitura Municipal de Paranaguá, atores regionais e municipais, moradores da região e estudantes e apontou como será realizado o trabalho previsto com ações que promovam o desenvolvimento sustentável da região.

O mediador, Pedro Strozenberg, explicou para os presentes que o PDS_Litoral está no começo e passando por um processo de agregamento para incluir novas pessoas de todas as áreas que buscam discutir os temas que serão expostos ao longo do processo. “Além dos desafios técnicos que o Plano traz, existe a questão de motivar e também de mobilizar todos para, juntos, discutirem o PDS. Será um Plano com participação e com diálogo para que o trabalho seja sustentável.”

Explicando como a ideia do Projeto iniciou, em 2011, o representante da Secretaria de Estado e Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, Fabrício Miyagima, ressaltou a importância do Plano. “Nunca foi feito no Litoral um projeto com um olhar regional para as particularidades de cada município. Precisamos saber qual o futuro da região. Sabemos que 80% do território litorâneo é área de preservação, também temos a questão econômica do Porto de Paranaguá, mas também sabemos que existem questões sociais muito importantes. Temos uma diversidade de problemas que os municípios enfrentam, mas sabemos que se trabalharmos juntos chegaremos ao tão sonhado desenvolvimento sustentável.”

Já o coordenador do PDS_Litoral, Taco Roorda, detalhou como será o Plano de Trabalho que se entenderá até o primeiro semestre de 2019. “O enfoque é regional e o trabalho todo será construído em harmonia com os Planos Diretores municipais e outros pontos específicos de cada uma das sete cidades do Litoral.”

Ao término dos trabalhos houve uma rodada de perguntas dos participantes e já informado ao público que a Oficina de Engajamento em Paranaguá será realizada próximas semanas com data ainda a ser definida. A divulgação da mesma se dará pelo site do PDS_Litoral (www.pdslitoral.com.br), redes sociais do Plano, pela imprensa e pelos cartazes que são distribuídos na comunidade.

PUBLICAÇÃO EM 10/04/18: PARANAGUÁ RECEBE DIA 25 DE ABRIL A OFICINA DE ENGAJAMENTO DO PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

No próximo dia 25 de abril, às 15h30, acontecerá a 1ª Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (PDS_Litoral) em Paranaguá no Teatro Municipal Rachel Costa. O evento foi marcado após uma reunião pública que aconteceu no município no início do mês. Aberta ao público, a Oficina visa traçar as diretrizes para as atividades que serão realizadas durante o desenvolvimento do PDS_Litoral que irá sintonizar ações dos três níveis de governo e da sociedade local para a definição de ações que permitam o desenvolvimento da região.

A pauta da Oficina consiste na apresentação e discussão do Plano de Trabalho e formação da Equipe de Acompanhamento do Plano, a ser composto por servidores municipais e representantes da sociedade civil. O município de Paranaguá, de acordo

com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conta com uma população estimada de 152.975 habitantes.

Apoiado financeiramente pelo Banco Mundial (BIRD), o PDS_Litoral está sendo elaborado pelo Consórcio Litoral Sustentável que reúne empresas internacionais e nacionais para realizar todo o Plano. São elas: Barcelona Brasil Group, Mcrit, Hidria Ciência Ambiente y Dessarrollo S.L e Quanta Consultoria Ltda. O Plano é gerenciado por Marina Bastos, da Quanta Consultoria Ltda., e Judith Muntal, representante da Barcelona Brasil Group.

Serviço | Oficina de Engajamento do PDS_Litoral

Data: 25 de abril (quarta-feira)
Horário: 15h30
Local: Teatro Municipal Rachel Costa
Rua Quinze de Novembro, 87 – Centro Histórico – Paranaguá

PUBLICAÇÃO EM 17/04/18: ANTONINA RECEBE NO DIA 26 DE ABRIL A OFINA DE ENGAJAMENTO DO PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

No dia 26 de abril, das 14h às 17h, acontecerá a 1ª Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (PDS_Litoral) em Câmara Municipal de Antonina. O evento é aberto ao público e visa traçar as diretrizes para as atividades que serão realizadas durante a elaboração do PDS_Litoral, no sentido de sintonizar ações dos três níveis de governo e da sociedade local para a definição de ações que permitam o desenvolvimento da região. A pauta das Oficinas consiste na apresentação e discussão do Plano de Trabalho e formação da Equipe de

Acompanhamento do Plano, a ser composta por servidores municipais e representantes da sociedade civil.

Apoiado financeiramente pelo Banco Mundial (BIRD), o PDS_Litoral é composto pelo Consórcio Litoral Sustentável que reúne empresas internacionais e nacionais para realizar todo o Plano. São elas: Barcelona Brasil Group, Mcrit, Hidria Ciência Ambiente y Dessarrollo S.L e Quanta Consultoria Ltda. Representantes de todas as empresas participaram das reuniões com as Secretarias Estaduais que acompanharão todo o processo que se estenderá até o início de 2019 com o gerenciamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN).

Para mais informações sobre os assuntos que serão abordados nas Oficinas de Engajamento acesse: www.pdslitoral.com

Serviço | Oficina de Engajamento do PDS_Litoral

Data: 26 de abril (quinta- feira)
Horário: 14h às 17h
Local: Câmara Municipal de Antonina
Rua Vale Porto, 15, Centro, Antonina – PR

PUBLICAÇÃO EM 01/05/18: OFICINA DO PDS_LITORAL DE GUARATUBA LOTA DE PARTICIPANTES A CÂMARA MUNICIPAL

No dia 17 de abril aconteceu a primeira Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS_Litoral) em Guaratuba. O evento contou com expressiva participação e lotou a Câmara Municipal de Guaratuba com representantes da Prefeitura, Legislativo, sociedade civil, agricultores, pescadores e estudantes que conheceram qual é o trabalho do PDS_Litoral, que será realizado durante os próximos meses e tem previsão de término no início de 2019.

Representantes da equipe do PDS_Litoral, Taco Roorda (coordenador), Pedro Strozenberg (mediador) e o representante da Secretaria de Estado e Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, Fabrício Miyagima, ressaltaram a importância do Plano para a região e discutiram o Plano de Trabalho. O prefeito de Guaratuba, Roberto Justus, falou sobre a relevância que o PDS_Litoral tem para o município e a necessidade da participação de todos. “Vamos ver as coisas acontecendo e se não participarmos ficaremos só reclamando ou pedindo ações sem fundamento”, destacou.

Ao término da Oficina foi iniciada a formação da Equipe de Acompanhamento do Plano a ser complementada em evento a ser marcado.

Sobre o PDS_Litoral

Apoiado financeiramente pelo Banco Mundial (BIRD), o PDS_Litoral é composto pelo Consórcio Litoral Sustentável que reúne empresas internacionais e nacionais para realizar todo o Plano. São elas: Barcelona Brasil Group, Mcrit, Hidria Ciência Ambiente y Dessarrollo S.L e Quanta Consultoria Ltda. Representantes de todas as empresas participaram das reuniões com as Secretarias Estaduais do Governo do Paraná, que acompanharão todo o processo até o início de 2019. O Plano é gerenciado por Marina Bastos, da Quanta Consultoria Ltda., e Judith Muntal, representante do Barcelona Brasil Group.

Para mais informações sobre os assuntos que serão abordados nas Oficinas de Engajamento acesse: www.pdslitoral.com

PUBLICAÇÃO EM 01/05/18: REUNIÃO COMPLEMENTAR DE MORRETES DEFINE NOMES PARA A EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO DO MUNICÍPIO

Na noite de 17 de abril aconteceu a reunião complementar da Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (PDS_Litoral) em Morretes. Na ocasião, o coordenador do Plano, Taco Roorda, o mediador Pedro Strozenberg e o representante da Secretaria de Estado e Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, Fabrício Miyagima, explicaram como serão os trabalhos do PDS_Litoral durante os próximos meses e que tem previsão de término no primeiro semestre de 2019.

A reunião contou com a presença de representantes da sociedade civil, comerciantes, ONGs e da promotora do Ministério Público de Morretes, Dalva Marin Medeiros, que ressaltou a importância da participação da sociedade. “É fundamental que a comunidade participe para falar quais são os interesses locais. A mobilização de todos é importante para que a comunidade conquiste o que precisa.”

No final da reunião foram definidos os nomes das pessoas que irão compor a Equipe de Acompanhamento de Morretes.

Sobre o PDS_Litoral

Apoiado financeiramente pelo Banco Mundial (BIRD), o PDS_Litoral é composto pelo Consórcio Litoral Sustentável que reúne empresas internacionais e nacionais para realizar todo o Plano. São elas: Barcelona Brasil Group, Mcrit, Hidria Ciência Ambiente y Dessarrollo S.L e Quanta Consultoria Ltda. Representantes de todas as empresas participaram das reuniões com as Secretarias Estaduais do Governo do Paraná, que acompanharão todo o processo até o início de 2019. O Plano é gerenciado por Marina Bastos, da Quanta Consultoria Ltda., e Judith Muntal, representante do Barcelona Brasil Group.

Para mais informações sobre os assuntos que serão abordados nas Oficinas de Engajamento acesse: www.pdslitoral.com

PUBLICAÇÃO EM 01/05/18: A PARTICIPAÇÃO DE ATORES LOCAIS É IMPORTANTE PARA CONTRIBUIR COM O PDS_LITORAL EM PONTAL DO PARANÁ

A primeira Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS_Litoral) de Pontal do Paraná aconteceu no dia 18 de abril. Os representantes

da equipe do PDS_Litoral, Taco Roorda (coordenador), Pedro Strozenberg (mediador) e o representante da Secretaria de Estado e Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, Fabrício Miyagima ressaltaram a importância do Plano para a região, contextualizando os pontos que serão trabalhados e ainda falaram sobre os cenários, visão do futuro e detalhes do processo participativo. O coordenador do Plano afirmou a importância de cada ator local do município "que poderão trazer detalhes específicos que a equipe não conhece e assim contribuir ainda mais para a realização do PDS_Litoral."

Com participação plural, o encontro contou com representantes da Prefeitura de Pontal do Paraná, sociedade civil, ONGs, Academia, comerciantes, associações e outras instituições da região que abordaram as principais questões do município, entre elas, as do meio ambiente, fatores socioeconômicos, além dos possíveis benefícios e malefícios dos projetos da nova rodovia e porto de Pontal do Paraná e demais desafios diários que a população enfrenta. "O nosso ponto de partida são os interesses divergentes que devem ser tratados, sem anular nenhuma questão e sim criar caminhos possíveis. Assim, poderemos avançar e criar alternativas viáveis, legítimas, sustentáveis e poder deslumbrar um cenário para os próximos anos e décadas", ressaltou o mediador Pedro Stronzenberg.

A Equipe de Acompanhamento do Plano de Pontal do Paraná começou a ser definida ao término da Oficina, mas a consolidação dos nomes se dará em próximo evento a ser realizado na cidade.

Sobre o PDS_Litoral

Apoiado financeiramente pelo Banco Mundial (BIRD), o PDS_Litoral é composto pelo Consórcio Litoral Sustentável que reúne empresas internacionais e nacionais para realizar todo o Plano. São elas: Barcelona Brasil Group, Mcrit, Hidria Ciência Ambiente y Dessarrollo S.L e Quanta Consultoria Ltda. Representantes de todas as empresas participaram das reuniões com as Secretarias Estaduais do Governo do Paraná, que acompanharão todo o processo até o início de 2019. O Plano é gerenciado por Marina Bastos, da Quanta Consultoria Ltda., e Judith Muntal, representante do Barcelona Brasil Group.

Para mais informações sobre os assuntos que serão abordados nas Oficinas de Engajamento acesse: www.pdslitoral.com

PUBLICAÇÃO EM 01/05/18: MASSIVA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NO OFICINA DE ENGAJAMENTO DE MATINHOS LEVANTOU AS PRINCIPAIS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO

Dando sequência às Oficinas de Engajamento para o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (PDS_Litoral), aconteceu em Matinhos, no dia 18 de abril, no auditório da Prefeitura Municipal, o tão aguardado evento. Os representantes da equipe do PDS_Litoral, Taco Roorda (coordenador), Pedro Strozenberg (mediador) e o representante da Secretaria de Estado e Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, Fabrício Miyagima explicaram como será realizado o trabalho que acontecerá até o início de 2019 e que não se refere apenas a uma questão local e individual de cada cidade, mas sim trabalhar as diferentes expressões para iniciar um trabalho em conjunto.

O Litoral do Paraná é peculiar, com cerca de 80% de seu território sendo área de preservação ambiental, por isso também serão trabalhadas inúmeras questões, como

as econômicas e sociais, por exemplo. O evento contou com ampla participação dos presentes que fizeram perguntas sobre o Plano. Os cidadãos presentes representavam diversas áreas da sociedade de Matinhos, como ONGs, Academia, comércio, órgãos de classe, dentre outros. Além disso, houve a participação dos secretários municipais da cidade.

Ao término da Oficina foi iniciada a composição da Equipe de Acompanhamento, momento em que o público presente foi informado que a formação da equipe será concluída em evento a ser divulgado em breve.

Sobre o PDS_Litoral

Apoiado financeiramente pelo Banco Mundial (BIRD), o PDS_Litoral é composto pelo Consórcio Litoral Sustentável que reúne empresas internacionais e nacionais para realizar todo o Plano. São elas: Barcelona Brasil Group, Mcrit, Hidria Ciência Ambiente y Dessarrollo S.L e Quanta Consultoria Ltda. Representantes de todas as empresas participaram das reuniões com as Secretarias Estaduais do Governo do Paraná, que acompanharão todo o processo até o início de 2019. O Plano é gerenciado por Marina Bastos, da Quanta Consultoria Ltda., e Judith Muntal, representante do Barcelona Brasil Group.

Para mais informações sobre os assuntos que serão abordados nas Oficinas de Engajamento acesse: www.pdslitoral.com

PUBLICAÇÃO EM 01/05/18: OFICINA DO PDS_LITORAL EM PARANAGUÁ MOSTROU O QUE ACONTECERÁ DURANTE O TRABALHO AO LONGO DESTE ANO

Marcada após uma reunião pública realizada no início do mês, a primeira Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (PDS_Litoral) em Paranaguá aconteceu no dia 25 de abril. O evento, realizado no Teatro Municipal Rachel Costa, contou com a presença de representantes da sociedade civil, secretários municipais, estudantes, professores da Academia, ONGs e do Porto de Paranaguá.

O coordenador do Plano, Taco Roorda, explicou que o trabalho irá sintonizar ações dos três níveis de governo e da sociedade local para a definição de ações que permitam o desenvolvimento da região. “Vamos discutir qual o litoral que a população quer para daqui a 20 ou 30 anos. Uma vez escolhido esse cenário, de maneira participativa, será construído um elenco de ações que irá viabilizar que se chegue ao resultado esperado”, destacou.

Ao término da Oficina teve início a formação da Equipe de Acompanhamento do Plano. Os nomes serão completados em uma audiência pública que em breve terá data definida e posteriormente divulgada.

Sobre o PDS_Litoral

Apoiado financeiramente pelo Banco Mundial (BIRD), o PDS_Litoral é composto pelo Consórcio Litoral Sustentável que reúne empresas internacionais e nacionais para realizar todo o Plano. São elas: Barcelona Brasil Group, Mcrit, Hidria Ciência Ambiente y Dessarrollo S.L e Quanta Consultoria Ltda. Representantes de todas as empresas participaram das reuniões com as Secretarias Estaduais do Governo do Paraná, que acompanharão todo o processo até o início de 2019. O Plano é gerenciado por Marina Bastos, da Quanta Consultoria Ltda., e Judith Muntal, representante do Barcelona Brasil Group.

Para mais informações sobre os assuntos que serão abordados nas Oficinas de Engajamento acesse: www.pdslitoral.com

PUBLICAÇÃO EM 01/05/18: REPRESENTANTES DO PDS_LITORAL DISCUTEM SOBRE O TRABALHO QUE SERÁ REALIZADO AO LONGO DO ANO COM ALUNOS E PROFESSORES DA UFPR LITORAL

Na manhã do dia 26 de abril, em Matinhos, representantes do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná (PDS_Litoral) reuniram-se com acadêmicos e professores da Universidade Federal do Paraná no campus Litoral. Durante o encontro, o coordenador do Plano, Taco Roorda, o mediador, Mauricio Maas,

e a especialista, Bárbara Bravo, explicaram como será realizado o trabalho que acontecerá nos próximos meses.

A especialista, Bárbara Bravo, explicou como será realizada a escuta das comunidades tradicionais presentes no litoral. “Estamos vendo a questão logística para ir ao encontro de todas as comunidades possíveis, visitando aldeias e quilombolas no local onde habitam, por exemplo. A ideia de ir até as comunidades serve para eles acompanharem o desenvolvimento do Plano. Em um primeiro momento, queremos entender quais as grandes questões e especificidades de cada comunidade e saber qual o entendimento dessas populações sobre a importância de cada situação.”

Ao final da reunião, alunos e professores presentes fizeram perguntas para a equipe do PDS_Litoral, além de falar sobre as peculiaridades de determinadas situações do município de Matinhos e do Litoral como um todo.

Sobre o PDS_Litoral

Apoiado financeiramente pelo Banco Mundial (BIRD), o PDS_Litoral é composto pelo Consórcio Litoral Sustentável que reúne empresas internacionais e nacionais para realizar todo o Plano. São elas: Barcelona Brasil Group, Mcrit, Hidria Ciência Ambiente y Dessarrollo S.L e Quanta Consultoria Ltda. Representantes de todas as empresas participaram das reuniões com as Secretarias Estaduais do Governo do Paraná, que acompanharão todo o processo até o início de 2019. O Plano é gerenciado por Marina Bastos, da Quanta Consultoria Ltda., e Judith Muntal, representante do Barcelona Brasil Group.

Para mais informações sobre os assuntos que serão abordados nas Oficinas de Engajamento acesse: www.pdslitoral.com

PUBLICAÇÃO EM 01/05.18: OFICINA DE ENGAJAMENTO DE ANTONINA ENCERRA PRIMEIRA ETAPA DE EVENTOS DO PDS_LITORAL

Depois de passar durante o mês de abril em todos os municípios do Litoral Paranaense, na tarde do dia 26 de abril a Oficina de Engajamento do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS_Litoral) foi realizada na Câmara Municipal de Antonina. O evento reuniu secretários municipais, professores, estudantes, acadêmicos, comerciantes, empresários, representantes de ONGs, da área da saúde e moradores da cidade.

Durante a Oficina foi apresentado como será realizado o desenvolvimento dos trabalhos do PDS_Litoral. Dividido em cinco etapas: Plano de Trabalho, Contextualização da Região, Construção de Cenários e Visão de Futuro, Estratégias de Ação e para finalizar a Conferência Regional. “No Litoral muitas vezes encontramos um cenário bem polarizado. Desenvolvimento de um lado e meio ambiente do outro, mas na verdade as duas coisas não podem andar separadas. Se você quer um desenvolvimento sustentável e contínuo, é preciso levar em consideração as questões ambientais. A ideia é conciliar os dois lados”, ressaltou o mediador Mauricio Maas.

Após a apresentação os representantes do PDS_Litoral responderam às perguntas dos participantes e também teve início a formação da Equipe de Acompanhamento de Antonina.

Sobre o PDS_Litoral

Apoiado financeiramente pelo Banco Mundial (BIRD), o PDS_Litoral é composto pelo Consórcio Litoral Sustentável que reúne empresas internacionais e nacionais para realizar todo o Plano. São elas: Barcelona Brasil Group, Mcrit, Hidria Ciência Ambiente y Dessarrollo S.L e Quanta Consultoria Ltda. Representantes de todas as empresas participaram das reuniões com as Secretarias Estaduais do Governo do Paraná, que acompanharão todo o processo até o início de 2019. O Plano é gerenciado por Marina Bastos, da Quanta Consultoria Ltda., e Judith Muntal, representante do Barcelona Brasil Group.

Para mais informações sobre os assuntos que serão abordados nas Oficinas de Engajamento acesse: www.pdslitoral.com

Entrevistas para Imprensa

Durante os eventos realizados do PDS_Litoral, a imprensa local realizou a cobertura das Oficinas e entrevistou representantes do Plano. Nas imagens aparecem o coordenador – Taco Roorda e o articulador regional – Mauricio Maas, concedendo entrevistas para a TVCI, TV da Comunicação da Prefeitura de Paranaguá e da rádio Litorânea FM.

3. OUTROS EVENTOS E ATIVIDADES

3.1. CONTATO INICIAL COM AS PREFEITURAS MUNICIPAIS

I. **Reunião com a prefeitura Municipal de Guaratuba**

Local: Prefeitura Municipal de Guaratuba

Data: 28/02/2018

Horário: 9:30

Participantes da PMG: Luiz Cezar Gruber (Chefe de Gabinete)

Participantes do Consórcio: Taco Roorda, Mauricio Maas, Everson Bayer

Memória:

Taco Roorda e Mauricio Maas apresentam sucintamente o Plano de Trabalho do PDS-LT.

Luiz Cezar sugere que o assunto seja levado para a AMLIPA – Associação dos Municípios do Litoral Paranaense, considerando que é matéria de interesse de todos. O prefeito de Guaratuba, Roberto Justus, é presidente da associação.

Luiz se mostra interessado em saber sobre quais temáticas e a escala de atuação abrangidas pelo PDS. Aponta como exemplo a necessidade de instalação de um Hospital Regional em Guaratuba ou Matinhos, para diminuir a dependência de Paranaguá. Afirma que a verba para a construção de um Hospital não é o grande problema das prefeituras, mas sim a manutenção (pessoal, insumos) do equipamento. Sendo um Hospital Regional, a manutenção seria por conta do estado.

Ainda aponta:

- Na área de gestão, a prefeitura aponta a dificuldade em elaborar projetos para obter financiamentos. Os técnicos são insuficientes e pouco capacitados;
- Dificuldade de realização de obras e ações devido às restrições ambientais, pois "quase tudo em Guaratuba é Unidade de Conservação". Dificuldade para a cidade se desenvolver.

- Quem trabalha na formalidade se vê prejudicado, pois seguindo a legislação há muitas restrições na utilização dos terrenos. No entanto, as ocupações irregulares, por serem caracterizadas como problema social, acabam burlando essas normas.
- O Ministério Público, por excesso de zelo, acaba dificultando a realização de ações da prefeitura.
- Em relação ao problema habitacional, cita que há projeto para implantação de cerca de 400 unidades habitacionais em Guaratuba, mas apenas 190 estão sendo implantadas, porque os terrenos da prefeitura estão em áreas ambientalmente protegidas.
- O Plano Diretor está sendo revisado por equipe interna da prefeitura, com a participação do Ministério Público e outras entidades. Previsão de término em 6 meses a 1 ano.
- O município possui Conselho de Urbanismo e Conselho de Meio Ambiente, e algumas reuniões são longas e "acaloradas" devido à dicotomia desenvolvimento urbano e conservação ambiental.
- Afirma que o número de moradores permanentes vem crescendo consideravelmente, mas não aparece nas estatísticas. Isso gera um impacto no volume de repasses estadual e federal.
- O Município gasta cerca de 30% do orçamento na área da saúde. Ao mesmo tempo que tem capacidade ociosa nos equipamentos – por exemplo, o número de leitos utilizados na maternidade é muito menor que o disponível – há falta de verba para pagamento de pessoal e insumos.

Taco e Mauricio solicitaram auxílio da prefeitura na organização das oficinas públicas, com a disponibilização de um espaço para a realização do evento e na montagem da lista de entidades a serem convidadas.

Como encaminhamento ficou a proposta de uma reunião com a AMLIPA e uma reunião com o prefeito no dia 07/03, a ser confirmada.

II. Reunião com a prefeitura Municipal de Matinhos

Local: Prefeitura Municipal de Matinhos

Data: 28/02/2018

Horário: 15:00

Participantes da PMG: Ruy Hauer Reichert (Prefeito), Ivo Malschitzky (Chefe de Gabinete), Cristiane Cruz (Procuradoria), Clinor N. (Secretaria de Meio Ambiente), Deyves De Souza Guedes (Secretaria de Meio Ambiente), Clecio Vidal (Diretor de Urbanismo), Kelly Cristina Silva (Planejamento), Graziela Franco (Turismo), Paulo Ricardo Silva Junior (Turismo)

Participantes do Consórcio: Taco Roorda, Mauricio Maas, Everson Bayer

Memória:

Taco Roorda e Mauricio Maas apresentam sucintamente o Plano de Trabalho do PDS-LT. Taco explica a realização das oficinas de engajamento e a necessidade de apoio da prefeitura, além de solicitar informações sobre o município.

Questões levantadas pela PMM:

Enfrentam problemas de licenciamento ambiental. Cita como exemplo a exigência de licenciamento para limpeza dos canais artificiais de drenagem. Por serem artificiais não necessitariam de licença ambiental, mas por ser definidos no atual Plano Diretor como APP e corredores de biodiversidade, acaba havendo exigência e ações do Ministério Público.

Á área urbana está pressionada, pois a população vem crescendo e a área ocupável está pressionada entre o Parque St. Hillaire, o mar e o Parque do Rio das Onças.

Apontam que a vigilância ambiental sobre o corte de árvores é intensa no município. Mas a configuração social e institucional da realidade municipal acaba provocando uma disparidade: os proprietários que buscam obedecer a legislação se vêem prejudicados pelas restrições, quando as ocupações irregulares geram desmatamento, mas por ser um problema social, acabam podendo urbanizar a terra.

O problema de ocupações irregulares no município é agravado pela falta de fiscalização.

O município tem PLHIS, que faz um bom diagnóstico da situação habitacional do município, mas é de difícil implantação (pouca viabilidade econômica).

O Plano Diretor atual foi elaborado em 2005 ou 2006, mas aprovado apenas em 2014 por decreto. O perímetro urbano foi reduzido, mas excluiu áreas urbanizadas. A revisão foi iniciada pela equipe da PMM, mas o Ministério Público questionou o processo e, por consequência, será realizada uma licitação para contratação de consultoria especializada.

Entendem que a necessidade de aprovação de instalação de atividades pelo COLIT dificulta a gestão e o desenvolvimento socioeconômico da cidade. Como exemplo, citam que a instalação de uma lavanderia deve ser aprovada pelo COLIT.

O município está montando uma base cartográfica georreferenciadas;

Citam como dificuldade de delimitação da área de expansão urbana é a falta de definição do perímetro do Parque Saint Hillaire.

A população fixa do município vem crescendo muito. Calculam, pela taxa de coleta de lixo, que a população deve estar beirando 50 mil habitantes.

Em parte a população fixa cresce pela cidade já se configurar como uma cidade dormitório para funcionários de gerência da Techint (grande empresa instalada em Pontal do Paraná) e de empresas de Paranaguá. Nesse sentido, entendem que a instalação do complexo portuário em Pontal do Paraná terá um impacto significativo no crescimento populacional e na demanda de serviços públicos em Matinhos.

Em relação à população flutuante, apontam como problema a necessidade da infraestrutura urbana ter que estar preparada para receber cerca de 1 milhão de habitantes na temporada, enquanto fica subutilizada fora desse período.

Foram acordadas possibilidades de local para as oficinas (Auditório da Prefeitura, Auditório do complexo esportivo e Auditório do SESC)

A Assessoria de imprensa da prefeitura se disponibilizou a ajudar na divulgação do material do plano e dos eventos participativos.

III. Reunião com a prefeitura Municipal de Guaraqueçaba

Local: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba

Data: 01/03/2018

Horário: 9:30

Participantes da PMG: Hayssan Colombes Zahoui (prefeito); Haroldo de Arruda (Secr. De Obras e transporte); Ivair Colombes (Secr. De Meio Ambiente); José Teófilo Vidal Lopes (Vice Prefeito).

Participantes do Consórcio: Taco Roorda, Mauricio Maas, Everson Bayer

Memória:

De início, Taco Roorda apresentou o PDS-litoral, explicando as primeiras atividades. Taco explica a realização das oficinas de engajamento e a necessidade de apoio da prefeitura, além de solicitar informações sobre o município.

Em seguida o prefeito e os secretários fazem questionamentos:

- Como será o cronograma de atividades
- Qual empresa está elaborando o PDS
- Como ele é financiado.

Taco Roorda responde os questionamentos, mas a equipe da prefeitura apresenta alguns posicionamentos:

- Tem receio do plano acontecer na transição do governo estadual, o que pode resultar em desperdício dos esforços e dos recursos, pois há a possibilidade do próximo governo não querer adotar o plano;
- Foram realizados vários planos na região, mas eles não são implementados, ao menos não em Guaraqueçaba;

- Sempre se apresenta a justificativa de que o ICMBio impede a realização de ações no município, mas há aspectos políticos em jogo, quando se trata de implementação dessas ações;
- Guaraqueçaba 'está sempre brigando sozinho'. Mostram certo descrédito na possibilidade do PDS, assim como dos planos anteriores, serem implementados;
- O número elevado de ONGs com interesse em Guaraqueçaba, aliado às várias diferenças de posicionamento, dificultam a implementação de ações.

Ao serem questionados sobre as principais demandas para o município, a equipe municipal foi enfática em apontar a necessidade de uma estrada qualificada para o acesso à cidade. A falta dessa estrada causa vários problemas, desde a morte de pacientes que necessitam de atendimento em hospitais até a dificuldade de desenvolvimento do turismo sustentável.

Apontam o Ecoturismo e o turismo de base comunitária como uma solução para o desenvolvimento de Guaraqueçaba. Ressaltam que não têm interesse em turismo de massa, que seria incompatível com as características do município.

O Plano Diretor deverá ser revisado em 2018, estão pleiteando financiamento para sua revisão.

IV. Reunião com a prefeitura Municipal de Pontal do Paraná

Local: Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná

Data: 01/03/2018

Horário: 16:30

Participantes da PMPP: Marcos Fioravante (Prefeito); Cintia Fioravante (Chefe de Gabinete).

Participantes do Consórcio: Taco Roorda, Pedro Strozemberg; Mauricio Maas, Everson Bayer

Memória:

Taco Roorda e Mauricio Maas apresentam sucintamente o Plano de Trabalho do PDS-LT. Taco explica a realização das oficinas de engajamento e a necessidade de apoio da prefeitura, além de solicitar informações sobre o município.

Em seguida, os representantes da municipalidade apresentam algumas questões que devem ser consideradas pelo Plano:

- Pontal do Paraná teve um aumento repentino de população, passando de 29 mil para 45 mil habitantes, por conta da instalação da TechInt. Muitas pessoas são atraídas pelo empreendimento, mas não conseguem emprego. Quando a empresa abre uma concorrência para novas vagas de trabalho, os trabalhadores que não conseguem o emprego ficam no município, aumentando as áreas de ocupação irregular.
- Pontal não tem um centro, há cinco centros, cada balneário se vê como um município, não há uma visão de integração entre eles.
- Comerciantes sofrem com a sazonalidade, devido à força do turismo de sol e praia;
- Entendem que o pedágio caro da BR 277 prejudica a concorrência de Pontal do Paraná com os destinos turísticos de Santa Catarina.
- Estão projetando a formação de um binário para a principal avenida de Pontal, com apoio do Governo do Estado;
- A municipalidade considera como certo a instalação do complexo portuário; o calado natural é visto como uma potencialidade que deve ser aproveitada, mas há um movimento conservacionista contra o empreendimento; para a arrecadação do município, o porto é melhor que a TechInt, pois gera ISS, ao contrário do que ocorre com a indústria.
- O Plano Diretor foi aprovado pelo COLIT em 2017.

- Há conflitos entre o uso e ocupação urbana e a conservação ambiental; há locais ocupados em área de mangue, alguns são tradicionais, datam de antes da transformação dessas áreas em unidades de conservação;
- Entendem que a conservação ambiental é importante, mas a falta de flexibilidade dos órgãos e entidades de conservação ambiental se configura como um entrave para ações importantes para a melhoria da qualidade de vida da população. Citam o Porto de Itapoá como uma boa prática.
- Em relação à Habitação, a prefeitura está negociando uma área com o governo do estado para a construção de um conjunto habitacional, para viabilizar o programa municipal; há muita área pública ocupada irregularmente.
- Assim como nos demais municípios litorâneos com turismo de sol e praia, a transição de governo municipal, por acontecer no auge da temporada em janeiro, se configura como um problema.

Ao final, a prefeitura se dispôs a repassar as informações solicitadas e apoiar a realização da oficina pública.

V. Reunião com a prefeitura Municipal de Morretes

Local: Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura

Data: 02/03/2018

Horário: 09:00

Participantes da PMM: Fausto Simão(Secretário da Agricultura, Meio Ambiente e Turismo).

Participantes do Consórcio: Taco Roorda, Pedro Strozemberg; Mauricio Maas, Everson Bayer

Memória:

Taco Roorda e Mauricio Maas apresentam sucintamente o Plano de Trabalho do PDS-LT. Taco explica a realização das oficinas de engajamento e a necessidade de apoio da prefeitura, além de solicitar informações sobre o município.

Após a apresentação o secretário fez algumas considerações sobre a realidade de Morretes:

- O município teve aumento de turistas de chácaras, gerando problema de limpeza pública (Morretes se configura como um local de turismo sazonal, por possuir muitas chácaras de lazer, em geral de moradores da Região Metropolitana de Curitiba);
- O trem de passageiros (turismo) que faz o trajeto Morretes-Curitiba era diário, mas passou a ser de quinta a domingo, afetando o fluxo de turistas;
- A economia do município se baseia em grande parte na agricultura, que é bastante diversificada. Destaque para o Gengibre (já foi maior produtor no Brasil, teve queda na produção por fungo e doenças).
- Há uma fábrica de papel que se estima empregar mais de 100 funcionários.

O Secretário se prontificou em enviar as informações solicitadas e auxiliar na organização da oficina.

Após a reunião com o secretário Fausto, encontramos o Chefe de Gabinete, Jean Carlo Robassa Hunzicker. Ele comenta que a maior dificuldade do município é de equipe técnica qualificada para elaboração de projetos. Há financiamento e recursos disponíveis, mas a falta de projetos impede a utilização desses recursos, até para questões simples, como revitalização de praças.

VI. Reunião com a prefeitura Municipal de Antonina

Local: Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura

Data: 02/03/2018

Horário: 10:30

Participantes da PMA: Fernando Carneiro (Secretário da Agricultura, Meio Ambiente e Turismo).

Participantes do Consórcio: Taco Roorda, Pedro Strozemberg; Mauricio Maas, Everson Bayer

Memória:

Taco Roorda e Mauricio Maas apresentam sucintamente o Plano de Trabalho do PDS-LT. Taco explica a realização das oficinas de engajamento e a necessidade de apoio da prefeitura, além de solicitar informações sobre o município.

Após a apresentação o secretário fez algumas considerações sobre a realidade de Antonina:

- A economia do município se baseia nas atividades do porto, no turismo e na agricultura;
- Expõe um projeto de turismo recente, de iniciativa de produtores e prestadores de serviços locais, que organizaram um roteiro chamado "Vale do Gigante". O roteiro aproveita a paisagem, rios e cachoeiras da região do Cacatu, Cachoeira e Cedro. Os produtores, artesãos e prestadores de serviços de alimentação e hospedagem são assessorados pelo SEBRAE, configurando-se como turismo de base comunitária.
- O município possui um calendário de eventos de turismo cultural extenso.
- Atualmente está sendo implantado um projeto de revitalização da Ponta da Pita e da Prainha, para qualificar a recepção dos visitantes e moradores.
- Antonina possui duas fábricas de bala, que são tradicionais e marcam a identidade do município, especialmente em relação a bala de banana: Maristela-Polar e Antonina.

- O Porto opera hoje com embarque de fertilizante. Isso causa problemas de poluição na baía e nas estradas que dão acesso ao porto. Há uma empresa fazendo a limpeza das vias, denominada IAMUC;
- Teve um projeto terminal de passageiros de cruzeiros para o porto. O projeto foi levado para Paranaguá, e hoje os turistas vêm até Antonina de Van e ônibus. Há o entendimento de que esse fato prejudicou o turismo local.
- A necessidade de dragagem constante do canal e do cais do porto é citado como um problema, pela dificuldade de licenciamento ambiental. O assoreamento acontece pela grande quantidade de rios que desembocam na baía.
- Em relação à agricultura, muitas propriedades do município possuem certificação de produtos orgânicos.
- O município fechou recentemente um acordo de cooperação técnica com a ONG SPVS.

VII. Reunião com a prefeitura Municipal de Paranaguá

Local: Secretaria de Urbanismo

Data: 08/03/2018

Horário: 10:00

Participantes da PMP: Felipe Constantino (Secretário de Urbanismo); Ana Cristina Negoseki (SEMUR); Paulo Armanini Godinho (SEMUR); Marcia Rocha Loures Jamnik (SEMUR – representante da revisão do Plano Diretor).

Participantes do Consórcio: Taco Roorda; Mauricio Maas, Everson Bayer

Memória:

Taco Roorda e Mauricio Maas apresentam sucintamente o Plano de Trabalho do PDS-LT. Taco explica a realização das oficinas de engajamento e a necessidade de apoio da prefeitura, além de solicitar informações sobre o município.

A equipe da prefeitura expõe algumas questões da realidade de Paranaguá:

- O Plano Diretor está em processo de revisão – Há uma equipe interna de preparação para o trabalho, e será licitada a contratação de uma equipe de consultoria em breve.
- Há algum tempo as discussões no litoral eram muito focadas em Paranaguá; hoje em dia se fala muito em Pontal do Paraná; como há desenvolvimento do setor portuário e empreendimentos relacionados a essa atividade em Pontal, a prefeitura entende importante que haja discussões específica de articulação dos dois municípios. A ligação viária entre os dois municípios deve ser repensada.
- O Plano de Habitação do município é bem feito, mas está desatualizado;
- Há conflitos entre o Plano Diretor atual e o ZEE, especialmente no que tange à PR 407; isso se estende a planos de UCs.

A prefeitura se disponibilizou a apoiar na organização das oficinas públicas e no repasse das informações solicitadas.

3.2 MEMÓRIAS DE REUNIÕES

I. Reunião com a UFPR e Centro de Estudos do Mar - CEM-UFPR

Local: Centro Politécnico - UFPR

Data: 05/03/2018

Horário: 13:30

Participantes da UFPR: Eduardo Vedor de Paula (Dep. Geografia) e Daniel Hauer Queiroz Telles (CEM)

Participantes do Consórcio: Mauricio Maas

Memória:

Mauricio Maas se apresenta e explica sucintamente o funcionamento do plano, já com base no questionamento apresentado pelos professores: qual o objetivo desse plano? Como ele pode ser diferente dos outros instrumentos já elaborados para o litoral?

Em seguida, os professores fazem os seguintes apontamentos:

- Necessidade de 'nivelamento' dos instrumentos existentes no litoral (Planos, normas etc). Entendem por nivelamento a implementação das ações previstas, o fortalecimento das instituições, especialmente as criadas pelos instrumentos, como por exemplo, as unidades gestoras e os conselhos das unidades de conservação (muitas UCs não tem gestor responsável); a integração das esferas municipal, estadual e federal, indica por exemplo, que o SISNAMA não funciona.
- Apontam que as UCs foram criadas 'no papel', mas na prática tem dificuldades de funcionamento, pois não foram implementadas. Eduardo cita um estudo recente feito pela UFPR, no qual foi criado um índice que mede o grau de implementação da UC: de 48 UCs do litoral, apenas 4 foram implementadas na íntegra, e são todas unidades particulares. Também se percebe que as UCs federais são mais estruturadas e atuantes.
- Em relação a falta de integração dos instrumentos de gestão territorial, citam o exemplo de conflitos entre o Plano Diretor de Paranaguá, que define uma área de criação de UC, o PDZPO, que define a mesma área como área de expansão portuária, e o Decreto Estadual 9886/2014, que define a área do eixo modal de Paranaguá.
- Citam um trabalho importante e completo, realizado recentemente: Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura – PLDM;
- Comentam do enfraquecimento do IAP, que está com pouca estrutura para atender todo o estado. Outras instâncias e órgãos estão tomando suas atribuições.
- Destaca-se o fato do COLIT ter absorvido atribuições que fogem do intuito original, ou seja, tratar das questões referentes ao ordenamento territorial da região.
- Apontam a necessidade de fortalecimento das instâncias de governança (conselhos municipais, conselhos de unidades de conservação, etc);

- Estão observando que há muitos acidentes de derramamento de óleo na baia de Paranaguá. Baseiam-se no fato de que, a partir do trabalho de monitoramento da dragagem dos canais, realizado por um convênio entre UFPR e UNESPAR, o número de acidentes registrados quadruplicou (probabilidade destes acidentes não terem sido registrados enquanto não havia monitoramento).
- Há necessidade de fortalecimento do turismo na região: não há cooperativismo, trabalhos de roteirização, etc. O turismo como atividade econômica não é levado a sério no litoral.
- Destacam a importância da participação dos órgãos federais na elaboração do PDS: Capitania dos Portos, ICMBIO, SPU, FUNAI, IPHAN. Destacam que, com exceção do ICMBIO, esses órgãos atuam pouco no litoral. No nível estadual, a Polícia Ambiental.

Localmente, destacam a importância da participação das associações de moradores, citando a associação da comunidade do Maciel, da Ilha do Mel, e a associação dos moradores das ilhas da região.

Os professores perguntaram sobre o funcionamento das oficinas e audiências, questionando se não seria repetitivo.

Por fim, os professores pedem uma 'contrapartida':

- A possibilidade de envolver os alunos no processo (participando dos eventos, etc)
- Realizar uma fala voltada para o corpo docente dos campi do litoral, no sentido de contribuir para o engajamento deles nas questões regionais. Sobre isso, falam da dificuldade de envolvimento dos professores porque, muitas vezes, eles sofrem represálias e consequências por defenderem um posicionamento nas instâncias de governança locais.
- Solicitam os currículos dos componentes da equipe de consultoria, especialmente dos externos, no sentido de aproveitar sua estada na região para

compartilhamento de conhecimento e know how, por meio de palestras para os alunos, por ex. Citam um técnico espanhol que trabalha com modelos ambientais, assunto que interessa a academia daqui.

II. Reunião com a secretaria de estado do meio ambiente - SEMA

Local: SEMA/PR

Data: 07/03/2018

Horário: 10:30

Participantes: Sueli Ota (Coordenadora de Biodiversidade e Florestas)

Participantes do Consórcio: Mauricio Maas

Memória:

Essa reunião foi solicitada por mim, tendo em vista alguns comentários feitos pela Técnica Sueli na reunião temática de meio ambiente, realizada em 31/01. No início da reunião Sueli passou diversos contatos que foram incorporados à lista de stakeholders do projeto. Em seguida, discorre sobre os seguintes assuntos:

- Ilha do Mel: Sueli explica que houve uma iniciativa de replicar a solução de concessão de serviços para exploração da área de uso público de Unidades de Conservação, como o ocorrido no Parque Nacional do Iguaçu, para a Ilha do Mel. O Instituto Semeia começou a realizar um trabalho na Ilha, mas foi interrompido, porque se percebeu que não seria possível, dada a configuração social e os costumes da região. Um dos problemas enfrentados foi com relação ao transporte para a Ilha, realizado até hoje pela ABALINE (Associação dos barqueiros do litoral norte do Paraná), mesmo com o contrato de concessão, firmado com o estado, vencido há alguns anos. A associação fica responsável pelo transporte e pelo controle de visitantes na Ilha do Mel.

Diz que a questão de regulamentação do transporte náutico está sendo discutida por um Grupo de Trabalho ligado ao Plano Hidroviário Estadual, liderado pela SEIL.

Sueli lembra que existem dois segmentos na Ilha do Mel: Encantadas e Brasília, que podem ser consideradas duas comunidades diferentes.

- Mosaico Lagamar: informa que a iniciativa está inativa há cerca de dois anos. O último presidente do Conselho foi Marcio Barragana.
- Planos Municipais da Mata Atlântica: é um projeto da SEMA, de realizar planos participativos em cada município do litoral, deve abranger a busca de formas alternativas de geração econômica. Sueli cita a exploração do potencial turístico aliado à conservação da mata atlântica. Deve-se buscar outra forma de gestão do território do litoral: gestão integrada.
- Guaraqueçaba: Sueli traz algumas informações específicas sobre esse território – ao se realizar o CAR no município, ficou evidente o problema fundiário da região, onde há muitos proprietários reivindicando o mesmo terreno, ou sobreposições de divisas dos terrenos. No seu entendimento, a estrada de acesso ao município, apesar de ser importante para a população local, pode gerar problemas de especulação imobiliária e sobrecarregar a infraestrutura do município; nesse sentido se for feita a pavimentação do acesso, deverá ser integrada com ações de gestão territorial, melhoria de saneamento básico e outras infraestruturas da sede municipal e aparelhamento da polícia ambiental (a demanda de fiscalização tende a aumentar com a melhoria do acesso). Outra questão comentada é a dificuldade dos agricultores de escoamento de sua produção para atingir o mercado.
- Antonina: Sueli comenta que um dos grandes problemas desse município é o saneamento básico.
- Unidades de Conservação: a gestão das UCs estaduais é muito precária, pois falta funcionários, equipamentos e condições de trabalho. Apesar de se prever o uso público em muitas UCs, mas as condições de gestão não permitem a utilização dessas áreas. Cita o exemplo do Parque Estadual do Rio da Onça, que possui uma grande concentração de bromélias e tem estrutura física para explorar esse

potencial turístico, mas não possui mecanismos de divulgação nem pessoal qualificado para guia e monitoramento das visitas.

- Porto de Pontal do Paraná: faz um alerta à questão do complexo portuário atingir uma área indígena.

III. Reunião com a secretaria de estado do meio ambiente - SEMA

Local: SEMA/PR

Data: 07/03/2018

Horário: 11:30

Participantes: Paulo Roberto Castella (Membro do Conselho LAGAMAR)

Participantes do Consórcio: Mauricio Maas

Memória:

Castela explica que o Conselho foi criado em 2006 por uma iniciativa conjunta do ICMBio, IBAMA e órgãos ambientais estaduais de São Paulo e Paraná. O Conselho contava com cerca de 70 membros, o que muitas vezes dificultava a gestão. Posteriormente houve uma reformulação, mas desde então está paralisado por falta de recursos. No início, havia uma contribuição financeira da GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit), mas cessou recentemente.

Em 2015 se iniciou um trabalho com as comunidades tradicionais que vivem nas UCs da região, concebendo um plano de trabalho para o projeto com a participação desse público. Com a desmobilização do Conselho, esse projeto foi paralisado.

Também destaca um trabalho pioneiro de zoneamento marinho feito no âmbito do LAGAMAR no Paraná.

IV. Reunião com a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS

Local: sede da SPVS, Rua Victório Viezzer, 651 - Mercês, Curitiba - PR

Data: 07/03/2018

Horário: 13:30

Participantes: Ricardo Borges, Natasha Choinski, Liz Buck Silva

Participantes do Consórcio: Mauricio Maas

Memória:

A SPVS atua no litoral norte do Paraná a algumas décadas, em ações de conservação da Mata Atlântica. No início da década de 1990, elabora, em convênio com o IBAMA, o Plano Integrado de Conservação para a Região de Guaraqueçaba.

Ricardo e Liz explicam que a atuação da SPVS vem mudando nos últimos anos, sendo que no início o foco era exclusivamente voltado para a conservação ambiental, e hoje se busca aliar a conservação com soluções alternativas de desenvolvimento socioeconômico das comunidades da Mata Atlântica. A ideia é promover negócios a partir da biodiversidade, empreendedorismo de uma nova economia.

A SPVS possui três reservas (RPPNs) em Antonina e Guaraqueçaba, somando cerca de 18.600 ha. Começou como um projeto de captura de carbono, que não vingou, pois exigia alto nível de manejo. As reservas chegaram a empregar 70 pessoas, hoje são cerca de 25 funcionários.

A SPVS, entendendo que o ICMS ecológico é uma forma interessante de tornar a conservação ambiental sustentável, vem fazendo ações junto às prefeituras e câmaras de vereadores para que seja valorizado; contam que, no caso de Antonina, o ICMS ecológico recebido pelo município é de montante superior ao arrecadado com a atividade portuária; em Guaraqueçaba chega a 50% da arrecadação municipal. Apontam que o ICMS ecológico não é reinvestido em ações de conservação ambiental; nesse sentido, a SPVS tem disseminado a ideia de que o investimento na conservação

ambiental pode melhorar o score do município, refletindo no montante arrecadado com o ICMS ecológico. A criação de novas RPPNs poderia ser incentivada nessa perspectiva. Destacam que a maior resistência não está no poder executivo, mas no legislativo.

Contam de um projeto de Escola da Conservação da Natureza, numa parceria entre SPVS e Fundação Boticário: dar alternativas e capacitar as comunidades para conservação aliada ao desenvolvimento sustentável.

Um ponto fraco no cenário atual é a deficiência na fiscalização ambiental. Possibilidades de manejo sustentável de espécies nativas, como o Palmito Jussara, são dificultadas pela falta de estrutura fiscalizatória das UCs. Apesar disso, a SPVS entende que há grande potencial econômico no uso sustentável de espécies endêmicas, citando o trabalho que vem sendo realizado pelo Ministério do Meio – Plantas para o Futuro (http://www.mma.gov.br/biodiversidade/conservacao-e-promocao-do-uso-da-diversidade-genetica/plantas-para-o-futuro).

Os técnicos da SPVS ainda apontam que já houve vários projetos com as comunidades da região, por exemplo, ligados ao associativismo no sentido de melhorar a produção e comercialização. No entanto, há muitas dificuldades de implantação e dos empreendimentos se sustentarem.

Cabe ressaltar que a SPVS assinou recentemente um termo de cooperação técnica com a prefeitura de Antonina.

V. Reunião com o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e do Artesanato do Território do Litoral Paranaense – Cordrap

Local: Núcleo Regional de Educação - Rua Baronesa do Serro Azul, 1027 - João Gualberto, Paranaguá

Data: 08/03/2018

Horário: 14:00

Participantes: conselheiros regionais (ver lista em anexo)

Participantes do Consórcio: Taco Roorda, Mauricio Maas, Heverson Bayer

Memória:

Após as pautas iniciais concernentes ao Cordrap, a equipe do Consórcio é convidada pela mesa a se apresentar e expor o Plano de Trabalho do PDS Litoral.

O coordenador Taco Roorda apresenta os objetivos do plano, as empresas componentes do consórcio, os agentes participantes, os eventos e mecanismos de participação e o cronograma de atividades.

Os conselheiros questionam sobre o processo de contratação e sobre a continuidade na implementação do plano, considerando a mudança de governo ao final do ano.

Taco descreve brevemente o processo de concorrência pública que resultou na contratação do consórcio. Em seguida explica que, apesar de não haver garantias de implementação do plano pelo próximo governo, o PDS Litoral se configura como uma política pública do estado e, nesse sentido, ultrapassa a dimensão de governo. O financiamento pelo Banco Mundial pode ser um fator positivo na viabilização da implantação das ações. Mauricio complementa mencionando o envolvimento de técnicos das várias secretarias de estado que compões a ETI, que podem ser um apoio para a continuidade do PDS Litoral na transição do governo.

Os conselheiros sugerem que o Plano deve prever ações de fortalecimento do associativismo e cooperatismo. Citam o problema da falta de capacitação em gestão, pois várias cooperativas e associações são impedidas de obter financiamentos e

assinatura de convênios com as prefeituras por não terem certidões e documentação em dia.

Outra questão levantada que dificulta o acesso a financiamentos é o problema da regularidade da terra, pois há muitas propriedades rurais irregulares.

Um dos técnicos da Emater lembra que houve um planejamento feito pelo Cordrap em 2014, que contemplava coleta de lixo rural, patrulha rural, saneamento básico (alternativas para tratamento de esgoto em áreas de baixa densidade populacional), projetos de compostagem, etc.

A reunião é finalizada com a proposta de realização de uma assembleia no dia 10 de maio.

Lista de Presença

LISTA DE PRESENÇA A REUNIÃO DA EXECUTIVA DO CORDRAP , REALIZADA EM 08/03/2018, AS 13:30 HORAS

NOME	MUNICÍPIO	ENTIDADE/CATEGORIA	ASSINATURA
Haroldo F. de Carvalho	Morretes	Emater	
Guilma Essen	Pauá	AGRICULTURA	Guilma Essen
Antonio Carlos Gerva	Pauá	EMATER	
Aintan Tomazi	Morretes	Prefeitura	
CLARIVAL LUIZ BRÜDA	MORRETES	CMDR	
TACO ROORDA	CURITIBA	CONSORCIO	
MAURICIO A. MAAS	CURITIBA	CONSORCIO	
Heerson Bayer	Curitiba	Consorcio	
Aguinaldo Ramos Forbeci	Morretes	Sind. Rural Morretes	
Alexys A. Evangelista	Pauá	NRE	
Magdalena A. S. Cadamo	Pauá	NRE	
Felipe Ribeiro	Cristomina	ADEMADAN	
SATOSHI OSMAR NONAKA	Paranaguá	EMATER	
Udo Lobo Lino	Pontal	prefeitura	Seg. (41) 9 9183569
Charles F. Marques Peixoto	Pontal do Paraná	EMATER	
SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR	MORRETES	CAMARA VEREADORES	(41) 9 8844-1338
ELIANDO JOSÉ O. GALVÃO	ANTONINA	SEMAGR	98449-6735
Claudemar R Almeida	Antonina	Semagr	98522-3183
SERGIO MACHADO	MATINHOS	EMATER	
Rodrigo Aguiar da Silva	Guaratuba	Emater	Rodrigo Aguiar da Silva

LISTA DE PRESENÇA A REUNIÃO DA EXECUTIVA DO CORDRAP , REALIZADA EM 08/03/2018, AS 13:30 HORAS

NOME	MUNICÍPIO	ENTIDADE/CATEGORIA	ASSINATURA
Luis Fernando Parra Martin	Antonina	Emater	
GABRIEL FUZIKOWSKI	ANTONINA	ASPRAN	Gabriel
Antonio Carlos Lobo	Antonina	CMDR	
Sérgio Maria de Araújo	GUARAQUEÇABA	Prefeitura	
Paulo Roberto Chaves	Paranaguá	Seab	(41) 9845229111

VI. Reunião com a Coordenadoria da Bacia Litorânea do Ministério Público do Paraná

Local: Ministério Público do Paraná - Paranaguá

Data: 08/03/2018

Horário: 17:00

Participantes: Dra. Priscila Cavalcante – MP; Dra. Juliana Weber – MP; Caio Pamplona – ICMBio; Juliano Dobis – Mar Brasil; Raphael Rolim de Moura – Secretário de Meio Ambiente de Paranaguá; Sergio de Freitas – Prefeitura de Guaraqueçaba; Dailey Fischer – Observatório Costeiro (por Skype)

Participantes do Consórcio: Taco Roorda, Mauricio Maas, Heverson Bayer.

Memória:

A reunião foi aberta pela Promotora Priscila, que explica a convocação pelo Ministério Público para esclarecimentos sobre o processo participativo do PDS Litoral e sobre o processo de escuta das comunidades tradicionais e dos povos indígenas.

Taco inicia sua fala dizendo que estivemos na prefeitura de Paranaguá na parte da manhã, e que foi uma reunião muito produtiva, para a organização da oficina pública de Paranaguá, que deverá acontecer em breve. O Secretário Raphael perguntou com quem foi a reunião, e Taco responde que foi com a equipe da Secretaria de Urbanismo e com uma representante da comissão de revisão do Plano Diretor.

O Secretário Raphael se desculpa pela necessidade de se ausentar e se retira da reunião.

Taco explica em linhas gerais como funcionará o processo participativo: na primeira etapa haverá uma oficina pública por município, com ampla divulgação, chamando toda a população, pois um dos objetivos será a constituição de uma Equipe de Acompanhamento Municipal. Em seguida serão feitas Audiências Públicas ainda na etapa do Plano de Trabalho, mas já agrupando em sub-regiões. As oficinas das etapas seguintes – contextualização, proposição de cenários, plano de ação – serão

direcionadas para as equipes de acompanhamento formadas na primeira etapa e para os atores com atuação regional.

Dra. Priscila aponta a necessidade de se ouvir todas as comunidades do litoral, e menciona que o MP está sistematizando uma lista dessas comunidades, a partir de informações enviadas pelas prefeituras e órgãos da região. Ressalta que há comunidades indígenas na região e pergunta como será a metodologia para ouvi-los. Fala também de uma comunidade Quilombola, e do Instituto Palmares, que pode ser importante nesse processo.

Taco explica que o processo de escuta das comunidades ainda não começou e, portanto, essa metodologia ainda está sendo concebida pelos consultores responsáveis – Barbara Bravo e Pedro Strozemberg.

Dra. Juliana e Dra. Priscila expressam sua preocupação em se ter uma escuta inclusiva, dizendo que nas reuniões algumas pessoas falam muito e outras ficam inibidas em falar. Perguntam se há uma metodologia para equanimizar a escuta.

Taco responde que existem métodos que serão utilizados para se conseguir uma escuta com qualidade.

Sergio de Freitas aponta que a escuta das comunidades pode ser feita em grupos, que em Guaraqueçaba poderia se reunir lideranças de várias comunidades em uma localidade mais central.

Alguns integrantes da reunião trazem à tona as discussões que estão acontecendo em torno do TAC da Petrobrás. Dra Juliana explica como o recurso poderá ser utilizado, ressaltando que existem regras para tanto.

Dra. Priscila externa a preocupação de que o PDS Litoral dê muita ênfase às questões urbanas e industriais, deixando em segundo plano as questões ambientais.

Os participantes mencionam o caso do ZEE, em que o diagnóstico não é condizente com o prognóstico, que há conflitos entre áreas de conservação e de uso urbano.

Cogita-se que o ideal seria segurar os licenciamentos ambientais no litoral, até que o PDS Litoral esteja pronto, já que a partir dele pode se avaliar melhor onde as industrias poderão se instalar.

Taco explica que a ideia do plano é buscar formas alternativas de desenvolvimento, baseadas no diálogo, e que conciliem desenvolvimento com conservação ambiental.

Dra. Priscila mostra preocupação com a compreensão de um Plano complexo pelas comunidades tradicionais. Cogita a necessidade de um tradutor para conversar com as comunidades indígenas.

Sobre a divulgação, Dra. Juliana e Dra. Priscila sugerem a utilização de redes sociais, como o facebook. Taco explica que esses instrumentos estão previstos para a divulgação dos eventos participativos. Dra. Priscila também menciona a participação do Pacto Global da ONU.

Dra. Juliana diz que há uma interpretação equivocada da atuação do Ministério Público: o MP não é contra o desenvolvimento, mas ele tem que acontecer de forma responsável, minimizando os impactos negativos no meio ambiente, e seguindo a normas estabelecidas. Comenta que o litoral é visto como um lugar de 'se retirar, mas não de receber'. O que se pede é que, ao se retirar, deixe algo em troca.

Em torno de 18:30 a reunião se encerra.

VII. Reunião com a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos - SEJU

Local: Palácio das Araucárias – Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - Curitiba

Data: 09/03/2018

Horário: 10:00

Participantes: Regina Bley (Diretora do Depto. de Direitos Humanos e Cidadania); Fátima Yokohama (Diretora adjunta do Depto. de Direitos Humanos e Cidadania)

Participantes do Consórcio: Mauricio Maas

Memória:

A reunião foi solicitada pelo consórcio para que algumas questões levantadas na plenária geral do PDS ocorrida no dia 30/01.

Inicialmente, Regina e Fátima solicitaram uma breve explanação sobre o andamento do PDS Litoral e a programação das atividades.

Mauricio expõe brevemente o cronograma e ressalta a importância do contato com a Seju para preparação das atividades de escuta das comunidades tradicionais e povos indígenas do litoral, previstos no escopo do trabalho.

Fátima explica o funcionamento do Conselho Estadual de Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas, mencionando uma reunião importante que acontecerá em junho, quando a equipe poderá apresentar o PDS Litoral aos conselheiros. Comenta que as lideranças que compõe o Conselho são muito ativas, mas tem dificuldade de deslocamento para participação de reuniões, e que isso também poderá acontecer no litoral. Das lideranças que compõe o Conselho, 4 são do litoral (entre titulares e suplentes), enquadrando-se nas categorias pescadores e caiçaras.

Uma dessas lideranças faz parte do Mopear (Movimento dos pescadores do litoral norte do Paraná). Fátima comenta que esse movimento é bastante ativo e luta pela resolução das necessidades básicas das comunidades que representa.

Regina e Fátima fazem mais algumas considerações sobre a realidade dessas comunidades:

- O Plano deve levar em conta as demandas reais das comunidades que, em muitos casos, são necessidades básicas, citando como exemplo o caso dos pescadores, que vivem em localidades sem energia elétrica impedindo o armazenamento do pescado.
- A situação dos serviços de educação voltado para as comunidades tradicionais é bastante precária, especialmente pela falta de estrutura de apoio aos professores; contam que vão até as localidades de barco e dormem nas casas dos pescadores.
- Por fim, comentam que o ITCG possui um mapeamento das comunidades tradicionais do estado, incluindo a região do litoral.

VIII. Reunião entre moradores da Ilha do Mel e ONGs, para a qual o PDS-Litoral foi chamado como convidado

Local: Encantadas – Ilha do Mel

Data: 14/03/2018

Horário: 19:30

Participantes: Darley Fischer (OC2), Claudia Guadagnin (Observatório de Justiça e Conservação), Aristides Athayde (Observatório de Justiça e Conservação), Daniela Borges (Observatório de Justiça e Conservação), Juliano Dobis (Mar Brasil), Moradores e entidades da Ilha do Mel (ver lista em anexo)

Participantes do Consórcio: Mauricio Maas

Memória:

A reunião foi organizada por ONGs e moradores da Ilha do Mel para discutir a implantação da Faixa de Infraestrutura e do Porto em Pontal do Paraná. O PDS Litoral

foi convidado a participar. Tal participação se deu no sentido de expor aos participantes, de forma sucinta, o Plano de Trabalho do PDS.

A reunião se iniciou com uma breve apresentação e, em seguida, o vice-presidente do Observatório de Justiça e Conservação tomou a palavra, trazendo a discussão da conservação ambiental, especificamente da Ilha do Mel. Aponta as consequências da construção da faixa de infraestrutura e do porto para Pontal do Paraná e Ilha do Mel, destacando-se:

- Há outras alternativas de desenvolvimento, que não a do projeto da faixa de infraestrutura e do porto, que não tem um impacto ambiental tão grande, que resulta no desmatamento de área equivalente a 650 campos de futebol.
- Diz que o Observatório está em contato com o CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo e IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil; de acordo com técnicos da área, a estrada (parte da faixa de infraestrutura) não "ajuda" o comércio, por ser uma via rápida para escoamento de carga; para Pontal, seria mais interessante urbanizar e duplicar a rodovia atual.
- A Ilha do Mel é carente de infraestrutura, como esgoto a céu aberto, e nesse sentido, questiona o que a Ilha vai ganhar com a construção do porto e da estrada. O recurso público a ser investido na estrada poderia ser usado para melhorar a infraestrutura, a educação e os serviços da Ilha do Mel.
- O Porto vai gerar poucos empregos para a população nativa de Pontal, pois a maior parte dos futuros postos de trabalho serão ocupados por pessoas de fora. Há uma migração de pessoas que vem na esperança de conseguir emprego, mas que não irá se concretizar; essas pessoas ficarão em Pontal, mas desempregadas, ou com sub-emprego, e o município terá que arcar com esse custo social.
- Futuramente, considerando que o projeto do porto for adiante, a Ilha do Mel vai ser associada ao porto, não mais à natureza, como é hoje. Isso vai ter grande impacto na Ilha do Mel como destino turístico.

- Apesar do calado profundo, haverá necessidade de mais dragagens, tendo um grande impacto nos ecossistemas marinhos; o local onde será o cais tem um calado de três metros, vai exigir dragagem.

Na segunda parte da reunião, Darley Fischer, do Observatório Costeiro, descreve a instituição a qual representa, salientando que é formada por pessoas que pensam e estudam o litoral, fazendo controle sobre a ação do estado sobre a região. Destaca em sua apresentação:

- Será construída a rodovia da faixa de infraestrutura, mas não foi pensada a duplicação da PR-407, que a interliga à BR 277, o que pode causar estrangulamento de tráfego.
- Aponta o PDS Litoral como ator que pode responder os questionamentos da comunidade, como contratado pelo estado para pensar o desenvolvimento sustentável do litoral.
- O Plano Diretor de Pontal do Paraná está judicializado por ter muitos problemas, pelo processo não ser sido suficientemente participativo. O que acontece em Pontal afeta diretamente a Ilha do Mel, e por isso deveriam ser consultados na elaboração do PD.
- Fala da falta de participação no ZEE-Litoral.
- Mostra as zonas voltadas para ocupação antrópica-industrial na região pensada para o futuro Porto em Pontal do Paraná.
- Aponta problemas no EIA-RIMA da Faixa de infraestrutura, como a não consideração das cinco modalidades de infraestrutura da faixa.
- Levanta a questão da comunidade do Maciel, que será extremamente impactada pelo empreendimento. Questiona a forma como o Plano Diretor foi apresentado para essa comunidade, enfatizando que deveriam ter uma participação maior, pois se tornariam uma área urbana.

Na terceira parte da reunião, Mauricio Maas apresenta sucintamente o Plano de Trabalho do PDS-Litoral, dando ênfase para as fases do projeto e o processo participativo.

Durante o debate, os moradores e entidades da Ilha do Mel levantam algumas questões, destacando-se:

- A Ilha do Mel mítica, apontada pelo Aristides, não existe mais. Deve-se pensar em soluções concretas para o que a Ilha vive hoje;
- As ações pensadas para a Ilha do Mel devem ter um teor mais educativo, pois as próprias comunidades estão causando muito impacto ambiental na Ilha.
- A ilha vive do turismo, 99,9% vive do turismo, mas as comunidades estão sendo colocadas silenciosamente à margem desse processo;
- Alguns integrantes da comunidade têm foco voltado para as compensações que os empreendimentos podem gerar: o pessoal do porto tem vindo escutar as comunidades e apresenta-se a possibilidade de construção de escolas, etc. Demanda-se das ONGs auxílio técnico para pensar que compensações poderiam ser exigidas.
- Demanda-se das ONGs projetos concretos das alternativas aos empreendimentos tradicionais
- A comunidade pode e deve exigir a participação no planejamento dos empreendimentos, recusar os projetos prontos.
- Os Projetos de ONGs não têm continuidade.
- Não tem interesse do governo do estado em trazer investimentos para os projetos que já existem na Ilha.
- Pela lógica do estado, foi plantada uma ideia de que nós (comunidades) não podemos construir a nossa cidadania.
- A Ilha tem necessidades básicas como segurança e saneamento.

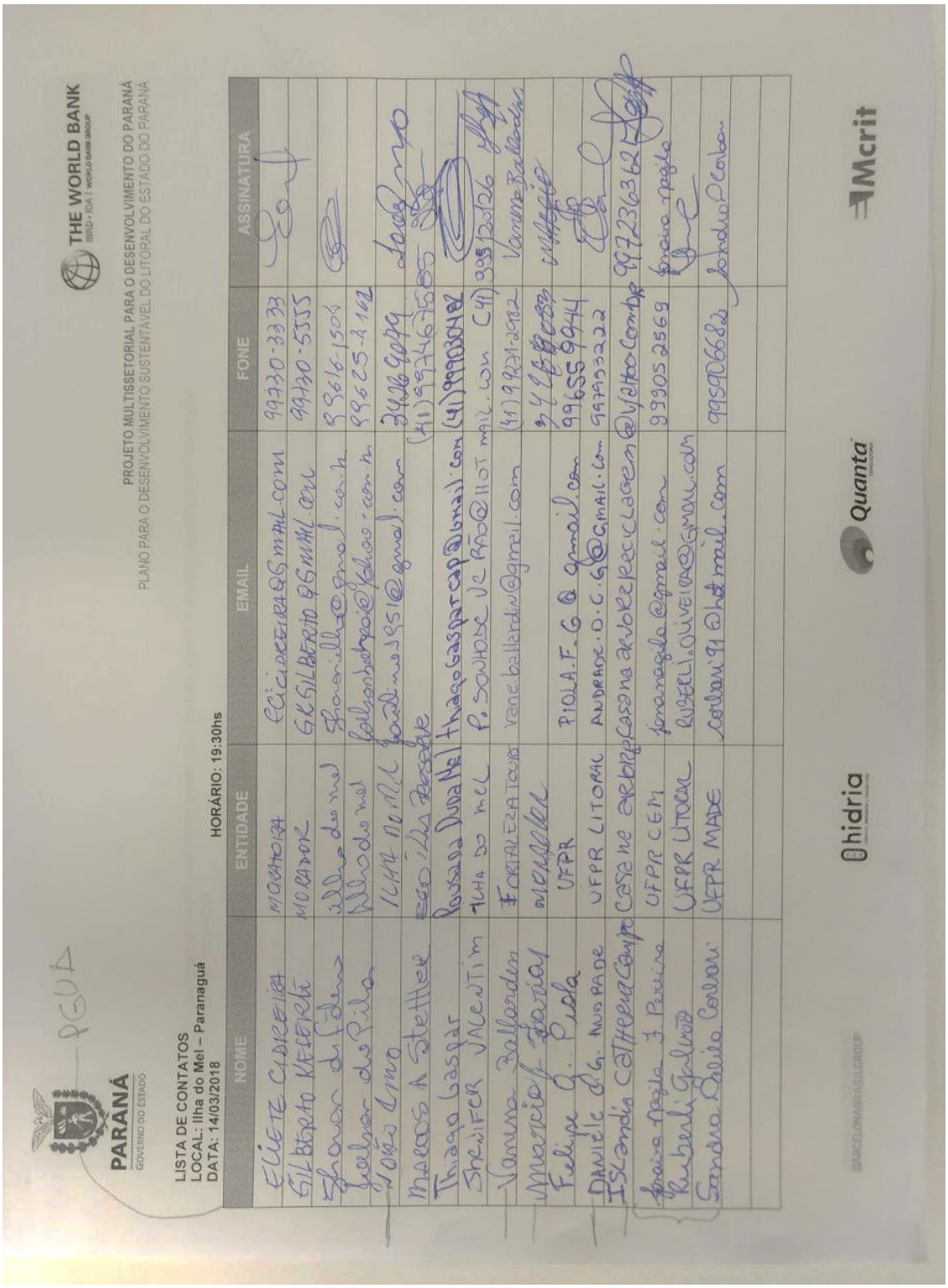
- Foi apresentada a ideia de criar um Instituto Ilha do Mel, formado pelas comunidades, para que fosse pensada alternativas de educação, recepção dos turistas, fossas sépticas, manejo com o lixo etc.
- Tem gente demais vindo para a Ilha, não tem condições de receber toda essa gente da forma que deveria.
- Conselho da Ilha do Mel foi criada pelo estado, mas o nosso Conselho Gestor é só consultivo, não é deliberativo. Não tem porque participar. Apresentam como exemplo de boa prática a gestão participativa da APA Marinha do Litoral Norte de São Paulo.
- Foi discutido a questão da comunidade do Maciel, e como estão sendo pressionados pelo empreendimento do porto.

Fotos:

Link para o vídeo da reunião:

https://www.facebook.com/justicaeco/videos/1814121038608142/

Lista de contatos:



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

THE WORLD BANK
IBRD • IDA | WORLD BANK GROUP

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ
PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ

LISTA DE CONTATOS
LOCAL: Ilha do Mel – Paranaguá
DATA: 14/03/2018

HORÁRIO: 19:30hs

NOME	ENTIDADE	EMAIL	FONE	ASSINATURA
ELIETE CADEREIRA	MORRETES	eliadereira@gmail.com	99730-3333	
GILBERTO KELLERT	MORRETES	GKGILBERTO@GMAIL.COM	99730-5555	
Sharon da Silva	Ilha do mel	sharonilha@gmail.com	8816-1504	
Gelmar da Silva	Ilha do mel	gelmarsabrina@yahoo.com.br	99625-4142	
João Lino	ILHA DO MEL	joaolinoms95@gmail.com	3426 9079	
Marcos A Stettler	Ecoilha Resgate		(41) 99746 7585	
Thiago Gaspar	Pousada Duna Mel	thiagogaspar cp@hotmail.com	(41) 99103 0482	
Jennifer Valentim	Ilha do mel	P. SANTOS DE RÃO@HOTMAIL.COM	(41) 9995 1205	
Vanessa Ballardin	Fortaleza Tours	veneballardin@gmail.com	(41) 9821-2932	
Maurício F. Garcia	Menegheler		[illegible]	
Felipe J. Piola	UFPR	PIOLA.F.G@gmail.com	99655 9944	
Daniele G. Andrade	UFPR LITORAL	ANDRADE.D.G@GMAIL.COM	99733222	
Islandia Cathrein Campos	Casa na Árvore	casanarvorerecreacao@yahoo.com.br	99723 6362	
Maria Paula J. Pereira	UFPR CEM	jimanagila@gmail.com	99905 2569	
Rubens Galvão	UFPR LITORAL	RUBENS.OLIVEIRA@GMAIL.COM		
Simone Maria Corbari	UFPR MADE	corbari91@hotmail.com	99590 6682	

BARCELONABRASILGROUP hidria Quanta Mcrit

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

THE WORLD BANK
IBRD • IDA | WORLD BANK GROUP

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ
PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ

REUNIÃO: Apresentação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral para Prefeitura Municipal de Paranaguá
LOCAL: Prefeitura Municipal de Paranaguá
DATA: 08/03/2018 HORÁRIO: 10:00hs

NOME	ENTIDADE	EMAIL	FONE	ASSINATURA
PAULO ARMANINI GODINHO	SEMUR - PMP	PAULO.GODINHO@PARANAGUA.PR.GOV.BR	3240-6040	
Ana Carolina Negoseki	SEMUR - PMP	ana.semur@paranaguá.pr.gov.br	3420.2767	
FELIPE CONSTANTINO	SEMUR - PMP GUA	FELIPE.CONSTANTINO@PARANAGUA.PR.GOV.BR	3420-2767	
MARCIA M. ROCHA NOURES JAMUNK	PMP - SEMUR	MARCIA.SEMHAF@PARANAGUA.PR.GOV.BR	3420-6040	
MAURICIO A. MAAS	CONSORCIO	maas.mauricio@bmml.com	98406-1605	
TOCO RODRIGS	CONSORCIO	toco@cidadeplanos.com.br	99975-1750	

BARCELONABRASILGROUP hidria Quanta Mcrit

ANEXO I – EVENTOS ANTERIORES

REUNIÃO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, ONGs, OBSERVATÓRIO COSTEIRO, UFPR E PROGRAMA DE CIDADES DO PACTO GLOBAL DA ONU

Ata elaborada pelo Ministério Público do Paraná

MPPR		**MEMÓRIA DE REUNIÃO**	08/2018
	Unidade Responsável: Coordenadoria Regional da Bacia Litorânea		

1. Dados Gerais

Tipo de atividade:	Reunião com a SEPL, Consórcio, Programa de Cidades do Pacto Global da ONU, UFPR e OC2
Data/Horário da reunião:	29/01/2018 das 14:00 às 18:00
Local da reunião:	Sede MPPR/CSMP
Procedimento:	PA nº 0046.15.060212-9 - Pacto Global das Nações Unidas

2. Participantes – Lista Anexa

Nome	**Instituição**	**Telefone**	**Email**
Priscila da Mata Cavalcante	MPPR - CRBL		

3. Pauta da Reunião

Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná

4. Memória da Reunião

Tratou-se, em síntese, das seguintes questões:

I. Apresentação do Plano de Desenvolvimento do Litoral do Paraná
1. Apresentação dos presentes.
2. SEPLAN – Fabrício: iniciou a reunião explicando sobre a criação de uma "Secretaria Intersecretarial" para gerir o financiamento do Banco Mundial, com a Secretaria de Planejamento Infraestrutura, Meio Ambiente, Turismo e IPARDES, segundo o Decreto Estadual nº 2647/2011. Dentre os projetos a serem financiados pelo Banco Mundial, com empréstimo da entidade, consta o Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS Litoral. O termo de referência do referido Plano demorou 18 meses para ficar pronto.

Banco Mundial: todo processo de seleção dos projetos passa pelo Banco Mundial. No processo do PDL, participaram 32 empresas e consórcios interessados no processo de licitação internacional, uma das maiores concorrências da história do Banco. *Shortlist*: 06 empresas selecionadas, considerando a experiência em Planos Regionais e Área Costeira, infraestrutura e levantamento socioeconômico.

ASDP: solicitação de proposta com edital e termo de referência. Seis empresas compuseram a *shortlist*, cinco enviaram as propostas, duas foram classificadas e uma das empresas foi escolhida a partir de critérios de pontuação e preço. Das 05 empresas, 03 foram desclassificadas por nota e 02 seguiram em frente. **Critério**: Qualidade 80% e Custo 20%. Dentre as duas, uma delas foi desclassificada, por ter participado no EIA RIMA do Porto de Pontal do Paraná.

Processo de Seleção (SBQC): **(i)** TR: 18 meses; **(ii)** Publicação (SMI); **(iii)** Short List e **(iv)** Solicitação de Proposta.

Projeto Multissetorial do Banco Mundial: nove projetos do Estado do Paraná, nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, defesa civil, agricultura e área técnica. Dois possuem caráter de desenvolvimento regional: Litoral e Norte do Paraná (Londrina e Maringá).

Litoral: área suscetível a **conflitos**. Tratamento de áreas como meio ambiente, infraestrutura, turismo e social.

II. Elaboração do Plano: 01 ano e 05 fases.
1. Consórcio: Mcrit e Hidria (Espanha), Quanta e Barcelona Brasil Group (Brasil).
2. Equipe: Consultores, Assessoria de Comunicação (*releases* de imprensa)
3. Cronograma: reunião com MPPR, reunião plenária com técnicos do governo e reuniões temáticas.
4. Conhecimento de campo: primeira viagem com a equipe técnica do litoral para entender seus desafios.

III. Comentários:
1. UFPR - Prof. Daniel: o desafio é elaborar um plano que atenda aos interesses do Estado e da sociedade e não de grupos e interesses privados. Demonstrou preocupação com a viabilidade de consulta às diferentes comunidades, que merecem uma aproximação esclarecedora e convidativa, mediante oficinas de engajamento, e com "as várias camadas de cuidado" que se tem que ter, por parte dos grupos aliados ao governo e as instâncias que legitimarão o Plano. Apontou a ausência de compreensão do Estado sobre os conflitos do litoral e as diferentes perspectivas do desenvolvimento alternativo em discussão em âmbito internacional, sobretudo ligadas ao turismo e sua cadeia produtiva, sob formas de roteirização e arranjos produtivos locais. O Estado do Paraná foi protagonista na gestão costeira, no início da década de 1980. Há uma lei estadual de 2001 que aponta para a necessidade de um **Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro**. No entanto, na última década, o Estado abandonou esta Lei e a Lei Federal de Gerenciamento Costeiro, por motivos que hoje se tornam mais claros. Pontuou ainda a necessidade de fortalecimento institucional e de revisitar o turismo na região, fortalecendo-o, como gerador de emprego, renda e fortalecimento da auto estima do litoral. Salientou a importância de se considerar os instrumentos do GERCO. O plano precisa se concentrar na qualificação da superestrutura e da gestão, e deixar de repetir o pensamento único da infraestrutura e do desenvolvimento portuário como panaceia. Ademais, o plano deve discutir cenários demográficos/migração em massa, ordenamento territorial e gerenciamento costeiro integrado. Questionou se havia um **cronograma executivo**, que não foi apresentado, e colocou o CEM/UFPR à disposição para contribuir e dialogar com a equipe multidisciplinar.

2. SEPLAN/Programa de Cidades – Patrícia: destacou o engajamento de atores multisetoriais para criação de governança no território. O Pacto Global é composto por 10 Princípios subdivididos em 04 áreas: direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. É um conjunto de princípios norteadores que foram adotados inicialmente, pelo setor privado, mas que, por conta do Programa Cidades, engloba agora governo, sociedade civil e academia, para a construção conjunta de cidades mais justas, sustentáveis e resilientes, incentivando o estabelecimento de projetos multissetoriais inovadores. O Programa pode apoiar o engajamento de atores multissetoriais e, por meio de parcerias, aportar tecnologias que podem ser disponibilizadas ao consórcio para melhor organização da governança na elaboração do PDL. O **Programa de Cidades, da ONU** baseia-se nos Princípios do Pacto Global, e utiliza uma plataforma para engajamento de *stakeholders* e governança, bem como ferramentas disponíveis para avaliação e alavancagem de parcerias estratégicas. Ressaltou a importância de que todas as ações e projetos sejam alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio/Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em relação a objetivos, metas e indicadores cabíveis ao território. Acrescentou ainda a adoção de um sistema de informações georreferenciadas para inclusão de dados do plano, com espacialização. Assim, o Programa de Cidades pode atuar como um parceiro na construção desta ferramenta por meio de parcerias. Tratou sobre o conceito de desenvolvimento que devem ser inclusivo e sustentável. Para alguns, o desenvolvimento é apenas econômico e para outros, importa a **qualidade de vida**. **Todos os atores devem ter o mesmo peso e todos devem ter a sua voz ouvida**.

3. SEPLAN - Fabrício: o consórcio deve ter **neutralidade**. As oficinas serão um canal de comunicação da empresa com a população para trazer este equilíbrio. Umas das exigências do Plano é o estabelecimento do **Plano de Comunicação** e a inclusão do **geoprocessamento** no trabalho. Salientou ainda a utilização de mecanismos de comunicações como um site e a utilização das redes sociais. Existe uma UGP do Banco Mundial no Brasil, na SEPLAN, cujo gestor é Nestor Braganholo.

4. Consórcio - Pedro: existe a previsão de um coordenador, Taco Roorda, arquiteto e urbanista de Curitiba e de uma pessoa que acompanhe os trabalhos de Curitiba e trabalhe com mediação, Pedro. Assim, além do mediador, há previsão de um articulador e três mobilizadores locais. Outro desafio é como *comunicar*, como escutar e como transmitir a mensagem, e, a partir disso, esclarecer para população o real cenário, o que exige um forte trabalho de mediação e o estabelecimento de um processo de comunicação verdadeiro e transparente.

5. OC2 - Clóvis: apontou a *complexidade* e as dificuldades no tratamento de processos de zoneamento e licenciamento ambiental do litoral do Paraná, muitos deles, eivados de ilegalidades. Os processos de licenciamento ambiental vêm sendo conduzidos sem o necessário equilíbrio e sem obediência aos ditames legais. Há uma dicotomia entre o projeto de discussão refinada e qualificada sobre o futuro do litoral e a atual posição do governo de desrespeito ao princípio da legalidade nos processos de zoneamento e licenciamento ambiental. Efetuou algumas críticas à forma como o **COLIT** tem conduzido os processos de zoneamento e licenciamento ambiental, sem qualquer respaldo legal. O Litoral do Paraná é o maior remanescente contínuo de **Mata Atlântica Costeira do Brasil**. No entanto, o Estado não considera o interesse público e sim o interesse setorial privado. Citou como exemplo o Município de Antonina: a região tem forte potencial turístico, como os Parques Nacionais Americanos e Africanos. Há, no local, florestas tropicais conservadas com potencial econômico e turístico. As Unidades de Conservação demandam cerca de 400 empregos diretos que necessitam de investimento, capacitação e contratação, porque **não se investe em turismo relacionado à conservação**. Citou como exemplo, o projeto da ferrovia na Serra do Mar. O Instituto de Engenharia recebeu o diagnóstico com as áreas a serem conservadas e contribuiu com um novo traçado, que possibilitou a criação do Parque Nacional de Guaricana. Esta atuação, mostra que o Observatório de Conservação Costeira está preocupado sim com o **desenvolvimento** da região, mas um desenvolvimento real, para todos, que considere o potencial econômico e turístico da conservação da natureza e os aspectos culturais locais, bem como a participação de todos indistintamente. Pleiteou um **Processo Participativo**: **(i)** que possa acomodar os interesses dos envolvidos e uma solução apaziguadora e **(ii)** trazer elementos técnicos e alternativas reais de melhorias de **qualidade de vida**. Apontou a necessidade de profissionais com experiência na área de conservação da natureza e a bióloga Patrícia (Hidria), da Espanha, apresentou-se como bióloga especializada em áreas protegidas e conectores ecológicos.

6. Consultoria: o trabalho será isento e com foco no cenário local. O grupo possui experiência de trabalho no Plano Metropolitano do Rio de Janeiro e em projetos desenvolvidos em Barcelona.

7. Consórcio - o Coordenador, Taco Roorda: disse que **a parceria com o Programa de Cidades do Pacto Global da ONU não é apenas possível como desejável**. Adicionou ainda a existência no grupo de um especialista em Monitoramento e Avaliação dos projetos.

8. SEPLAN - Fabrício: citou como exemplo o caso da Subsea 07. Disse que a licença da empresa acabou por ser cancelada pelo governo. O **Ministério Público**, contudo, explicou que o IAP concedeu a licença prévia para a Subsea, que posteriormente foi cancelada pelo órgão ambiental, mas ressaltou que o Ministério Público Estadual e Federal ingressaram com ação civil pública contra a empresa, impugnando a regularidade do licenciamento ambiental, demanda ainda em curso na Justiça Federal, pois o imóvel adquirido pela empresa, para instalação do empreendimento, localiza-se na Ilha do Guaraguaçu. No próprio EIA/RIMA, do empreendimento, consta que o local é caracterizada como uma importante **área de conservação**, pois abriga espécies de fauna ameaçados de extinção; está inserido em zona de amortecimento da Estação Ecológica Guaraguaçu e em um importante remanescente de Mata Atlântica, bioma que constitui patrimônio nacional definido pela Constituição Federal. O Ministério Público acrescentou ainda que os mapas do **Zoneamento Ecológico Econômico** (ZEE) demonstram que o imóvel da empresa encontra-se em "**Área Prioritária para Conservação Extremamente Alta**", coberta por

manguezais e próxima a sítios arqueológicos; a proximidade do empreendimento da **Terra Indígena Sambaqui e da Comunidade Tradicional do Maciel**; a inserção da área do imóvel como **Zona de Expansão de UCs de Proteção Integral (ZEPI), no prognóstico e Área Protegida por Legislação Ambiental Específica** (UP 7- Mata Atlântica, Restinga, Manguezais, APAS, Parques e Estações Ecológicas), no diagnóstico. Verifica-se ainda a proximidade do empreendimento e impacto em eventual operação nas **Unidades de Conservação de Proteção Integral**: Floresta Estadual do Palmito, Estação Ecológica do Guaraguaçu, Estação Ecológica da Ilha do Mel, Parque Estadual da Ilha do Mel, Estação Ecológica de Guaraqueçaba (Ilha da Galheta) e nas **Terras Indígenas**: Terra Indígena da Cotinga (Parque Municipal da Cotinga) e Terra Indígena do Sambaqui.

9. OC2 - Dailey: Em Pontal do Paraná, há tempos díspares. O processo de licenciamento destes empreendimentos está bastante adiantado. Até o PDL ficar pronto, pode ser que seja tarde, pela forma com que os processos de zoneamento e licenciamento têm sido conduzidos, no litoral do Paraná. Há um imenso impacto nas Unidades de Conservação e corredores ecológicos. A depender da metodologia, as pessoas em Pontal do Paraná podem "anuir" a ideia de "porto", simplesmente pela falta de informação e por campanhas midiáticas mentirosas que não revelam o real projeto de um empreendimento industrial portuário para atender as demandas do pré-sal, inclusive com previsão parques de tancagem de graneis líquidos e termelétricas. Além disso, a suposta "estrada" nada mais é do que uma rodovia portuária em pista simples, para atender uma das condicionantes que o IBAMA impôs ao Porto de Pontal, que é acesso rodoviário. No então, uma rodovia em pista simples, nem atende ao complexo portuário, muito menos a moradores, veranistas e turistas e as pessoas são enganadas com um marketing falacioso do "desenvolvimento". Há previsão também de construção de uma linha de transmissão para distribuir a energia gerada por uma termelétrica que se pretende construir na região. As pessoas não têm a informação de que existe um sistema de serviços para atender o pré-sal, como termelétrica, siderurgia, empreendimentos portuários e de infraestrutura. Verifica-se a ausência de participação social e de informação fidedigna por parte dos empreendedores e do governo. A participação, assim, é meramente formal e não de fato; não são processos com metodologias que permitam uma participação real e qualificada das pessoas. O Litoral possui basicamente conflitos territoriais, em diferentes faces e setores. Apresentou, também, a estrutura do Observatório de Conservação Costeira.

10. UFPR - Eduardo: **ZEE**: diagnóstico diz que Pontal do Paraná é **prioritária para conservação,** sendo que Paranaguá tem condições de aportar os investimentos portuários e logísticos. No entanto, o prognóstico do ZEE prevê uma ZDD – Zona de Desenvolvimento Diferenciado, para acomodar os empreendimentos industriais e portuários, demonstrando a absoluta contradição entre o diagnóstico (vocação do território) e prognóstico (interesses privados). A Faixa de Infraestrutura é condicionante da licença prévia e de instalação do Porto de Pontal do Paraná. Há interesses muito opostos. Há um grande sacrifício ao desenvolvimento do turismo, das comunidades tradicionais e das unidades de conservação do Litoral do Paraná. O COLIT tem desrespeitado o seu próprio regimento interno para aprovar licenciamentos ambientais de forma irregular. O Plano Diretor de Pontal do Paraná, por exemplo, foi suspenso judicialmente e, posteriormente, aprovado por Decreto Estadual, sem qualquer respeito à legislação federal, estadual e municipal. Existe uma preocupação em que o PDL seja mais um "Plano" e que não se reflita em resultados reais para a população. Destacou o documento do "Mar e Costa" que não foi para frente e a dicotomia entre o diagnóstico e o prognóstico do ZEE. Os cerca de 20 instrumentos de ordenamento territorial que existem para a região litorânea (planos diretores, planos de manejos das unidades de conservação, ZEE, PDZPO, Mar e Costa/GERCO, PLDM, Projeto Orla, Plano de Conservação e Gestão Baia de Guaratuba, Plano de Desenvolvido Integrado do Turismo Sustentável, etc.), trazem mais *conflito* do que aportes ao planejamento territorial e há contradição entre os diversos instrumentos. Este plano pode ser uma oportunidade de integração entre os diversos instrumentos de planejamento territorial. A maior expectativa é integrar os instrumentos, contraditórios entre si, e trazer propostas de integração do território. Pautas de reflexão: **(i)** atividade industrial portuário em Pontal do Paraná e incompatibilidades dos instrumentos de gestão territorial e **(ii)** atividade portuária em Antonina: estuário com baixo calado e elevada distância das áreas de descarte de sedimentos dragados, porto situado em unidade de conservação, e com alto custo em dragagem, pago sobretudo, pelo governo do Paraná. Assim, reflete-se sobre um porto que **não tem viabilidade econômica e ambiental**. Paranaguá atua abaixo da capacidade carga e já está licenciando, junto ao IBAMA, uma enorme ampliação, mostrando-se desnecessário o porto em Antonina e Pontal do Paraná, pois Paranaguá já opera abaixo de sua capacidade e irá ampliá-la. Reflete-

se se o porto em Pontal é realmente para atividade portuária ou para atender interesses imobiliários para posterior venda de imóveis e empresas a grupos econômicos nacionais e internacionais. Concentrando-se os impactos, tem-se maior eficiência logística. Indagou acerca da referência de dados cartográficos e citou como exemplo a elaboração de dados e metadados para a confecção do diagnóstico do Plano de Manejo da APA de Guaraqueçaba, no litoral norte do Estado. Há na UFPR/Geografia uma base de dados de quase trezentas camadas de informações, destacando-se a metodologia de trabalho.

11. OC2 - Rossana: Apontou que o Porto de Antonina possui pista simples, sem estrutura, com escolas e trânsito de crianças. A existência de trabalho infantil no Porto Antonina, com crianças trabalhando com a limpeza de caminhões e catando os farelos que caem dos veículos. Em Pontal do Paraná, haverá impacto no comércio local, além dos problemas logísticos e de acesso. Pontal do Sul é um local de **turismo** e de moradia de alunos e professores universitários e será completamente alterado, com a dinâmica industrial-portuária. Será um imenso impacto com todos os empreendimentos portuários. A questão social tem sido muito pouco explorada nos estudos e planos. São necessários meses de trabalho e conversa com a comunidade para entender seus conflitos e vulnerabilidade. A comunidade tem dificuldade de participar das reuniões, seja por conta do deslocamento, da falta de divulgação e de informações. Registrou que, muitas vezes, há baixa participação da sociedade local.

12. OC2 - Juliano: questionou até onde o PDL teria capacidade de interferir nos processos de licenciamento já em andamento, pois muitos deles podem vir a ser considerados insustentáveis dentro do plano. Assim, o correto seria, primeiro, elaborar o plano e, depois, iniciar os processos de licenciamento ambiental.

13. Consórcio - Judith (Turismo e Planejamento): há uma equipe de acompanhamento para trabalhar com as equipes das ONGs, prefeituras, academia, etc.

14. Consórcio - Oriol (Engenharia): **Técnica de Cenários**: visão mais econômica x ambientalista, em formas extremas. Em cenários prospectivos, deve-se avaliar as diversas possibilidades dos diferentes setores. Apresentação dos cenários em diferentes componentes ambiental, econômico e social. **Islas Baleares**: instalação de um porto. Conflito histórico, com muita discussão associada. Aplicação de ferramentas do ponto de vista quantitativo e qualitativo, na tentativa de elaborar uma visão mais ampla do processo. **Ilha de Menorca**: a ampliação do Porto ocorreu na mesma ilha, mas em outro local, pois a região é **turística**, possui valor cultural, ambiental e paisagístico.

15. Consórcio - Pedro (Mediador): o Plano deve não apenas produzir convergências, mas retratar divergências. Não pode ter grupos privilegiados ou excluídos. Deve lidar com instâncias de governança como o COLIT e outros conselhos locais. Há um calendário forte de participação no território. Conversas individuais e coletivas. O Plano tem caráter participativo no conjunto da sociedade. Deve-se considerar as populações tradicionais, os comerciantes locais, a partir da correta comunicação.

16. Consórcio – Taco Roorda (Coordenador): Explicou que uma metodologia que funcionou muito bem no Plano Metropolitano do Rio de Janeiro foi a realização de engajamento e fóruns de discussão, com a escuta local, no Município, e a realização de oficinas públicas locais, abertas a todos. Um dos desafios é começar a trabalhar uma **consciência regional**. Propôs a realização de oficinas regionais, por exemplo, Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, bem como Antonina, Morretes e Guaraqueçaba. As oficinas participativas possuem calendário bem definido. Depois, há validação com o governo e audiências públicas. **Pode-se construir conjuntamente uma metodologia de interlocução entre o consórcio e o OC2**.

17. Consórcio – Marina (Projetos): o escritório do Coordenador, Taco Roorda é a estrutura regional e existe uma previsão de uma estrutura local, em Paranaguá, para manter o articulador regional e os três mobilizadores locais.

18. Consultoria - Hidria: consultoria biótica, hídrica e patrimônio histórico cultural. Atualmente, encontram-se trabalhando em Planos de Manejo de Unidades de Conservação e Uso Público, no Ceará e elaborando o GERCO de Sergipe.

19. MPPR - Priscila: **(i) Comunicação:** sugeriu a existência de um canal de comunicação entre a SEPLAN, o consórcio, o Ministério Público e o OC2, bem como outros *stakeholders*, com um ponto focal de cada instituição, para otimizar a comunicação, o compartilhamento de informações e documentos, de forma mais eficaz; **(ii) Gerenciamento Costeiro**: ressaltou a importância da utilização dos instrumentos de gerenciamento costeiro, como o ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros, de forma integrada, descentralizada e participativa, considerando a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural e o controle sobre os agentes causadores de poluição ou degradação ambiental que ameacem a sensível qualidade de vida na zona costeira; **(iii) Desumanização**: ocorre, atualmente, no Litoral do Paraná, o fenômeno da desumanização. A palavra desumanização literalmente significa "remover a human-idade". É a crença de que "alguns seres podem *aparentar* humanos, mas abaixo da superfície, onde realmente conta, eles não são realmente humanos".[1] Aqueles considerados "subhumanos" são privados do sistema de direitos morais e obrigações que vinculam a humanidade e não podem usufruir de seus direitos fundamentais[2], como território tradicional, no caso da Comunidade do Maciel e da Terra Indígena do Sambaqui, em Pontal do Paraná. Há diversas formas de se desumanizar um indivíduo ou um povo. Uma delas é expurgá-lo de sua terra ancestral ou mesmo desconsiderá-lo em procedimentos de alteração de zoneamento de seu território. A reformulação do Plano Diretor de Pontal do Paraná e do Zoneamento Ecológico Econômico, da região, desconsiderou a existência de uma comunidade, no mínimo centenária, verdadeiro patrimônio cultural do Estado do Paraná, em seu berço de nascimento, o litoral. Para complementar as violações humanitárias, a Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, em total afronta ao mais básico direito à cidadania, expediu o Decreto nº 5532/2016, que "estabelece condições para a emissão de alvarás de construção e funcionamento, para empreendimentos industriais, comerciais e imobiliários e de prestação de serviços, no interior da Zona Especial Portuária do Município de Pontal do Paraná", e que trata, em síntese, da realocação das famílias, sem o estabelecimento de qualquer tipo de estudo, diagnóstico ou consulta aos interessados. As Leis Complementares Municipais nº 001/2007 e 008/2014 dispõem sobre a instituição do **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Pontal do Paraná**. A *complexidade* do conteúdo do Plano Diretor exige o cumprimento de metodologia adequada de participação popular e transparência das ações, cuja ausência impossibilita a mobilização, capacitação e participação dos cidadãos de forma que estes dominem o conteúdo em debate e possam fazer opções frente ao plano apresentado, cuja comprovação deveria constar no procedimento e nos portais da transparência do Município. Ainda, contudo, que se comprovasse o respeito à consulta popular, a retirada do **Setor Especial do Maciel – Comunidade Tradicional Pesqueira**, do Zoneamento de 2014, cuja área passou a ser considerada parte da **Zona Especial Portuária (ZEP)** demonstra a ausência de consideração, pelo Município de Pontal do Paraná, da existência e do reconhecimento do modo de vida tradicional desta comunidade. Por fim, o **Ministério Público**, como defensor da *ordem jurídica* e dos *direitos humanos*, tem o dever de proteger as comunidades tradicionais, possibilitar o fortalecimento da cidadania e, sobretudo, assegurar que os *seres* das comunidades tradicionais sejam tratados como *humanos*; **(iv) Corrupção**: tratou sobre os conflitos no CEP – Complexo Estuarino de Paranaguá e apontou os principais **litígios** da região, relacionados com irregularidades nos processos de zoneamento e licenciamento ambiental. Argumentou que o meio ambiente é o "verniz" da corrupção, pois, em breve síntese, grandes obras de infraestrutura e portuárias, como rodovias, ferrovias e dragagem, precisam, pela legislação, elaborar EIA RIMA e, muitas vezes, estes processos de licenciamento ambiental são apressados e fraudados. Assim, a licença é concedida de forma irregular pelo órgão ambiental e, na sequência, o governo promove um procedimento licitatório, muitas vezes, com aditivos, que pode gerar superfaturamento e, consequentemente "Caixa 02", evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Citou, como exemplo clássico, o caso da **Hidrelétrica de Belo Monte**, em que houve irregularidades na concessão de licenças ambientais, fraude no procedimento licitatório e os recursos foram utilizados como "Caixa 02" em campanhas eleitorais. Repisou, assim, que o meio ambiente merece uma atenção especial por ser a primeira fase de um esquema de corrupção público-privada (patrimônio público ambiental, patrimônio público financeiro e eleitoral). Ressalvou, contudo, que isso não acontece em todos os empreendimentos, mas que investigações multidisciplinares devem

[1] SMITH, David Livingstone. "Less than human. Why we demean, enslave, and exterminate others." New York: Saint Martin´s Press, 2011, p. 02 a 04.

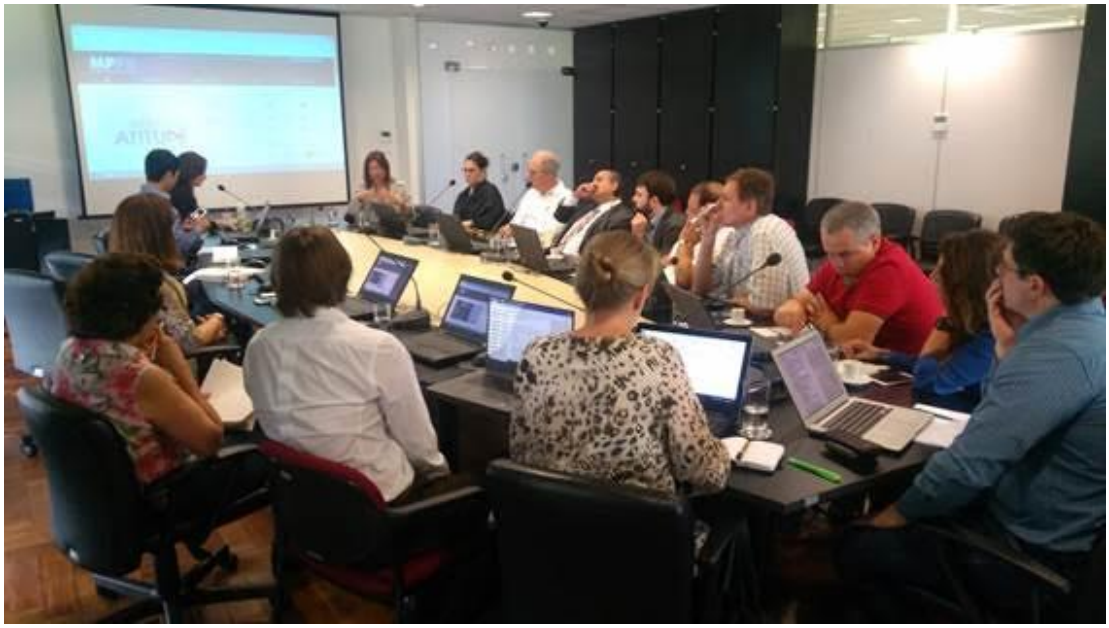
[2] SMITH, David Livingstone. "Less than human. Why we demean, enslave, and exterminate others." New York: Saint Martin´s Press, 2011, p. 13.

ser feitas para prevenir este tipo de esquema criminoso. Destarte, o litoral do Paraná não é um território apenas conflitivo. É um território com sérios casos de **corrupção** e um ambiente que apresenta aspectos de *coronelismo*, o que deve ser considerado na elaboração do PDL.

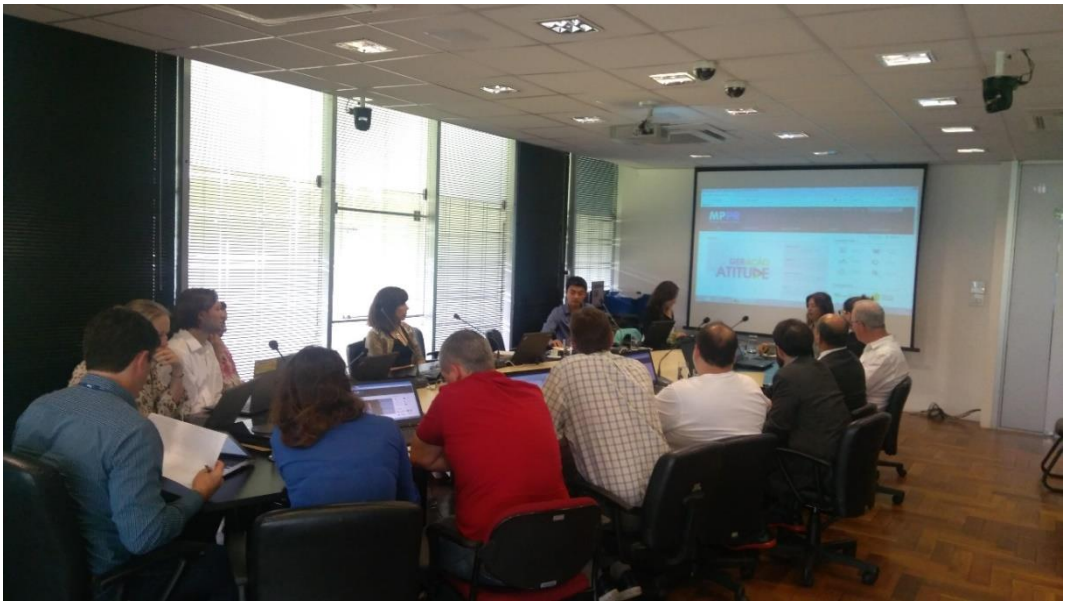
Recomendações do Ministério Público:
1. A utilização das plataformas, ferramentas, tipos de projetos e experiências exitosas do Programa de Cidades do Pacto Global da ONU;
2. O alinhamento explícito com a Agenda ONU 2030 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, desdobrada em objetivos, metas e indicadores cabíveis ao território;
3. A adoção de um sistema de informações georreferenciadas/geográficas (SIG) para inclusão de todos os dados e mapas gerados pelo PDL, com a consequente espacialização e com camadas (layers) que podem ser cruzados para gerar dados e relatórios, disponíveis em formato shapefile/kmz e pdf;
4. A adoção de modelo de *Smart Cities* nos municípios mais impactados pela atividade portuária, por conta do tráfego pesado de veículos (Paranaguá, Antonina e Morretes), com o apoio do Programa Cidades, pois tem, inclusive, um projeto inovador de referência sendo implementado na Índia;
5. A observância às recomendações do WUF9 - World Urban Fórum do UN Habitat, realizado em fevereiro de 2018, em Kuala Lumpur, Malásia, que, em síntese, indica a convergência de agendas e ações globais, inclusive do Banco Mundial, no sentido de empoderar governos e comunidades locais, reforçando que os projetos e as parcerias multissetoriais são o caminho ideal, e que a inclusão é a tônica em todos os sentidos;
4. A utilização da matriz legislativa internacional e nacional protetiva do Litoral Paranaense, tendo em vista que se insere na Reserva da Biosfera – Mata Atlântica da ONU; possui duas áreas que são Sítio Ramsar (ESEC Guaraqueçaba e APA de Guaratuba); é área prioritária para a conservação com importância biológica extremamente alta, segundo o Ministério do Meio Ambiente e integra o Mosaico Lagamar, do ICMBio; bem como a consideração das Leis nº 5040/1989 e 2722/1984;
5. A utilização da matriz legislativa do gerenciamento costeiro: Constituição Federal de 1988: Zona Costeira como Patrimônio Nacional (art. 225,§ 4º); Decreto Presidencial 1980 - Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM); Lei n.º 6.938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA); Lei n.º 7661/88 - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC); PNGC I - Resolução CIRME n.º 01/1990; PNGC II - Resolução CIRME n.º 05/1997; Plano de Ação Federal para Zona Costeira (PAF-ZC I, II e III) - Resolução CIRME n.º 05/1998; Decreto n.º 5300/04 - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; Decreto n.º 5377/05 - Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM); Planos Setoriais para os Recursos do Mar (PSRM) – 2012/2015; Lei n.º 13.164/2001 – Zona Costeira do Estado do Paraná; Resolução SEMA nº 014/99 - Câmara de Assessoramento Técnico ao Conselho do Litoral para o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; Resolução SEMA nº 01/01: Câmara de Assessoramento Técnico ao Conselho do Litoral para o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, com a finalidade exclusiva de promover estudos para a elaboração do Zoneamento Econômico - Ecológico Marinho do Estado do Paraná; Resolução Sema nº 49/08 - Comissão Técnica do Gerenciamento Costeiro;
6. A utilização da matriz legislativa referente às mudanças climáticas: Protocolo de Quioto; Decreto n° 6.263/07 - Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima – CIM; Lei nº 12.187/2009 e Decreto nº 7.390/10 - Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e Planos Setoriais; Planos Setoriais: • Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima –PSTM; • Plano Setorial da Saúde para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima; Portaria nº 150 - Plano Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA); Lei Estadual nº 17133/2012 - Lei Estadual de Mudanças Climáticas;
7. A análise e consideração de todos os instrumentos de gestão territorial do litoral do Paraná, apontando-se suas contradições e buscado-se formas de compatibilizá-los e integrá-los, inclusive, por intermédio de ferramentas de geoprocessamento (Planos Diretores Municipais; PDZPO; Planos de Manejo das Unidades de Conservação; Plano da Bacia Hidrográfica; Plano de Recursos Hídricos, Resíduos Sólidos e Saneamento Básico - Federal, Estadual e Municipal; PLDM – Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura; Projeto Orla; Planos Municipais da Mata Atlântica; Planos Municipais de Arborização Urbana; Macrozoneamento do Litoral (Decreto nº 5040/1989); ZEE-Diagnóstico; Poligonal Portuária (Decreto S/ Número de 2016); Demarcação das Terras Indígenas da Cotinga, Sambaqui e Cerco Grande, etc; Mapas de comunidades tradicionais;
8. A análise e consideração do complexo de matrizes legais e avaliação dos conflitos que afetam o território, considerando os impactos sinérgicos e a fragilidade ambiental, avaliando-se não apenas os projetos em si e

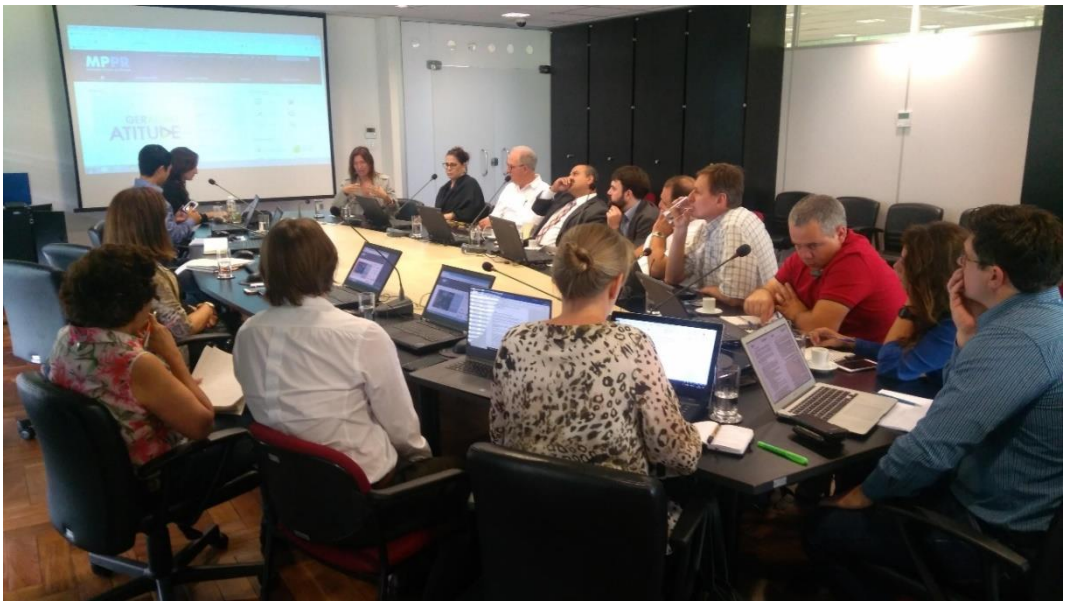
isoladamente (empreendimento), mas todos os projetos existentes e previstos em seu contexto territorial, por intermédio de uma avaliação ambiental e territorial integrada, sinérgica e sistêmica;
9. A análise, consideração e oitiva de todas as *comunidades pesqueiras*, do Litoral do Paraná;3
10. A análise e consideração dos processos judiciais cíveis e criminais, relativos às questões fundiárias, licenciamento ambiental, zoneamento, improbidade e crimes ambientais no Litoral do Paraná;
11. A análise e consideração do Protocolo nº 1135/2015-DAP, da Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre a Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP);
12. A análise e consideração dos processos do Tribunal de Contas, referentes aos itens 10 e 11, inclusive, dentre outros, os Processos nº 9891442/2017, 91159/2009 e 533656/2011.

Priscila da Mata Cavalcante
Promotora de Justiça
Coordenadora Regional da Bacia Litorânea



[3] **Paranaguá**: Alexandra; Amparo; Beira Rio; Costeira; Emboguaçu; Estradinha; Eufrasina; Europinha; Ilha do Amparo; Ilha da Eufrasina; Ilha Eufrasina; Ilha do Mel; Ilha do Mel – Encantadas; Ilha do Mel – Nova Brasília; Ilha do Mel - Ponta Oeste; Ilha São Miguel; Ilha do Teixeira; Ilha dos Valadares; Imbocuí; Itiberê; Jardim Araçá; Jardim Emboguaçu; Jardim Iguaçu; Jardim Santa Helena; Labra; Morro da Cocada; Padre Jackson; Parque São João; Piaçaguera; Santa Rosa; Serraria do Rocha; Porto dos Padres; Rio das Pedras; Santa Helena; São Vicente; Vila Guarani; Vila Itiberê; Vila Paranaguá; Vila Primavera; Vila Santa Helena; Vila Santos Dummont; Vila São Jorge; Vila São Vicente. **Pontal do Paraná**: Maciel, Ponta do Poço/Cachaçal; Barrancos e Guarapari.





PDS_LITORAL

LISTA DE PRESENÇA

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Andrito Cunha	MDPR - ORBC	41 3420560 / 9 98901034	andreanta@yahoo.com.br	
FABRICIO MIYAGIMA	SEPL / CDG	41 3313-6295	fabriciom@sepl.pr.gov.br	
PATRICIA CHEROBIM	SEPL / Programa Litoral	41 3313-6502	patricia.cherobim@sepl.pr.gov.br	
SÔNIA MARIA DOS SANTOS	SEPL	(41) 8816-6815	SONIA.MARIA@SEPL.PR.GOV.BR	
ROSSANA CIMINELLI	OBSERV. CONS. COST.	(41) 99934-0102	ROSSANA.CIMINELLI@GMAIL.COM	
Eduardo Vieira de Souza	UFPR - Geografia	(41) 9996237331	eduardo@ufpr.br	
Daniel Hamburger Fischer	Observatório Costeiro	41 99601-9182	observatorio.costeiro@gmail.com	
Maria Cecília Abreu	CEM - UFPR	41 - 991068.034	cecilia.abreu@ufpr.br	
Juliano Dobis	Observatório Costeiro	(41) 99162-0699	marcelocobbat@gmail.com	
Guilherme Guimarães Andrades	SNUC/OC2	(41) 98116-1115	juliano@apdc.org.br	
Pedro Strozenberg	Consórcio	(41) 3039-4600	dous@apdc.org.br	
Aline Biosca	Consórcio (UNIPAR)	(41) 9969643944	pedrostro@hotmail.com	
NEREO Marcos Junior	Consórcio	(43) 64186340	aliosca@mail.com	
TACO RODRIGUES	CONSÓRCIO	(41) 9968150033	Nereomarcos@gmail.com	
MARINA PASTOS	CONSÓRCIO	(41) 99975-1750	taco@cidadeplanet.com.br	
JUDITH MUNTR	CAN SÃO LUÇO	81 968106777	marina.pastos@quanta.com.br	
EDUARDO MARTINEZ	CONSÓRCIO	(34) 60230142	judith.muntr@mcrit.com	
PATRICIA CASAL	CONSÓRCIO	+34 6872 298 317	eduardo@hidria.es	
			patricia@hidria.es	

RELATORIA DA REUNIÃO PLENÁRIA E REUNIÕES TEMÁTICAS DE 30 E 31 DE JANEIRO DE 2018

Plenária Geral

Plenária Geral

Data: 30/01/18 / 09:00

Local: Secretaria de Planejamento, Sala de Situação, Palácio das Araucárias, 4º andar

Consórcio contratado:

Judith Muntal (Representante do Consórcio de Empresas de Consultoria), Taco Roorda (Coordenação e Macrozoneamento), Maria Fernanda Incote Montanha Teixeira (Assistente de Coordenação e Macrozonamento), Nereo Cardoso (Direito Urbanístico e Ambiental), Cid Blanco (Habitação e Equipamentos Sociais), Pedro Strozemberg (Mediação), Oriol Biosca (Infraestrutura de Transporte e Logística), Marcia Campos (Comunicação), Heverson Bayer (Comunicação), Manoel Figuereido (Projeções Demográficas e Economia), Eduardo Martínez (Recursos Hídricos), Patricia Casal (Meio Ambiente e Turismo), Emanuel Maciel (Saneamento, Resíduos Sólidos e Efluentes), Barbara Bravo de Morais Mendes (Social), Marcelo Zolet (Cartografia e Geoprocessamento), Mauricio Maas (Mediação).

Governo do Estado do Paraná:

Julio Suzuki (IPARDES), Danielle Prim (ITCG), Homero Leite Pereira (SEPL), Jorge Guerra (SEPL), Mauricio Lunardon (SEAB), Marta Yosaie Takahashi (Paraná Projetos), Deise Bezerra (Paraná Turismo), Marilda Zarpelon (Paraná Turismo), Evandro Pinheiro (Paraná Turismo), Katia Pimentel (Paraná Projetos), Patrícia Atherino (Paraná Projetos), Tobias Prando (CDG/SEPL), Sônia Maria dos Santos (SEPL), Gislene Lessa (ITCG), Fabricio Miyagima (SEPL/CDG), Nestor Bragagnolo (SEPL/EDG), Daniel Nojima (IPARDES), Carlos Storer (SEDU/ Paranacidade), Antonio Sergio (SEED), André Godinho (SEJU), Regina Bley (SEJU), Evandro Razzoto (SETI), Aimoré Arantes (SEEC), Rejane Karam (SEIL), Jessica Bettega (SEPL/CDE), Noé U. dos Santos (SEPL/CDE), Douglas Marques (SEJU), Glauco Lobo (DER), Clovis Ultramari (SEMU), David Pierin (Paranacidade), Luiz Rodrigo Grochocki (SESP/EP), Ana Skrepka Brunetto (SEPL/CCP), Fernando Raphael Ferro de Lima (SEIL).

auta:

• ABERTURA: 10 MINUTOS SEPL - Fabricio Miyagima: Apresentação dos Grupos Temáticos (TR), Dimensões a serem abordados, apresentação dos representantes por parte do Estado e apresentação de consultores por parte do Consórcio.

• APRESENTAÇÃO PLANO DE TRABALHO: 20 MINUTOS (Consórcio) – Apresentação

• APRESENTAÇÃO TEMÁTICA 01 - SÓCIO TERRITORIAL: 20 MINUTOS APRESENTAÇÃO + 10 MINUTOS PARA CONSIDERAÇÕES SEDU – Carlos Storer: Questão territorial e ordenamento do solo, Planos Diretores dos municípios do Litoral, decreto 2722

• APRESENTAÇÃO TEMÁTICA 02 - AMBIENTAL: 20 MINUTOS APRESENTAÇÃO + 10 MINUTOS PARA CONSIDERAÇÕES ITCG – Gislene Lessa: ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico: Linhas gerais do ZEE. Dificuldades e aplicações.

• APRESENTAÇÃO TEMÁTICA 03 - INFRAESTRUTURA: 20 MINUTOS APRESENTAÇÃO + 10 MINUTOS PARA CONSIDERAÇÕES SEIL – Fernando Ferro / Glauco Lobo: Projetos previstos no litoral: EVTEA Ponte de Guaratuba, Faixa de Infraestrutura, Nova Descida da Serra, Acesso à Antonina, Pavimentação Guaraqueçaba, Portos de Antonina e Paranaguá.

• APRESENTAÇÃO TEMÁTICA 04 - ECONOMIA E QUESTÃO SOCIAL: 20 MINUTOS APRESENTAÇÃO + 10 MINUTOS PARA CONSIDERAÇÕES IPARDES – Julio Suzuki: Demografia, economia e questão social do litoral. Panorama geral do litoral.

• APRESENTAÇÃO TEMÁTICA 05 - TURISMO: 20 MINUTOS APRESENTAÇÃO + 10 MINUTOS PARA CONSIDERAÇÕES SEET / PR TURISMO: O turismo no Litoral do Paraná: O que é necessário para ele se desenvolver? PDITS e ações necessárias no litoral.

DISCUSSÃO

Juraci Barbosa Sobrinho (Secretário de Planejamento e de Coordenação Geral do Estado do Paraná):

Abre a reunião plenária, destacando a importância do trabalho para a sociedade Paranaense e principalmente a do Litoral. Pediu ponderação, foco no homem e cuidado com a conservação ambiental. Definiu o PDS Litoral como um projeto com visão de Estado.

Fabrício:

Abre as atividades com a explanação da pauta da reunião, estabelece 10 minutos para perguntas ao final das apresentações. O objetivo é alinhar todas as dimensões para que a o consórcio de consultoria entenda a visão do governo para cada dimensão temática no contexto do litoral. Convite aos presentes na plenária para a participação nas reuniões temáticas subsequentes.

Hoje mais de 80% do território é reservado à conservação ambiental, sem contar o vasto patrimônio histórico e cultural. Atividade portuária em Paranaguá torna o Paraná o 2º maior exportador de grãos do Brasil. Turistas aumentam quase 400% a população durante a temporada. Guaraqueçaba apresenta um dos IDHs mais baixos do Estado do Paraná. Muitos conflitos a ser resolvidos. Por causa da localização próxima às reservas do pré-sal há o interesse da iniciativa privada para instalação e investimentos em Pontal de Paraná.

Recentemente estão acontecendo no litoral uma retomada de ambientação do complexo portuário, além disso existem os investimentos públicos: a engorda da praia de Matinhos, a ponte de Guaratuba, os novos portos privados, faixa de infraestrutura – trazendo grandes impactos.

Qual é o futuro do litoral? Que litoral nós queremos? Em 2011 foi criado o decreto que estabelece a elaboração desse plano (PDS Litoral). Observou-se a necessidade de contratar uma empresa de consultoria. Esse projeto é 100% financiado pelo Banco Mundial.

O grande objetivo, agora, é discutir o plano abordando as temáticas ambiental, sócio territorial, econômica, institucional e de infraestrutura em um ano. Discutir o futuro da região e estabelecer diretrizes e ações estratégicas para o litoral.

Os desafios do Plano: o primeiro desafio é conscientizar as pessoas, segundo desafio é compilar as informações (como vai lidar e como vai compilar), terceiro é a questão dos

conflitos das discussões polêmicas (implantar ou não o porto, a ponte de Guaratuba, a pavimentação da estrada para Guaraqueçaba).

Porque fazer mais um plano? Conscientizar as pessoas da importância do plano e engaja-las a participar no plano. Teremos reuniões temáticas, oficinas participativas com prefeituras e instituições da sociedade civil, audiências públicas, por fim uma grande Conferência Regional. Grande Desafios para a empresa de consultoria: Compilar todas as informações. O consenso é difícil, mas almejamos uma proposta equilibrada.

Judith Muntal:

Somos um consórcio de 4 empresas, 2 brasileiras e 2 espanholas que forma o Barcelona Brasil Group. A empresa Quanta é multisetorial. MCRIT é uma empresa que trabalha a criação de cenários e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas. A Hidria trabalha as questões ambientais. Essa equipe de técnicos estrangeiros e externos ao Paraná é complementada com equipe de especialistas locais, que tem afinidade com as idiossincrasias locais: Taco Roorda é o coordenador do Plano, Maria Fernanda é assistente de coordenação local, e Maurício é apoio à mediação de conflitos.

Inicialmente foi contratado para a mediação apenas o Pedro, que é especialista em conflitos. Mas foi entendido que seria necessário mais apoio, por isso foi contratado o Maurício que será um apoio à mediação e haverá mais 1 articulador local e 3 mobilizadores. Também faz parte uma equipe de comunicação, que divulgará o andamento dos trabalhos, e trabalhará o diálogo com a população e atores.

APRESENTAÇÃO INDIVIDUAL DOS PARTICIPANTES DA PLENÁRIA

Taco Roorda

Apresentação do Plano de trabalho inicial pela equipe de consultoria.

O Plano de trabalho será encaminhado ao governo para receber contribuição para sua construção e finalização. Trata de aspectos iniciais, e foi elaborado com base no termo de referência e na proposta técnica.

O PDS é um projeto multissetorial para o desenvolvimento do Litoral do Paraná, com objetivo geral de estabelecer diretrizes conduzindo para um conjunto de ações estratégicas.

Princípios de trabalho: envolvimento institucional, processo de participação ampliado institucional, comunitário, associações, população.

Procedimentos metodológicos: proposta construída com base no termo de referência, arcabouço de instrumentos legais existente, normas, planos setoriais, planos diretores, o amplo conjunto de trabalho já elaborados para o litoral. ZEE, O que foi preconizado pelo Ministério da integração, Estatuto da Cidade, Conselho Nacional.

Apresentação do organograma institucional do PDS.

O papel da Equipe Técnica Intersecretarial é de avaliar e contribuir para a qualificação dos produtos, validando-os ao final. Acompanhar o plano, receber os produtos, discutir o conteúdo dos produtos e oferecer contribuições.

São 4 etapas de produção e a quinta é a Conferência Regional.

Cada etapa prevê a construção de um documento inicial, um relatório de atividades produzido durante a etapa de discussão e um relatório final que é apresentado em audiência pública.

Construção de cenários para ajudar na tomada de decisões, matriz SWOT.

Estamos propondo o agrupamento de municípios por suas semelhanças: Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná / Morretes, Antonina e Guaraqueçaba / Paranaguá.

Será apontado pela consultoria um articulador local que ficará situado em Paranaguá para ajudar com o processo de comunicação com a população local, trabalho ligado estreitamente com a coordenação do plano.

Durante todo o Plano haverá o acompanhamento por uma empresa de comunicação, nessa etapa do Plano de Trabalho estará incluído o Plano de Comunicação.

Equipe-chave, equipe de apoio, conjunto de consultores e equipe de comunicação.

Regeane (SEJU): Após a conferência regional final, haverá a incorporação das propostas que surgirem na finalização do Plano?

Taco: As contribuições que são pertinentes serão incorporadas no PDS antes da conferência regional. Poderá ser produzido um anexo com as contribuições recebidas na conferência regional. Depende do tipo de contribuição e do impacto sobre o plano.

Deise (SEET/PRTurismo): No agrupamento das temáticas apresentadas hoje, o turismo está junto com a Secretaria da Cultura e Secretaria da Justiça. O turismo perpassa todas as atividades, como será pensada a cadeia produtiva do turismo, não apenas como entretenimento e lazer? O litoral precisa do turismo como uma questão econômica. É importante essa visão.

Fabrício: Uma falha, deveriam ter sido convidados para a reunião econômica. Lembrando que todos estão convidados às reuniões temáticas, que são abertas a todos.

Carlos Storer (SEDU-PARANACIDADE):

Começando pelo embasamento legal, temos a Constitucional Federal de 1988, com capítulo tratando da Política Urbana. Em 2001 vem o Estatuto da Cidade, e em 2015 o Estatuto da Metrópole – aglomerações urbanas e microrregiões urbanas. Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná são conurbadas. O mesmo ocorre em relação a Morretes e Antonina. Já Guaraqueçaba é mais isolada, ligada à Paranaguá por via marítima e Antonina por via terrestre, com todos os problemas envolvidos.

As áreas urbanas no litoral são restritas, para impedir que cresçam com baixa densidade e desordenadamente. Economia e deseconomia da aglomeração

O decreto 2722/1984 define as condições para áreas de aproveitamento turístico com zoneamento de regras de uso e ocupação a partir da linha média de preamar, uma série de requisitos com ênfase turística e aspectos ambientais.

O decreto 5040/1989, que define o macrozoneamento da região do litoral Paranaense. Revogado foi revogado em 2017 somente para Pontal do Paraná.

Logicamente o PDS poderá prever a alteração de decretos e legislação.

O decreto 1861/2000 é específico para Paranaguá. Uso e ocupação do solo para Paranaguá, com zoneamento.

ZEE PR deve ser levado em consideração. O município de Paranaguá questiona alguns aspectos do ZEE, que constam por escrito no Plano Diretor do município.

Zoneamentos das áreas retroportuárias, em função dos interesses portuários, devem ser equacionados. Os municípios perguntam o que deve prevalecer PDZPO ou Plano Diretor do Município? É a cidade que tem um porto ou o porto que tem uma cidade? Por isso a importância da mediação de conflitos.

PD de Antonina é de 2008, o prazo máximo dele vence agora em 2018. Ao longo do PDS estará discutindo seu PD. Não foi aprovado no pleno do COLIT o de 2008 ainda. Para que os PD dos municípios do litoral tenham validade, devem ser aprovados no pleno do COLIT.

PD de Guaraqueçaba também vence em 2018.

PD de Guaratuba é de 2005, já venceu os 10 anos. E está em revisão não concluída, problemas com ministério público.

PD de Matinhos é de 2006, seu prazo de revisão já venceu e está em revisão apresentando problemas com Ministério Público.

PD de Morretes é de 2011, mas não foi aprovado pelo pleno do COLIT.

PD de Paranaguá é de 2007, já vencido, está em revisão.

PD de Pontal do Paraná é de 2007 e atualmente está em revisão.

A Lei estadual 15.229/2006 estabelece condição para que os municípios acessem recursos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM, SEDU/PARANACIDADE e Fomento Paraná diretrizes para o estado do PR. Exige que os municípios tenham PD para que se habilitem para recursos financiados pelo Estado. PAE PDM foi uma alternativa paranaense para atender ao Estatuto da Cidade e suas diretrizes e previsão de prioridades que devem ser incluídos no PPA, LDO e LOA. Isso faz com que as equipes de urbanismo e do financeiro conversem. Até por força da legislação estadual, os Planos Diretores dos Municípios têm um conteúdo que pode contribuir.

Turismo: No litoral há uma região coordenada com o IGR, que coordena as ações com os municípios. É importante a participação do IGR no PDS.

Mario figueiredo: Pressão imobiliária, desmatamento. Possível criação de "favelização" próxima ao novo porto, assim como as pessoas que foram ao local para a construção de Itaipu e não tiveram opção de habitação posteriormente, gerando ocupações irregulares.

Gislene Lessa (Diretora de Geomática) e Danielle Prim (ITCG e coordenação do ZEE):

Destaque para a diversidade brasileira, biodiversidade, imigrantes, mosaico diverso no país e no estado.

Por se fazer um ZEE? Exigência pela legislação federal. Legislação estadual vincula a elaboração e coordenação do ZEE à SEMA.

Foi definida uma Comissão executora do ZEE, o Paraná não tinha recursos alocados para a elaboração do ZEE, as atividades foram feitas dentro de suas instituições de origem.

Destaque para o esforço dos técnicos de cada instituição/secretaria, que não se licenciaram de suas tarefas e a elas somaram a tarefa de elaboração do ZEE.

Desde 2002 já se falava em ZEE. Em 2010/2011 foi iniciada a elaboração do ZEE. Não havia metodologia pré-estabelecida, a construção foi gradual e com poucos recursos, de forma interna, durante dois anos.

O ZEE foi publicado e precisa ser implantado.

A coleta de dados primários do PDS pode acrescentar muito às informações já coletadas para o ZEE, que não teve esse tipo de pesquisa.

O mapeamento está na escala 1:50.000 – compatível com a escala regional a que se propõe. Foram feitas duas oficinas institucionais e acolhimento de sugestões dos presentes em 2011. Foram feitas reuniões de deliberação em 2013. Em 2016 o ZEE foi finalizado e publicado em formato impresso e digital.

O ZEE coletou bases cartográficas com todas as instituições parceiras.

O zoneamento de ordenação proposto pelo ZEE não pode entrar nas áreas com Plano de Manejo (UCs).

O macrozoneamento do litoral coordenado pelo Ipardes da década de 1980 (decreto 5040/1989), também está disponível para download no site do ITCG.,

Está acontecendo a finalização do ZEE-Paraná, na escala 1:250.000, em 3 livros.

Destaque para a importância da mediação de conflitos nas questões ambiental, social, econômica e de desenvolvimento. “Não queremos que aconteça um cabo de força porque se arrebentar todos se machucam”. Equilíbrio e convivência em harmonia, debate com ponderação e racionalidade.

Na época não havia a varredura por radar das áreas de riscos e desastres. Subprodutos de qualidade podem ser elaborados a partir dessas imagens que estão disponíveis no ITCG.

Gislene: Durante a elaboração do ZEE, tivemos problemas porque as informações às vezes não chegaram, e sem informação não há plano. Algumas instituições, algumas pessoas não trouxeram colaboração ao ZEE. Algumas Zonas não entram em grandes detalhes. O ZEE não entra na parte urbana, não foi o foco do ZEE porque é tratada diretamente pelos municípios e COLIT. Os técnicos que elaboraram o ZEE podem eventualmente colaborar com o PDS.

Evandro: Não basta aderir, deve haver comprometimento, instituições públicas, pedimos que haja comprometimento, abram suas gavetas, sem esconder suas informações. Algumas instituições não querem abrir informações às empresas privadas.

Fernando Ferro (SEIL):

Dentro do horizonte de tempo do PDS a ideia para a infraestrutura é reservar espaços que permitam o desenvolvimento futuro do litoral. Garantir a BR-277, preservação do patrimônio natural e cultural da Estrada da Graciosa, acesso rodoviário a Guaraqueçaba, acesso a Antonina, nova ponte, BR-101 com várias propostas durante décadas. Renovação da rodovia de Guaratuba a Santa Catarina. Acessos marítimos, terminais turísticos, navios de grande porte, barcos de pequeno porte de acesso à Guaraqueçaba e Ilha do Mel. Turismo de navios dentro da baía. Pequenos píers e indústria de estaleiros, acostagem de navios. Novos portos em Pontal. Novos píers em Paranaguá PDZPO. Transporte ferroviário, construção de nova ferrovia, nova descida da serra. Aeroportuário, proposta de novo aeroporto em Paranaguá. Plano aeroviário deve ser consultado. Heliportos no litoral, vários privados, o PDS deve considerar a questão em conflito com áreas urbanas. Saneamento básico, canais e navegação turística de pequeno porte por pescadores. Gás canalizado no litoral. População flutuante, gás canalizado é muito importante. Oleodutos e álcooldutos. Relação disso tudo com a sustentabilidade.

O litoral é uma região pouco desenvolvida, com contraste entre muita riqueza e muita pobreza. O desenvolvimento da infraestrutura é o caminho para superar isso, investimentos de longo prazo, que envolvem muito planejamento.

Rejane (SEIL): Não vamos tomar tempo agora, vamos apresentar nosso conteúdo amanhã na reunião temática.

Fabricio: Diferente de outras regiões do estado, no litoral a questão ambiental sempre entra em conflito com a questão da infraestrutura.

Regeane (SEJU): É importante tratar o acesso à agua e à luz, pescadores artesanais, povos indígenas, ilhas. Mais do que infraestrutura arrojada, acesso básico para algumas comunidades.

Fabricio: Sim, ontem houve reunião com ONGs, Ministério Público, SEPL e consultoria. Foi de grande destaque a questão das comunidades tradicionais.

Júlio Suzuki (IPARDES):

Projeções com método sofisticado até 2040. Observado o grau de heterogeneidade na dinâmica demográfica. Um pequeno ou grande empreendimento pode mudar essas projeções. Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba irão registar as maiores taxas de crescimento. O futuro ainda é imprevisível, devido às propostas de novos empreendimentos na região. Acima de 1% ao ano.

Mudança por estrato etário. Haverá envelhecimento da população, muito significativo. Em 2018 aprox. 13,5% da população do litoral terá 60 anos ou mais, passando para 27% em 2040. Mais de ¼ terá mais de 60 anos, com consequentes pressões sobre os equipamentos e serviços de saúde.

Em 1991 a pirâmide etária era simétrica, em 2018 a pirâmide já e desforme. Em 2040 será um quadrado etário. Diminuição da força de trabalho, possível consequência para a questão econômica do litoral.

Cálculo do PIB, heterogeneidade grande em termos per capita. Paranaguá tem PIB maior que Curitiba por produção manufatureira de fertilizantes e pelo porto. Já Guaraqueçaba tem PIB muito baixo. TECHINT elevou o salário médio de Pontal do Paraná.

Baixos índices de emprego formalizado, principalmente em Guaraqueçaba, Antonina e Morretes. Falta emprego, população com pouca formação.

Taxa de mortalidade abaixo de 1 ano, Guaraqueçaba com 28 crianças mortas em mil.

Evandro: O grande desafio é com relação à informalidade dos trabalhos no litoral, o turismo alavanca a economia do litoral. Como serão identificados os números que representam o trabalho informal.

Deise (SEET/PRTurismo):

Recursos vem do ministério do turismo. Com a iniciativa privada, Fecomercio e Sebrae surgiu o Plano Regional do Turismo no litoral.

O fluxo turístico do Parque Nacional do Iguaçu é maior que o de Foz do Iguaçu porque alguns pernoitam em Puerto Iguazú.

Quem vai almoçar em Morretes não é um turista, é apenas excursionista. No litoral não passa de 3 milhões o fluxo turístico, com pernoite.

Quando o jornal Gazeta do Povo fala em 8 milhões, não reflete a realidade.

Exposição geral do turismo no Paraná, 283 municípios no mapa do turismo.

Os maiores produtos turísticos divulgados por operadoras para o Litoral são a Ilha do Mel e passeio de trem.

Paranaguá, Guaratuba e Matinhos com maior oferta de hospedagem, maior fluxo e maior hotelaria. Pontal do Paraná, com maior número de casas para alugar e casas de veraneio próprias.

Cachaça, bala de banana, barreado, alojamento, cultura e lazer.

O fluxo turístico vem 60% de Curitiba e região metropolitana. Permanência de 7 a 8 dias em casa própria, alugada, amigos e parentes. Hotel é a última opção do turista. Desde 2015 já acontece maior número de pousadas. Há 86 pousadas na ilha do mel. Em Guaratuba há muita hospedagem em colônias de férias.

O estudo da Cadeia produtiva do turismo está disponível para download no site: Concorrência predatória e competitividade devem ser melhoradas.

PDITS: parceria com o BID, PRODETUR. Seguiu a mesma metodologia do PDS. Os recursos do Ministério do Turismo vêm orientados pelo PRODETUR. Identificadas fragilidade no setor hospedagem, e concentração dos serviços turísticos em Paranaguá, Pontal e Guaratuba.

Questão náutica, gastronômica são importantes. Saúde, dengue, febre amarela, licenças ambientais para marinas, infraestrutura, engorda da praia de matinhos, diminuição do uso turístico da ferrovia, segurança. São problemas que estão sendo discutidos pelos empresários.

Evandro (PRTUR): Corroborando o ZEE, a consultoria perceberá que sistema de drenagem, pesca amadora e artesanal, fixação da população, segunda residência (altamente excludente como comprovado), não dá para se pensar apenas em APA ou em Porto, o turismo depende da saúde das 2 microbacias da região. Ações concretas com vontade política para proteger a água que vem para as baías. Manguezais são importantes, proteção como atividade turística, e estão sendo destruídos. O respeito à legislação de uso e ocupação do solo. Visão sistêmica, temos muita informação, muitos dados. Eu desenhei um sistema de monitoramento costeiro, mas a gestão anterior não aderiu ao projeto. Esse sistema de monitoramento e controle deveria ser pensado no PDS. O programa "Caminhos do Mar" da Ecoparaná, infraestrutura, conectividade, trapiches nas comunidades, resolução 040 da SEMA. Pensar a região como sistema, nada em isolado. O turismo de praia depende muito do que acontece na Serra do Mar. Não tem como analisar individualmente, e depende das duas microbacias. É necessário a preservação ambiental para que o turismo litorâneo prossiga. Convergir as informações para um único sistema de controle e monitoramento.

Fabricio: Nas oficinas haverá oportunidade de ouvir os empresários. E estamos abrindo a todos os técnicos as reuniões temáticas.

Observação: Foi apontada a ausência do IAP e da SANEPAR.

SÍNTESE

A plenária contou com presença dos técnicos do consórcio e do Estado. Foi feita a apresentação do Plano de Trabalho, por parte da equipe do consórcio contratado. Os técnicos do Estado, de diversas Secretarias, fizeram apresentações para demonstrar a atual situação do litoral, dos planos, projetos e dispositivos legais existentes.

PDS_LITORAL

LISTA DE PRESENÇA

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL - CDG

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_LITORAL

BANCO MUNDIAL BIRF • AIF | GRUPO BANCO MUNDIAL

LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: Sala de Situação – Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral – Palácio das Araucárias – 4º andar – Ala A.
DATA: 30/01/2018 – 09:00
PAUTA: PLENÁRIA GERAL

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
JULIO SUZUKI JR.	IPARDES	JUNIOR@IPARDES.PR.GOV.BR	32106345	
Danielle Peim	ITCG	danielle.peim@itcg.pr.gov.br	3304.7026	
HONERO LEITE PEREIRA	SEPL	HONEROPEREIRA@SEPL.PR.GOV.BR	3351.7629	
Jorge Guerra	SEPL	jorge.guerra@SEPL.PR.GOV.BR	3313-6814	
Mauricio Lunardon	SEAB	lunardon@seab.pr.gov.br	41215263 50	N.R.P.
MARTA YOSHIE TAKAHASHI	PARANÁ PROJETOS	MARTA@PARANAPROJETOS.PR.GOV.BR	3213-7700	
Deise Bezerra	Paraná Turismo	deisebezerra@turismo.pr.gov.br	3313-3521	
MARILDA KELLY ZARPELON	PRTUR	MARILDAK@TURISMO.PR.GOV.BR	3313-3526	
EVANDRO PINHEIRO	PRTUR	evandro@turismo.pr.gov.br	3313-3517 99967 5864	
Manoel Victor G. Figueiredo	Urbana	mvictor.figueiredo@gmail.com	(11) 99473 1378	
EMANUEL FRANCISCO M. MACIEL	QUANTA	efmaciel@quantaconsultoria.com	(91) 98422-3464	
ORIOL BIOSCA	MCRIT	obiosca@mcrit.com	(+34) 619478637	
Barbara Bravo	Quanta	barbarabravo45@gmail.com	(21) 991081334	
Ciro Blanco JR	Quanta	ciro.blanco@quantaconsultoria.com	(21) 998762405	
PATRICIA CASAL	CONSÓRCIO (HIDRIA)	patricia@hidria.es	(+34) 672298317	
EDUARDO MARTÍNEZ	CONSÓRCIO (HIDRIA)	eduardo@hidria.es	+34 615172300	

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL - CDG

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_LITORAL

BANCO MUNDIAL BIRF • AIF | GRUPO BANCO MUNDIAL

LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: Sala de Situação – Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral – Palácio das Araucárias – 4º andar – Ala A.
DATA: 30/01/2018 – 09:00
PAUTA: PLENÁRIA GERAL

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
KÁTIA PIMENTEL KOTA	Paraná Projetos	katia.koti@paranaprojetos.pr.gov.br	3213-7700	
Patrícia J. Atherino	Paraná Projetos	patricia.atherino@paranaprojetos.pr.gov.br	3213 7700	
NERGO MATOS JUNIOR	Consórcio	nergomatos@gmail.com	21996915033	
TOBIAS F. PRADO	CDG/SEPL	tobias.prado@sepl.pr.gov.br	3313-6285	
SÔNIA MARIA DOS SANTOS	SEPL	SONIA.MARIA@SEPL.PR.GOV.BR	3313-6815	
Gislene Lessa	ITCG	gislenelessa@itcg.pr.gov.br	3304 7005	
FABRICIO MIYAGUMA	SEPL/CDG	fabriciom@sepl.pr.gov.br	3313-6295	
NÉSTOR BENDAVENCO	SEPL/CDG	nestor@sepl.pr.gov.br	3313 6814	
DANIEL NOJIMA	IPARDES	daniel.nojima@ipardes.pr.gov.br	8491113 +251	
Carlos A. Strauss	Paraná Projetos	strauss@paranaprojetos.pr.gov.br	3350 3356	
PEDRO STROZENBERG	Consórcio	pedrostro@hotmail.com	(21) 99964 3924	
JUDITH MUNTAL	CONSÓRCIO	jmuntal@IBER-GEO.COM	(34) 609230142	
TACO RODRIGS	CONSÓRCIO	taco@cidadeplanos.com.br	(41) 99575-1750	
ANTONIO SERGIO NETO	SEED	asregise@seed.pr.gov.br	(41) 99959 8629	
MARCELO ZOLET	CONSÓRCIO	marcelo@LMAMBIENTE.com.br	(41) 99624 6946	
MAURICIO A. MAAS	CONSULTORIA	MAAS.MAURILIO@GMAIL.COM	(41) 98906 1605	

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO · THE WORLD BANK IBRD • IDA | WORLD BANK GROUP · BARCELONABRASILGROUP · Mcrit · hidria · Quanta

PDS_LITORAL

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL - CDG

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

BANCO MUNDIAL

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_LITORAL

LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: Sala de Situação – Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral – Palácio das Araucárias – 4º andar – Ala A.
DATA: 30/01/2018 – 09:00
PAUTA: PLENÁRIA GERAL

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
André Gadinho	Iguc	andre.cunha@iguc.pr.gov.br	32217244	
Regina Berg	SEJU	reginaadb@seju.pr.gov.br	3221-7261	
Eduardo Razzoto	SETI	Razzoto@set.pr.gov.br	41 99608-0509	
AIMORÉ INDIO DO BRASIL ARANTES	SEEC	aimore.indio@seec.pr.gov.br	41 3312-0485	
RE JANE KARAM	SEIL	rejanek@seil.pr.gov.br	41 3304 8535	
JESSICA R.S. BETTEGA	SEPL / CDE	jessicask@sepl.pr.gov.br	3351-7622	
LUIZ V. DOS SANTOS	SEPL / CDE	[illegible]	3351 7646	
Douglas Marques	SEJU	PES-DOUGLASOLIVEIRA@SEJU.DEDIH6.GOV.BR	3221 7244	
GLAUCO TAVARES LUIZ LOBO	DER	GLAUCO.LOBO@DER.PR.GOV.BR	3304-8165	
CLOVIS ULTRAMARI	SEMU	ULTRAMARI@YAHOO.COM	3250 2272	
DAVID PIERIN	PARANACIDADE	PIERIN@PARANACIDADE.ORG.BR	3350 3384	
LUIZ RODRIGO GROCHOCKI	SESP / EP	GROCHOCKI@SESP.PR.GOV.BR	3313-1628	
Ana Graciele Skrepka Brunetto	SEPL / CCP	ANA.SKREPKA@SEPL.PR.GOV	3313-6325	
Hearson Bayer	BCC	contato@bayercamposcom.com.br	41 99620260	
MARCIA CAMPOS	BCC	contato@bayercamposcom.com.br	41 99998 3126	
Maria Fernanda Fricke M. Teixeira	Consórcio	mfernanda.arq@gmail.com	9917904985	

RELATORIA DA REUNIÃO TEMÁTICA 1: Paranacidade/SEDU

Data: 30/01/18

Local: Paranacidade/SEDU

Participantes:

Consórcio contratado: Marcia Campos, Taco Roorda, Maria Fernanda Incote Montanha Teixeira, Nereo Matos, Eduardo Martinez, Patricia Casal, Oriol Biosca

Governo do Estado do Paraná: Gislene Lessa (ITCG), Daniele Prim (ITCG-ZEE), Carlos Storer (Paranacidade, representa a SEDU), Fabrício Miyagima (SEPL/CDG), Vania (comunicação), Francisco dos Santos (Paranacidade), David Pierin (Paranacidade)

Pauta: Padrões de uso e ocupação do solo, funções públicas de interesse comum, arcabouço legal, instituições.

DISCUSSÃO

Fabrício: O ordenamento territorial é objeto de diversos planos e legislação. Destaque para o ZEE. Plano Diretor de Pontal do PR, com embates/confrontos na questão legal: qual vale mais? O ZEE, o Plano do Porto, legislação ambiental de Mata Atlântica? Entendemos que não se resolvem as questões urbanísticas antes das questões ambientais.

Carlos Storer: Gostaríamos de falar sobre o material a ser utilizado pelo consórcio contratado. A atuação da SEDU é junto aos municípios, financiando os PDs (Planos Diretores) com recursos do sistema de financiamento do estado do PR. Os planos vieram após 2001, estamos agora na fase da revisão dos primeiros PDs. Em função da lei estadual de 2006, quase 100% dos municípios do PR tem PD.

Eduardo: Creio que a legislação brasileira exige os planos para acesso a financiamento. Existe uma análise de efetividade do planejamento feito, em relação ao cenário atual?

Storer: Não temos um monitoramento formal desse processo, são criados Conselhos, Conselhos da Cidade, Conselho do PD, etc. É a forma da participação contínua, processo

permanente de planejamento e gestão do território. Os controles são mais da sociedade. O Estado não tem papel de controle, mas de orientação e financiamento.

Alguns municípios extrapolaram o tempo dos 10 anos exigido para revisão do PD, o que nos chamou atenção porque o papel do Conselho de cada PD seria exigir essa atualização. Para cumprir a lei estadual, precisamos que o atual prefeito nos informe como está o processo de implementação. Os prefeitos foram convocados a preencher um formulário, e assumir um termo de compromisso público assinado por um arquiteto urbanista ou engenheiro da prefeitura e chefia imediata (secretário), mais o prefeito. Esse termo é publicado no diário oficial do município, assumindo prazo máximo para fazer tudo aquilo que foi informado que está negativado sob pena de informarmos Tribunal de Contas do Estado do PR e Ministério Público do Estado do PR. Assim o município recebe seus repasses e os munícipes não ficam sem equipamentos públicos, e podemos manter a legalidade.

Fabricio: Isso tudo para implantar a política urbana no Estado e para que os prefeitos estejam em legalidade.

Storer: Existem leis que pegam e leis que não pegam no país, nossa expectativa que esse procedimento contribua com o planejamento e com a qualidade da melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados.

Antonina e Morretes não tem seus PDs aprovados no pleno do COLIT (do qual são titulares todos os prefeitos do litoral, secretarias do Estado, representantes da sociedade, entidades ambientalistas, universidades, dentre outros).

O pleno do COLIT delibera sobre todos os licenciamentos ambientais com votação nominal.

Eduardo: Dos 7 municípios, 5 tem PD aprovados pelo COLIT. São os PDs mais antigos. Porque o COLIT não aprova esses planos de Antonina e Morretes? Não tem documentação, informação necessária?

Storer: Para aprovação do pleno do COLIT, os PD são submetidos à relatoria com a análise crítica sobre se PD está tecnicamente e legalmente adequado. A relatoria serve como "lição de casa" para os municípios, e todos a respeitaram, à exceção de Morretes e Antonina. Assim não tem como ir adiante. Foi constituída uma equipe intersecretarial, com a SEMA, tornamos o Plano aceitável em função da situação, o município não tinha como financiar a revisão do Plano. O ministério público retirou da pauta a revisão do Plano, que estava sendo usado para reeleição do prefeito. Em dezembro o Plano foi aprovado, com o decreto de janeiro de 2017. A relatoria do Pleno (do COLIT) serve como orientação para os municípios. As relatorias caracterizam o que o Plano deveria ter para tornar o plano válido perante a legislação Estadual. A vigência desses PDs existe porque foram aprovadas pela Câmara de Vereadores do município.

Fabricio: O COLIT é como um gestor do território do litoral, com instrumento legal com base em lei do turismo. Na época havia um descontrole na ocupação do solo no litoral, e o Estado buscou um mecanismo para barrar esse processo. Hoje com essa legislação revogada, os municípios têm mais autonomia. Até hoje o Estado conseguiu travar a construção de edifícios altos na orla. A partir de agora isso fica mais incerto.

Esse instrumento de controle previa (decreto 2722) em Caiobá 4 pavimentos na primeira faixa, chegando a 10 pavimentos mais para dentro. Outros municípios: 4 pavimentos na orla e 2 pavimentos para o interior.

Nereo: Um desses 7 municípios teve o PD financiado pelo Estado?

Fabrício: Lei 6513: áreas especiais de interesse turístico. E 7379/1980 – áreas especiais de interesse turístico no litoral, a forma como o estado achou para controlar a regulamentação da ocupação do solo no litoral.

O entendimento do Tribunal de Justiça é de que o decreto não foi revogado com a lei. Guaratuba, Matinhos e Pontal tem esse decreto 2722 revogado. O estado assumiu que o zoneamento válido é aquele dos PDs de cada município.

As cidades não foram construídas com base no decreto, porque os municípios tinham leis mais permissivas.

Gislene: O único município que está de acordo com o ZEE é Pontal (porque ocorreu mais recente). Nós elogiamos essa iniciativa do Estado do PR, pois hoje vemos o Balneário Camboriú com sua verticalização e problemas de balneabilidade e saneamento e nós temos o litoral de forma diferente.

Francisco Santos (coord. Paranacidade região do litoral): Esse projeto para Matinhos deverá se espalhar para outros municípios, Ipanema em Pontal por exemplo. Temos que repensar as águas pluviais devido às chuvas torrenciais e galerias com pouco declive. Em alguns locais o loteamento encostou no rio, não é qualquer máquina que consegue desassorear esses rios com ocupação urbana em torno.

Storer: O sistema de macrodrenagem deve ter o licenciamento para manutenção dos canais. Isso dificulta para os municípios fazerem a manutenção, da vegetação criada nos canais e do material depositado.

Fabricio: alguns prédios mais antigos são altos, mas o restante tem menor altura.

O decreto permitia 4 pavimentos na orla. Os novos Planos diretores preveem locais com edifícios com 20 pavimentos. Pontal é uma planície, com canais do DNOS, para que as águas corram para trás, não para o mar. O canal do DNOS foi feito na década de 1950 e é navegável em trechos, feito para não contaminar a porção junto à orla marítima. A pergunta é até onde o PD pode ir?

Oriol: existe tratamento das águas desse canal?

Não.

Eduardo: Nunca fica seco?

Não.

Storer: Pontal do PR está fazendo investimento no saneamento, onde ainda não há rede de coleta de esgoto, quando há chuva o lençol freático é contaminado e leva a contaminação ao canal. Quando o canal está assoreado, com vegetação, não tem a profundidade necessária para dar vazão das intempéries. Os municípios não têm autonomia para fazer a limpeza, é preciso autorização do IAP.

Francisco: Matinhos tem o tombamento da paisagem de sua orla. Não permitiram o plantio de palmeiras de outro local, não permitiram a implantação de quiosques.

Com o projeto de recuperação da orla foram criadas regras em 2012, após o projeto, para viabilizar, tombando uma faixa de 50m.

O governador anunciou o investimento da engorda da praia, 300 milhões para recuperar. Esse projeto está disponível para acesso no dropbox.

Eduardo: A areia tem um equilíbrio dinâmico, na maioria dos casos a modificação da orla cria consequências não boas. Pode ser que se acumule areia, porém outra praia pode desaparecer.

Storer: João José Bigarella, professor que estudou muito a questão ambiental, dizia que o ser humano não pode brigar com o mar, temos que pensar como fazer com que o mar traga areia, ações que não agridam a paisagem, recifes artificiais abaixo da linha de água, com novos investimentos antes de se perder o que foi feito.

Oriol: Na costa mediterrânea da Espanha há muitos exemplos disso, problemas de areia, os portos têm problemas operacionais.

Fabricio: Nas faixas com restinga preservada, que variam com mais ou menos largura. Recentemente tivemos um fenômeno que o mar recuou como um tsunami e quando retornou dias depois causou ressaca.

Na nossa área mais polêmica em Pontal do PR, a área do Porto e indústrias, a construção do píer da TECHINT já causou um depósito de areia.

Gislene: O ZEE prevê uma área em Pontal do PR para criação de área portuária.

Fabricio Calado natural de pelo menos 12 metros. Alguns pontos precisam de dragagem. Em Paranaguá: existe uma intenção de ampliação. Via concessão do Estado, a iniciativa privada constrói e opera portos. A Instituição federal que trabalha isso é a ANTAC.

Os ambientalistas não têm problema com a ampliação do porto em Paranaguá, o problema é o acesso ao porto.

Itapoá é uma cidade de SC que acabou de implantar um Porto Privado de containers. Era um município balneário que decidiu se tornar portuário. Muita produção de frango, atende à BMW (peças).

Francisco: Paranaguá é mais especializada em exportação de carros. Paranaguá foi considerado o melhor porto do Brasil na questão ambiental, devido aos investimentos realizados pelo governo.

Taco: Storer, como está a questão da expansão de Paranaguá, inclusive em direção à rodovia antiga?

Storer: A periferia já ultrapassa a PR-407. Foi duplicado o primeiro trecho, todo o fluxo irá continuar. O COLIT evitou que o município de Paranaguá ampliasse seu perímetro urbano até a Linha de alta tensão e garantisse 100 m de faixa de preservação ambiental ao longo da rodovia.

Havia um estudo de rodovia passando pela Lapa, Parque nacional Guaricana e Parque Saint Hilaire/Lange. Nova rota proposta é paralela à BR-277 e custa quase 10 bilhões de reais apenas o trecho do litoral, pois serão necessários muitos túneis.

Fabrício: O Estado começou a receber diversas empresas interessadas em instalar portos em Pontal do PR. Quantas pessoas virão trabalhar na região? Foi uma preocupação da SEPL. Um dos projetos foi a faixa de infraestrutura,

O Ministério Público questionou irregularidades nesse Plano Diretor.

Em Pontal há áreas ainda não ocupadas junto à orla, pois eram definidas no decreto estadual como ZPAs. Hoje isso está à cargo do município, algumas áreas foram convertidas em parques.

Storer:

Site Paraná Interativo (www.paranainterativo.pr.gov.br) permite exportar informações para planilhas em excel e cartografia. O usuário não precisa ter o ArcGis. Há informações como setores censitários, equipamentos, infraestrutura.

Temos internamente, não online, a hierarquia do sistema viário segundo o código de transito brasileiro.

Mapas de aptidão estão sendo elaborados: os estudantes de arquitetura trabalham a parte antrópica, os estudantes de geografia a parte ambiental. Mapeamos as UCs, APPs pelo Código Florestal Brasileiro, Planos de Manejo, áreas de amortecimento – tudo com o objetivo de fornecer informações cartográficas aos municípios.

A 6766 define que as propriedades devem deixar faixa de 15 metros de frente desocupada, além da faixa de domínio da rodovia. A secretaria está elaborando esse mapeamento.

Guaratuba: Avenida Paraná é sua única via de contorno, se o município não controlar a ocupação na faixa de domínio da rodovia não haverá como ordenar o território e sem fluidez no trafego.

Estamos elaborando também o mapa de aptidão das áreas à urbanização: todas as restrições antrópicas e ambientais, quais são as áreas aptas, com restrição e inaptas à ocupação.

Fizemos para os 7 municípios reuniões técnicas com os técnicos municipais a respeito dos perímetros urbanos, falamos sobre aspectos da densidade demográfica da mancha urbana, trabalhamos um buffer a partir da linha central das vias para verificar a

densidade existente e qual a capacidade o território tem para absorver mais densidade. Os perímetros urbanos são amplos, as manchas urbanas são muito menores.

Os perímetros urbanos deveriam ter algum controle que permitam que os loteamentos surjam gradualmente – em sequência – e não nas extremidades da área de expansão ou nas extremidades dos grandes perímetros urbanos.

Guaratuba tem grande perímetro urbano, inclusive com sobreposição com parque. O município deve adequar esse perímetro, deverá haver uma área de amortecimento do parque. O CONAMA tem resolução que estabelece que onde não houver plano de manejo, há regras para a aprovação desses loteamentos em áreas de amortecimento.

Os PDs deveriam ter estudos de economia e deseconomia da aglomeração. O custo da cidade fica caro, porque a infraestrutura e os serviços ficam dispersos.

O papel do Paranacidade é o de oferecer instrumentos e formação aos técnicos dos municípios para que eles possam ter argumentos para gerir o território e conversar com os prefeitos.

Alguns critérios utilizados pelo Paranacidade para indicar esse problema de perímetros urbanos muito extensos: pavimentação, sinalização dos logradouros, arborização dos logradouros (com base no IBGE). Lixo acumulado nas vias públicas, esgoto à céu aberto, rampa para cadeirantes, etc.

Estudo de dispersão urbana foram apresentados para os municípios, para que cada um possa fazer o seu. Porcentagem da ocupação da mancha, distância do centro e o centroide da mancha urbana, zonas não ocupáveis. Os PDs não trazem esse nível de informações estudadas.

Outros trabalhos do Paranacidade:

- estudos de hidrografia urbana, dificuldade de identificar a nomenclatura dos corpos hídricos, trabalho conjunto com os técnicos municipais;
- levantamento dos helipontos, heliportos, retroporto, porto;

- estudo cartográfico do cadastro técnico de Antonina;
- levantamento florístico para a legislação do Bioma Mata Atlântica, 97% do território paranaense é remanescente do Bioma Mata Atlântica. A lei diz que é imune a corte em estágios médios de regeneração, mas não há um mapeamento dessa informação, o que dificulta à atuação de fiscalização.

Gislene: O mapeamento por radar pegou Antonina, mas não toda a região. O ITCG tem o modelo digital do terreno, com a altura da vegetação, em escala 1:10.000. Temos informações das áreas de risco, parte da área urbana, Ilha do Mel. Com o subsídio desse instrumento os municípios podem saber mais sobre o bioma, sobre áreas de risco. Pontal está contemplado, toda a faixa de infraestrutura e toda a área portuária e retroportuária.

O ZEE oferece diretrizes, diagnóstico e prognóstico. É necessário avançar na construção dos cenários.

O ZEE mapeou como zonas urbanas as ocupações urbanas de fato, mancha urbana, não levou em consideração os perímetros urbanos.

Eduardo: tenho dúvida, precisamos discutir internamente com a consultoria qual será a escala de trabalho, porque não vejo a necessidade do PDS detalhar ainda mais o ZEE.

Patrícia: Creio que o detalhamento será dentro de questões específicas que possamos sentir faltam

Gislene: O importante é a criação de diversos cenários para o desenvolvimento dentro das zonas apontadas no ZEE.

Oriol: Construção de cenários prospectivos que permitam articular os conflitos na região.

Eduardo: O ZEE deve ser tomado como uma bíblia? Pode ser contestado ou precisa ser defendido?

Danielle: Não temos resposta direta para isso, há questões que precisam ser vistas, que nós não tivemos condições durante a elaboração do ZEE, como os Planos de Manejo da APA, o desenvolvimento ocorrido após a conclusão do ZEE deve ser analisado, a sobreposição de questões legais.

Fabrício: Storer, como a consultoria pode ajudar o Governo?

Storer: Reconhecer a rede de cidades, as 7 sedes dos municípios, como se interrelacionam e nos oferecem subsídios para a integração dos municípios sob o ponto de vista do desenvolvimento urbanístico, do ponto de vista de polaridades, particularidades. Quais são os interesses pontuados e como os agentes chegam nesses pontos. As necessidades que as cidades têm – em si mesmas e na relação entre elas. Nós somos signatários do Pacto Global da ONU, A Agenda 2030 traz 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável. Outras secretarias precisam se apropriar desses objetivos.

Agora o COLIT ainda está se relacionando bem com os municípios. Os municípios sempre queriam acabar com o COLIT e querem uma criar uma Agência de desenvolvimento para o litoral – o PDS pode resultar nessa tão desejada agência, sem que o COLIT precise terminar.

Fabrício: Uma estratégia ótima a se adotar no PDS seria definir uma ação que contemple um dos objetivos do pacto global ou uma ação para atingir um objetivo do pacto.

Taco: Na matriz das ações poderá ser dito como as ações contribuem para atingir os objetivos do pacto global.

SÍNTESE

PRINCIPAIS QUESTÕES ABORDADAS

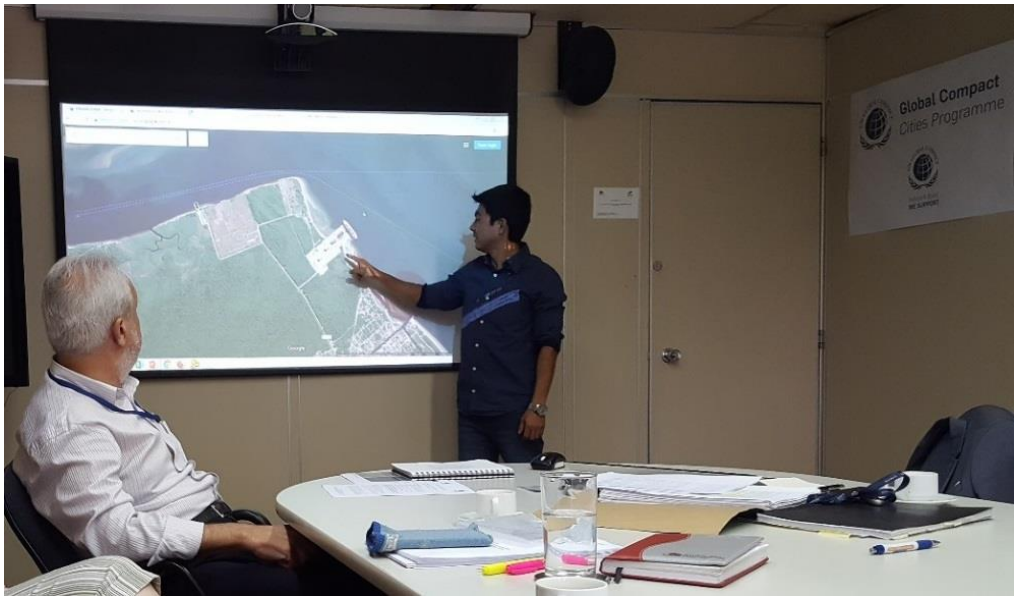
- Como o Paranacidade tem trabalhado em conjunto com os municípios e quais são os trabalhos elaborados para subsidiar análises nos municípios.
- Temas pelos quais o PDS pode incrementar o ZEE.

PONTOS SENSÍVEIS E/OU DE ATENÇÃO

- Os limites/possibilidades de atuação do Estado e dos municípios fica obscuro diante da amplitude do número de dispositivos legais municipais, estaduais e federais.
- Porto de Pontal do Paraná
- Dinâmicas das areias e consequências da obra da engorda da praia de Matinhos.

ENCAMINHAMENTOS/ DELIBERAÇOES

- Taco, Maria Fernanda e Marcelo contatarão o Storer/ Panacidade para coletar informações cartográficas e dos Planos Diretores Municipais.



PARANÁ
PDS_Litoral – Reunião Temática
BÁCIO TERRITORIAL (TERRITÓRIO)

PDS_LITORAL

LISTA DE PRESENÇA

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL - CDG

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_LITORAL

BANCO MUNDIAL
BIRF • AIF | GRUPO BANCO MUNDIAL

LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: SEDU – PRCIDADE – SALA DO CONSELHO. Rua Deputado Mário de Barros, 1290 - Ed. Caetano Munhoz da Rocha - 1º andar
DATA: 30/01/2018 – 14:00
PAUTA: REUNIÃO TEMÁTICA: SÓCIO TERRITORIAL: USO DO SOLO E OCUPAÇÃO URBANA

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Luis Augusto Storm	SEDU/ Paranacidade	storm@paranacidade.pr.gov.br	(41) 3350-3356	
Danielle Prim	ITCG	danielle.prim@itcg.pr.gov.br	3304-7026	
Gislene Lessa	ITCG	gislenelessa@itcg.pr.gov.br	3304 7007	
Oriol Biosca	Mcrit	obiosca@mcrit.com	(+34)673563749	
Patricia Casal	Consórcio (Hidria)	patricia@hidria.es	(+34)672 298 317	
Eduardo Martinez	Consórcio (Hidria)	eduardo@hidria.es	+34 615172300	
Nereo Matos Junior	Consórcio	nereomatos@gmail.com	41 99691 5033	
Taco Rodrigues	Consórcio	taco@cidadeplanos.com.br	99975-1750	
Márcia Campos	Consórcio	contato@bayercamposcon.com.br	99986126	
Fabricio Miyagima	SEPL/CDG	fabriciom@sepl.pr.gov.br	41 33136295	
David Pierin	Paranacidade	pierino@paranacidade.org.br	3350 3724	
Francisco Luis dos Santos	Paranacidade	fsantos@paranacidade.org.br	3350-3325	
Mª Fernanda Nobre Teixeira	Consultoria	mfernanda.arq@gmail.com	991790485	

RELATORIA DA REUNIÃO TEMÁTICA 2: SEPL

Data: 30/01/2018 / 14:00

Local: Secretaria de Planejamento, Palácio das Araucárias, 4º andar, Ala D

Participantes:

Consórcio contratado: Cid Blanco, Bárbara Bravo de Morais Mendes, Pedro Strozemberg, Manoel Figueiredo, Heverson Bayer, Paula Rydygier

Governo do Estado do Paraná: Gustavo de Souza (SEDS/CPCA), Gladys Teixeira (SEDS/CPSB), Maiara de Almeida Abreu (SEDS/SAS), Ana Claudia Machado (SEDS/CPM), Larissiane Ribeiro (SEDS/SPGA), Sonia Maria dos Santos (SEPL), Jose Alberto dos Campos (SEEI),

Pauta:

Saúde, segurança, educação, esporte, entretenimento e lazer, habitação e questões fundiárias.

DISCUSSÃO

(Sonia Maria dos Santos):

- A diferença dessa região para o restante do estado é as questões ambientais que existem.
- A ideia é trabalhar o desenvolvimento sustentável.
- Questão ambiental, cultural, histórica, portuária e marítima.
- Quais são as questões mais importantes em relação ao litoral?
- Turismo de veraneio e diferenciado.
- A partir de 2007- pré-sal – instalação de novas empresas – “empresas retomam projetos em Pontal”.
- 15.000 empregos, 4 bilhões em investimentos privados.
- Algumas empresas em atividades e outras mais devagar.
- “projeto prevê engorda a orla de matinhos”, “nova ferrovia passará ao lado da 277” – projetos que já existem isoladamente, a intenção é junta-los.

- “Quais são os impactos, tanto negativos quanto positivos?” “qual é o futuro?”
- Decreto 2647/2011 – plano estratégico para o desenvolvimento territorial sustentável do litoral do paraná.
- Em 2013, depois da assinatura do contrato, começamos a efetivar como um projeto do banco mundial.
- O objetivo principal desse plano é discutir o futuro dessa região e estabelecer diretrizes.
- Duração de um ano.
- Trabalhar com diversas concentrações de mãos, com oficinas, para que a população possa conhecer o plano - 3 oficinas para regionalizar o litoral.
- Tirar a ideia de município e tratar como regional.
- Esporte turismo tem ramificação no litoral.
- Cada etapa terá audiências públicas.
- As 5 dimensões abordadas são: ambientais, econômicas, sócio territorial, infraestrutura, institucional.
- O plano é a integração das áreas de integração.

Apresentação da consultoria - 4 empresas: Pedro Strozemberg - mediação de conflitos; Heverson Bayer – jornalista, assessoria de imprensa; Barbara Bravo – estruturação social e desenvolvimento dos indicadores; Manuel Victor Figueiredo– economista; Cid Blanco – arquiteto e urbanista, gestão pública).

Apresentação dos demais: Larissiane Ribeiro– advogada; Gustavo Henrique de Souza – advogado; Ana Claudia Machado– Superintendência; Gladys Teixeira – Assistência social, Maiara Abreu – advogada assessora da superintendente; Sonia Maria dos Santos - monitoramento do projeto; José Alberto de Campos – Turismo e Esporte. Não estavam presentes representantes da saúde, da educação e da segurança pública.

(Pedro Strozemberg):

- Esse é um consorcio de 4 empresas, 2 brasileiras e 2 espanholas.
- Tem um peso bastante substancioso no tema ambiental.
- Cuidado especial de garantir a participação de todos e todas.
- Preocupação especial dos que vivem no território, mas entendendo que o governo é o contratante.
- Nós temos um espaço amplo de participação, com as prefeituras, com a sociedade civil, mas também manter um monitoramento mais de perto. Para que possamos reunir informações e promover diálogos.
- Não se pode imaginar um volume de investimento desses sem medir as consequências positivas e negativas. Um jogo de composição saudável para a população de lá como para o Estado do Paraná.
- Uma região de porto, preservação ambiental, de população tradicional. Por isso tem que ter cuidado para não se tornar uma ação exclusivamente de governo.
- É uma referência para políticas públicas, mas que se contribua para uma criação de identidade local, para que a região produza sua função.
- O plano vai ter que tratar diferente os planos de municípios, mas sempre olhando como regional.
- Trazer inovações positivas, renovar debates já postos, mas também fazer um aporte significativo para a equipe.
- Muitas questões por vir, mas numa fase de escutar as sugestões e conhecimentos.

(Sonia Maria dos Santos):

- Como foi a escolha do escritório de assessoria e outras empresas – seleção de 6 empresas.
- SEMA analisou a parte ambiental.
- Encaminharam as propostas técnicas e financeiras, esta não aberta, avaliando apenas pelas propostas técnicas.
- Explicação sobre as empresas espanholas.

- A função como Estado é explorar, o estado tem uma bagagem muito grande e rica para ajudar. A consultoria está aqui para ajudar e dar apoio.

(Larissiane Ribeiro):

- O desafio é por ser um ano eleitoral.
- Especificamente para o litoral para o verão – cadeiras anfíbias, ações de dar acesso porque no verão tem mais gente indo às praias, garantia de direito das pessoas idosas, de acesso.
- Há um crescente número de idosos indo morar no litoral, por isso merecem um foco especial.

(Gustavo Henrique de Souza):

- O estado tem uma bagagem grande de planos.
- Política da criança e do adolescente - diagnostico que já foi muito trabalhado.
- Os municípios produzissem seus planos municipais para as crianças e adolescentes.

(Cid Blanco):

- Foco muito grande no território, para a gente é muito interessante entender os equipamentos que tem, para a área do funcionamento da política da gestão.
- "Aonde essas crianças são atendidas?"
- Se apenas existe no verão? Porque na leitura que vão chegar 15 mil trabalhadores e suas famílias, ela comporta essa nova população?
- Qual é a resposta que o plano está se propondo" é entender mais o atendimento e a política. "O quanto vocês gastam com esses municípios?"
- A importância de ver os planos para ver se eles preveem a ampliação das redes, por isso o plano tem que ser de desenvolvimento sustentável.
- Tentar entender a rede de equipamentos públicos que tem na região.
- Virá uma proposta grande de melhoria local de equipamentos.

Pergunta (Cid Blanco): Durante o verão vocês sentem a necessidade de uma ampliação?

Resposta (Gladys Teixeira): Janeiro é um mês mais parado.

Resposta (Gustavo de Souza): Pela parte de atendimento dos equipamentos não

Resposta (Ana Claudia Machado): A operação das policias deixa viável o atendimento durante o verão.

- Sobre a criação do porto de embarcações turísticas - ter atenção maior pois criam problemas
- Quanto por cento de casa de veraneio e quanto de locais?

(Ana Claudia Machado):

- Medo quanto aos 15 mil trabalhadores.
- Questão de exploração sexual.
- Segurança Pública.
- Não há delegacia da mulher - há uma previsão para um posto de vulneráveis – Matinhos – foi pensado para um número pequeno de habitantes.
- A SESP tem os boletins de ocorrência.
- Preocupação com o número de presos, por não haver penitenciária na região.
- Podem fornecer esses dados.
- Estão sendo capacitados em relação ao mercado de trabalho.
- Foi levantado quais municípios necessitam o equipamento.
- Aumenta as ocorrências da Maria da Penha durante o verão.

(Gladys Teixeira):

- Diferença grande dos municípios.
- Dificuldade de assistência social.
- Guaraqueçaba – todos estão no sistema – existem comunidades de difícil acesso por serem fechadas.

- Morretes – já não tem tantos problemas.
- Antonina ainda tem muita violência, exploração sexual.
- Muitos vão para Joinville estudar – todo dia ou não.
- A relação com SC é grande em relação ao trabalho.
- A pobreza cresceu muito no litoral paranaense.
- A população de rua cresce muito no período de verão.
- Existe o perfil cadastrado das famílias que recebem assistência – em Guaraqueçaba não há tantas informações.
- Indígenas – Paranaguá e Guaraqueçaba – vivem na tradição.
- O Estado do Paraná tem muitas comunidades indígenas e quilombolas, mas no litoral é menor.
- Equipes volantes - atendem as ilhas- todas municipais.
- Existem equipamentos que estão paralisados para atender a juventude – Paranaguá.
- Dificuldade enorme com documentação dos municípios.
- São convênios com os municípios.
- Programa "Nossa família Paranaense" – ação Intersetorial.
- Um comitê municipal – direcionam os programas segundo as necessidades
- CREAS.
- Existem nordestinos durante o verão, que provocam um impacto grande.

(José Alberto de Campos):

- Existe um diagnóstico da região – não existe estrutura para trazer grandes eventos, visando um grande número de turistas ligados ao esporte.
- Existe ginásio, mas não com portabilidade.
- Temos que sair dos esportes "normais".
- Através do esporte pode melhorar a sustentabilidade.
- Há desenvolvimento no litoral de atividades esportivas, mas não temos o viés de sustentabilidade, é pontual no verão.

- É necessário um calendário anual de turismo esportivo.
- Existe a questão da natureza que pode trazer esportes de aventura.
- Esportes aquáticos – deve ser mais estruturado.
- Existe estádio de futebol em Paranaguá.
- Todos os municípios têm equipes de várias modalidades que participam, mas nada com plano de sustentabilidade.

Comentário (Cid Blanco): Conectar com a criança e adolescente, obesidade infantil.

Comentário (Gladys Teixeira): Não há investimento no esporte náutico.

Comentário (Cid Blanco): É possível juntar esporte e equipamentos públicos. Haverá uma alteração do perfil do morador.

Comentário (Cid Blanco): a fase dois já iniciará na fase 1. Quando chegar na fase final do diagnostico, serão realizadas as escutas.

SÍNTESE

Na reunião foram abordados temas sociais como: assistência a pessoas carentes ou portadores de necessidades, crianças e adolescentes, mulheres que sofrem agressões. Além disso houve uma preocupação grande em buscar respostas para possíveis problemas gerados com as obras no litoral, a fim de não criar uma favelização e nem problemas decorrentes do grande número de trabalhadores que irão ocupar a região no período de execução do projeto.

Além do assunto social, foi discutido como associar o lazer e turismo de forma não prejudicial aos moradores litorâneos, já que a maior preocupação é o bem-estar dos que ocupam a região o ano inteiro.

PRINCIPAIS QUESTÕES ABORDADAS

- Amenizar impactos de agressões e explorações de mulheres, crianças e adolescentes;
- Ter a acessibilidade como foco no trabalho;
- Melhorar o acesso da população ao lazer, com criação de ambientes destinados à sua prática;
- Ter como prioridade a sustentabilidade em todas as questões de turismo e lazer.

PONTOS SENSÍVEIS E/OU DE ATENÇÃO

- Exploração sexual na região do porto de Paranaguá;
- Inexistência de locais próprios para a pratica de esportes;
- Número grande de trabalhadores que irão ocupar o litoral durante a execução do projeto;
- Alteração que haverá no perfil do morador.

ENCAMINHAMENTOS/ DELIBERAÇOES

- A ausência de representantes de alguns temas não permitiu o aprofundamento de alguns temas da pauta;
- Não foram discutidos os seguintes pontos previstos na pauta: saúde, educação, habitação e questões fundiárias.

PDS_LITORAL

LISTA DE PRESENÇA

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL - CDG

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_LITORAL

BANCO MUNDIAL
BIRF • AIF | GRUPO BANCO MUNDIAL

LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral –SEPL - Palácio das Araucárias – 4º andar – Ala D.
DATA: 30/01/2018 – 14:00
PAUTA: REUNIÃO TEMÁTICA: SÓCIO TERRITORIAL: SOCIAL E EQUIPAMENTOS URBANOS

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Gustavo Henrique de Souza	SEDS/CRA	gustavohsouza@seds.pr.gov.br	3210.2555	
Gladys M. Teixeira Tostes	SEDS/CPSB	gladys@seds.pr.gov.br	3210 2904	
Maicoa de Almeida Alves	SEDS/SAS	maicoa.almeida@seds.pr.gov.br	3210-2869	Maicoa Alves
Heverson Boyer	BCC	contato@boyercampos.com.com.br	99620 2160	
Ana Cláudia Machado	SEDS/CPM	anaclaudia.machado@seds.pr.gov.br	3210-2808	
Laurreane de J. Ribeiro	SEDS/SPED	laurreane@seds.pr.gov.br	3210.2601	
Barbara Bravo	Quanta	barbarabravo045@gmail.com	(21)991081334	
Cid Blanco Jr	Quanta	cidblanco@quantaconsultoria.com	(21)998162405	
SÔNIA MARIA DOS SANTOS	SEPL/CDG	SONIA.MARIA@SEPL.PR.GOV.BR	8313-6815	
José Albino de Campos	SEET	JASALVESDECAMPOS@SEET.PR.GOV.BR	3671-1402	
Manoel Victor Figueiredo	Consultoria	mvictor.figueiredo@gmail.com	(11)99473137 8	
PAULA RYDYGIER DE RUDDER	CONSULTORIA	RYDYGIER2@GMAIL.COM	(41)99205 8864	

RELATORIA DA REUNIÃO TEMÁTICA 3: ITCG

Data: 31/01/18 09:00

Local: ITCG Rua Desembargador Motta 3428 Mercês, contato Gislene Lessa

Participantes

Consórcio contratado: Maria Fernanda Incote Montanha Teixeira, Oriol Biosca Reig, Marcelo Zolet

Governo do Estado do Paraná: Gislene Lessa (Diretora de Geomática do ITCG), Patrícia Cherobim (SEPL)

Pauta: Bases cartográficas e geoprocessamento.

DISCUSSÃO

Gislene Lessa:

O litoral tem muitas questões fundiárias a resolver, por conta da presença de terras devolutas do Paraná e da União. O ITCG com frequência se envolve nessa identificação das áreas, o que auxilia o processo de regularização fundiária, titulação de posse, etc. Em relação à essa questão, são pessoas chave no assunto: Amilcar Cavalvanti Cabral (diretor/presidente do ITCG) e Roberto Gomes (diretor de terras), Constantino Stopinsky Filho (trabalhou muito tempo no IAP, tem muito conhecimento).

Há uma questão de litígio de fronteira entre Paraná e São Paulo na divisa situada em Guaraqueçaba.

O ITCG também apoia o programa FGRD – Fortalecimento da gestão de riscos e desastres, por meio do mapeamento de áreas de risco.

Em março de 2011, o grande volume de chuvas provocou deslizamentos na Serra do Mar, só não houve mais vítimas porque essas áreas estão conservadas. A comunidade de floresta está constantemente em alerta por estar em área de risco. Seria interessante

envolver a Defesa Civil no PDS, a pessoa chave seria Edmilson Barros, que trabalha no Palácio das Araucárias, 1º andar.

Em novembro e dezembro de 2015 foi realizado um levantamento por radar interferométrico, com processamento dos dados durante o primeiro semestre de 2016. Escala 1:10.000. Não abrange toda a região do litoral, foi feito um recorte por bacia.

Existem imagens georreferenciadas e planialtimetrico vetorial do ano 2000, em SAD69, na escala 1:25.000. Decorrente do Projeto de Proteção da Mata Atlântica, Pró-Atlântica, com consultores alemães. Disponível no site do ITCG.

Também no site do ITCG estão disponíveis fotografias aéreas/levantamento planialtimétrico de 2003.

Em 2005/2006 o Paranacidade/SEDU contratou ortoimagens spot5 com resolução de 5m, de uso e cobertura da terra, para atualização cartográfica. Ainda hoje essas ortoimagens são intensamente usadas pelo ITCG. Mosaico completo do Paraná. A consultoria deve solicitar esse material diretamente ao Paranacidade/SEDU, para o Carlos Storer e/ou engenheiro cartógrafo do Paranacidade.

Há mapas de declividade para toda a região do litoral na escala 1:50.000.

Em 2012 a Copel fez um levantamento de ortofotos (modelo do terreno, retificada, laser, escala 1:2.000 da área urbana) e ortoimagens (área rural resolução 2m). Qualquer coisa que venha da Copel precisa de um ofício de solicitação e termo de compromisso que deve ser utilizada a informação apenas para o PDS, citando todas as informações do contrato.

Cartografia de base e temática do ZEE, principalmente do ano 2000 em SAD 69. Houve sobreposição de mapas para cada caso em particular. Consultar ao fim do documento do ZEE a relação com as fontes cidades para cada um dos mapas. Devemos citar no PDS como fonte do mapa não apenas o ZEE mas também a fonte de origem, que está especificada ao final do relatório do ZEE.

SÍNTESE

PRINCIPAIS QUESTÕES ABORDADAS

- Histórico e formatos das bases cartográficas existentes para a região do litoral.

PONTOS SENSÍVEIS E/OU DE ATENÇÃO

- As informações de 2000 estão em SAD69. As informações mais recentes já em SIRGAS 2000. O ITCG trabalhou os mapas do ZEE em SAD 69 sem converter para SIRGAS. O Marcelo (consultor) pretende converter as informações para SIRGAS 2000.
- É interessante o PDS utilizar os levantamentos cartográficos mais recentes que aqueles usados no ZEE, à época ainda não havia o levantamento por radar interferométrico.

ENCAMINHAMENTOS/ DELIBERAÇOES

- O ITCG irá disponibilizar o material que foi contratado pela instituição, mediante um registro com a ouvidoria do Instituto.
- Gislene salvou informações do ZEE no pen drive do Oriol.
- Ficou combinado que o HD externo do Marcelo ficará com a Gislene para salvar outras informações. Maria Fernanda irá providenciar o ofício para obter as informações da Copel. Marcelo e Maria Fernanda irão procurar o Storer e o Cristiano do Paranacidade para obter as informações que foram contratadas por eles.

PDS_LITORAL

LISTA DE PRESENÇA

Lista de presença
PDS Litoral do Paraná
Data: 31/01/18 09:00
Local: ITCG

Nome	Organização	Telefone	E-mail
Gislene Lessa	ITCG	3304 7005	gislenelessa@itcg.pr.gov.br
MARCELO ZOLET	CONSORCIO	99624 6446	marcelo@imambiente.com.br
-	-	-	
PATRICIA CHEROBIM	SEPL / CPG /	PC 3313-6707	patricia.cherobim@sepl.pr.gov.br
ORIOL BIOSCA	MCRIT	(+34) 647863749	obiosca@mcrit.com
MÁ FERNANDA INCOTE MTEIXEIRA	CONSÓRCIO	(41) 991790485	mfernanda.arq@gmail.com

RELATORIA DA REUNIÃO TEMÁTICA 4: SEEC

Data: 31/01/2018

Local: Secretaria de Cultura

Participantes

Consórcio contratado: Maria Fernanda Incote Montanha Teixeira, Patrícia Casal

Governo do Estado do Paraná: André Godinho (SEJU), Regina Bley (SEJU), Katia Koti (Paraná Projetos), Marta Yoshie Takahashi (Paraná Projetos), Marilda Keller Zarpelon (Paraná Turismo), Deise Bezerra (diretora técnica do Paraná Turismo), Hardy Guedes (técnico cultural Paraná Turismo), Charles Marins (EMATER), Aimoré Índio do Brasil (Secretaria da Cultura), Evandro Pinheiro (Paraná Turismo)

Outros: Marcos Camper (ADETUR LITORAL), Rafael Andreguetto (ADETUR LITORAL)

Pauta:

Comunidades e comunidades tradicionais

Culturas tradicionais e étnicas

Patrimônio histórico, cultural e arqueológico

DISCUSSÃO

Patrícia: Apresentação. Representante dos especialistas da Hidria (empresa parte do consórcio de consultoria) da área de Patrimônio e Turismo. Problemáticas, visões de futuro para o turismo, turismo ligados às Unidades de Conservação, quais são as problemáticas para o desenvolvimento do futuro, quais são as potencialidades.

Maria Fernanda: Apresentação

Deise: Observou a questão da ausência do IAP na plenária e nas reuniões temática, destacando a importância deles nas discussões do turismo.

Regina: Bárbara esteve na SEJU, ficaram de conversar novamente e disponibilizar informações – interlocução voltadas às políticas públicas. A SEJU irá contribuir com a temática da estruturação social, representada pela Bárbara.

Marta: Pela manhã foi tratado a respeito do que seriam alternativas caso o Porto não se instale e caso se instale. O turismo tem sido transversal aos temas do socioterritorial, economia, direitos humanos etc.

Regina: Conselho com representação, caiçaras e pescadores artesanais, eles trazem suas dificuldades. Convenção 69, normativas que devem ser levadas em conta ao longo do Plano, sob pena de futuramente haver problemas com ministério público e órgãos fiscalizadores.

Comunidades sem infraestrutura básica precisam ser mencionadas no PDS no tema de infraestrutura.

Na região do litoral: caiçaras (comunidades tradicionais culturalmente diferenciadas, com organização social diferenciada), indígenas guaranis, benzedeiras, quilombolas, cipozeiros, ilhéus, pescadores tradicionais.

Marta: Turismo de base comunitária. Rede caiçara de turismo, Cooperguará (teve muito apoio da SPVS), Grupo Guarapés Turismo, Mestres Fandangueiros, Rio Sagrado – vivências, Aldeia Cerco Grande, Comunidade em Barbados. Valadares é o resultado do êxodo das comunidades estuarinas, tem muitos problemas de regularização fundiária, hoje tem quase 20 mil moradores, tem força política.

Serão refeitos os trapiches da Ilha do Mel, Ilha das Peças, ação do porto de compensação pela dragagem do Canal da Galheta.

Uma das maiores reivindicações dos pescadores é a pesca da tainha com cerco, o que não é permitido no Paraná, apenas em São Paulo. O Ministério acompanha essa questão porque já chegou na questão legal.

O crescimento da atividade náutica, oferta de locação de charters, associação de barqueiros para lazer, aumento perceptível da atividade náutica para o turismo, gerando bastante receita, o que pode contribuir para o turismo comunitário.

Deise: As iniciativas têm apoio grande no começo, mas tem dificuldade de se manter enquanto turismo. Para quem vai ofertar, qual é o produto. Hoje o turismo é insipiente no litoral. Não conseguem atrair demanda porque não conseguem buscar as ações que os mantenham. A iniciativa começa sem conversar com o mercado.

Problema de gestão, faltam políticas públicas para que as iniciativas se mantenham. Estão todas em torno de UCs, parques nacionais, etc, não podem desenvolver certas atividades produtivas.

Rafael: Na Ilha do Mel o IAP multa os empresários que venham a fazer modificações nas pousadas sem autorização, os empresários não podem utilizar os imóveis para obtenção de crédito devido às questões de propriedade.

Marta: trapiches e flutuantes, com o número de pessoas beneficiadas.

Charles: Em Superagüi a questão de abastecimento de água e rede de esgoto é um problema sério. A discussão é grande, é preciso envolver o poder público municipal. O volume de lixo que se acumula é um problema. A água tem captação que não é suficiente durante a temporada. Existe intenção de estimular a comunidade a construir cisternas para captar água pluvial. Existe uma dependência da comunidade às iniciativas do poder público.

Regina: Para qualquer ação para um PDS o primeiro passo é existir um levantamento de quais sãos as comunidades que mais estão em necessidade de serviços e infraestrutura básica.

Marta: Nem todas as comunidades sequer tem acesso às placas fotovoltaicas para energia elétrica.

André: Ficam à mercê de vender imediatamente o peixe porque não tem como manter o peixe refrigerado.

Regina: O PDS pode pensar em alternativas mais tecnológicas e sustentáveis para essas comunidades.

Rafael: O grande desafio para os empresários é não pode investir porque a legislação não permite, indústrias não conseguem o licenciamento.

Aimoré: Quando foi feito o tombamento da Serra do mar, o governo de Santa Catarina não quis ser parceiro, e posteriormente sofreram as consequências dos desastres naturais. As alternativas de desenvolvimento sempre são caras e ninguém quer banca-las.

Evandro: O papel do Estado no tocante à preservação não pode visar lucro. Nós temos uma situação de preservação que nos permite ter água de qualidade. Como adequar a atividade turística para que seja lucrativa. Existe tecnologia, custa caro, por isso as candidatas à concessão não querem. Sistemas alternativos de energia fotovoltaica. Hoje quase ninguém na Ilha do Mel faz a captação de água de chuva.

Na década de 1990 foram feitas as primeiras estruturas na Ilha do Mel, quando se estimou o número de visitantes em 5.000 supondo que esse seria o número de leitos nas pousadas, sem muita certeza. São 1,5 mil habitantes na Ilha.

EMATER: é importante o envolvimento direto das comunidades, para que possam valorizar esse processo. Questões legais impedem o produtor rural de acessar determinadas linhas de crédito se ele se caracterizar como Microempreendedor Individual (MEI) ou outro formato de empresa. Os produtores não conseguem beneficiar nada.

Banana chips, farinha, cachaça, aipim chips, torta de palmito pupunha, torta de palmito real. As caminhadas promovidas anualmente pelo EMATER envolvem 5 comunidades, com café da manhã feito pela comunidade. Na Colônia Quintilha a última caminhada teve quase mil caminhantes, uma vez por ano. Se houvesse mais caminhadas haveria público. É fácil tornar roteiro permanente. Virou moda, pegou.

Patrícia: Tivemos experiências de consultoria em comunidades tradicionais com resultados ótimos, quando essas pessoas percebem interesse nas suas práticas e sentem-se valorizadas.

Aimoré: Superagüi foi tombada antes de ser Parque, não apenas visando a preservação ambiental, mas também da cultura e do ser humano. Há enfrentamentos quando ocorrem a expulsão de comunidades tradicionais de áreas protegidas.

Centro histórico de Antonina é tombado pelo IPHAN. Há também outros edifícios tombados como a estação ferroviária, capela, igreja.

Paranaguá: centro histórico tombado pelo Estado, tirando Curitiba é o município do Paraná com o maior número de bens tombados: forte da Ilha do Mel, a Ilha do Mel, outros.

Morretes: tem o estudo completo do centro histórico que deve ser tombado, casa Rocha Pombo onde é a sede da DETUR, capela, outros

Pontal do Paraná: Sambaquis do Guaraguaçu.

Matinhos: A Orla Marítima de Matinhos foi tombada em 1974, com poucas frases no livro tombo ("está tombada a orla de Matinhos"), proposta do professor Bigarela. Não há compreensão do que era esperado na época com esse tombamento. Interpreta-se hoje como o espaço entre o Hotel e as pedras de Matinhos. O Conselho delibera sobre isso. Ao redor do bem tombado existem restrições legais.

Existe uma normativa que autoriza a engorda da praia de Matinhos, disponível no site da secretaria da cultura > bens tombados > orla de matinhos.

Maria Fernanda: Na hipótese de o município optar por alterar os parâmetros urbanísticos construtivos dos edifícios em frente à praia, o que acontece?

Aimoré: Precisa passar pelo conselho deliberativo, pode ser feita uma normativa autorizando.

Deise: É importante o PDS traçar ações imediatas, dando resposta ao que já está implantando, à estrutura empresarial já colocada, consequentemente a todas as pessoas que dependem do turismo no litoral.

Marilda: A questão da sazonalidade é trabalhada pelo Estado sempre: instalação de banheiros químicos, chuveiro, salva-vidas. Na operação verão é a única oportunidade em que o lixo é de fato retirado das ilhas, porque a prefeitura não consegue manter durante o ano.

Marcos: Houve uma época que o turista que ia para a Ilha do Mel recebia um saco de lixo para retornar ao continente, e ganhava uma fotografia como "recompensa', o que ajudou muito na época.

Deise: O PDITS ainda é um documento vigente, identifica fragilidades.

SEJU apresentou o mapa de terras e territórios e povos e comunidades tradicionais do estado do PR. Disponível no site do ITCG.

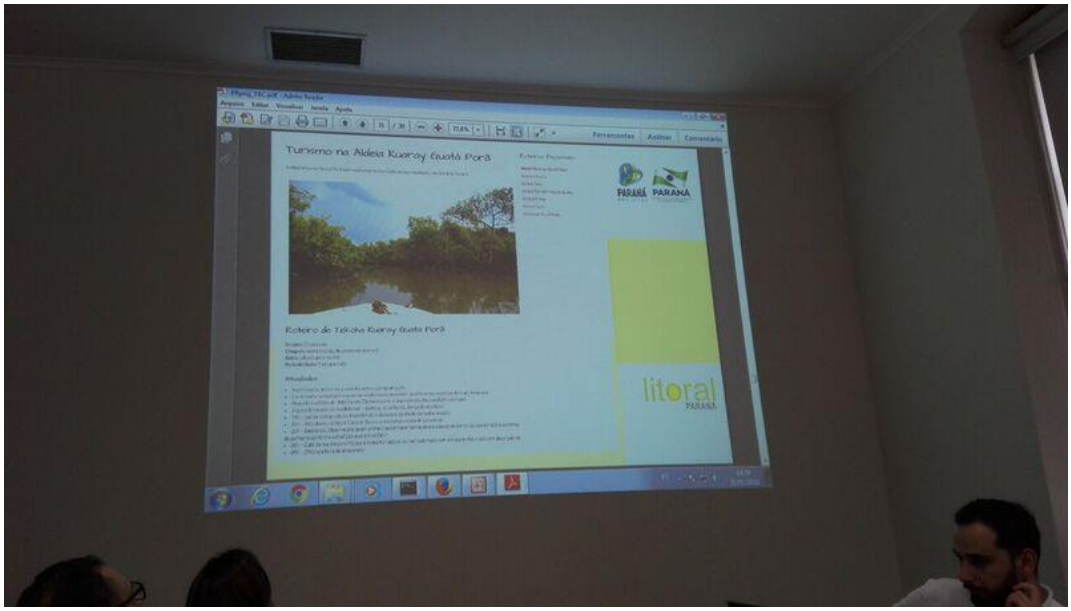
SÍNTESE

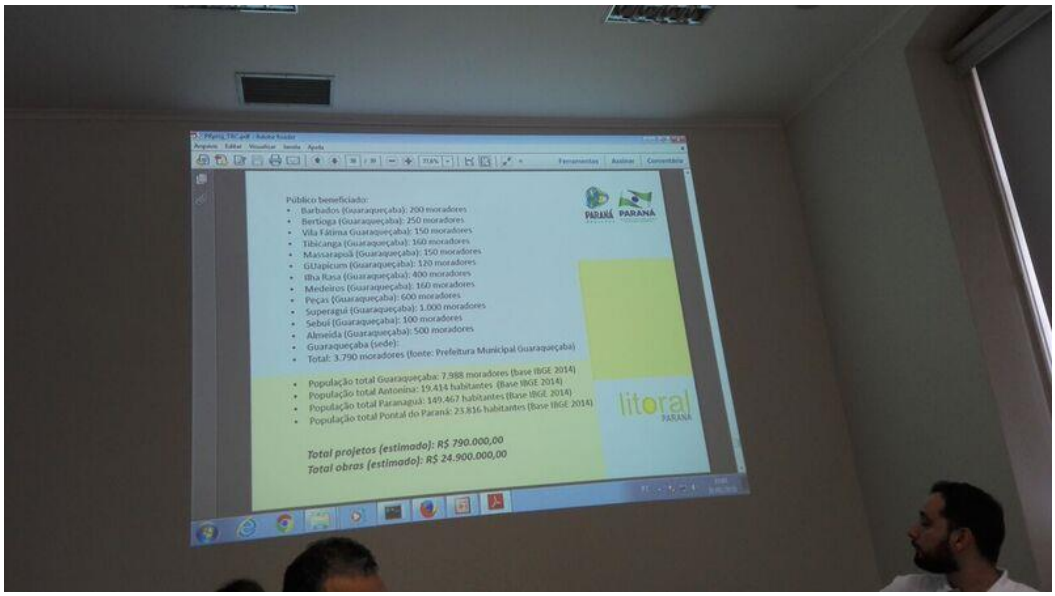
PRINCIPAIS QUESTÕES ABORDADAS

- Localização e características das comunidades tradicionais com potencial turístico
- Carências de infraestrutura básica
- Problemas enfrentados pelos empresários, pescadores e comerciantes locais
- Patrimônio tombado
- Atividades turísticas existentes e potenciais

PONTOS SENSÍVEIS E/OU DE ATENÇÃO

- É importante a questão da implantação de formas alternativas de energia, água, esgoto e tratamento de resíduos sólidos nas comunidades tradicionais. A questão do trabalho de capacitação de comunidades, com o objetivo de torná-las mais autônomas, menos dependentes das iniciativas de governo.





PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
PARANÁ TURISMO
IPARDES
A CADEIA PRODUTIVA DO
TURISMO NO PARANÁ -
REGIÃO TURÍSTICA LITORAL

PDS_LITORAL

LISTA DE PRESENÇA

Lista de presença
PDS Litoral do Paraná
Data: 31/01/18 14:00
Local: Secretaria da Cultura

Nome	Organização	Telefone	E-mail
André Cardinho	Seju	3221-7244	andre.cunha@seju
Katia Foti	PARANÁ PROJETOS	3213-7700	katiafoti@paranaprojetos.pr.gov.br
MARTA YOSHIE TAKAHASHI	PARANÁ PROJETOS	3213-7700	MARTA@PARANAPROJETOS.PR.GOV.BR
Mª FERNANDA INGLE	Comércio	9917904185	mfernanda.arq@gmail.com
Marilda Keller Zappelon	PRTUR	99109-1631	marilda k@turismo.pr.gov.br
Deise Bezerra	PRTUR	99974-2867	deisebezerra@turismo.pr.gov.br
MARCOS CAMPER	ADETUR LITORAL	99195.0013	MCAMPER@uol.com.br
HARDY GUEDES ALCOBRAZA Fº	PRTUR	99948 4874	hardyguedes@turismo.pr.gov.br
RAFAEL ANDREGUETTO	ADETUR LITORAL	98486 2372	EXECUTIVO@ADETURLITORAL.COM.BR
Carlos F. Martins Peixoto	EMATER	9979975197	carlospeixoto@emater.pr.gov.br
Regina Bley	SEJU	3221-7261	reginacb@seju.pr.gov.br
AIMORÉ ÍNDIO DO BRASIL ARANTES	SEEC	3312-0425	aimoreearantes@seec.pr.gov.br
EVANDRO PINHEIRO	PRTUR	3313.3517	evandro@turismo.pr.gov.br
PATRICIA CASAL	CONSULTORIA	+34672298317	patricia@hidria.es

RELATORIA DA REUNIÃO TEMÁTICA 5: SEPL

Data: 31/01/18, 14:00.

Local: SEPL, Palácio das Araucárias, 4º andar, Ala D.

Participantes:

Consórcio contratado: Márcia Campos (equipe de comunicação), Heverson Bayer (equipe de comunicação), Maurício Maas (mediação)

Governo do Estado do Paraná: Sônia Maria dos Santos (SEPL), Simone Mattos, Pedro Dutra (comunicação gabinete do Governador do Paraná)

Pauta:

- Decidir sobre o plano de comunicação – publicação nas redes sociais, divulgação, notícias
- Comunicação com stakeholders

DISCUSSÃO

Marcia/Heverson: Apresentado o Plano de Comunicação para o PDS Litoral. Foram abordadas as formas como serão realizadas as divulgações e os seus meios, como os veículos de imprensa (rádio, televisão, impressos e virtuais). Também o uso das principais redes sociais, como Facebook, Instagram, Twitter e Youtube.

Toda a comunicação divulgada será transparente e aberta aos questionamentos ou dúvidas da população do litoral, entidades, ONGs e outras pessoas ou instituições que apresentam alguma dúvida sobre o projeto em desenvolvimento.

Também foi abordada a importância de saber utilizar o melhor veículo de comunicação para chegar até os moradores locais. Por exemplo: via rádio em locais onde o acesso à televisão ou internet é mais precário, como em alguns povoados de Guaraqueçaba e o desafio de fazer chegar esta comunicação.

Site: explanação sobre os principais links que serão utilizados.

Sonia: De fundamental importância a comunicação com o público externo.

Marcia/Heverson: Haverá no site um link chamado Fale Conosco, que servirá para respostas de técnicos, quando esta for a necessidade, e também por parte da comunicação.

Sonia: É importante saber quem responde e principalmente o tempo de resposta.

Marcia/Heverson: Foi esclarecido que uma das formas de mostrar transparência das ações que estão sendo feitas pelo PDS Litoral será feita via newsletter que será postada no link Imprensa constante no site.

SÍNTESE

PRINCIPAIS QUESTÕES ABORDADAS

- Principais aspectos do Plano de Comunicação

PONTOS SENSÍVEIS E/OU DE ATENÇÃO

- Conhecer de fato o que a população busca com o PDS Litoral.
- Como fazer com que todos tenham acesso às informações.
- Acesso ao mailing list do governo do Estado do Paraná.

ENCAMINHAMENTOS/ DELIBERAÇÕES

- Após solicitação, Sônia Maria dos Santos ficou encarregada de entrar em contato com a Comunicação Social para pedir acesso ao mailing list dos veículos de comunicação do litoral. Dessa maneira a equipe de comunicação consultora do PDS Litoral poderá traçar metas para uma divulgação assertiva.

PDS_LITORAL

LISTA DE PRESENÇA

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL - CDG

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_LITORAL

BANCO MUNDIAL
BIRF • AIF | GRUPO BANCO MUNDIAL

LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: SEPL. Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – Palácio das Araucárias 4º Andar – ala D
DATA: 31/01/2018 – 14:00
PAUTA: REUNIÃO TEMÁTICA: COMUNICAÇÃO

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Heverson Bayer	BCC	contato@bayercamposcom.com.br	99620260	
MÁRCIA CAMPOS	BCC	contato@bayercamposcom.com.br	999868126	
MAURICIO D. MAAS	CONSULTORIA	MAAS.MAURICIO@GMAIL.COM	984061605	
SÔNIA MARIA DOS SANTOS	SEPL/PDS	SONIA.MARIA@SEPL.PR.GOV.BR	3013-6815	
SIMONE MATTOS	SEPL	SIMONE.MATTOS@SEPL.PR.GOV.BR	3313-6333	
Pedro H. Dutra	SEPL	PEDRO.DUTRA@SEPL.PR.GOV.BR	3313-6334	

PDS_LITORAL

RELATORIA DA REUNIÃO TEMÁTICA 6: IPARDES

Data: 31/01/2018, 14:00

Local: IPARDES. Rua Amazonas Marcondes, 336, Cabral, Curitiba – PR.

Participantes: Julio Suzuki (IPARDES), Evandro Razzoto (SETI), Marta Yoshie Takahashi (Paraná Projetos), Mauricio Lunardon (SEAB), Sonia Maria dos Santos (SEPL), Daniel Nojima (IPARDES), Jorge Guerra (SEPL), Mario J. Figueiredo (SEPL), Homero Leite Pereira (SEPL), Noe V. dos Santos (SEPL), Deise Bezerra (PRTUR), Rosane Gonçalves (SEJU), Suelen Gliski R. Santos (SEJU)

Consórcio contratado: Manoel Victor Figueiredo, Cid Blanco, Taco Roorda

Governo do Estado do Paraná:

Pauta: Produção e desempenho, cadeias produtivas e arranjos produtivos locais (APL), emprego e renda, investimentos previstos ou em andamento, demografia e fluxos migratórios, arrecadações municipais e repasses.

DISCUSSÃO

(Manoel Victor):

- Pergunta qual é o trabalho analises demografia e tendências demográficas que ainda tem que ser realizado, como pode contribuir neste quesito, tendo em vista o grande acervo de informações do IPARDES.

(Julio Suzuki):

- As progressões demográficas são desatualizadas, em alguns casos podem estar erradas.
- Os dados do IPARDES podem ser lidos como um cenário tendencial.

(Daniel Nojima):

- Começa a falar sobre um dos movimentos migratórios tendenciais para o litoral paranaense que é o dos aposentados que buscam um lugar mais calmo para passar sua aposentadoria.

(Mario J. Figueiredo):

- Conta um pouco sobre o histórico do litoral, que, segundo o mesmo foi abandonado pelos paranaenses na década de 1990, mas nos anos 2000 acaba recebendo um bom investimento, e acaba criando uma tendência para alguns dos municípios.
- Uma tendência de pessoas se mudar para ir morar na praia, aposentados, principalmente Guaratuba, pois tem uma boa estrutura, "é mais cidade que os outros balneários".
- Também fala que atualmente o mercado de algumas cidades litorâneas está melhorando, sendo criadas hamburguerias, tendo mercados mais baratos que os da capital, e um preço cerca de 40% mais barato em carnes.
- Cita o fluxo migratório dos moradores para Joinville, para ensino (faculdade) e tratamentos médicos.

(Daniel Nojima):

- Dados do censo não consegue prever este movimento pendular entre o litoral paranaense e Joinville.

(Cid Blanco Jr.):

- Para descobrir quais casas são de moradores e quais são de veraneio, para isso poderiam ser utilizadas as contas de luz ou agua dos meses de baixa permanência dos moradores de veraneio.
- Gostaria de prever os estoques de habitações que não são utilizadas.

(Julio Suzuki):

- Pergunta se o Quanta a tem algum sistema que consegue diferenciar o que é habitação ocupada e vazia.

(Mario J. Figueiredo):

- O que vai desequilibrar o mercado não são as casas existentes, e sim os investimentos, que criarão casas populares, e terão que criar uma nova estrutura de bairros para novas casas

(Cid Blanco Jr.):

- Cita a influência das moradias temporárias para os construtores.
- Devem ser criadas moradias para mercado popular.
- Devem ser criados bairros estruturados, com saneamento e estruturas básicas.
- Criar parcerias com construtoras, para evitar ocupações irregulares

(Daniel Nojima):

- Cita que pode faltar trabalho para a mão de obra jovem no litoral.

(Evandro Razzoto):

- A mão de obra do litoral tem um baixo nível de qualidade.

(Mario J. Figueiredo):

- O trabalhador praiano tem outro ritmo, do que o nosso, urbanizado.
- Imobiliárias têm muitos acessos nos seus sites, começa um crescimento populacional da praia, principalmente em Guaratuba, antigamente existiam prédios fantasmas fora de temporada, mas atualmente esses apartamentos estão cada vez mais habitados.
- Guaratuba ganhou 15 milhões do governo nos últimos anos para investir em infraestrutura.

(Manoel Victor):

- Qual é o volume de investimento para o litoral, e qual o retorno que isso irá gerar, os 15 mil empregos (citados que seriam gerados pelo plano) são diretos ou indiretos (devido ao efeito renda, atraídos pelo fluxo migratório). Temos como prever os investimentos públicos, e os privados?

(Mario J. Figueiredo):

- Quem vai fazer o porto?
- O que vai fazer uma variação real na quantidade de empregos é a construção do porto que traria uma grande quantidade de trabalhadores para a região.

(Julio Suzuki):

- O terreno do porto ainda tem impedimentos jurídicos? Resposta: sim.

(Cid Blanco Jr.):

- Há 2 planos, um com a previsão do porto e um sem o porto, cujo qual já foi projetado.

(Noé V. dos Santos):

- A Secretaria de Planejamento contratou a Paraná Desenvolvimento para criar um banco de dados dos projetos de investimento no Paraná.

(Deise Bezerra):

- Cita as 3 dinâmicas do litoral, norte – centro – sul, pois do ponto de vista da mesma são 3 regiões bem diferentes e que devem ser trabalhadas distintamente.

(Cid Blanco Jr.):

- Essas 3 dinâmicas se alteram a partir da modificação das vias estruturais neste litoral.

(Mario J. Figueiredo):

- Cita a necessidade do consorcio se aliar com os prefeitos destas cidades litorâneas, pois isso facilitaria o trabalho, pois os mesmos têm muito mais conhecimento local.

(Manoel Victor):

- Na contextualização trabalharemos com esses itens de espacialização, a matriz de zoom produto dá mais viabilidade para calcular outros produtos econômicos.
- Trabalharemos juntos com o IPARDES para calcular os dados demográficos para a contextualização.
- Nas oficinas criaremos um contato com os prefeitos, mas em outra etapa.

(Jorge Guerra):

- Diz para conversarem antes com os prefeitos e Mario J. Figueiredo concorda que seria muito rico para aprenderem os conflitos internos dentro da cidade.

(Taco Roorda):

- A reunião com os prefeitos pode ser realizada em um encontro antes das oficinas.

(Sonia Maria dos Santos):

- Eles (consórcio) têm que estar bem informados para conversar com os prefeitos.

(Marta Yoshie Takahashi):

- A classe operaria não gera empregos locais, e sim traz novos operários de fora, como foi o caso de Adrianópolis, lá é possível ver que os construtores preferem pagar uma moradia temporária, ao invés de investir na construção de moradias populares.

(Mauricio Lunardon):

- Em Paranaguá o ensino é muito fraco, nenhuma escola tem nota suficiente no (indep?)

(Evandro Razzoto):

- Mão de obra, ensino e capacitação cultural no litoral é um assunto muito crítico.
- FIEP e SENAI podem auxiliar na qualificação da mão de obra local.

(Deise Bezerra):

- Acha fundamental participarem (consorcio) da próxima reunião com o COLIT.
- Acredita que é necessário resgatar os planos passados que foram criados em 2011.

(Julio Suzuki):

- Acredita que se não houver capital humano local, haverá transição de trabalho para a mão de obras de outros locais.

(Mario J. Figueiredo):

- Já existe uma geração de graduados regionais por conta das faculdades litorâneas.
- Sem a graduação não adianta treinar os funcionários.

(Evandro Razzoto):

- É necessário fazer um investimento de longo prazo com a educação.

(Marta Yoshie Takahashi):

- Conta que Paranaguá não tinha receptivo local, e que quando um navio de passageiro fez a primeira parada no porto o receptivo foi feito com apoio de empresas curitibanas, mostrando assim o despreparo local.

(Mario J. Figueiredo):

- O patrimônio histórico é essencial, porem deve ter uma limitação, por exemplo, bens imateriais.
- Conta que Guaraqueçaba é um espaço de criação e nascimento de espécies endêmicas.

(Cid Blanco Jr.):

Existem 2 caminhos que podem ser tomados: um com o porto e outro sem o mesmo, o governador não vai fazer um grande investimento para um porto que pode não acontecer. Devemos trabalhar com outras linhas de desenvolvimento da economia da região pois o objetivo deste projeto é também melhorar a renda dos moradores

(Mario J. Figueiredo):

- Existe um grande entrave para o porto por causa dos latifundiários, e também pelo grande impacto natural que isso iria causar.
- Paraná tem destaque no maior número de praias balneários com possibilidade de tomar banho.

(Evandro Razzoto):

- Florianópolis e Balneário Camboriú estão muito mal com a poluição da praia, por isso não podemos culpar tanto as ONGs que protegem as praias paranaenses.

(Rosane Gonçalvez):

- Conta que as pessoas (moradores do litoral) tem interesse pelas obras.
- Cita que além do ciclo dos idosos que vão para praia, existe um ciclo mais novo que vai para a praia para tratar da demanda gerada por estes aposentados.
- Existe uma população que decide ir morar na praia como uma maneira de fugir do caos urbano.

(Julio Suzuki):

- O veranista quer que fique como está, mas o morador quer que mude, mas qual é o lado que mais conta?

(Cid Blanco Jr.):

- Deve-se ver qual é proporção de usuários de veraneio em relação aos próprios moradores, porque talvez, se 70% da população é de veraneio, exista um morador "não-morador" que contribui mais com o IPTU do que os próprios moradores.

(Daniel Nojima):

- No DENI existe estatísticas com números e históricos.

(Cid Blanco Jr.):

- Lembra que o Censo 2010 não abrange o cenário atual, principalmente com a crise no meio do deste período, os dados estão muito desatualizados.

(Evandro Razzoto):

- Deve-se criar atividades para o morador fora de temporada, para criar condições de lazer.

(Marta Yoshie Takahashi):

- Conta sobre os segmentos de Turismo especializado, como o turismo de observar aves (Guaraqueçaba, Guaratuba)

(Julio Suzuki):

- Deve-se criar um turismo perene, não apenas um atrativo de verão.

(Mauricio Lunardon):

- Agricultura: Guaratuba produz 25% da banana do Paraná e tem um grande crescimento no plantio da pupunha.
- Em Morretes existe um grande plantio de hortaliças, gengibre.

- Principal atividade das regiões é a pesca.
- Dados da agricultura do Governo Paraná – é melhor usar os dados do do estado do que os do senso.

(Evandro Razzoto):

- Analisar custos de impostos para empresas, energia e agua futuros.

(Julio Suzuki):

- Aguarda a demanda do consórcio para que possam colaborar.

SÍNTESE

Na reunião foram abordadas questões sobre dados e como conseguir informações econômicas e populacionais da região, os impactos que o porto pode causar, a mão de obra local, assim como o ensino regional e como pode ser melhorado.

PRINCIPAIS QUESTÕES ABORDADAS

- Como conseguir dados necessários para o projeto.
- Migrações para o litoral.
- Mão de obra local e como capacitá-la.
- Impactos que o porto pode trazer.

PONTOS SENSÍVEIS E/OU DE ATENÇÃO

- Impactos do porto novo.
- Realização ou não do mesmo, necessidade de criar 2 planos, contando com ou sem o porto.
- Assim como a necessidade de criar outras formas de renda local que não só do porto.
- Ensino regional, como qualificar a mão de obra local.

ENCAMINHAMENTOS/ DELIBERAÇOES

- Consórcio deve encaminhar solicitação de informações ao IPARDES.

LISTA DE PRESENÇA

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GOVERNAMENTAL - CDG

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_LITORAL

BANCO MUNDIAL BIRF • AIF | GRUPO BANCO MUNDIAL

LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: IPARDES. Rua Amazonas Marcondes, 336 – Cabral
DATA: 31/01/2018 – 09:00
PAUTA: REUNIÃO TEMÁTICA: ECONOMIA

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
SONIA MARIA DOS SANTOS	SEPL	SONIA.MARIA@SEPL.PR.GOV.BR	3313-6815	
Mauricio Lunardon	SEAB	lunardon@seab.pr.gov.br	41 21526350	
DANIEL NOJIMA	IPARDES	daniel.nojima@ipardes.pr.gov.br	3210 6345	
JORGE GUERRA	SEPL	jorge.guerra@sepl.pr.gov.br	3313-6814	
MARIO JOÃO FIGUEIREDO	SEPL	mario.figueiredo@sepl.pr.gov.br	991128892	
ADNERO LEITE PEREIRA	SEPL	ADNEROPEREIRA@SEPL.PR.GOV.BR	3351.7629	
NOE V. DOS SANTOS	SEPL	noe@sepl.pr.gov.br	33577646	
Deise Bezerra	PRTUR	deisebezerra@turismo.pr.gov.br	3313 3521	
Rosane Gonçalves	SEJU	rosanegoncalves.seju@det.pr.gov.br	3210 3846	
Julia Ginaldi R. Santos	SEJU	juliaginaldi@seju.det.pr.gov.br	3210 2855	
TACO RESENDE	CONSORCIO	taco@cidadeplanos.com.br	999751-7700	
Elsudno Pazzoto	SETI	pazzoto@seti.pr.gov.br	41 99608-0509	
MARTA YOSHIE TAKAHASHI	PARANÁ PROJETOS	MARTA@PARANAPROJETOS.PR.GOV.BR	3213-9700	
Cid Blanco Junior	CONSORCIO	cid.blanco@quantaconsultoria.com	(21)998762405	

RELATORIA DA REUNIÃO TEMÁTICA 7: SEMA

Data: 31/01/2018, 09:00

Local: SEMA. Rua Desembargador Motta 3384, 3º andar, Curitiba – PR.

Participantes:

Governo do Estado do Paraná: Enéas Machado (Águas Paraná), Leopoldo Fiewski (SEMA), Sueli Ota (SEMA), Everton Souza (Águas Paraná), José Luiz Scroccaro (SEMA/CRHA), Evandro Pinheiro (Paraná Turismo), Fabricio Miyagima (SEPL/CDG), Danielle Prim (ITCG)

Consórcio contratato: Patricia Casal (Consórcio), Emanuel Maciel (Consórcio), Eduardo Martínez (Consórcio), Mauricio Maas (Consórcio)

Pauta: Solo, subsolo e topografia; ambientes hidro mórficos; unidades de conservação; hidrografia e hidrologia; fauna e flora; áreas de risco; órgãos de fiscalização e licenciamento; infrações; habitação e questão fundiária.

DISCUSSÃO

(Fabricio Miyagima):

- Apresentação do plano – em 2011 uma série de empresas procuraram o Estado para implantar industrias no litoral do Paraná.
- Existe a projeção de 15 mil empregos novos com a execução desse plano.
- Decreto 2647/2011.
- Plano de Desenvolvimento Sustentável do Llitoral.
- Plano de duração de 1 ano, dividido em 5 etapas. No final de cada etapa ocorrerá audiências públicas.
- Hoje estamos falando bem especificamente da área ambiental.
- O objetivo de hoje é estreitar as relações.

- Questão de solo, subsolo e topografia; ambientes hidro mórficos; unidades de conservação; fauna e flora, área de risco; órgão de fiscalizações e licenciamento; infrações; habitação e questões fundiárias.

(Sueli Ota):

- Vou falar sobre o sistema SEMA: é formada pelo Águas Paraná, o ITCG, o Instituto Floresta e o IAP.
- Temos a incumbência de tratar da parte ambiental do Estado.
- Cada coordenação fica vinculada a uma autarquia que representa o executivo e que vai à campo.
- Temos alguns conselhos que tem cadeiras da área governamental e da civil.
- Diferença entre SEMA e IAP: O último é o órgão executivo e de fiscalização estaduall (poder constitucional de controle). Já a SEMA tem 6 superintendências.

(Everton Souza):

- Águas Paraná é responsável pelos recursos hídricos do Estado. Controle e comando do uso das águas.
- Utilizamos os instrumentos que temos na lei. Outorga para uso d´água – utilização, captação (controle dos efluentes), enquadramento dos corpos d´água (enquadramentos de 25/27 anos – hoje a realidade é outra então existe a necessidade de reenquadrar), sistema de informações de recursos hídricos – era antigo e pouco amigável, não cumprindo com a tarefa (processo de melhoria através de um sistema de outorga – para agilizar e dar acesso à população).
- Fazemos monitoramento de recursos hídricos – está dentro do sistema de informações – faixa de 250 locais de controle de nível de rio ou por régua ou por computador.
- Elaboração de plano – apenas temos processo de cobrança dentro do plano da bacia. Verificado os problemas e potencialidades você estabelece programa das

bacias. Só temos cobrança na Bacia do Alto Iguaçu que está vigente há 4 anos – o pagamento é pequeno, mas cria a cultura do pagamento.

- Temos área de resíduos sólidos.
- Auxiliamos no controle de erosão.
- Instituição também de saneamento ambiental – não trabalhando apenas em 1 vertente das 4 existentes.

(Enéas Machado):

- O plano de bacia é um dos instrumentos dos recursos hídricos.
- O Paraná está dividido em 12 regiões de planos hidrográficos.
- Um dos planos que está sendo feito é o litorâneo – irá até julho deste ano, podendo esticar o prazo. Composto por diagnostico (uso do solo, demandas hídricas, disponibilidade hídrica, ...), elaboração do cenário – balanço hídrico, enquadramento dos rios (qual classes de rios) está sendo feito mais abrangente no litoral – segmentando os rios em vários trechos (especialmente em áreas urbanas e adjacentes a elas), é feito o plano de efetivação, é feita a lista de ações do plano de bacia (outras obras além do enquadramento).
- A relação é entre a empresa, eles e bacia – passa pela câmara técnica e volta para a empresa, plenária do comitê. Na plenária não existe muita discussão pois já houve discussão com a empresa. Processo lento – pois não depende só deles e da empresa.
- Recomenda que marque reunião com a Empresa e com eles para maior discussão, para facilitar o processo.
- O diagnóstico já foi entregue e está no site do Águas Paraná – Gestão de bacias – Plano de bacias.

(Everton Souza): Pegamos todas as nossas atas e fizemos um resumo. Criaram isso para facilitar.

(Fabricio Miyagima): A primeira reunião do consorcio foi com ministério público para evitar possíveis problemas. O processo está sendo bem transparente.

(Everton Souza): Todas as reuniões com o ministério público foram colocadas que eles são participantes do comitê para tornar o processo mais transparente. Pois o ministério público se colocava como ouvinte.

(Fabricio Miyagima): A questão portuária é bem eminente. Por isso contratamos um mediador de conflitos. Pois temos noção que vamos encontrar dificuldades.

(Emanuel Maciel): Qual é o grau de interferência, pois os municípios têm suas secretarias, e a secretaria do paraná, acaba em algum momento tendo conflito?

(Everton Souza): Constitucionalmente é obrigação municipal, na maior parte é passado para a SANEPAR. Apenas Antonina e Paranaguá que não. A SANEPAR é uma usuária de água, ou seja, pede outorga para as ações. As ações do Água Paraná são de apoio. Nós não somos detentores da obrigatoriedade.

(Eduardo Martínez):

- A equipe é metade internacional e a outra nacional.
- Estamos trabalhando em alguns projetos no Brasil bem semelhantes e por isso estamos familiarizados com alguns processos. (Rio, Fortaleza).
- Tentaremos que problemas que tivemos em outros projetos brasileiros não tenhamos nesse.

Pergunta (Eduardo Martínez): Está clara que a responsabilidade de saneamento é municipal. Que porcentagem de tratamento existe na bacia litorânea?

(Everton Souza): tem muitos investimentos recentes. Então existem redes dos balneários que são de população fixa pequena, mas população flutuante grande, que foi ampliada. No diagnóstico das bacias nós temos essas informações, mas podemos levantar se há algum dado recente para acrescentar. Guaratuba, Matinhos 90%; Pontal 50%; Paranaguá tem uma empresa nova que está fazendo um plano novo; Morretes

certeza que tem, Guaraqueçaba tem uma cobertura grande. Antonina não tem nem 9%, a abrangência é muito pequena, e tem problema que eles estão com 90% de inadimplência, por isso estão fazendo uma conscientização na população. A Ilha do Mel não tem tratamento sanitário até hoje, tornando um problema seríssimo por causa da empresa antiga de Paranaguá.

(Eduardo Martínez): Dentro do seu campo existe uma preocupação?

(Everton Souza): O plano tenta solucionar esse problema de esgota não tratado.

(Eduardo Martínez): Sobre os riscos de alagamentos estão incluídos?

(Enéas Machado): Estão incluídos, mas como mais tema histórico, como a chuva de 2011. Mas não fazemos estudos sobre tempo de ocorrência de enchentes e nem zoneamento de áreas inundadas. Nas áreas urbanas apenas as levantadas pela defesa civil, as quais estão dentro do plano.

(Eduardo Martínez): As unidades de conservação, que manejo tem? A nossa experiência é que existem muitas. Pois as ações são muito escassas. A realidade que temos dentro do plano é que o território de trabalho é mais 80% protegido. Quais são as linhas de trabalho? O que temos?

(Sueli Ota): No Estado do Paraná temos duas áreas de APAs importantes Foz e Litoral. Em todo litoral temos muitas unidades de conservação, dentro destas temos tipologias. Para cada uma dessas existe um manejo diferenciado. Para trabalhar com elas precisa de um conselho para fazer essa gestão das unidades. Temos tantas unidades porque é uma mata atlântica com fauna e flora muito rica. Deveria haver, por lei, uma revisão a cada 5 anos, porém isso não ocorre. Os planos de manejo existem e são aprovados, mas estão desatualizados. Por causa da eficiência dos planos a comunidade não tem conhecimento. Existem planos de manejo, existem conselhos que estão inoperantes, existe a criação de um conselho de Guaratuba, existe um de Paranaguá e um de Guaraqueçaba. Existe uma liderança popular – exemplo: Ilha Do Mel – uma área sensível em que alguns se instalaram lá sendo caiçaras ou não, mas o uso da área é muito

conflitante. Há duas áreas grandes de conservação. Estamos tentando abrir uma concessão para administrar as questões sanitárias durante o verão, pois Paranaguá se sente incapaz de cuidar com um grande volume de gente durante o verão. O Parque Nacional do Iguaçu é concessionado.

(Eduardo Martínez): A concessionaria lucra?

(Everton Souza): Depende do quanto é cobrado. Em Foz se paga caro e se tem ótimo retorno.

(Patricia Casal): A empresa de travessia é feita por concessionária?

(Fabricio Miyagima): As linhas são dos caiçaras, por isso não há concessionária, por respeito à comunidade.

(Mauricio Maas): Há um diferencial quanto à Ilha do Mel, hoje não há comporte sanitário nem para os moradores locais. A união entre a unidade de preservação e o consorcio é difícil por conta da Abaline.

(Leopoldo Fiewski): Temos que trazer o ICMBIO para conversar. O Parque Nacional do Iguaçu sustenta o outro parque nacional (dois parques que são sustentáveis economicamente é Iguaçu e o da Urca – RJ). O caso dos parques do Paraná não se sabe há um estudo econômico de concessão, por problema político de Estado. Dentro desse estudo de sustentabilidade econômica precisamos quanto é que custa para a execução do plano de manejo.

(Sueli Ota): Tem muitas organizações e muitas ONGs, ou seja, as informações estão dispersas. Existem linhas que já tentaram melhorar, mas acabaram na metade por falta de investimento. Há uma grande falta de apoio. O turismo de base comunitária é uma possibilidade. Existe a apicultura, é uma possibilidade real de arrecadação, assim como a agricultura orgânica. Artesanato. O extrativismo há de pesca, caranguejo, palmito, cipó, e são problemáticas por falta de conhecimento e de preservação. As áreas de proteção ambiental são bem sensíveis por haver animais existentes apenas nesses locais e em nenhum outro local do Brasil. Existem no Estado alguns projetos de planejamento

de diagnóstico de remanescentes de Mata Atlântica, isso deveria estar alinhado com vocês.

(Mauricio Maas): O grande problema é a falta de troca de informações.

(Patricia Casal): Há registro das pessoas que participam do extrativismo?

Resposta (Sueli Ota): Sim, na EMATER há registro. Mas existe para a pesca, ostra. O problema está na exploração de palmito, pois é praticamente inteiramente ilegal. Existe um problema de legislação e fiscalização. Por fim, existe um recurso de ação judicial, o da Petrobrás que está 5 anos sofrendo ação judicial.

(Leopoldo Fiewski): A legalização, fiscalização e bom uso do palmito seria ideal.

(Everton Souza): A Ilha das Peças é a Ilha do Mel de 20 anos atrás. Todos os erros que que foram cometidos na Ilha do Mel estão sendo cometidos na Ilha das Peças.

(Eduardo Martínez): No ponto de vista de Estado, os problemas de mudanças climáticas?

Resposta (Mauricio Maas): A tarefa é de escrever um alinhamento de plano de mudanças climáticas. Está tendo um investimento grande na área de investigação e estudos de sistemas de monitoramento, junto com a defesa civil, para investir na prevenção. Trabalhar numa rede de informações com todos os órgãos. Carece ainda de fazer um compromisso com o estado de plano de metas a serem alcançadas.

(Eduardo Martínez): Os planos de manejo estão todos no site?

(Fabricio Miyagima): Estão todos no site www.meioambiente.gov.pr.br.

(Evandro Pinheiro): Chamou atenção para o ICMS

(Sueli Ota): Recurso muito significativo e importante para o Estado, que é pioneiro nisso. Pode ser aplicado na saúde, educação. Ele influencia numa tabua de cálculo. O IAP está criando um plano para aumentar a arrecadação de ICMS.

(Emanuel Maciel):

- Investimento para o tratamento sanitário e não ser usado, ou seja, perda de dinheiro.
- Macro e micro drenagem é questão do município.
- Foça séptica é a mais usada no litoral.
- Fabricio – quem controla isso é a SANEPAR. Mas não é bem controlada.
- Evandro – num mesmo dia você pode ter um milhão de pessoas nos balneários.

(Emanuel Maciel): Quem cobra e como são feitas as cobranças?

(Evandro Pinheiro): A SANEPAR é quem cobra, e faz isso por medições.

(Fabricio Miyagima): é ideal conversar com a SANEPAR

(Emanuel Maciel): Em geral a captação é subterrânea?

(Evandro Pinheiro): Sim, mas não adequada.

(Emanuel Maciel): A margem desse canal está toda ocupada, mas existe um decreto de ocupação dessa margem?

(Evandro Pinheiro): Existe, mas não se respeita. O que acarreta num tipo de favelização, pois não há fiscalização. "Favela de Marinas" "Onde nada pode, tudo pode". A expectativa de um plano desse é que possa nos respaldar no futuro, ou seja, é que sirva de incentivo para seguir melhor os planos.

(Fabrício Miyagima): Há falta de informações técnicas para ajudar o Estado a lidar com o Munícipios.

(Sueli Ota): Como será feito a zona de transição por causa do grande impacto que será gerado.

SÍNTESE

Nessa reunião foram discutidos temas ambientais focados em preservação das APAs e parques. Além de melhorar o turismo da região para que seja mais sustentável. Já na parte hidráulica foi discutido o saneamento de cada município, a preservação das bacias, os problemas com enchentes. Em todos os assuntos abordados foi mostrado dados que o Estado tem e fornece nos sites de cada órgão.

PRINCIPAIS QUESTÕES ABORDADAS

- Turismo sustentável;
- Problemas com abastecimento de água e tratamento de esgoto;
- Enchentes;
- Problemas relacionados à Ilha do Mel.

PONTOS SENSÍVEIS E/OU DE ATENÇÃO

- As unidades de conservação;
- Problemas com os resíduos sólidos;
- Problemas de infraestrutura na Ilha do Mel.

ENCAMINHAMENTOS/ DELIBERAÇOES

- Não foram discutidos os seguintes pontos previstos pela pauta: Solo, subsolo e topografia, áreas de risco, infrações, habitação e questão fundiária;
- Faltou a presença da SANEPAR e COPEL, para que o assunto fosse mais aprofundado (o Emanuel Maciel teve reunião com a SANEPAR).

PDS_LITORAL

LISTA DE PRESENÇA

Lista de presença			
PDS Litoral do Paraná			
Data: 31/01/2018 - REUNIÃO TEMÁTICA: AMBIENTAL			
Local: SEMA - RUA DESEMBARGADOR MOTTA, 3384			

Nome	Organização	Telefone	E-mail
Enean S. Machado	AGUASPARANÁ	3213-4714	eneanmachado@aguasparana.pr.gov
PATRICIA CASAL	CONSÓRCIO	+34-672-298-317	patricia@hidria.es
EMANUEL MACIEL	CONSÓRCIO	(91) 98422-3464	emanuel.maciel@quanticonsultoria
EDUARDO MARTÍNEZ	CONSÓRCIO	+34 615 172300	eduardo@hidria.es
LEOPOLDO FIEWSKI	SEMA	41 99978 4150	LEOPOLDO.F@SEMA.PR.GOV.BR
Sueli Ota	SEMA	41 3304-7768	suehiota@sema.pr.gov.br
EVERTON J. L. C. SOUZA	AGUASPARANÁ	41 991635069	VETO@AGUASPARANA.PR.GOV.BR
JOSÉ LUIZ SCROCCARO	SEMA/CRHA	33047732	JOSE.SCROCCARO@SEMA.PR.GOV.BR
FERNANDRA PINHEIRO	PRTUR	3313-3519	ferandrop@turismo.pr.gov.br
FABRÍCIO MIYAGIMA	SEPL / CDG	3313 6295	fabriciomm@sepl.pr.gov.br
MAURÍCIO A. MAAS	CONSÓRCIO	984061605	maas.mauricio@gmail.com
Danielle Prim	ITCG (41)	3304.7026	danielle.prim@itcg.pr.gov.br

RELATORIA DA REUNIÃO TEMÁTICA 8: SEIL

Data: 31/01/2018 14:00

Local: Secretaria de Infraestrutura e Logística. Avenida Iguaçu 420, 2º andar.

Participantes:

Governo do Estado do Paraná: Fernando Ferro (SEIL/AGE), Fernanda Holzmann (DER/AEA), Kamille Tombely (DER), Josil Rubaptista (SEIL/CGPP), Murilo da Luz (SEPL/ CCP), Fabricio Miyagima (SEPL/CDG), Nathalia Gallo (SEIL/APPA), Thiago Gomes (SEIL/PR), Glauco Lobo (DER/PR).

Consórcio contratado: Eduardo Martínez, Oriol Biosca, Emanuel Maciel

Pauta: Transporte público e sistema viário; logística; comunicação e energia; saneamento; resíduos sólidos; empreendimentos.

DISCUSSÃO

(Eduardo Martínez):

- Apresentação do consorcio e da empresa Hidria.
- Seu papel é nos recursos hídricos.
- Forte aplicação de infraestrutura no meio marinho.

(Oriol Biosca):

- Apresentação da MCRIT e BBM.
- Estudos de demanda de infraestrutura urbana.
- Mobilidade sustentável.

(Emanuel Maciel):

- Apresentação da QUANTA
- Vertente além de projetos, gerenciamento e produção. Há um plano de informática para melhorar as obras de engenharia

(Fernando Ferro):

- Preparam uma apresentação geral da secretaria
- Gerir a infraestrutura de transporte do Estado e gerir edificações públicas
- Secretarias, Autarquias e Empresas públicas
- Rodovias públicas e concessionadas e ferrovias
- Maior investidor que há no litoral paranaense
- Manutenção de aeroportos, construções de pontes
- Infraestrutura terrestre (rodovias, ferrovias, aeroportos, heliportos e dutos) e marítima (portos, canais e marinas)
- Todas a infraestruturas de portagem no litoral, as marinas, tem uma deficiência em regulamentação
- O porto de Paranaguá movimenta 50 milhões de toneladas/ano
- Ferrovia 8 milhões toneladas/ano
- Rodovia 3 milhões toneladas/ano
- Movimentação de 68 milhões de toneladas/ano – projeção
- Veranistas – movimentação de população. População do litoral de 550 passa a 1 milhão. Todos vão de automóvel. Ocasionando congestionamento na serra, PR-417 e PR-412; e PR-412 e SC-412
- Acesso a Guaraqueçaba – rodovia não pavimentada e sem condições de trafego. Demanda muito antiga. Dificuldades técnicas
- Novo acesso à cidade de Antonina e ao porto
- BR101 (ligação 376 e 101) pavimentação
- Nova 412 – faixa de infraestrutura de Pontal- permitirá viabilização do porto de Pontal
- Investimentos de ampliação do porto de Paranaguá e seu novo edifício
- Aeroportos de Paranaguá e Guaratuba, heliportos, marinas
- Terminais: embarcação turística
- Transporte urbano e in- termunicipal
- Transporte ferroviário mercadoria e passageiros

- Infraurbana de drenagem, saneamento
- Gás encanado

(Glauco Lobo):

Rodovia PR-340 – trecho BR-277 a Antonina

- Apresentação do sistema viário atual: Para que os caminhões acessem o porto de Antonina ocorre passagem dentro da cidade de Morretes e Antonina, ocorrendo uma volta de 24Km.
- Desde 95 estuda-se uma nova rodovia
- 2013 retomou-se o assunto
- 2016 o procedimento foi judicializado – 1º instancia não resolveu nada

(Fernanda Holzmann): havendo a interesse do estado um novo estudo ambiental seria feito. Em 2001 havia um estudo, mas era superficial.

- Objetivos e justificativas: Trafego de caminhões elevado, segurança viária/trafego de veículos pesados em áreas urbana, acidentes, desenvolvimento turístico regional, preservação dos bens patrimoniais, expansão da pratica portuária.
- O sistema atual passa por dentro do município, até o Pontal do Félix
- A avenida portuária contornaria o centro urbano direto ao Pontal do Félix
- Em 2013 foi feito um estudo de viabilidade técnico ambiental
- Existiam 4 opções de traçado
- De 24km passaria para 11km para acessar o porto
- Alternativas locacionais: 8 alternativas de traçado, fatores ambientais, sociais e econômicos; ajuste de traçado
- PR-340- Alternativa escolhida 1 – variante e subtrecho B
- Descrição do projeto: rodovia de pista simples, acostamento dos dois lados, ciclovia na área do litoral, extensão de 10,3 Km

- Cronograma de 24 meses da ponte do rio Nhundiaquara – extensão mínima de 1500 m – técnica construtiva de Cantitraveller (mínima interferência com a superfície terrestre).
- 107 milhões de reais – toda a rodovia
- É o projeto judicializado

(Fabricio Miyagima): Se o porto de Antonina não tem histórico quantitativo de carga?

(Glauco Lobo): Com a demanda de hoje já existe necessidade. A tendência é crescer, pois tem projeto de ampliação do porto. Hoje a justificativa é social, questão de segurança e turismo.

(Fernando Ferro): não está feita a rodovia pois o Brasil é um país muito burocrático.

(Nathalia Gallo): Já existem projetos de ampliação e de investimento para ampliar o transporte de carga.

(Glauco Lobo): O litoral ficou muito tempo sem receber investimentos.

(Fernando Ferro): Após a primeira obra o cidadão fica acostumado, tornando mais fácil a implementação de outras obras.

(Nathalia Gallo): o Paraná tem que estra preparado para receber cargas caso ocorra algum problema com os portos de Santa Catarina.

(Fabricio Miyagima): Um dos principais gargalos que existem é a questão da infraestrutura.

(Eduardo Martínez): Para que mais se usa o porto de Antonina?

(Nathalia Gallo): Chega apenas fertilizantes – importador.

(Eduardo Martínez): Aliviar Antonina e Morretes é o objetivo com esse processo?

(Fernando Ferro): Sim.

(Nathalia Gallo): Existem empresas que cortaram a frota ferroviária e investem apenas em rodoviária.

Faixa de infraestrutura Pontal do Paraná:

- Faixa de infraestrutura oeste do litoral do Paraná: Rodovia, canal de drenagem, gasoduto, linha de transmissão
- Hoje principal acesso é a PR- 412 – ocasionando uma segregação do município, ocorrem acidentes frequentemente, conflito de usos de modais, tráfego constante, não existe outra alternativa de tráfego de ponta a ponta (beira mar interrompida e sem infraestrutura
- Canal de macrodrenagem: solução para as enchentes constantes durante o verão
- Solução integrada: evitar segregação, sinergia entre rodovia e canal.
- Possibilidades futuras: Dutos de saneamento, linhas de transmissão de energia elétrica, gasoduto, ferrovia
- Junto com o estudo de 2013 a EPL lançou um estudo de ligação de Aracaju com pontal de Paranaguá.
- Plano diretor tomou forma
- Área de preservação – Dutos - Rodovia – Ferrovia – Faixa de alta tensão – Canal de macrodrenagem – Urbanização – faixa de infraestrutura de 175m.

(Eduardo Matínez): Para que seria usada essa ferrovia?

(Murilo da Luz): Para abastecer o porto de Pontal. Priorizando que as cargas sejam deslocadas por ferrovia.

- O traçado de hoje é de 19 Km, trecho PR-407 (Ponta do Poço + 4 vias coletoras)

(Eduardo Martínez): Há necessidade de 3 portos no litoral do Paraná? Que estudos de demanda real temos dessas demandas portuárias?

(Fernando Raphael): Num país normal, um porto opera 70/80% da sua capacidade normal. Aqui, o porto de Paranaguá opera com 100% da sua capacidade, na beira do seu limite. Vivemos na eminencia de filas rodoviárias (hoje diminui drasticamente por causa da gestão, mas ainda está sobrecarregado) e marinhas. A gente recebe caminhões de Rondônia, e a agricultura e pecuária brasileira só está aumentando, exigindo cada vez mais do porto de Paranaguá. Então, esses projetos portuários servem para aliviar o porto de Paranaguá (Plano de desenvolvimento portuário)

(Nathalia Gallo): Suprimos Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraguai, Argentina. Os dois maiores portos de grãos são de Santos e Paranaguá. Pegamos pouca carga de São Paulo, por causa do porto de Santos

(Glauco Lobo): Marcar uma reunião para discussão apenas da situação portuária. Conhecer o porto de Paranaguá.

- Porto será afastado da urbanização
- Existe uma necessidade de amplificação da conexão entre os balneários e a BR-277
- Licitação saíra no próximo mês
- Custo da primeira fase seria 260 milhões (rodovia em pista simples, canal de macrodrenagem, viadutos)
- Canal de macrodrenagem possibilita trafego de embarcações
- Requalificação da Pr-412 teria pista dupla, ciclovia, passeio.

(Fernanda Holzmann): existe estudo do IPHAN, existem estudo das aldeias junto a FUNAI.

(Oriol Biosca): A duplicação seria decorrente da abertura do Porto?

(Glauco Lobo): Sim, mas a construção já prevê duplicação.

(Mauricio da Luz): O desenvolvimento nunca acompanhou a necessidade de Pontal. A população residente será mais afetada que a de veraneio.

Ponte Caiobá - Guaratuba (vão de 800 m)

- A ponte é prevista aonde hoje atravessa o Ferry-Boat
- Demandaria uma melhoria numa estrutura viária nos dois municípios
- Adequação de capacidade/duplicação
- Há uma licitação em andamento - EVTEA
- Custo total 140 milhões de reais
- Prazo de execução de 37 meses
- Possibilidade de concessão (cobrança de pedágio)
- Diminuir o acesso por Garuva
- Será de pista simples, continuará com as restrições do Ferry-Boat
- O tráfego é sazonal

(Fabricio Miyagima): Existe pessoas contras por questões paisagísticas, e por não quererem o aumento de fluxo de carga pesada nas cidades.

BR-101 (Garuva/ Br-101-Br-277- SP/Br-116

- Retirar a demanda de carga pesada passando por cidades e seguindo pela 101
- 306 milhões

(Oriol Biosca): Quanto o estado pode investir em infraestrutura

(Nathalia Gallo): 250 milhões/ano

(Fernando Ferro): O DER investe mais ou menos 1 bilhão

Transporte Hidroviário

(Josil Rubaptista):

- Plano Hidroviário Estadual – contrato concluído em 2015.
- O estado tem 64 travessias aquaviárias – 49 de responsabilidade do Estado.
- 2 travessias no litoral.

- Travessia por balsa no litoral: Matinhos-Guaratuba (Ponte de Guaratuba); intermunicipal em Paranaguá (Ponte dos Valadares).
- Transporte regular de passageiros 11 de responsabilidade do Estado e são precárias.
- Atracadouros – Paranaguá 8 trapiches de estrutura precária; Ilha do Mel é o segundo ponto turístico mais visitado do estado – atravessam 120 mil passageiros/ano- existe conflito ABALINE e Estado.
- A problemática da Ilha do Mel é de falta de fiscalização da quantidade de turistas que entram na ilha. O Estado pretende intervir nesse ponto.
- Existe uma resistência de mudança – comunidades tradicionais.
- Baixo nível informacional.
- Há cooptação estremada entre os gestores locais e os empresários.
- Pontal de Paraná tem a segunda maior frota aquática do Brasil.

(**Murilo da Luz):**

Nova Ferroeste:

- Projeto antigo.
- É melhorar o transporte de carga.
- Qualquer intervenção depende de licenças ambientais.
- Mato Grosso do Sul – Guaíra – Guarapuava – Curitiba – Paranaguá.
- Estado conseguiu uma união de diretrizes.
- Atender as estimativas do porto (80 milhões de toneladas – até 2045).
- Projeto de mais de 40 anos sendo pleiteado.
- Eficiência.
- Ecológico.
- Aliviar as estruturas existentes.
- Deixar a estrutura ferroviária existente para turismo.

SÍNTESE

A reunião enfocou as reformas na infraestrutura viária, a ponte de Guaratuba e melhorias de acesso aos portos. Destaque para o Porto de Pontal do Paraná, e como isso poderá afetar a população e a infraestrutura do litoral.

PRINCIPAIS QUESTÕES ABORDADAS

- A reforma de infraestrutura de Pontal do Paraná;
- A ponte de Guaratuba;
- A nova conexão do porto de Antonina;
- A BR 101
- A instalação do porto de Pontal do Paraná;

PONTOS SENSÍVEIS E/OU DE ATENÇÃO

- As discussões geradas com o projeto da ponte de Guaratuba;
- Os impactos que a reforma da infraestrutura de Pontal do Paraná trará a população;
- A necessidade de um terceiro porto no litoral.

ENCAMINHAMENTOS/ DELIBERAÇÕES

- Não foram discutidos os seguintes pontos previstos pela pauta: Transporte público, logística, comunicação e energia, saneamento, resíduos sólidos, empreendimentos;
- O Emanuel Maciel teve que se ausentar por haver marcado uma reunião com a SANEPAR para discutir saneamento básico.

PDS_LITORAL

LISTA DE PRESENÇA

Lista de presença
PDS Litoral do Paraná - REUNIÃO TEMÁTICA: INFRAESTRUTURA.
Data: 31/01/2018
Local: Secretaria de Infraestrutura e Logística.

Nome	Organização	Telefone	E-mail
Fernando Raphael Gomes de Lima	SEIL/AGE	41 3304-8512	fernandoraphael.lima@gmail.com.br
FERNANDA V. NAGAL HOLTZMANN	DER/MEA	41 3304-8196	NAGAL@DER.PR.GOV.BR
KAMILLE TOMBELY GUMURSKI	DER	41 3304-8004	KAMILLE@DER.PR.GOV.BR
JOSIL R V BAPTISTA	SEIL/CGPP	41 33048595	josil@seil.pr.gov.br
MURILO NORONHA DA LUZ	SEPL/CCP	41 3313 6302	MURILO.LUZ@SEPL.PR.GOV.BR
FABRICIO MIYAGIMA	SEPL/CDG	41 3313 6295	fabriciom@sepl.pr.gov.br
Nathalia Palma	SEIL/APPA	41 3420 1222	nathalia.palma@appa.pr.gov.br
Emanuel Maciel	Consórcio	(91) 98422-3464	emanuel.maciel@quantaconsultoria.com
Thiago Petchak Gomes	SEIL/PR	(41) 3304-8560	thiagopetchak@seil.pr.gov.br
EDUARDO MARTÍNEZ	CONSORCIO	+34 615 172300	eduardo@hidria.es
ORIOL BIOSCA	CONSORCIO MCRIT	34 677863749	obiosca@mcrit.com
GLAUCO T. L. LOBO	DER/PR	(41) 99121-1256	glauco.lobo@der.pr.gov.br